

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**OS BATALHÕES PROVISÓRIOS: LEGITIMAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E ALISTAMENTO PARA UMA GUERRA
NACIONAL (CEARÁ, 1932)**

Raimundo Helio Lopes

**Fortaleza
2009**

Raimundo Helio Lopes

**OS BATALHÕES PROVISÓRIOS: LEGITIMAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E ALISTAMENTO PARA UMA GUERRA
NACIONAL (CEARÁ, 1932)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Professor Dr. Frederico de Castro Neves

**Fortaleza
2009**

Raimundo Helio Lopes

**OS BATALHÕES PROVISÓRIOS: LEGITIMAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E ALISTAMENTO PARA UMA GUERRA
NACIONAL (CEARÁ, 1932)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e demais membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves – UFC
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Angela de Castro Gomes – CPDOC-FGV

Prof^a. Dr^a. Kênia Sousa Rios – UFC

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani – UFC
(Suplente)

*Para as pessoas que despertaram o meu interesse pela relação entre o
passado e a vida,
meus avós:
Hélio Teixeira, pelas memórias e pelas tardes preguiçosas;
Maria Moreira, pelos carinhos e pelos sorrisos iluminados;
Raimundo Nonato, pelas histórias e pela amizade;
e, principalmente,
Edite Linhares, pela leveza e pela força.
Com a certeza de que o nosso tempo não é uma linha reta...*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de difíceis horas de pesquisa, leituras e escrita, além de outras complicações que só quem se dedica a uma atividade como esta conhece. Apesar de todos os equívocos e imperfeições serem apenas de minha responsabilidade, sem a ajuda de algumas pessoas muito importantes ele não teria seus possíveis méritos. Essas poucas linhas que seguem são oferecidas a elas, que foram tão fundamentais nessa trajetória, mesmo que não saibam o quanto.

Agradeço ao meu orientador Frederico de Castro Neves pela mão firme, serenidade e atenção com que conduziu essa pesquisa ao meu lado. Além das orientações e agradáveis horas de diálogos acadêmicos, nos quais, muitas vezes, a historiografia se perdia em deliciosos bate-papos sobre o Rio de Janeiro, futebol ou assuntos engraçados, a sua confiança e ajuda foram fundamentais para que eu alçasse vôos mais altos. Fred é um grande exemplo de profissionalismo e caráter, e espero que este trabalho esteja à altura de sua competência como professor.

Agradeço a Carlo Romani e Kênia Rios pelas sugestões na banca de qualificação que contribuíram para os rumos da pesquisa. À Kênia agradeço também o “empréstimo” de fontes e a atenção que teve para participar da banca de defesa, sempre com um carinhoso jeito de fazer importantes críticas.

Agradeço às professoras Maria Celina D’Araújo e Angela de Castro Gomes pela atenção com que me receberam na Fundação Getúlio Vargas e pelas valiosas contribuições para a minha formação como historiador. À professora Angela também sou grato pela leitura de parte deste trabalho, que resultou em ricas indicações para as minhas reflexões. Além disso, sua participação na banca de defesa engrandece ainda mais esse momento.

Agradeço a Franck Ribard e Ana Carla Sabino pelas horas que desprenderam na condução de muitos projetos e orientações que marcaram profundamente minha vida acadêmica. À Ana Carla também agradeço a atenção com que sempre me ouviu e me ajudou, seja com uma rica indicação ou com palavras afetivas.

À Edilene Toledo e María Verónica Secreto agradeço por todo o carinho de nossos anos de convivência. A primeira me viu nascer para a história, a segunda me ensinou a tratá-la com profissionalismo. Ambas serão sempre minhas professoras, referências nos meus caminhos na historiografia e na docência.

Os anos de PET, sejam eles de Programa Especial de Treinamento ou Programa de Educação Tutorial, fizeram com que eu convivesse com grandes historiadores e historiadoras que engrandeceram muito minha aprendizagem. A todos os amigos de “bolsas atrasadas”, “tardes de sextas” e “cervejas depois da reunião” o meu muito obrigado e saibam que este trabalho também é fruto das nossas inesquecíveis discussões de textos e horas de reuniões.

Aos meus amigos André Negão, Caio Lao, Tiagão, Julliano Mazela e Mario Barbosa agradeço a companhia desde os anos de graduação. A presença de vocês fez do curso de História na UFC (e tantas outras histórias!) uma viagem bem mais agradável.

Mauro Amoroso, Aline Portilho, Vanuza Braga, Renato Lanna, Silvana Rodrigues, Luciana Fagundes, Ana Luiza Caribé, Lucina Matos, Cíntia Carli, Daniel Reis, Layanna Azevedo e Bruno Fernando fizeram a minha estadia no Rio de Janeiro tão maravilhosa quanto esta cidade. Kleiton Moraes e Lauro Allan, também “estrangeiros” no Rio, foram grandes companheiros nas descobertas cariocas.

Renan, Sávio, Neliza, Giovana, Rochelle, Renata e Lucas são meus amigos desde os tempos de Marista Cearense e me mostram sempre como aqueles anos foram importantes. Patrícia Mussi e Samuel Miranda merecem uma lembrança especial por sempre estarem dispostos a me ouvirem, dizerem verdades e dar boas risadas que só pertencem às grandes amizades.

Com Gerson Amaral Lima venho dividindo alegrias, lágrimas, angústias, descobertas, conquistas e vitórias há metade da minha vida, e isso, por si só, já diz muito. Meu grande amigo, muito obrigado por tudo. E ao futuro, sempre!

O Ricardo, meu tio-irmão, foi fundamental na formatação de muitas dessas páginas, na “assessoria” com o computador e na solução de minhas dúvidas pouco inteligentes sobre esta máquina. Agradeço ao meu grande amigo, compadre, companheiro e conselheiro, Tio Messin, por sempre me

mostrar que a vida é bem mais que problemas ou muito trabalho. Espero tê-los sempre por perto para poder agradecer bem mais.

Um agradecimento muito especial para Gabriel e Laísa, as crianças que alegam minha vida. Ensinam-me, ao vê-los crescer, que sempre depois da queda, seja no campo ou na grama, vem logo um sorriso.

Agradeço a Guilherme Saraiva Martins pelos longos, ricos e felizes anos de convivência, alimentados por uma cumplicidade e respeito que se renovam a cada dia.

Eduardo Oliveira Parente e Ana Cristina Pereira não são apenas colegas historiadores que admiro. Dudu e Cris são amigos tão essenciais para mim que agradecê-los pelas contribuições neste trabalho seria pouco, mas na falta de um espaço mais apropriado, fica aqui meu registro pela amizade que torna minha vida muito melhor.

A Patrícia sempre acreditou, “sob medida” e “com açúcar e com afeto”, na parte mais inconstante e incerta deste trabalho: seu próprio autor. Seria muito difícil imaginar esse período da minha vida, e tantos outros, sem a presença dela. A você, meu bem, meus eternos agradecimentos.

Por último, agradeço a Fernando Luís, Lêda Maria e Fernanda Linhares por terem sempre acreditado em meus sonhos, acompanhando-me e ajudando na difícil jornada de concretizá-los. Desde os meus primeiros passos, a presença constante de vocês sempre me deu forças para continuar, mesmo quando tudo foi mais difícil e improvável. Papai, mamãe e Nandinha esse trabalho, assim como todo o meu amor, só pertence a vocês.

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar a formação dos batalhões provisórios cearenses para a Guerra de 1932. Este conflito, mais conhecido como “Revolução Constitucionalista de 32” foi, por muito tempo, analisado privilegiando o estado de São Paulo, mas pesquisas recentes apontam para um forte envolvimento de toda a Nação a partir de relevantes instituições federais, como as Interventorias estaduais e as Forças Armadas. Dessa forma, o primeiro capítulo busca compreender a construção da legitimação para a guerra, a partir de vários discursos e pronunciamentos oficiais que circularam no estado, ressignificados no contexto da guerra, como a “Revolução de 30” e a política de combate à seca. Além disso, este capítulo averigua diversas ações contrárias ao Governo Provisório que procuravam desestabilizar a força federal no Ceará. O segundo capítulo analisa o impacto da guerra no Ceará e a mobilização da população em torno da legitimação construída pelos apoiadores do governo Vargas no estado. A mobilização da população é bem maior que o número de alistados que foram enviados ao *front*, como pode ser percebido através das várias manifestações que ocorreram durante a guerra, oriundas de diversas entidades e pessoas, e das mais variadas formas. Também é analisada a estrutura estatal construída para a formação e treinamento dos batalhões provisórios, em diálogo com a política federal de combate aos revoltosos, o Exército Nacional e a Interventoria local. O último capítulo tem como objetivo analisar a heterogeneidade dos batalhões provisórios e como diversos sujeitos, com experiências sociais distintas, se integraram nas forças provisórias. Também procuro perceber as diversas tensões que estão relacionadas com esse processo, através dos diversos usos políticos e das contradições que marcaram o alistamento.

Palavras-chave: Guerra de 1932 – Governo Vargas – alistamento voluntário.

ABSTRACT

This paper aims to examine the formation of the provisional battalions from Ceará for the War of 1932. This conflict, known as “Revolução Constitucionalista de 32” has been analyzed, for a long time, in a way focuses in the state of São Paulo, but recent research shows strong involvement of the whole nation in the form of relevant federal institutions, such as the states Federally appointed governors and the Armed Forces. Thus, the first chapter seeks to understand the construction of the government’s case for war, from various speeches and official pronouncements that circulated in the state, given new meanings in the context of war, such as the “Revolução de 30” and the policy to solve the problem of droughts. Also, this chapter looks into various actions against the “Governo Provisório” seeking to destabilize the federal force in Ceará. The second chapter examines the impact of the war in Ceará and the mobilization of the population around the legitimacy built by supporters of the Vargas regime in the state. The overall mobilization of the population is much greater than the number of enlisted men who were sent to the front lines, as can be seen through the various events that occurred during the war, organized by various entities and persons, in different ways. It also reviews the state infrastructure built for the establishment and training of provisional battalions of troops, in direct accordance with the federal policy to fight the insurgents, with the Army and Federally appointed governors. The final chapter aims to analyze the heterogeneity of the provisional battalions and how different subjects, with different social experiences, are among the provisional forces. I also try understand the various tensions that are associated with this process, through the various uses and political contradictions that have surrounded the enlisting.

Keywords: War of 1932 – Government Vargas – voluntary enlistment.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 01: Legitimação	24
1.1 As discussões sobre o movimento de 1930 durante a Guerra de 1932: A “impatriótica tentativa de reconquista do poder por parte de nossos maiores inimigos”	25
1.2 As medidas de combate à seca de 1932 que legitimam a defesa do Governo Provisório: “A benemérita acção dos poderes públicos federaes nesta faixa devastada pelo maior flagello da nossa história”	40
1.3 Boateiros, suspeitos e a ação de Severino Sombra no Ceará: “Com a cooperação quasi unânime da população”	51
Capítulo 02: Mobilização	72
2.1 Separatismo, bairrismo e xenofobia no processo de mobilização cearense: “Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”	73
2.2 A campanha de mobilização e o cotidiano no Ceará durante a Guerra de 1932: “A cidade apresentava movimento incommum, vibrando de enthusiasmo”	88
2.3 Organização, formação e estrutura dos batalhões provisórios: “Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo”	115
Capítulo 03: Alistamento	133

3.1 Seca, alistamento e retirantes: “Em regra, em sua totalidade, assoberbava-se o numero de ‘pés de poeira”	134
3.2 Voluntários, reservistas e trabalhadores: “O governo aceita cidadãos capazes que espontaneamente queiram alistar-se”	152
3.3 Desertores, conflitos e deficiências envolvendo os batalhões provisórios: “Não mais se oferecer ao Governo em outras oportunidades que houvesse este de precisar”	173
Considerações finais	190
Anexo	197
Arquivos e Fontes	206
Bibliografia	208

INTRODUÇÃO

Em nota oficial, a Interventoria do Estado do Ceará comunicava, em 27 de outubro de 1932, o regresso do 1º Batalhão Provisório que partira no dia 15 de agosto para lutar em São Paulo, durante a recente guerra que movimentara toda a nação:

Sendo por demais conhecida a brilhante atuação da tropa cearense que no campo de luta, reafirmando as tradições de heroísmo do nosso povo, soube dignamente elevar o glorioso nome do nosso Estado, o Governo estadual dispensa se de qualquer convite em recepção oficial, certo de que o povo representado por todas as suas classes, saberá receber condignamente aquele pugilo de bravos que, levado pelo patriotismo, vem de terçar armas na lamentável luta fratricida a que fomos arrastados.¹

Para o governo local, era desnecessário convidar a população para prestigiar o desembarque das tropas cearenses que, motivadas por tradições “heróicas” e “patrióticas”, combateram na guerra que acabara há poucos dias. Além disso, ficou claro que a iniciativa da luta armada não foi do Ceará, cujos soldados foram “arrastados” para uma guerra entre irmãos.

A imprensa cearense, que desde o início do conflito manifestou apoio ao Governo Provisório, se referiu à chegada dos batalhões com grande entusiasmo. Em suas páginas, lia-se que “o Ceará recebe de braços abertos os bravos contreraneos do 1º Batalhão Provisório, heróis de Gravi, Santa Maria, Amparo e Pedreiras, cidadãos e soldados da Republica, orgulhos da terra em que nasceram Tristão, Sampaio, Tiburcio e Joaquim Tavora”.²

A importância dessas tropas e da guerra na qual se envolveram também foi ressaltada pelo trajeto que o cortejo com os soldados tomou pela cidade. Sempre acompanhado por uma “entusiastica multidão”, seguiram pela Avenida 3 de Outubro em direção ao centro da cidade, passando em frente ao Palácio da Interventoria, onde foram saudados pelo chefe do governo e demais autoridades, como o desembargador Olívio Câmara, os secretários da Fazenda e do Interior e Justiça, além do presidente do Superior Tribunal de Justiça e do prefeito, o major Tibúrcio Cavalcanti. Logo após, continuaram o trajeto,

¹ Jornal *O Povo*, 27 de outubro de 1932.

² Jornal *O Povo*, 28 de outubro de 1932.

findando com uma grande concentração popular no tradicional Teatro José de Alencar.

As comemorações de retorno procuravam reforçar a ligação das tropas com o poder local, além de alastrar o entusiasmo pela cidade. A formação foi vista como um ato de honra, tanto dos soldados como do povo que eles representavam. Os soldados provisórios foram elevados a “heróis cearenses” reforçando a idéia de todo um povo, com tradições de lutas e glórias, unido contra um inimigo externo.

Somente por esses elementos já se pode concluir que a formação desses contingentes envolveu grandes esforços, além de contar com o envolvimento da população. Essas tropas guerrearam pelo Ceará e mereciam a atenção de todos. Mas, que guerra foi essa?

Essa guerra que o Ceará se envolvera ficou notoriamente conhecida em nossos compêndios como “Revolução Constitucionalista de 32”. No entanto, a vasta historiografia que trata desse tema discorda sobre o próprio nome do movimento. A terminologia para designar esse conflito muda de acordo com a corrente que o interpreta, sendo construídas, assim, diversas denominações como “A guerra paulista”, “Movimento constitucionalista”, “Revolução de 1932”, “Epopéia Bandeirante” ou até mesmo “Contra revolução de São Paulo”.³ Acredito que esses nomes estão impregnados de sentido políticos que margeiam as análises ou são pensados dentro de concepções sobre a guerra que destacam exclusivamente São Paulo. Procurando fugir disso, e analisando-a a partir de outro ângulo, prefiro denominá-la Guerra de 1932.

A Guerra de 1932 é um dos temas mais explorados pela memória política do Estado de São Paulo. Recentemente, foram documentadas 272 obras referentes a ela, sendo a ampla maioria escrita por memorialistas e literatos. Ainda sobre esse conjunto de obras, praticamente todas foram escritas por pessoas que participaram do movimento em São Paulo, seja contra ou a favor do estado. Segundo o mesmo autor, a censura que o governo imprimia nas páginas dos jornais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro

³ De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998. p. 23.

demonstrava uma baixa mobilização popular na capital bandeirante e a inexistência de relações com as outras partes do país.⁴

Diante desta vasta produção, a Guerra de 1932 foi considerada por muito tempo como um evento meramente regional, que todas as questões se resumiam a São Paulo e, quando muito, orbitavam em outros estados próximos ao campo bélico, como Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em alguns importantes trabalhos acadêmicos sobre a Guerra de 1932, o restante do país surge a reboque das questões paulista. Nessas obras, os outros estados da federação aparecem em poucas linhas, apenas para comentar a existência de tropas que participaram da luta. Destaco principalmente Maria Helena Capelato *O movimento de 1932 e a causa paulista*, Holien Gonçalves Bezerra *O jogo do poder: Revolução Paulista de 32*, Hernani Donato *História da Revolução de 1932*. Outro livro de destacada relevância para estudar o período é de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e Revolução Brasileira*, fruto de sua tese de doutoramento, que analisa com propriedade o desenrolar político na cidade de São Paulo desde outubro de 1930 até julho de 1932, mostrando as tensões e os embates dos anos que antecedem o conflito.

Com essas leituras, fica claro que o processo inicial que desemboca na luta armada tem o eixo central em São Paulo, tendo à frente seus principais líderes políticos. Mas isso garante o desenrolar dessa guerra como resumida a São Paulo? Ou que os outros estados não tenham relevância nos embates acerca da constitucionalização? Quanto mais caminho com minhas análises e pesquisas, acredito que as respostas para essas perguntas sejam negativas. Isso não se dá exclusivamente pela participação do Ceará e suas tropas, que desembarcaram com destacada pompa, mas porque a nação foi completamente mobilizada e envolvida na guerra, seja pelo Exército ou pelos apoiadores e críticos do novo governo, que estava no poder a menos de 24 meses. Nesse momento de instabilidade e incertezas sobre o rumo da nação, vários grupos se envolveram na luta, por diversas motivações, confrontando disputas sobre projetos para o Brasil. Os contextos específicos mostram que sem entendê-los a análise sobre a Guerra de 1932 fica prejudicada, pois,

⁴ Id. *Ibidem*. p. 29.

durante a luta armada, vários sujeitos em diversos estados participaram arduamente, seja ao redor do Governo Provisório ou não.

Em outras palavras, a Guerra de 1932 está intimamente relacionada com a política nacional adotada pelo novo governo, que chegou ao poder depois da campanha presidencial de 1930, mesmo tendo perdido as eleições. O maior movimento questionador do Governo Provisório, com armas nas mãos, estendeu-se por todo o país, atraindo seus aliados ou congregando seus opositores, em um contexto de profunda instabilidade.

Dessa forma, há uma carência na análise: como os outros estados se envolveram na Guerra de 1932, relacionando-os tanto com a política federal iniciada em 1930 como com combate aos revoltosos? Como se deu a postura adotada pelo Governo Provisório e pelo Exército Nacional para combater o estado insurgente, a partir de suas tropas e dos envolvidos na sua formação? De que forma essas medidas dialogaram com as peculiaridades do contexto de cada unidade da federação?

Angela de Castro Gomes, analisando os primeiros anos após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, indica alguns pontos para essa reflexão ao chamar a atenção para os estudos que encaram o período de 1930 a 1945 como coeso, tendo apenas o ano de 1937 – Estado Novo – como outra referência. A autora adverte que:

Esta concepção, ao esquecer literalmente as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937, apaga da memória histórica parte do sentido e da significação de fatos cruciais como a Revolução Constitucionalista de 1932; a experiência da Constituinte de 1934; os movimentos políticos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), por exemplo.⁵

É necessário romper com essa abordagem homogênea para procurar pensar esse período com maior amplitude, buscando entender os projetos e experiências que fizeram parte desse processo, mesmo que não tenham alcançado seus objetivos ou tenham tido alguma interrupção no seu decorrer. Nesse sentido, a mesma autora conclui que:

⁵ Gomes, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização Política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. p. 24.

O estudo que vai de 1930 a 1937 é rico em exemplos de continuidade e descontinuidade políticas. A marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional. Destaque especial deve ser dado ao vigor que a mobilização para a guerra de 1932 teve em São Paulo.⁶

No caso, para complementar suas conclusões, creio que a mobilização para essa guerra deve ser pensada não só em São Paulo, mas em todo o Brasil. Duas boas pesquisas devem ser destacadas, por levantarem questões nesse sentido. Jeziel de Paula, em *1932: Imagens construindo a história*, afirma que “a documentação existente é enorme e surpreende o fato da historiografia brasileira, além de não fazer referências ao tema, geralmente enfatizar seu caráter de um conflito apenas regional”.⁷ Já Stanley Hilton, em *A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*, diz que a guerra foi “o maior choque civil ocorrido na história contemporânea do Brasil”.⁸ Para esses autores, é notório o impacto e a importância que a Guerra de 1932 teve no país, sendo necessário averiguá-la a partir de uma perspectiva nacional.

Ao analisarmos o governo de Getúlio Vargas, é comum percebermos a força de sua política e do seu pacto com os trabalhadores nos anos mais próximos ao Estado Novo, quando a instabilidade do novo governo já fora dirimida. Contudo, a Guerra de 1932 foi um momento que necessitou de toda a ação do Governo Provisório, fazendo com que ele, nos três meses de conflito, buscasse consolidar a maior plataforma de apoio possível, usando para isso uma forte propaganda e intenso diálogo com vários grupos sociais. A força que a propaganda varguista teve nessa guerra, seu alcance e o modo como diversos sujeitos sociais dialogaram com ela não podem ser embaçadas pelo curto período de combate nos campos de batalhas. Nesses poucos meses, a propaganda foi intensa e eficiente, difundida por toda a nação, mesmo que os anos vindouros tenham alterado muitas propostas dos lados envolvidos no conflito e os rumos políticos que a guerra despontava. A maneira como a

⁶ Id. Ibidem. p. 25.

⁷ De PAULA, Jeziel. Op. Cit. p. 250.

⁸ HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 17.

guerra foi encarada, o alistamento voluntário de vários sujeitos com experiências sociais distintas, além das intensas campanhas de legitimação e mobilização, são um modo de perceber como o Governo Provisório conseguiu sua consolidação diante da instabilidade que o acompanhava desde seu início. Os efeitos da vitória na guerra se estenderam pelos anos em que Getúlio Vargas esteve no poder.

Para averiguar e aprofundar essas questões é necessário pensá-las em uma vertente que amplie os horizontes de análise dos eventos políticos, e para isso, as considerações da Nova, mas não tão nova assim, História Política são fundamentais. René Rémond e outros autores, congregados em seu já clássico livro sobre o tema, apontam para uma nova análise dos eventos políticos com a sociedade. Para eles, a nova história política “se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento”.⁹ Dessa forma, mesmo a Guerra de 1932 sendo mensurada em 85 dias, iniciou-se em 9 de julho e terminou em 2 de outubro do mesmo ano, ela teve complexas ligações com outros eventos mais longos, como a chamada “Revolução de 30”, sua política administrativa, as diversas Interventorias estaduais, os projetos de República e Constituições que se confrontavam, as reformulações do Exército Brasileiro, a seca nordestina, dentre outros. Não há como analisar essa guerra sem atentar as simultâneas relações desses fatores com o conflito nacional. Mais uma vez com as palavras de René Rémond: “Certas situações ampliam o campo político: em tempo de guerra, o que não é político?”.¹⁰

Para entender esse campo político iniciado com a Guerra de 1932, é importante ver a multiplicidade de trajetórias envolvidas com o conflito. Por mais que esse trabalho tenha como tema central um conflito bélico, suas páginas não tratam de trincheiras ou estratégias militares, mas das várias formas de envolvimento de diversos sujeitos com a Guerra de 1932. Tendo como eixo a formação dos batalhões provisórios que foram enviados aos campos militares, o foco de análise não pode ser restrito a eles: “Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história

⁹ RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 34. A primeira edição francesa desse livro é de 1988, e a brasileira de 1996.

¹⁰ Id. Ibidem. p. 443

mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados”.¹¹ Nas páginas que seguem, assim, apareceram generais, sargentos, tenentes, ministros, políticos, jornalistas e oficiais, mas também camponeses, operários, retirantes e desertores que viveram essa guerra a partir de suas próprias experiências sociais. Entender as relações entre o Ceará e a Guerra de 1932 a partir de várias formas de envolvimento de diversos sujeitos é o principal objetivo deste trabalho.

As relações entre o Governo Provisório e diversos setores da população cearense são complexas e estão inseridas em um contexto maior de apoio que o recém empossado governo Vargas possuía no “norte”. Esse apoio foi concretizado de diversas formas. Uma delas – senão a principal, pelo menos a mais visível – também estava explícita no convite acima citado: o envio de tropas para a luta armada em defesa do Governo Provisório. Como lembra Dulce Pandolfi:

Esse papel desempenhado pelo Norte frente às forças sulistas é tão importante que dois anos após o movimento revolucionário de 30, quando da Revolução Paulista de 32, um dos mais efetivos apoios políticos recebidos pelo Governo Provisório viria dos estados dessa região. Além de um aliado das primeiras horas é apenas no Norte que se realizaram mobilizações populares em apoio a Vargas e, conseqüentemente, em protesto ao movimento constitucionalista.¹²

Essas mobilizações populares no Ceará resultaram no envio de seis batalhões a São Paulo, sendo dois escalões oficiais do 23º Batalhão de Caçadores e outros quatro de caráter provisório, formados por combatentes voluntários.

Ao iniciar as pesquisas sobre essas tropas, dei ênfase na análise da imprensa cearense, a partir de jornais da capital e do interior. Nessas fontes, me surpreendi com enorme quantidade de material sobre a guerra, produzidos por diversos sujeitos. Além dos jornalistas que compunham os quadros da imprensa local, várias pessoas escreveram aos jornais demonstrando apoio ao Governo Provisório e dialogando com os diversos discursos que definiam a guerra. Em uma extensa sessão publicada diariamente, inúmeros telegramas e

¹¹ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004. p.12.

¹² PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 347.

cartas de apoio vindos de todo o estado revelavam a presença e a força dos apoiadores do Governo Provisório, ao mesmo tempo em que apresentavam importantes elementos da organização de muitos municípios relacionados à guerra.

Em suas páginas, a imprensa também abriu espaços para comunicados e notas oficiais da Interventoria local, revelando os posicionamentos oficiais sobre a guerra. Mesmo estando estampado na imprensa, esse material possui uma lógica própria apesar da sintonia com o meio no qual eram publicadas. A imprensa cearense durante a Guerra de 1932 passou por uma reconfiguração, na qual os assuntos bélicos foram hegemônicos em suas páginas, sendo mais numerosos que os relacionados à seca que fazia-se presente na região. A estiagem, nesse momento, surgia essencialmente relacionada à guerra, sempre em um tom que destacava os méritos do governo em relação às posturas que estava adotando.

Além disso, a imprensa enfatizou intensamente o impacto que a guerra teve no estado, mostrando como, cotidianamente, os cidadãos conviviam com a guerra e as diversas manifestações de apoio que procuravam mostrar a proximidade do conflito, mesmo tendo o campo bélico a muitos quilômetros de distância. O constante ambiente de otimismo favorável também estava presente nas poucas notas sobre movimentos contrários ao Governo Provisório que aconteceram no Ceará. Os silêncios relacionados a isso já constituem um forte indício para averiguar sua abrangência e força.

Outro grupo de fontes de grande importância para a pesquisa foram as documentações referentes à Interventoria, como os livros de minutas de ofício e publicações de relatórios e decretos oficiais. Esses documentos produzidos buscavam ser objetivos e diretos, sempre marcados por discursos técnicos e administrativos, nos quais o agente direto de suas falas eram funcionários do Estado. Mas, ao serem analisados em uma outra perspectiva, podem revelar interessantes aspectos, como o funcionamento dos órgãos responsáveis pela formação dos batalhões provisórios e táticas de vários sujeitos noticiados em relação ao alistamento voluntário, mesmo que, muitas vezes, nessas fontes, eles não passem de números para os dados estatais.

Outras fontes significantes, além dessas, foram os depoimentos e memórias de sujeitos que estiveram envolvidos com a Guerra de 1932. Por

esses meios, é possível acompanhar os batalhões mais de perto, a partir de uma visão interna de participantes desse processo. Muito do que é relatado por essas pessoas não esteve estampado em outros documentos. Esses depoimentos não foram colhidos por mim, mas felizmente esse rico material faz parte de acervos de importantes instituições de pesquisas. Em alguns livros de memórias há referências a Guerra de 1932 no Ceará, e nessas poucas páginas surgem diversos aspectos da organização e tensões acerca do envolvimento com os batalhões. Assim, há a possibilidade de ver a formação dos batalhões a partir da visão dos alistados e envolvidos nas tropas, sendo um meio possível de analisar “brechas” no processo ao mesmo tempo em que constituem um contraponto às versões oficiais.

Esse material constituiu a base inicial da pesquisa, sendo o eixo que norteou a organização da dissertação. Contudo, com as pesquisas em arquivos na cidade do Rio de Janeiro foi possível ampliar a profundidade das questões aqui levantadas. Examinando diversos documentos no Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), foi possível ver a formação dos batalhões provisórios cearenses a partir do olhar do Governo Provisório e das Forças Armadas, aliando a análise local com as discussões nacionais em torno dessas tropas. Por vários telegramas, consideraram-se os diálogos entre várias esferas do governo, percebendo como o Governo Provisório requereu a ajuda dos demais estados. Mesmo com a grande contribuição desse material, fica a sensação de inconclusão, diante das incontáveis fontes referentes a este guerra ainda não analisadas com profundidade, e a certeza que esses arquivos ainda guardam muitas histórias, além da dos voluntários, a serem contadas. A Guerra de 1932 foi nacional, e a documentação sobre ela nesses arquivos faz jus a seu tamanho.

Assim, diante de todo esse material a organização da dissertação foi pensada.

No primeiro capítulo busco entender o processo de legitimação para a guerra a partir dos discursos de diversos sujeitos e instituições envolvidas com a defesa do Governo Provisório. Era necessário deixar claro que a guerra era justa, e para isso foram utilizados dois elementos centrais. O primeiro deles foi o significado que a chamada “Revolução de 30” teve para a região e as

mudanças na política nacional que o governo, fruto desse processo, propunha. Para isso, uma série de discursos que tinham como base uma memória histórica da Primeira República justificavam a guerra, justamente por a vitória do lado inimigo representar o retorno àquele passado tido como nefasto. O segundo ponto diz respeito à seca, já que o momento de calamidade causado pela estiagem foi um ponto central para, efetivamente, o Governo Provisório atuar na região e mostrar que realmente novos tempos se iniciaram. Buscando fazer um contraponto com essa intensa produção de discursos favoráveis à guerra, analiso as ações de vários sujeitos a favor da causa paulista e/ou contra o governo de Getúlio Vargas. Essas pessoas agiam de várias formas, desde produzindo boatos para desmobilizar e assustar a população como tentando arrematar forças para a luta contra Getúlio Vargas. Apesar das diversas suspeitas e de muitos sujeitos anônimos que chamaram a atenção da Interventoria, pelo menos um desses movimentos necessitou de uma efetiva ação por parte do governo, já que seu principal articulador foi um líder político-operário que tinha significativa relevância no cenário nacional: Severino Sombra.

No segundo capítulo me debruço sobre o processo de mobilização para a guerra, que procurava atrair cada vez mais pessoas para as fileiras de alistamento, assim como envolver toda a população com o combate. Pelas diversas ações analisadas, fica patente que o apoio que o Governo Provisório almejava não poderia se resumir aos alistados. Quanto mais a população o apoiasse, mais fácil seria impedir o alastramento da guerra pelo país, assim como se reafirmaria no poder, já que as incertezas desse momento político se arrastavam desde o movimento de 1930. Para isso, dois caminhos estão interligados. O primeiro deles foi o impacto que a campanha paulista de mobilização teve no Ceará. Em São Paulo foram amplamente divulgados textos e imagens que exaltavam os valores do espírito bandeirante e paulista, alguns desses até falando em separatismo. Esse intenso ambiente que exaltava São Paulo não ficou circunscrito àquele estado, já que diversos discursos dialogaram com esse material e os contestaram, justamente tendo como arma a vertente contrária: um questionamento profundo dos ideais paulistas e uma valorização nordestina.

Aliado a isso, houve várias manifestações que ocorreram no estado durante a guerra, oriundas de diversas entidades e pessoas, das mais variadas formas, como *mettings*, passeatas, comícios, distribuição de panfletos, desfiles, campanhas de arrecadação de dinheiro para os alistados e festivais, buscando mobilizar a população para a guerra. Dezenas de matérias de outros jornais do país, editoriais, entrevistas, notícias e boletins oficiais vindos do Palácio do Catete mostravam, ao mesmo tempo em que construía, o clima de guerra que agitava e mobilizava o Ceará. O último elemento da mobilização refere-se à estrutura montada pelo Governo Provisório e Interventoria para receber os alistados. Intimamente ligada às determinações federais oriundas do Governo Provisório e do Exército Nacional, a estrutura dos batalhões ramificou-se em todo o estado, buscando facilitar a chegada dos soldados no *front* de guerra. Mesmo com a intensa articulação e verbas para tal fim, essa construção não foi livre de tensões e dificuldades, tanto envolvendo os líderes federais como a estrutura local.

No último capítulo, procuro averiguar o processo de alistamento e o ingresso de diversos sujeitos nas tropas voluntárias. Em um primeiro momento analiso o ingresso de retirantes nas forças provisórias motivados pela situação de calamidade oriunda da seca. Nesse sentido, houve um estímulo por parte da Interventoria para o ingresso desses sujeitos nas tropas. Isso só pode ser percebido a partir da documentação oficial, pois os jornais praticamente não fizeram referência à entrada deles nas fileiras voluntárias. Apesar do grande número de retirantes, outras pessoas com trajetórias não ligadas à seca diretamente compunham as forças cearenses: trabalhadores, funcionários públicos, promotores, empregados do comércio de Fortaleza, reservistas do Exército. Com o alistamento desses últimos, foi possível aproximar mais a formação das tropas com as Forças Armadas e com as transformações que o Exército vinha passando, como a introdução do alistamento obrigatório. Os outros sujeitos que ingressaram estavam ligados às diversas ações da Interventoria e do Governo Provisório, como as campanhas de legitimação e mobilização, mostrando a eficiência desses processos. Por último, finalizo analisando as tensões e os problemas envolvendo o alistamento, tendo como eixo ações de diversos sujeitos. O número de desertores foi significativo, assim como as medidas da Interventoria envolvendo o combate a esse problema.

Além disso, diversas pessoas envolvidas com a formação dos batalhões revelaram problemas com o alistamento, como desorganizações, denúncias de irregularidades e falta de pagamentos.

Dessa forma, e tendo em mente todas essas questões, busco uma nova compreensão da Guerra de 1932, apontando outros elementos antes esquecidos ou pouco lembrados, procurando fugir de explicações generalizantes e superficiais, que analisam essa guerra sempre com o foco em São Paulo. Frank D. McCann, em uma longa passagem, afirma que:

Essa guerra civil gerou o mito de que ela foi responsável por impelir Vargas a reconstitucionalizar o país. Mas como vimos, ele já havia marcado eleições para a Assembléia Constituinte, e seu diário deixa claro que seus sentimentos privados coincidiam com os que ele expressava em público. Longe de contribuir para o governo constitucional, a rebelião paulista acrescentou desnecessariamente mortes, despesas, confusão, traições e indisciplina a uma situação já farta de tudo isso; na verdade, provavelmente contribuiu mais para pavimentar o caminho para a ditadura cinco anos depois. O argumento de que a revolta forçou Vargas a cumprir sua promessa de providenciar uma convenção constitucional baseou-se na idéia de que ele era profundamente insincero e, se não fosse a pressão paulista, teria evitado formar a convenção. Como provar que ele estava ou não sendo sincero? A ausência de provas permitiu aos paulistas declarar que seu sacrifício não fora em vão. Mas a publicação, em 1995, do diário secreto de Getúlio deitou por terra esse argumento, pois agora sabemos o que ele estava dizendo a si mesmo naquela época. (...) O apressado retorno do país ao governo constitucional já estava a caminho, com data de eleição marcada para 3 de maio de 1933, quando a guerra começou. As reivindicações de autonomia estadual pelos paulistas haviam sido atendidas, inclusive com a transferência do comandante da região militar. Vargas observou que os paulistas haviam ficado tão satisfeitos com o governo do estado que ele nomeara que o haviam mantido por todo o período da revolta. (...) No mínimo, é hora de os historiadores reexaminarem a revolta paulista de 1932.¹³

Espero que este trabalho contribua com este reexame. Se não por suas conclusões, ao menos pelas novas questões levantadas.

¹³ McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 419-420.

Capítulo 01

Legitimação

1.1 As discussões sobre o movimento de 1930 durante a Guerra de 1932: A “impatriótica tentativa de reconquista do poder por parte de nossos maiores inimigos”

Pedro de Toledo, no dia 10 de julho de 1932, pouco depois de ser aclamado governador de São Paulo, como uma das primeiras medidas da guerra que fora iniciada no dia anterior, afirmava em seu comunicado à nação que “São Paulo não tem outra aspiração senão a ordem legal, a paz, o trabalho, dentro da grande pátria brasileira, una e indivisível, governada pelo voto livre de todos os brasileiros”.¹⁴

No manifesto oficial dos revoltosos paulistas, publicado dias depois, assinado pelos líderes Gal. Izidoro Dias Lopes, Gal. Bertoldo Klinger, Francisco Morato, Armando de Paula Salles, além do referido governador, dizia-se que o movimento tinha como objetivo imediato “pôr em vigor imediatamente a Constituição de 24 de fevereiro de 1891”, antes do preparo e funcionamento da nova Assembléia Constituinte.¹⁵

Com essas palavras, algumas reivindicações que justificavam a luta para São Paulo ficam claras: a ordem legal no Brasil contra a ditadura e a favor do voto livre, ao mesmo tempo em que pregava-se a necessidade do retorno ao regime constitucional. A constitucionalização, em oposição ao regime de exceção estabelecido por Getúlio Vargas desde sua subida ao poder em outubro de 1930, assim, era o grande eixo da luta, imortalizada no nome mais recorrente da guerra, “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Se, no Estado bandeirante, a chamada “Revolução de 30” não foi esquecida para justificar a guerra, por parte do Governo Provisório e seus aliados não seria diferente. As apropriações desse movimento político, no lado varguista do *front*, são utilizadas em vários momentos da guerra, oriundos de diversos setores da sociedade, constituindo-se como o elemento central da legitimação da luta contra São Paulo.

Desde as primeiras manifestações oficiais, os objetivos e interesses dos lados envolvidos na guerra começaram a ser definidos, a partir dessa ótica.

¹⁴ *Apud* DONATO, Hernani. **História da Revolução de 1932**. São Paulo: IBRASA, 2002. p. 92.

¹⁵ Jornal O Estado de São Paulo, 13 de julho de 1932, *Apud* CARONE, Edgar. **O Tenentismo: Acontecimentos – Personagens – Programas**. São Paulo: Difel, 1975. p. 215.

Dois dias depois do início do conflito, a imprensa cearense publicou, em primeira página, um pronunciamento oficial do secretário da Interventoria, Waldemar Monteiro. Nele, o tenente afirmava que “estão á frente do movimento os mesmos chefes perrepistas, maiores responsáveis pela degradação a que chegou o país e que o povo brasileiro expulsou do poder em outubro de 1930”. Mais adiante, dizia que “o senhor chefe do Governo Provisório, apoiado pelas forças do Exército, pela Marinha Nacional, polícias estaduais e pelo povo, mantem-se no firme propósito de dar combate decisivo aos inimigos da Revolução”.¹⁶

No dia seguinte, é a vez do próprio chefe da nação se pronunciar. Em um telegrama destinado a todo o país, Getúlio Vargas comunicava que:

o movimento sedicioso, de caráter nitidamente reacionário irrompido em São Paulo (...) vem interromper a atividade do Governo Provisório precisamente no momento em que está a colher os primeiros frutos da sua vasta obra de reconstrução econômica e financeira e em que traça rumos firmes e definitivos no sentido de em data prefixada devolver o país ao regime constitucional.¹⁷

Nessas duas passagens fica claro que, para o Governo estabelecido, a luta que se iniciara foi articulada pelos chefes do Partido Republicano Paulista (“perrepistas”), expoente maior das práticas políticas que marcaram os anos iniciais da República¹⁸ e a que o atual Governo se propunha a por fim desde outubro de 1930. O processo de tomada do poder pelos elementos da Aliança Liberal é profundamente debatido na historiografia brasileira, sendo cercado de posicionamentos diferentes sobre seus rumos, marcos e conclusões.¹⁹

¹⁶ Nota Oficial da Interventoria Cearense, publicada em: *Jornal O Nordeste*, 11 de julho de 1932 e *Jornal O Povo*, 11 de julho de 1932.

¹⁷ Nota Oficial do Presidente da República, publicada em: *Jornal O Nordeste*, 12 de julho de 1932 e *Jornal O Povo*, 12 de julho de 1932.

¹⁸ “O coronelismo era a aliança desses chefes [políticos locais] com a presidência dos estados e desses com o presidente da República. Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos”. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 42.

¹⁹ Sobre as discussões historiográficas acerca do movimento de 1930, Boris Fausto e Edgar De Decca possuem posicionamentos distintos, que marcam a análise sobre o período. Para o primeiro, o movimento de 1930 está relacionado com um conflito entres as elites e representa uma ruptura, marcada pelo fim da hegemonia da burguesia cafeeira e o início de grandes mudanças na ação do Estado. Para o segundo, a “Revolução de 30” é um marco construído pelos vitoriosos do movimento para estabelecer seu poder e “provocar o esquecimento” das lutas políticas que marcam o ano de 1928, com forte ação do Bloco Operário Camponês.

Entretanto, se há um consenso é o de que nos anos 30 a sociedade brasileira iniciava um processo de transformação que a alteraria substancialmente, e muitas das explicações para esse processo passam pelo Governo de Getúlio Vargas.

A Guerra de 1932 estava nesse bojo, em que confrontos de projetos de nação encontravam-se em plena ebulição e em discussão na sociedade, e o movimento de 1930 passou a ser um elemento utilizado pelos lados em conflito para legitimarem-se: se, de um lado, a guerra foi pela constitucionalização usurpada desde 1930, para o outro ela representava a defesa dos ideais do Governo que estavam sendo ameaçados militarmente por São Paulo. Nesse contexto de mudanças visando o futuro, o passado não poderia ser esquecido, tornando-se uma arma fundamental. Não poderia haver um “futuro” a ser alcançado sem um “passado” apropriado.

Em sintonia com as duas notas oficiais citadas acima, que atribuem a luta aos líderes decaídos de outrora, o interventor cearense, Roberto Carneiro de Mendonça, afirmava que:

O Ceará, que no regime decaído viveu espoliado, que nunca teve o direito de ser ouvido e cujos clamores nos seus momentos mais difíceis, salvo excepcionalmente, jamais encontraram eco, não pode vacilar ante a investida de exploradores de todos os tempos. Foi com a vitória da revolução que o Ceará conheceu a liberdade; com Ela alcançou o direito de ser ouvido; somente após o triunfo dos ideais revolucionários, foi olhado com interesse a que por todos os títulos faz jus. (...) Como, pois, admitimos que o nosso Estado, que com tanto brilho auxiliou a queda dos exploradores do Brasil, assista, indiferente, á impatriótica tentativa de reconquista do poder por parte de nossos maiores inimigos! (...) Cearenses, pela dignidade do Ceará, pelo Brasil unido e forte: Às armas!²⁰

As palavras do interventor convocavam para a guerra em defesa do Governo, que estava propondo um novo modelo de política nacional que daria atenção ao Estado, ao contrário de como foi desenvolvido nos governos anteriores, definidos agora como os “nossos maiores inimigos”. Segundo Simone de Souza:

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30 – Historiografia e História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978 e De DECCA, Edgar. **1930 – O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

²⁰ Nota Oficial do Interventor Federal do Ceará Roberto Carneiro de Mendonça, publicada em: *Jornal O Nordeste*, 18 de julho de 1932.

A ‘Revolução de 30’ é considerada, para o Nordeste, o momento de sua redenção política e econômica. Com o processo de marginalização em que era colocada a região desde a Primeira República, segundo o pensamento de sua elite política, a Revolução iria proporcionar ao Nordeste a abertura de um espaço para a participação mais efetiva na vida política do país.²¹

O alcance dessas idéias ia além dos círculos políticos oficiais, pois o movimento havia conquistado muita adesão popular e grande penetração na região.²² Várias manifestações que dialogavam com esse discurso legitimador da defesa do Governo Provisório e de seu projeto de nação originavam-se de diversas partes da sociedade.

Os dois jornais cearenses de maior circulação na época – *O Povo* e *O Nordeste* – também apoiaram o Governo Vargas. O primeiro foi fundado, em 1928, por Demócrito Rocha, ativo participante do movimento político de 1930 no Ceará, enquanto o segundo, iniciado em 1922, era o jornal da Arquidiocese de Fortaleza. Segundo João Alfredo de Souza Montenegro, para Demócrito Rocha, *O Nordeste* seria “o órgão da imprensa mais reacionário, mais ultramontano, mais obscurantista de toda a América do Sul, quiçá de todo o mundo”.²³ Mesmo com os vínculos políticos díspares, e com certa rivalidade, os dois periódicos se manifestaram favoravelmente a Vargas durante a Guerra de 1932, tendo motivações comuns em virtude do contexto. Em um editorial o qual o próprio Demócrito Rocha assinava, o ilustre jornalista dizia que:

Naquele tempo [antes de 30], nós, os da imprensa livre, pedíamos apenas um favor unico: o de não nos mandarem assassinar. Os candidatos contrários aos detentores do poder reclamavam somente a verdade eleitoral. O governo, porem, fazia das funções públicas armas heróicas para impedir o voto e contrariar as consciencias. Os adversários eram demitidos sem forma de processo e sem motivos de ordem funcional. (...) Os juizes ou se prestavam a fraudar o alistamento e os pleitos, ou entravam comodamente no goso de licenças ou no desempenho de comissões para deixaram o campo aberto aos maiores escandalos, ou passavam a sofrer perseguições de toda especie. (...) Hoje, felizmente, triunfantes os ideais que nos

²¹ SOUZA, Simone de. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1982. pp. 14-15

²² PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 345.

²³ MONTENEGRO, João Alfredo de Souza e CAMPOS, Moreira. **Demócrito Rocha – O poeta e o jornalista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989. p. 51.

custaram dez anos de sacrifícios e penosa adversidade, todos esses costumes desapareceram, batidos pela vitória da Revolução. (...) Tudo, pois convida reerguermos a bandeira idealista dentro do campo cívico, a que ela sempre foi destinada e donde os corifeus do regime deposto tentaram por longos anos retirá-la. (...) Seja nosso lema a ideologia revolucionária, em sua diafama pureza, livre de quaisquer vestígios dos costumes antigos, banidos do solo pátrio, como nefasto ao regime. (...) Comparai o presente com o passado e vamos lutar!²⁴

Nesses termos, a luta que era travada tinha como ponto central uma maior liberdade, tanto de imprensa como eleitoral. A legalidade dessas práticas arbitrárias, de certa maneira, figurava na Constituição de 1891, filha do “regime deposto” iniciado em 1889. Nesses anos, foram justamente o processo eleitoral e as manipulações públicas que asseguraram as vitórias dos candidatos oficiais. Maria Efigênia Lage Resende é clara nesse ponto:

Assim, embora a Constituição de 1891 amplie juridicamente a participação política pelo voto e pelo direito de associação e reunião, a realidade que se impõe é uma verdadeira negação da idéia de participação política. A violência contida em um enorme aparato repressivo manifesta-se (...) pelo aparato de violência e repressão a quaisquer tipos de manifestações sociais; por uma visão atávica de que a questão social é caso de polícia; pelo falseamento das eleições.²⁵

O regime anterior a 1930 tinha sua consolidação legal na referida constituição, e lutar contra os seus idealizadores era também fazê-lo contra ela e por processos políticos que permitissem uma participação mais efetiva das regiões mais afastadas do jogo político do eixo paulista. A centralização política, dessa forma, era bem vista por alguns setores políticos – por exemplo, o tenentismo, que apoiou Vargas desde a campanha presidencial e tinha uma forte influência na região Nordeste. Durante a guerra, uma nota destinada “ao povo brasileiro”, assinada pelo ministro José Américo e vários interventores, entre os quais os da Bahia, Pará, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará reafirmavam o apoio “do Norte” ao Governo Provisório, negavam as “mentiras” sobre possíveis apoios a São Paulo e concluíam dizendo estarem

²⁴ Jornal *O Povo*, 28 de julho de 1932.

²⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo Oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 102.

“dispostos a todos os sacrifícios pela Dictadura”.²⁶ Em 1931, apenas dois (Pernambuco e Paraíba) dos 11 interventores da região não eram militares. Eles se definiam como opositores das práticas oligárquicas da chamada “República Velha” e acreditavam que a constitucionalização imediata do país poderia ser uma possibilidade de volta ao regime anterior a 1930, sendo a ditadura um estágio necessário pelo qual a sociedade brasileira deveria passar.²⁷

As ligações entre Demócrito Rocha, e o seu jornal *O Povo*, com as idéias tenentistas são assim explicadas por João Alfredo Montenegro:

Demócrito, desde cedo, e coerentemente, se apegava a uma mensagem progressista, forrada das mais lúcidas inspirações, originárias principalmente de uma cultura política que ia se sedimentando nos anos de 20 até desembocar no ideário da Aliança Liberal, do Tenentismo, a preparar o movimento de 30. Uma cultura política que não mais abandonaria, constituindo a base axiológica que o levaria a desenvolver uma visão mais aprofundada da realidade nacional, das carências estruturais do Nordeste, do Ceará, fundamentando a concepção que apresentava do projeto modernizador plantado por Getúlio Vargas.²⁸

No que se refere a *O Nordeste*, as bases que levavam à legitimação eram diferentes. O periódico católico assumiu a defesa do Governo logo após outubro de 30, pois, segundo Aloísio Martins Pinto, “Getúlio Vargas, ao assumir o governo, dispôs-se a pactuar com a cúpula eclesiástica que, ao certificar-se que o movimento ‘não era de origem comunista’, aliou-se aos vencedores de 30 e passou a lutar no sentido de edificar nova ordem vinculada a um ‘caráter nitidamente cristão’”.²⁹ Sobre a ligação entre a Igreja Católica e o Governo de Getúlio, Robert Levine explica que:

A Igreja Católica Romana brasileira desempenhou um papel-chave para que o apoio ao governo provisório se consolidasse. Na virada do século, a hierarquia da Igreja decidira adotar uma postura social conservadora, e, portanto, observou bem de perto a campanha pela eleição de Vargas. Trabalhando por intermédio do cardeal

²⁶ Nota publica no Jornal *O Nordeste*, 21 de julho de 1932.

²⁷ Sobre isso, ver PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro. Op. Cit.

²⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Souza e CAMPOS, Moreira. Op. Cit. pp. 83-84.

²⁹ PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das trevas: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 – 1932)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2005. p.125.

conservador Sebastião Leme, que cultivava o apoio de Vargas desde o início do governo provisório em 1930, os nacionalistas católicos procuraram mobilizar a opinião pública e “recristianizar” o Brasil, que, desde, o começo da República separara formalmente a Igreja do Estado.³⁰

Esse pacto entre a Igreja Católica e o movimento de 30 foi reafirmado com a Guerra de 1932, apesar de não ter tido o apoio da Igreja Católica paulista, que esteve ao lado dos revoltosos.³¹ O discurso da Igreja possuía o mesmo tom de crítica e desqualificação das justificativas dos revoltosos, mas outros elementos entravam em jogo.

Um deles é o já anunciado medo do Comunismo. Neste contexto da guerra, a luta, além das motivações injustificadas, provocava a fraqueza interna da nação, “que nunca precisou ser mais unida para se defender do inimigo comum: o comunismo”.³² Os “políticos paulistas” que lançaram São Paulo em uma “aventura arriscada e ingloria” não perceberam “um perigo bem maior para a nacionalidade: o perigo comunista”.³³ Nesse momento de incertezas e instabilidade, uma guerra dentro das fronteiras do país poderia abrir margem para um temor maior da Igreja, o Comunismo, que já assustava certos grupos desde o final da década de 1920.³⁴

Em vários editoriais, a imprensa católica deixava claro que “as fraudes e as violências, as malversações e as injustiças levaram a primeira republica a inevitável ruína e as garantias individuais ao escarnio das turbas”.³⁵ Advertiam também que:

Convem não se confiar, de ora em diante, nas cavilações dos velhos políticos, com as theorias rançosas, a pretenderem reimplantar no país o liberalismo corruptor, que deu com a nossa democracia no

³⁰ LEVINE, Robert. **Pai dos pobres? O Brasil na era Vargas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. pp. 61-62.

³¹ Marco Antonio Villa afirma que “A igreja Católica, tendo à frente Dom Duarte Leopoldo e Silva, teve papel destacado nos acontecimentos apoiando abertamente o movimento constitucionalista”. VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 52.

³² *Jornal O Nordeste*, 25 de agosto de 1932.

³³ *Jornal O Nordeste*, 10 de agosto de 1932.

³⁴ “A ameaça de alteração do padrão ou modelo político-social do liberalismo que vigora no Brasil é tensão permanente desde a década de 20. (...) O comunismo e o fascismo – fenômenos políticos recentes – aparecem então como duas possibilidades concretas de transformação do liberalismo, sendo apontados como um perigo ou não, conforme a posição da vertente política que analisa as suas possibilidades”. BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. pp. 201-202.

³⁵ *Jornal O Nordeste*, 25 de julho de 1932.

barathro da mais completa desmoralização. (...) É o voto o pretexto de exploração. Por meio das eleições falsas conseguiram dominar todas as forças conscientes da nação. Dentro de quarenta annos, reduziram a pobreza o Estado, aniquilaram o nosso credito, contraíram empréstimos os mais desvantajosos do mundo.³⁶

Continuando a crítica, surge outro fator que legitimava a luta contra os articuladores da guerra e tudo que o antigo modelo de República do Brasil representava, possuindo fortes vínculos com as discussões apresentadas acima:

Para conseguirmos, portanto, reparar os vicios do regime, temos, em primeiro logar, que promulgar uma Constituição vasada nas realidades da nossa existencia e depois fazer com que os representantes da nossa soberania acatem, como devem, as prescripções dessa Carta Magna. A voz da Nação em peso reclama, não ha duvida, que se tenham em conta os direitos dos nossos concidadãos. Isso, porém, não será jamais obtido, si não se salvuardarem os direitos divinos. É indispensavel que o Christo seja reintegrado nas instituições do Brasil. (...) O laicismo levou a democracia de 89 a fallencia irremediavel.³⁷ Dentro de quarenta annos, reduziram a pobresa o Estado, aniquilaram o nosso credito, contraíram empréstimos os mais desvantajosos do mundo e, o que era imprescindivel para justificação de taes atos aberrantes da honestidade civica, tentaram apagar nas consciencias a crença tradicional do nosso povo. A liberdade religiosa era (...) a licença desenfreada para todos os desatinos do pensamento.³⁸

Nesse momento de disputas em torno da constitucionalização, ou não, do país, a Igreja procurava se (re)afirmar nas esferas do poder nacional, e a disputa pelo fim do caráter laico da constituição tornou-se uma plataforma de luta contra o regime deposto, e sua Carta de 1891. Não à toa, para a imprensa católica do Ceará, entre as causas da guerra e de muitos males que assolavam a nação também devem ser destacadas as perdas dos valores da moral religiosa do antigo modelo republicano, que “tentaram apagar nas consciencias a crença tradicional do nosso povo”.

O arcebispo de Fortaleza também se expressou nos mesmos moldes. Para Dom Manoel, “é gravissima a situação da pátria” e no Ceará aliam-se “dois flagellos: a secca do nordeste e a guerra civil do sul”. Para o reverendo, é

³⁶ Jornal *O Nordeste*, 29 de julho de 1932.

³⁷ Jornal *O Nordeste*, 28 de julho de 1932.

³⁸ Jornal *O Nordeste*, 29 de julho de 1932.

claro que “o mundo está sendo castigado” e estão “negando a Deus em nome da sciencia”. Diante disso se questiona: “Quem não vê que a crise de hoje é sobretudo moral? (...) O que devemos fazer?”. Para ele, o “equilíbrio” só se restaurará quando a voz do “Divino Pastor” voltar a ser escutada, e “os meios para isto são a oração, que impetra a graça, e a penitencia, que repara o peccado”:

Façamos penitencia, ao menos aquella que é estrictamente necessaria para evitar o peccado, como contrair as paixões, cumprir os deveres do estado proprio, ainda que custe guarda a fidelidade conjugal, fugir das diversões escandalosas, evitar a indecencia no vestir, sobretudo nas praias de banho, onde christãs renunciam ao mais elementar pudor e se tornam alliadas do inimigo das almas para arrastal-as ao peccado e á condemnação.³⁹

Com as palavras do arcebispo, percebe-se que o impacto da guerra no Ceará é utilizado para reafirmar certos preceitos católicos diante da “crise moral” que tomava conta da sociedade, ligada ao caráter laico da constituição de 1891. A Igreja entendia que nessa conjuntura de mudanças, iniciada em 1930, era hora de lutar por seus interesses, e o novo Governo seria um forte aliado.

A imprensa, nesse sentido, atuou como um elemento que trabalhava na construção da legitimação da guerra contra São Paulo, com muitos elementos em comum com os outros articuladores, mas também com algumas especificidades. Mais do que os discursos produzidos por estes órgãos, eles aparecem como veículo em que significativos representantes, como Demócrito Rocha e Dom Manoel, expõem suas idéias, tendo na palavra escrita, nesse momento de perturbação bélica, uma arma na luta de seus ideais e interesses políticos.⁴⁰

Todavia, nas páginas dos periódicos, eram publicadas muitas cartas de pessoas, que não eram ligadas diretamente aos jornais ou à Interventoria, mas tratavam desse tema, revelando que as discussões sobre a legitimação, que

³⁹ Nota “Ao Revdmo. Clero e aos Fieis da Archidiocese de Fortaleza” publicada em *Jornal O Nordeste*, 06 de agosto de 1932.

⁴⁰ Muitos trabalhos tratam da relação entre imprensa e política, mas destaco dois de fundamental importância para as reflexões aqui apresentadas: CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo – imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 e RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Neste último, ver especialmente os capítulos *A opinião pública*, *A mídia* e *As palavras*.

relacionavam a guerra com a chegada de Vargas ao poder e o modelo político deposto, eram bastante difundidas na sociedade cearense, onde muitos se expressavam em sintonia com as idéias favoráveis ao Governo Provisório.

Esaú Accioly, engenheiro agrônomo, em carta datada de 21 de julho de 1932 e oriunda de Rio Formoso, publicada n' *O Nordeste*, mostrou de uma maneira muito aguda as críticas a São Paulo que circulavam no Estado. Para o missivista, “a rebelião paulista é o contrapeso da desgraça com que São Paulo quer completar a miséria que legou a população do Brasil”. Mais adiante prossegue na acusação:

O Estado de São Paulo arrazou as finanças do nosso país, com a maldita valorização do café.(...) São Paulo, que vive de grande favores da nação, tem progredido, tem prosperado, se bem que asphixiado todo o Norte. (...) Somos victimas, para não dizer escravos brancos, da política anti-economica dos paulistas, que, possuídos dum nativismo unico, dizem em toda a parte que São Paulo é a cellula nuclear do Brasil.

O autor continuou afirmando que, por exemplo, se o Pará tivesse recebido, por dez anos seguidos, um quinto da ajuda que o Estado bandeirante recebeu do Catete desde 1889 já teria uma vida comercial mais próspera do que a do próprio São Paulo. Fica claro que, graças ao esquecimento do restante do país por parte da República, São Paulo é o mais rico Estado da federação, “que é comparado pelos paulistas como uma locomotiva monstruosa conduzindo 19 carros vazios”, mas, “como os tempos mudaram, e com elles os costumes, os paulistas estão na roedeira...”⁴¹

Essa idéia de locomotiva⁴² que conduz o país alimentou muito as discussões sobre os revoltosos, o novo Governo e a unidade da nação. Em um pequeno texto, intitulado “Vamos acabar com a historia da ‘locomotiva’”, afirmava-se que São Paulo realmente é uma locomotiva, “e de luxo”, mas questiona:

Perguntamos, porém: donde lhe vae o combustivel para accionar as machinas? Esse *combustivel* quem o oferece é a União. Vae dos *vinte e um carros vasios*. Vasios por terem sido esvasiados para dar

⁴¹ Jornal *O Nordeste*, 27 de julho de 1932.

⁴² Essa frase é atribuída ao político e médico baiano Artur Neiva (1880 – 1943), que viveu e trabalhou por muito tempo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

*pressão á locomotiva. (...) O machinista e o foguista – o Brasil e o Congresso – até agora só se preocuparam com abarrotar a caldeira da locomotiva. (...) Em resumo: S. Paulo, inegavelmente, depois de tudo, é motivo de orgulho nacional. Mas selô ia qualquer outro Estado que gozasse de todas as regalias, de todos os favores, que em mais de cem annos lhe vem outorgando o Governo. Qualquer um dos carros vasilos poderia ser a locomotiva. É preciso acabar com essa historia. S. Paulo tem sido o que o Brasil tem querido que elle seja. Grande, poderoso, rico, e forte, porque do Amazonas ao Prata, do Atlantico aos confins do Matto Grosso nada mais se tem feito do que concorrer para isso. Enalteçam se os seus meritos e a sua opulencia, mas, por Deus, não se desdenhe da nossa modestia.*⁴³

Fica claro que para as discussões no Ceará, e no Nordeste, a pujança de São Paulo foi baseada nos privilégios que o modelo político anterior a 30 oferecia ao Estado. Não se questionava a sua riqueza, mas o preço que as outras unidades da federação tinham que pagar em benefício dos paulistas. Os apoiadores do movimento de 1930 no Norte do país acreditavam que o novo Governo colocaria fim a esse processo, agindo de maneira mais igualitária, em relação à distribuição de recursos para toda a nação, principalmente para os Estados mais desfavorecidos economicamente.

Segundo Dulce Pandolfi,

Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. (...) Na verdade, para o Norte, a redefinição do jogo político provocada pelo movimento revolucionário de 30, atingindo as bases de sustentação e de domínio político dos estados do Sul, poderia possibilitar a retomada de uma participação mais expressiva a nível nacional.⁴⁴

Dentro desse contexto, algumas entidades representativas de classes se manifestaram também a favor do Governo oficial. Uma matéria do jornal *Diário da Manhã*, de Recife, e publicada no *O Nordeste* de 25 de julho de 1932 dizia que:

O presidente da Associação Commercial [de Recife], sr. Seraphim Vallandro, discursando, na sessão daquela sociedade, condemnou,

⁴³ Jornal *O Nordeste*, 23 de agosto de 1932.

⁴⁴ PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. pp. 342-343.

vehementemente, as perturbações que se vêm operando no país com a rebelião de São Paulo. Disse que as classes conservadoras cumpram com o dever de cooperar com o governo para o restabelecimento da ordem e da paz, alheias, como são, ás competições e lutas estereis e pessoas.

No Ceará, o Centro dos Importadores de Fortaleza enviou dois comunicados, assinados pelo seu presidente J. F. Alves Teixeira, ao Governo. O primeiro deles, destinado ao interventor Carneiro de Mendonça, afirmava que “ante o desenrolar dos fatos que tingem do sangue irmão o solo pátrio, apresenta a v. excia. seu apoio moral e sua inteira solidariedade, neste momento angustioso, em que, devido ao gesto impatriótico de reacionários, lavra em S. Paulo o germe da discordia”.⁴⁵ O segundo, endereçado a Getúlio Vargas, tinha o mesmo teor de idéias: “Centro Importadores Fortaleza sociedade homens comercio vem perante vossencia lançar formal protesto contra reacionarios arrastam sem finalidade dignificante pais luta fatricida”.⁴⁶

Entidades representantes dos trabalhadores também se movimentaram, condenando e legitimando a luta com a mesma sintonia das outras manifestações. Foram enviados telegramas do Centro Artístico Tauaense, Associação Comercial, Associação Auxiliares do Comércio, União Artística – todas de Iguatu –, Instituto Cearense de Contabilidade⁴⁷ e da Associação Comercial de Baturité.⁴⁸ Em todas essas correspondências, repetiram-se o tom de solidariedade à Interventoria e defesa do Governo Provisório. Em uma manifestação pública promovida pela Legião Cearense do Trabalho, vários de seus líderes falaram sobre a guerra. Eduardo Carvalho, em seu discurso, “atacou, altivamente, os políticos costumazes e pertubadores da ordem” e o “integralista e acadêmico” Hugo Vitor se expressou sobre a guerra, afirmando que:

O Brasil não póde continuar á mercê de meia duzia de politiqueiros sem ideal, que, durante quarenta e dois annos de Republica, nada mais fizeram, em sentido geral, do que negar o sentido da Democracia e enxovalhar os mais sagrados direitos da nacionalidade, de que o norte é o cerne que se não verga. Nós, nordestinos e nortistas, não seriamos apenas insensatos, mas

⁴⁵ Jornal *O Povo*, 25 de julho de 1932 e Jornal *O Nordeste* de 26 de julho de 1932.

⁴⁶ Jornal *O Nordeste*, 29 de julho de 1932.

⁴⁷ Jornal *O Povo*, 22 de julho de 1932.

⁴⁸ Jornal *O Povo*, 03 de agosto de 1932.

injustos e mal agradecidos, si não reconhecessemos quanto por nós tem feito o Governo Provisório.⁴⁹

Outra organização proletária do Ceará se pronunciou nos seguintes termos:

A Fenix Caixeiral encarnado os anseios da classe que representa não pode ser indiferente ás angustias que no momento a Nação atravessa (...) Do ponto de vista moral e patriótico a luta entre a ditadura e os elementos constitucionalista que contra ela se rebelaram produz os mais desalentadores resultados, com perspectivas sombrias para a Nação.⁵⁰

Analisando esses discursos que procuravam legitimar o conflito junto à população, fica claro que o eixo central para a luta contra os inimigos era o medo do retorno do passado anterior a 1930. Esses diversos textos construíam uma memória histórica sobre a Primeira República e a “Revolução de 30” no contexto da Guerra de 1932.

Entendo por memória histórica uma forma de consciência do passado que se constitui não apenas pela recordação, mas pretende-se também uma compreensão do pretérito, que pode ser construída por um ator político institucional, como o Estado, que visa obter legitimação e coesão de um grupo. Nas palavras de Marie-Claire Lavabre:

É, portanto, menos da parte da história do que da memória que a noção de “memória histórica” possa encontrar um sentido. (...) Poderemos, assim, concordar que a memória histórica descreve não o acontecimento real ou a experiência e, portanto, as lembranças - ela é, talvez, própria da memória coletiva -, mas o movimento pelo qual os conflitos e os interesses do presente complementam a história. Uma história sem memória histórica acabará como letra morta, vazia de efeitos. Chamaremos memória histórica aos usos do passado e da história feitos pelos grupos sociais, partidos, Igrejas, nações ou Estados. Apropriações dominantes ou dominadas, plurais e seletivas, em qualquer situação, marcadas pelo selo do anacronismo, da semelhança entre o passado e o presente. A história propriamente dita terá, portanto, como seu princípio, senão a unidade, pelo menos a crítica das memórias históricas e o estabelecimento das diferenças entre o passado e o presente.⁵¹

⁴⁹ Jornal *O Nordeste*, 14 de julho de 1932.

⁵⁰ Jornal *O Nordeste*, 16 de setembro de 1932 e Jornal *O Povo*, 26 de setembro de 1932.

⁵¹ LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001. p. 242.

Nessa construção, a Primeira República surgia como um período negro para a nação, em que o federalismo que a marcou favorecia exacerbadamente São Paulo, tornando-o a “locomotiva nacional”, enquanto o restante do país sofria com a falta de atenção por parte dos poderes públicos. Essa política, ainda segundo esta narrativa, levou o Brasil à crise econômica pela qual a nação passava, ligada diretamente às ações públicas em torno das exportações de café. Os líderes políticos desses anos perpetuavam-se no poder através de práticas eleitorais corruptas e de violências aos opositores, tendo como base a Constituição de 1891. Contudo, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, esse passado estava sepultado. Não à toa, esse movimento tinha sido uma “revolução”, a “Revolução de 30”.

Edgard De Decca, mesmo com outros objetivos e conclusões em seu trabalho, ao analisar a construção da memória histórica sobre o Governo Vargas afirma que:

A memória histórica do vencedor da luta política não poderia ter prescindido da categoria de revolução para alcançar sua legitimação no conjunto social – e daí a idéia de revolução. Porque o aparecer das classes sociais constitui um campo simbólico no qual o termo “revolução” qualificava o lugar em que os homens deveriam produzir a história – e esse lugar era criado de várias maneiras, a partir de propostas diferentes de revolução – e o vencedor da luta política em torno de trinta não pôde se expressar a não ser no fato de ter feito uma revolução – unitária e monolítica – e tal idéia, suprimindo as propostas políticas de outras classes e frações de classe, refaz na memória o próprio lugar da história, legitimando ao mesmo tempo o poder político do vencedor.⁵²

Essas diversas manifestações, nesse modo, comprovam que a construção da legitimação no Ceará, articulada pelo Governo Provisório e seus apoiadores, buscava conquistar aliados para a defesa de seus ideais a partir de uma argumentação baseada no passado. Nesse momento conturbado da nação, reforçar a trajetória política e as supostas conquistas e mudanças que promoveram significava mais que se opor ao inimigo: era também legitimar seu poder.

⁵² De DECCA, Edgar. Op. Cit. p. 75.

Dessa forma, percebe-se que a legitimação, tendo como eixo central a construção dessa memória histórica sobre os primeiros anos da República brasileira, foi construída e difundida por diversos setores da sociedade, em busca de um consenso.⁵³ Raymond Williams explica sobre consenso que:

O uso geral, relativo a um acordo de opinião existente, via de regra se modifica sutilmente em sua aplicação política. Política de consenso pode significar, a partir do sentido geral, políticas realizadas com base em um conjunto existente de opiniões concordantes. Também pode referir-se, e na prática o fez com frequência, a uma política que evita ou elude as diferenças ou divisões de opinião numa tentativa de ‘consolidar o centro’ ou ‘chegar a um termo médio’. (...) Trata-se de uma palavra de uso difícil hoje, em um espectro que vai desde o sentido positivo de busca de concordância geral, passando pelo sentido de assentimento relativamente passivo ou mesmo inconsciente, até a sugestão de um tipo ‘manipulador’ de política que procura construir uma ‘maioria silenciosa’ como a base de poder, a partir da qual se podem excluir ou reprimir os movimentos ou as idéias dissidentes.

Portanto, a construção da legitimação e a busca por aliados no Ceará durante a Guerra de 1932 não pode ser reduzida a um simples ato oficial do interventor, representante do Governo Provisório no Estado. Ao contrário, é necessário ver as relações com o processo maior que se apresenta, iniciado, de certa forma, com a tomada de poder por Vargas dois anos antes. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista como diversos setores da sociedade apoiavam o Governo Vargas e dialogavam com as suas expectativas e realizações. A construção da legitimação estava relacionada ao contexto do “Norte”, em ligação com um projeto de nação iniciado em outubro de 1930. Em uma “décima”, o pernambucano João Barreto expressou bem essa conjuntura de apoio e conflitos ligados à Guerra de 1932:

O dever tudo suplanta...
 Patriotas, esperae...
 É que a nação se levanta
 E afinal São Paulo cae.
 Si a bôa causa lhe falta
 E a nossa campanha é alta
 E avançam sempre os heróes,

⁵³ WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 107-108.

Fica o povo unido e forte...
 Quem fala é o peso do Norte
 E o peso agüentamos nós.⁵⁴

1.2 As medidas de combate à seca de 1932 que legitimam a defesa do Governo Provisório: “A benemérita acção dos poderes públicos federaes nesta faixa devastada pelo maior flagello da nossa história”

Em nota oficial, o Clube 3 de Outubro do Ceará, reduto político do tenentismo⁵⁵, afirmava que:

É justamente nesta hora, em que o benemérito governo instituído pela Revolução, presta a mais carinhosa e eficiente assistencia de que ha noticia na história das secas, ás victimas da fome, que os políticos corruptos e ineptos se alliam para, na sua insensibilidade moral pela causa do povo o Nordeste, tentarem mais um ludibrio á liberdade e uma traição ao povo brasileiro.⁵⁶

Nessas palavras, um dos órgãos mais envolvidos na defesa do Governo Provisório, na sua ramificação no Ceará, aliava o conflito bélico nacional com a crise climática do Nordeste, que aconteciam concomitantemente. A guerra que movimentava toda a nação ocorreu durante a seca de 1932, que desde janeiro mostrava seu terrível flagelo aos cearenses. Esse fenômeno tornou-se um elemento determinante para compreender as ações políticas, econômicas e sociais que marcaram o Ceará nesse momento de instabilidade e de disputas nacionais em torno de maior espaço na participação política.

Acreditando na possibilidade de uma nova política nacional gerida pelo Governo Vargas, como foi explicitado no tópico anterior, largos setores da população cearense – e nordestina – passaram a acreditar que as mudanças

⁵⁴ Jornal *O Nordeste*, 17 de agosto de 1932.

⁵⁵ “O exemplo mais conhecido, dentre as iniciativas voltadas para a criação de uma organização aglutinadora das forças ‘revolucionárias’, foi o Clube 3 de Outubro, fundado no primeiro semestre de 1931, por Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, como ‘núcleo do futuro partido nacional’ (...) O Clube 3 de Outubro foi uma entidade criada pala cúpula governista, que, contando com a participação tenentista, buscou formas de neutralizar as resistências oligárquicas aos desígnios do novo grupo no poder.” PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 64 e 65.

⁵⁶ Nota Oficial do Club 3 de Outubro do Ceará, publicada em: Jornal *O Povo*, 21 de julho de 1932 e Jornal *O Nordeste*, 21 de julho de 1932.

prometidas pela Aliança Liberal poderiam significar o começo de rumos mais prósperos para a região e, durante esses dois eventos de grande mobilização e impacto, a seca e a guerra, era necessária uma ação mais ostensiva do novo Governo e de seus apoiadores, mostrando efetivamente suas propostas e projetos para o país. O combate à seca e ao antigo sistema político se fundiram como elementos legitimadores da defesa feita ao Governo Provisório.

Em sua nota oficial sobre a guerra, o interventor assegurava que “os que assistiram às crises climáticas de 77, 15 e 19, são unânimes em proclamar que nunca se viu tanto interesse e tão humanitária assistência como nesse doloroso transe que vivemos”.⁵⁷ Nas três secas anteriores citadas por Carneiro de Mendonça, a proposta de combate aos males vinculados a ela possuía um outro caráter. Mesmo existindo verbas federais e estaduais destinadas a socorros públicos, “ao que parece, o governo do Estado, quis deixar ao máximo possível por conta das instituições de caridade, ou da caridade individual, o atendimento à população de retirantes”.⁵⁸ Nesses anos, a prática da caridade teve uma ação mais efetiva do que as medidas governamentais. Com o novo contexto político, a relação entre o Governo e a seca foi alterada:

Neste novo contexto político do pós-30, de centralização do Estado, a seca de 1932 foi entendida, desde o início, como uma “questão nacional”, ligada à segurança pública, a ser enfrentada através da conjugação dos vários órgãos oficiais ligados à assistência social e pública. A coincidência da seca com a “crise paulista” (...) foi outro fator que ajudou a criar esta interpretação. Ao contrário das secas anteriores, os governos federal (Ministério de Viação e Obras Públicas e Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS) e estadual (Departamento das Secas, criado especialmente para esta seca) se articulam planejadamente, pela primeira vez, para evitar as migrações e todas as questões decorrentes da mobilização dos camponeses.⁵⁹

Nesse sentido, em várias discussões sobre a guerra, a seca aparecia como um elemento que legitimava a luta contra São Paulo e o antigo modelo

⁵⁷ Nota Oficial da Interventoria Cearense, publicada em: *Jornal O Nordeste*, 11 de julho de 1932 e *Jornal O Povo*, 11 de julho de 1932.

⁵⁸ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretária de Cultura e Desporto, 2000. p. 90.

⁵⁹ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. p. 117. Levine chega a ir mais longe: “Vargas também prestou uma atenção sem precedentes aos problemas do imenso sertão nordestino, paralisado pela seca e pela escassa produção agrícola.” LEVINE, Robert. Op. Cit. p. 50.

político de governo, pois, durante a calamidade social originária da estiagem, as propostas do novo sistema deveriam ser efetivadas. E de certa maneira foram.

Em editorial sobre as ações do Governo Provisório durante a seca, O *Nordeste* se pronunciava nesses termos: “É esta a benemérita acção dos poderes públicos federaes nesta faixa devastada pelo maior flagello da nossa história. O estacionamento dessas obras de salvação collectiva será uma hecatombe impossivel siquer de imaginar”.⁶⁰ De uma forma mais direta, continuava em outro dia:

Saibamos reconhecer na attitude do governo a firme e nobre comprehensão do seu dever de não permitir que brasileiros morram de fome na sua propria Patria. Temos que proclamar que foi este o primeiro governo republicano que cumpriu a honesta obrigação de considerar os nordestinos no mesmo pé de igualdade dos brasileiros do sul.⁶¹

Esses discursos estavam em sintonia com a recente política de combate à seca adotada, fruto do novo Governo. A Aliança Liberal já anunciava a necessidade de combater essa calamidade no 15º item de seu programa, ao propor “a solução do problema das secas, promovendo a execução de obras permanentes”.⁶² Além disso, a forma diferente como a crise climática estava sendo tratada podia ser vista através de várias medidas que foram executadas para minorar seus efeitos. A Interventoria promulgara três importantes decretos referentes aos impactos da seca no Estado: o primeiro procurava interferir no mercado de alimentos para garantir um abastecimento mínimo e preços razoáveis; o segundo abria crédito para socorro dos flagelados; e, por último, criava o Departamento de Secas para organizar e articular as ações de combate.⁶³

Os campos de concentração também faziam parte desta política efetiva de combate às mazelas sociais vindas com a seca, principalmente no que diz respeito à chegada de retirantes a Fortaleza. Esses campos consistiam em locais onde os flagelados eram confinados, para não chegarem às cidades, e receber assistência e alimentos. Em 1915, apenas um foi construído, mas em

⁶⁰ Jornal *O Nordeste*, 22 de setembro de 1932.

⁶¹ Jornal *O Nordeste*, 08 de agosto de 1932.

⁶² Apud. SOUZA, Simone de. Op. Cit. p. 46.

⁶³ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. p.122.

1932 foram sete campos nas cidades de Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza. Em janeiro de 1933, foram registradas 89.431 pessoas confinadas nos Campos.⁶⁴

A imprensa também destacava outras medidas governamentais com esse mesmo intuito: “a 51.000 delles [flagelados] foi distribuido trabalho pela Inspectoria das Seccas e 10.000 se acham em serviço na Rêde Viação Cearense. Nos campos de concentração, localizados em diversos municipios, existem, ainda, sem occupação, cerca de 73.000 pessoas”.⁶⁵ Pouco mais de um mês depois, a imprensa noticiou que “sabemos, por exemplo, que para a manutenção dos serviços de socorros até 31 de outubro, foi aberto um crédito de 38 mil contos. Ha cerca de 500 mil pessôas sustentadas, em todo o nordeste, com esses recursos”.⁶⁶ Sobre esse suposto crédito, os jornais comentaram que:

O governo provisório, em decreto recentissimo, criou uma avultada verba de 38 mil contos de reis para atender a continuação dos inumeros serviços publicos que está mandando intensificar no Nordeste Brasileiro, a fim de atenuar os efeitos horrorosos da fome e da miséria que assolam os povos dos Estados secos. (...) A falta de numerario para o custeio de varias construções no Nordeste já se fazia sentir, criando dificuldades administrativas que poderiam prejudicar seriamente os intuitos louvaveis do governo da Nação. Felismente, com esta acertada providencia dos altos poderes da Republica, desapareceu o espantelho que aterrorizava os encarregados de abastecer de viveres os milhares de operarios empregados nas referidas construções. Resta agora, somente, que o pais volte aos felizes dias de tranquilidade que sempre desfrutou.⁶⁷

Para a imprensa aliada, o Governo Provisório estava fazendo de tudo para minorar os efeitos da seca, mas o conflito prejudicava esta ajuda. Nesse contexto de ação pública em relação à seca, a guerra iniciada em São Paulo foi entendida como um elemento que veio diminuir a atenção do país para a região Nordeste nesse momento de calamidade. Nos periódicos, esse problema aparecia com um tom bastante ácido:

⁶⁴ RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza, Museu do Ceará/ SECULT, 2004 e NEVES, Frederico de Castro. Op. cit. pp. 82-87 e 122-129.

⁶⁵ Jornal *O Nordeste*, 20 de julho de 1932.

⁶⁶ Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 1932.

⁶⁷ Jornal *A Ordem*, 27 de julho de 1932.

Não é um movimento patriótico: é um golpe de loucura em que o egoísmo bastardo procura transpor a linha traçada pela dignidade, sem outro intuito que não seja o de restaurar o imperio daquela malsinada hegemonia política que, por tanto tempo, feitorou as posições públicas e submeteu o norte do país a um cativo da Babilônia, transformando a República (...) nesse macro parasita que devorava os frutos do trabalho e o suor do povo ludibriado, explorado, escarnecido e quase sempre impedido de escolher os seus legítimos representantes. Mas não meçamos apenas o egoísmo dos nossos irmãos paulistas: avaliemos o seu menosprezo á dôr humana, convulsionando e sacrificando o país nesta fase calamitosa em que o Governo Provisorio e seus interventores nordestinos procuram salvar milhares de vidas que se esbatem nos estertores da angustia e da fome, vendo o espectro da sêca a apagar “a ultima braza da lareira da miseria”.⁶⁸

Para o autor do texto, com o objetivo de restaurar o modelo político anterior, os paulistas começaram a guerra. A República que defendiam dominava os recursos públicos, submetendo “o norte do país a um cativo da Babilônia”. Além desse “egoísmo,” havia “seu menosprezo á dôr humana”, já que a guerra iniciou-se durante a seca, quando o Governo Provisório e a Interventoria “procuram salvar milhares de vidas que se esbatem nos estertores da angustia e da fome”. Em outras palavras, além dos valores políticos injustificados, havia falta de solidariedade, já que no Nordeste havia um outro combate bem mais cruel e que ceifava mais vidas: a seca.

Mesmo com as turbulências desse momento, o apoio do Governo Provisório permaneceu. Outras notícias publicadas na imprensa local atestavam que “não obstante as atribulações e os gastos excepcionaes que a sublevação de São Paulo determinou, o governo provisório acaba de abrir um credito de trinta mil contos para as seccas do Nordeste”.⁶⁹ Até mesmo jornais do Rio de Janeiro defendiam a atenção do Governo para a calamidade do Nordeste e o mal que a guerra estava gerando para o espírito nacional. Em editorial do *Jornal do Commercio*, publicado na imprensa local⁷⁰, defendia-se “uma verba permanente que deve primar em nosso orçamento” para ajudar as vítimas nordestinas.

Dessa forma, a atenção desejada ao Nordeste durante a seca era através das verbas federais, mas não foi apenas a partir dos anos 1930 que grupos “nortistas” passaram a reclamar assistência ao Governo Federal nos

⁶⁸ Jornal *O Nordeste*, 23 de julho de 1932.

⁶⁹ Jornal *O Nordeste*, 10 de agosto de 1932.

⁷⁰ Jornal *O Nordeste*, 26 de julho de 1932.

momentos de escassez de chuvas. As elites políticas e econômicas da região já utilizavam, desde a crise que estava ocorrendo no final do século XIX, a seca como argumento central para explicar a situação em que se encontrava o “Norte” e para reivindicar maior atenção do Estado e da nação.⁷¹ Mesmo com toda a conjuntura que possibilitava acreditar na possível mudança de participação política nacional dos Estados da região, o que se percebe durante a estiagem é que:

Tratava-se de uma continuidade política com relação ao paternalismo oligárquico em suas formas mais elementares – a troca de favores, o benefício pessoal – que se procurava restaurar num momento de ruptura da ordem institucional. O que se pretendia com uma “participação mais efetiva na política do País” era a proximidade de grupos locais específicos com as esferas reconhecidas do poder federal, situadas em São Paulo e Rio de Janeiro.⁷²

Uma carta de J. Agostinho Filho, comentando a seca na cidade de Russas, no vale do Rio Jaguaribe, jogava com vários elementos em destaque no contexto da guerra e da política federal de combate, deixando claros muitos elementos da cena política durante a seca. Na missiva, seu autor afirmava que “ninguem desconhece o esforço deveras patriótico” do interventor de “atenuar o efeitos da tremenda calamidade que surpreendeu, no corrente ano, o povo cearense”. Reconhecia também que “as crises climáticas periódicas”, no Ceará, são “factor de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo, o maior elemento de progresso do nosso meio econômico”, já que “proveitemos os milhares de braços inactivos”. Assim, não titubeou ao pedir “o inicio dos trabalhos federaes no trecho [da estrada] Russas – Choró”, apelando para “a generosidade dos srs Interventor Federal e Inspector Geral das Seccas”.⁷³

Percebe-se a permanência dos elementos paternalistas, ao lado de um tom patriótico, onde a ação estatal era referendada pela generosidade e piedade dos políticos, que agiam de uma maneira descentralizada, utilizando a mão-de-obra abundante e ociosa nas obras públicas, geralmente beneficiando

⁷¹ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995. pp. 111-120.

⁷² NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 40, 2001. p. 110.

⁷³ Jornal *O Nordeste*, 21 de julho de 1932.

grupos políticos majoritários na região. As verbas públicas, na maioria das vezes, visavam o bem privado. Nesse sentido, nos momentos de seca, a disputa política nacional pelas verbas ficava em destaque. Nosso já conhecido engenheiro agrônomo Esaú Accioly, mais uma vez, escreveu aos jornais manifestando sua indignação sobre a guerra, agora tendo como mote a seca e a antiga política nacional. Em sua carta, afirmou que São Paulo “assenhoreou-se do Catete e do Tesouro da Nação e arrasou as finanças do Brasil, com a celebre valorização do café” e mesmo após outubro de 30, São Paulo continuou recebendo verbas federais para sua política econômica. Contudo, foi taxativo ao afirmar:

Recordo me ainda que, na secca de 15, o dr. Rodrigues Alves, ex presidente da República velha, então presidente do Estado de São Paulo, para offerecer cem contos de réis aos flagellados do Nordeste, reuniu o mundo official de São Paulo, afim de solenizar o acto da entrega dos cem contos, ao exmo. sr. D Manuel da Silva Gomes, muito digno Arcebispo do Ceará. O sr. dr. Rodrigues Alves pronunciou, na occasião, um discurso do tamanho dum bonde, e esclarecera nitidamente que os cem contos de réis eram uma dádiva do Estado de São Paulo, aos famintos dos três estados do Nordeste...

O missivista, indignado, concluiu:

Os cem contos de réis offerecidos aos nossos irmãos flagellados vieram do Tesouro da União, que ha poucos dias emprestou muitos milhares de contos de réis ao Estado de São Paulo, empréstimo que São Paulo não pagará, nunca. Assim é que os paulistas, com seu egoísmo e o seu nativismo extremistas, depois de arrazarem as finanças do país, arrebutaram, agora, a paz da nacionalidade.

As discussões, e possíveis usos, das verbas federais de combate à seca marcam o ano de 1932, tendo como elemento a guerra do mesmo ano. Por mais que muitas práticas oligárquicas permanecessem nas relações sociais do campo no Ceará, o novo contexto político pós-30 inaugura uma nova relação com o Governo federal, baseada em uma ação coordenada de combate aos seus efeitos. A seca como “questão nacional” faz parte do projeto de nação iniciado por Getúlio Vargas, que tem a “República Velha” e “São Paulo”, durante a Guerra de 1932, como os dois grandes inimigos desse novo modelo, pois representam o descaso que a região Nordeste sofreu nos anos iniciais da República no Brasil.

O maior destaque que São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul tinham na chamada “República Velha”, segundo Joseph Love, é explicado por um forte poder eleitoral, nos termos políticos da época, pois representavam cerca de metade dos votos nas eleições presidenciais, ao passo que também eram os Estados mais ricos do país, sobretudo São Paulo. O mesmo autor utiliza uma comparação para explicar sobre o “Norte” e esse jogo político:

A política “externa” dos estados nordestinos assemelhava-se à política das nações balcânicas entre o declínio do Império Otomano e o final da Segunda Guerra Mundial: eles cortejavam e tentavam apaziguar as ‘grandes potências’ (o governo federal e os três grandes estados), mas nas relações entre eles demonstravam um oportunismo cínico, e disputavam os favores dispensados pelo governo federal. Embora não entrassem em guerra uns com os outros sobre disputas territoriais existentes, como fizeram os regimes balcânicos contemporâneos em 1912-1913, os estados satélites brigavam na seara dos tribunais. Somava-se a isso o fato de que o presidente e as lideranças dos “três grandes” estados conseguirem, frequentemente, dividir as representações desses pequenos estados nas assembleias legislativas estaduais, reduzindo ainda mais seu limitado poder no âmbito federal.⁷⁴

A centralização do Governo Provisório, assim, representava uma distribuição mais igualitária das benesses da República, em contraposição às vantagens que o federalismo proporcionou para os Estados mais ricos economicamente. Dessa forma, como era de se esperar, as verbas federais de combate à seca cresceram substancialmente durante a guerra e depois dela. (Ver tabela 01)

TABELA 01:

Verbas destinadas pelo Governo Provisório ao combate à seca no Ceará

DATAS	VERBAS
20 de abril de 1932	260:000\$000
2 de maio de 1932	200:000\$000
11 de maio de 1932	200:000\$000
24 de maio de 1932	200:000\$000

⁷⁴ LOVE, Joseph L.. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 141.

8 de junho de 1932	200:000\$000
18 de agosto de 1932	650:000\$000
13 de setembro de 1932	700:000\$000
1º de novembro de 1932	800:000\$000
7 de dezembro de 1932	300:000\$000
14 de dezembro de 1932	500:000\$000
25 de janeiro de 1933	1.000:000\$000
1º de março de 1933	1.500:000\$000

FONTE: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

A ação forte e efetiva do Governo durante a crise climática que há tempos castiga a região surge, então, como um momento onde o novo Governo pode mostrar concretamente sua nova perspectiva de governar o país, o que é percebido através do crescente e constante aumento de verbas destinadas ao Estado durante a seca. Essa situação de crise social era significativa para determinar a nova relação entre o “Norte” e o Governo Provisório. Como se vê, as verbas cresceram consideravelmente desde o início do ano de 1932. Se em abril elas computavam 260:000\$000, em março do ano seguinte somavam 1.500:000\$000, ou seja, tinham aumentado quase 600%. A ausência registrada em julho de 1932 talvez se explique pelo início do conflito, já que a guerra demandava muitos recursos financeiros. Mesmo assim, o aumento contínuo era a garantia de que não se perderiam os aliados. Durante os meses em que aconteceram as batalhas, quando a guerra realmente tomava conta do país, houve um aumento vertiginoso: de 200:000\$000 em junho para 650:000\$000 em agosto, chegando a 800:000\$000 em novembro.

Para Vargas, o apoio dessa região representava um contraponto aos grupos políticos do sul e sudeste do país. A adesão que recebeu desde o movimento de 30, como já foi dito, foi ratificada na Guerra de 32: sendo o apoio oriundo de vários setores da sociedade cearense importante para o Governo durante a guerra que o contestava, nada mais normal que o Governo Provisório tivesse mais atenção com o Estado. Um correspondente do jornal *O Nordeste* em Maranguape, comentando a construção de uma estrada que ligaria esta

cidade a outros municípios e à capital, deixou clara essa relação envolvendo o apoio local e as verbas federais: “Ainda agora está o município de Maranguape, por onde passa uma extensão muito grande da estrada, enviando voluntarios para a defesa do governo e este povo não tem o direito de ser socorrido e beneficiado?”.⁷⁵

Nesse contexto, foi significativa a criação da Delegacia do Norte, no ano de 1931, cujo objetivo era alinhar os Estados nortistas com o “programa revolucionário”, em busca de maior autonomia para a região. Mesmo tendo sido extinta no final do mesmo ano de sua criação, a atuação do seu líder, o cearense Juarez Távora, que ganhou a alcunha de “Vice-Rei do Norte”, foi de grande importância, pois representava a presença de nomes políticos da região nos cargos de destaque do novo Governo.⁷⁶ Além dele, o paraibano José Américo de Almeida ganha grande destaque nesses anos, e durante a guerra não foi diferente. Estando à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, o ministro sempre foi tido como um aliado da região junto ao Governo Provisório. Sempre procurando dialogar com os políticos da região em busca de soluções para os problemas antigos, durante a Guerra de 1932, momento no qual o Governo Vargas mais necessitava mostrar que possuía o controle da situação política nacional e conseguir efetivamente o apoio de amplos setores do país, não foi diferente. Os jornais comentavam que:

É que enquanto no sul do país, levados por um egoísmo exagerado, milhares de homens provocam a alteração da ordem, (...) [o ministro José Américo] sem nenhuma tergiversação ou dubiedade, cumprindo um dever de mais sã patriotismo, manda que continuem as obras de emergência para a salvação dos nordestinos. Não podia haver num momento de serias preocupações como que o que atravessamos, quando já temíamos a suspensão de todos os serviços, – o que causaria uma verdadeira hecatombe – gesto mais digno e merecedor das mais francas simpatias.⁷⁷

Outro periódico foi mais longe nos elogios ao ministro:

O cearense recebe, nesta agitação histórica, a embaixada patriótica que nos transmite o ministro José Américo: “Qualquer que sejam as proporções da luta fratricida a que fomos arrastados, o governo não faltará com a assistência devida aos flagelados do Nordeste”. Ave,

⁷⁵ Jornal *O Nordeste*, 02 de setembro de 1932.

⁷⁶ PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascensão política. In: GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. 347.

⁷⁷ Jornal *Correio da Semana*, 16 de julho de 1932.

Zeamerico! Salve paraibano querido, orgulho da tua raça como a nossa sofredora. O teu nome ficará pra sempre na memória de todos nós com aquela mesma significação de amor e patriotismo que imortalizou o gêsto inconfundível do velho imperador brasileiro quando pensou em vender as pedrarias de sua corôa para salvar os cearense.⁷⁸

Dessa forma a imprensa ressaltava “á dedicação sem limites do valoroso ministro”⁷⁹ e por ser “figura da maior projeção no governo da Republica, dá nos penhor de que não nos faltará o concurso da União, diante da calamidade que nos assoberba”.⁸⁰ Mesmo com esse aliado nas altas esferas do poder federal, a conquista desse volume crescente de verbas foi um processo tenso, que envolveu grande articulação política. Em alguns telegramas trocados entre o interventor e o ministro, é possível perceber um pouco desse embate. Em um deles, Carneiro de Mendonça dizia que a condição no Ceará agravava-se e que “difficilima tem sido minha situação falta recursos tendo sido varias ameaças levantes concentrações falta genero sendo duas abafadas. Disciplina e ordem agora menos escala virtude afastamento officiaes Exercito que seguiram ‘front’”.⁸¹ O interventor demonstrava preocupação com a diminuição dos efetivos encarregados em conter possíveis revoltas dos flagelados, envolvidos agora nos batalhões destinados ao *front*. Para ele, era necessário aumentar o volume de recursos federais contra a seca para que as ameaças fossem dirimidas. Não foi publicada a resposta deste telegrama por parte do ministro, mas, como mostra a tabela acima, o volume de verbas só cresceu nesse período.

Não podemos reduzir as ações do Governo a uma simples ação de barganha para conseguir aliados no Nordeste para lutar contra os revoltosos de São Paulo. Na verdade, interesses maiores estavam em jogo nesse momento de crítica ferrenha, por parte do Estado mais rico da federação, ao Governo Provisório: era a disputa para conseguir implementar um plano de governo nacional em contraponto às antigas lideranças que dominaram a política nas primeiras décadas da República no país. Nessa guerra, era necessário, ao mesmo tempo em que procurava combater os insurgentes, consolidar seu projeto de governo, e os aliados eram fundamentais para isso.

⁷⁸ Jornal *A Ordem*, 30 de julho de 1932.

⁷⁹ Jornal *O Nordeste*, 26 de julho de 1932.

⁸⁰ Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 1932.

⁸¹ Jornal *O Nordeste*, 02 de setembro de 1932.

Dessa forma, a legitimação da defesa do Governo Provisório passava por essa discussão política de expectativas sobre o novo regime que se iniciara em 30 e as recentes ações contra a seca. No entanto, não podem ser pensadas com elementos isolados de uma elite política da região: essas idéias reverberavam por vários setores da população cearense, construindo um clima de defesa do Governo bastante difundido no Ceará.

Nesse clima, o já conhecido jornalista Demócrito Rocha, discursando durante as comemorações de aniversário do primeiro ano da Interventoria de Carneiro de Mendonça, afirmou em um tom avassalador:

Mas o Ceará (...) se se verificasse a hipótese impossível (...) de ser derrotado o Governo Provisorio, bem feitor do nordeste – na ultima trincheira, no ultimo reduto, o derradeiro soldado, de fusil em punho, defendendo a causa do Brasil, seria o soldado cearense, filho dessa gente brava que se enrijou na luta contra ingrata natureza.⁸²

Dessa forma, a pergunta de um editorial da imprensa aliada era válida: “haverá um cearense de boa fé que julgue os politicos de S. Paulo capazes de manter a assistencia que o atual governo provisorio nos concede, com tanta solicitude?”.⁸³

Para surpresa de muitos, o processo de construção da legitimação da Guerra de 32 contra São Paulo teve muitos adversários, que agiram no Estado procurando arregimentar apoiadores para a sua causa. Alguns desses tinham destaque nacional e figuravam na esfera federal de governo. E é sobre esse assunto que trata o próximo tópico.

1.3 Boateiros, suspeitos e a ação de Severino Sombra no Ceará: “Com a cooperação quasi unânime da população”

⁸² Jornal *O Povo*, 22 de setembro de 1932.

⁸³ Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 1932.

Os defensores do Governo Provisório no Ceará buscaram disseminar no Estado um clima de legitimação de defesa do Governo Vargas e condenação das motivações que levaram à guerra pelo lado paulista. Como veremos, essa campanha teve um efeito positivo, visto o número de aliados que se manifestaram favoravelmente e de diferentes formas, seja escrevendo cartas e telegramas de apoio ao Governo, participando das manifestações públicas promovidas pela Interventoria ou se alistando nos batalhões provisórios.

Entretanto, não podemos imaginar que existiu no Ceará uma unanimidade em relação aos apoiadores de Vargas. Vários embates revelaram as tensões sobre os novos rumos da política nacional e seus opositores. Durante a Guerra de 1932, esses sentimentos se exaltaram. Em seu relatório, comentando os anos em que esteve à frente da administração local, Carneiro de Mendonça afirmou que:

Nesse ambiente de cordialidade geral entre Governo e as forças productoras do Estado, rebentou a revolução paulista de 1932, que estava ramificada em várias unidades da Federação. O governo com as cautelas que o movimento exigia e com a cooperação quasi unânime da população, evitou que o Estado tivesse ensanguentado o seu solo, com luctas inglórias e injustificáveis. Nenhum plano de revolta teve começo de execução no Estado.⁸⁴

Mesmo tendo apresentado um clima otimista alguns anos depois da guerra, acredito que os governos federal e estadual tiveram bons motivos para se preocuparem com a ação de opositores no Ceará.

No jornal *O Povo*, em um editorial sugestivamente intitulado “O velho costume”, foi publicada uma crítica aos que aderiram aos ideais revolucionários na última hora: “Aqui, no Ceará, a 8 de Outubro, depois do embarque do presidente Matos Peixoto, foi um gosto ver-se a legião de ‘revolucionários’ que aparecem de lenço vermelho ao pescoço – os mesmo que ostentavam, de véspera, o lacinho verde e amarelo recebido de mãos palacianas, no mais retumbante entusiasmo”. Mais à frente, o articulista condenava um recente telegrama de apoio à Interventoria, vindo de Juazeiro e assinado por Modesto Costa:

⁸⁴ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

Não é que julgemos impossível haver o sr. Modesto Costa mudado de idéias e deixado de ser um perrepista rubro, um feroz maldizente da Revolução para se transformar em um revolucionário. Isso poderá ser um milagre de seu padrinho e chefe o revmo. Padre Cícero. Mas o que está a ver é a politicagem do autor do telegrama (...). Ora, o sr. Modesto Costa, para tomar essas atitudes, deveria ter sido revolucionário quando a revolução era uma causa incerta e perigosa e não agora que ela é uma triunfal realidade.⁸⁵

Condenando os apoiadores do último presidente do Estado e sua transformação em defensores do atual regime, o jornalista revela desconfiança com essa mudança, acreditando que os verdadeiros revolucionários do Ceará aderiram à causa quando ela ainda era duvidosa. Esses posicionamentos divergentes revelam uma disputa interna de poder, na qual o grupo que se mostrasse mais valoroso e próximo aos líderes nesse momento poderia ter maior envolvimento no novo Governo. Com a instabilidade advinda com a guerra, vários grupos se aproximaram da Interventoria buscando mais destaque.

Nem todos aqueles que eram pouco favoráveis ao Governo Provisório mudaram de opinião e, ao contrário, articularam ações visando promover e difundir seus ideais políticos. Menos de vinte dias depois de deflagrada a guerra, circulava na imprensa local um texto afirmando que há menos de um mês “os cearenses todos tiveram conhecimento de um manifesto político” assinado por políticos locais que “em *frente única* se declararam dispostos a trabalhar em prol da reconstitucionalização do paiz”:

Dito documento teve divulgação ampla, tendo sido a sua publicação precedida e seguida de entrevistas ruidosas não só de seus assignantes, como de alguns de seus ferrenhos opositores. Foi glosado nos cafés, nos palheiros ambientes familiares, nas rodas e rodinhas da praça. Provocou furores, indignações cheias de gestos, pasmos longos, algumas palidas e escondidas esperanças, e mesmo alegrias e entusiasmos rasgados. (...) E na memória de todos, bem gravado ficou que, entre coisas alegres, ou pueris, ou inócuas, ou ridículas, ditas todas solemnes e empertigadamente, os taes *frentistas* disseram-se solidarios *irrestrictos* e *incondicionais*, com frentistas outros, gaúchos e paulistas.

Mais na frente, o articulista não titubeou em dar os nomes da “*entente* constitucionalista” cearense: “João Thomé e Marinho, Thomaz Rodrigues e

⁸⁵ Jornal *O Povo*, 22 de julho de 1932.

Mello e Silva, José Accioly e Paulo Albuquerque, Ernesto Marinho e Paula Rodrigues”. E no final foi taxativo: “E em S. Paulo o [Francisco] Morato, e nos pampas o [Raul] Pilla, anciosos aguardam o radio anunciador do ataque ao 23 e a deposição facil do Carneiro de Mendonça...”⁸⁶

Segundo essa matéria, uma organização favorável à constitucionalização do país estava em preparo no Ceará, há algum tempo, e ainda sugeria que ela possuía ligações com as duas principais Frentes Únicas de oposição ao Governo Provisório: a paulista e a gaúcha, lideradas por Francisco Morato e Raul Pilla respectivamente. A Frente Única Paulista era composta pelo Partido Democrático e pelo Partido Republicano Paulista, divergentes de outrora, agora aliados para defenderem os seus interesses em São Paulo. Essa frente procurou formar alianças com outros Estados, conseguindo apoio em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Frente Única Gaúcha era formada por antigas lideranças sulistas e velhos opositores de Getúlio Vargas em seu Estado natal.⁸⁷ Esses indícios levam a crer que no Ceará a oposição ao Governo, por mais que reprimida e silenciada, possuía certa organização e procurava enfraquecer o apoio que o Governo Provisório tinha no Estado, utilizando para isso outros meios, como panfletos. Até mesmo seus inimigos políticos ressaltavam a difusão de suas palavras, mostrando certo temor na adesão de pessoas a esta causa.

Outro tipo de ação peculiar que ganhou notoriedade na cidade durante a guerra foi a difusão de boatos. Esses rumores, e todos os impactos políticos e sociais que podem ter em determinados contextos⁸⁸, tinham assuntos, abordagens e origens diferentes. A senhora Maria Alenquer foi vítima dos boateiros da cidade, que comunicavam-na da morte de seus dois filhos, músicos do 23º B.C. que estavam em São Paulo. Ela procurou a redação do jornal e apresentou diversos telegramas que vinha recebendo dos filhos, atestando o bom estado das tropas. O próprio periódico destinou pouca

⁸⁶ Jornal *O Nordeste*, 27 de julho de 1932. Todos os grifos no original.

⁸⁷ Uma análise mais profunda da formação da Frente Única Paulista e suas aliadas em BORGES, Vavy Pacheco. Op. Cit. pp. 48-50.

⁸⁸ Essas e outras considerações que inspiraram minhas reflexões sobre os rumores e boatos foram exploradas pela historiadora Arlette Farge, publicadas na forma de entrevista em *A modo de epílogo: Rumoreando com Arlette Farge*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. pp. 253-262.

credibilidade política e organizacional à obra: ela “só têm por fim inquietá la”⁸⁹. A senhora Adelia Rodrigues de Castro também procurou os jornais para desmentir o boato sobre a morte de seu irmão, José Rodrigues da Rocha. O jornal conclui que “não ha, pois fundamento na versão assoalhada pelos desocupados boateiros”.⁹⁰ Ada Bessa, outra vítima das mesmas mentiras, foi comunicada que seu marido, 3º sargento do 23º B.C., havia sido morto nos campos de batalha. Ela escreveu ao periódico informando que recebera um telegrama de seu esposo, no qual afirmara estar bem de saúde, e tendo em mente “desmascarar a todos os que se comprazem em boatejar noticias forjadas por amantes da mentira”.⁹¹

Esses casos têm alguns pontos em comum. Claramente tinham como objetivo espalhar temor em familiares de soldados, divulgando o falecimento durante a guerra. O impacto dessas notícias falsas não pode ser minimizado, já que as famílias procuravam os jornais para desmenti-las, provavelmente visando maior credibilidade na informação divulgada e propagando-a amplamente, já que, pelo que parece, os boatos corriam pela cidade. Além disso, essas falsas notícias abalavam o alistamento, espalhando que a morte estava próxima dos alistados embarcados para o *front*.

Sobre os boateiros, os periódicos afirmavam que “não contentes em espalhar, á surdina, toda sorte de boatos, desfavoráveis a legalidade os derrotistas andam falando alto pelos cafés, em toda parte”. Suas ações, ainda segundo o jornal, eram motivadas “ora por desabafar odios inconfessaveis, nascidos dos efeitos de medidas administrativas moralizadoras, ora por patriavelhismo, e ora por ruindade inata”. Sobre possíveis repressões as suas atitudes, não se poupavam críticas: “não se apercebem que si um dia fosse o governo levado a agir como os rebeldes em S. Paulo elles não teriam o direito de julgar violenta a lei marcial...”⁹²

Dois dias depois da publicação dessa matéria, em nota oficial, a Delegacia Auxiliar de Polícia comunicava à população cearense que:

De há muito vem sendo a cidade infestada de boatos, alguns tendenciosos e outros ingenuos e estultos, e que, para armar ao

⁸⁹ Jornal *O Povo*, 5 de setembro de 1932.

⁹⁰ Jornal *O Povo*, 27 de julho de 1932.

⁹¹ Jornal *O Povo*, 12 de setembro de 1932.

⁹² Jornal *O Nordeste*, 23 de agosto de 1932.

efeito, são veiculados como notícias promanadas de fontes seguras, taes como interceptação de radios e informações recebidas do sul. Até então, certa de que esses boatos não são levados a serio pela população, a policia despresava-os como improdutos e inconsequentes. Hontem, porém, foi desvendada uma das fontes reaes de onde as noticias tedenciosas, depois de inspiradas e redigidas, se irradiavam pela população, que era, destarte, ludibriada e illudida em sua bôa fé. O caso é que, em busca procedida no escriptorio do sr. Paes de Castro, foi encontrado o sr. Luis Baptista Vieira já conhecido da policia como boateiro verbal, redigindo numa machina dactilographica uma serie de “noticias” sobre a sedição paulista – producto de sua concepção reaccionarista, e que de certo, iriam correr pela cidade como as “ultimas novidades” chegadas do sul.⁹³

Procurando “prevenir o espirito publico”, a polícia transcreve a falsa nota: um telegrama enviado da cidade de Queluz, no qual o comandante das operações de combate pede ajuda e comboio para os feridos, insistindo no “lamentavel” estado das tropas. Neste caso, com Luis Baptista Vieira sendo definido como já conhecido boateiro e a polícia afirmando conhecer os boatos que circulavam, é possível pensar que esta arma política, durante a guerra, tenha tido uma maior repercussão na cidade. A explicação dada pela polícia para esta ação pautou-se no seu ideal político tido como “reaccionarista”, ou seja, alinhado com os que desejavam o retorno do antigo modelo político caído em 1930. Com essa atitude, visava-se favorecer o lado inimigo do Governo e lançar o medo na cidade, buscando desmobilizar a população cearense, já que noticiava derrotas das tropas varguistas e maior força do lado rebelde.

Em editorial comentando essas prisões, o jornal *O Povo* afirmava:

O boato é um microbio social que aproveita os momentos de extrema receptividade da alma coletiva, para na mesma infiltrar-se, propagando-se como a variola, em rosario, agravando-se de caso em caso, provocando delírio e deixando os pacientes mais ou menos cretinizados. (...) Vejam, portanto, os leitores, a que se reduzem os “comunicados” sem precedencia cujo objetivo é o de espalhar derrotismo nas fileiras dos que se colocam resolutamente ao lado da causa federal. A opinião publica deve orientar-se pelo o que diz o serviço telegrafico dos jornais.⁹⁴

Para a imprensa, o boato surgia como uma doença social que se propagava, prejudicando a população. Para evitar maiores problemas, era necessária atenção às notícias divulgadas, sendo assim recomendada maior

⁹³ Jornal *O Nordeste*, 25 de agosto de 1932.

⁹⁴ Jornal *O Povo*, 25 de agosto de 1932.

credibilidade às informações divulgadas pelos jornais aliados, evitando “derrotismo nas fileiras” aliadas. Essas notícias tinham maior impacto do que as referentes às possíveis mortes de soldados cearenses, pois tratavam do avanço dos inimigos. Essas informações sem a chancela do Governo Provisório realmente assustavam a Interventoria, e muitos desses boatos chegavam a Fortaleza pelos rádios.

Dez dias depois do início do conflito, os jornais publicavam um importante comunicado, originário de uma circular do Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos. Nela lia-se que:

Fica suspensa toda correspondencia telegrafica e radio originaria ou destinada estações compreendidas Estado de S. Paulo pt Correspondencia originaria ou destinada outras estações deverá ser redigida linguagem clara exceptuados telegramas de Estado e Banco Brasil.⁹⁵

Pela determinação, ficava proibida a comunicação com o Estado beligerante, via rádio ou correio. Até mesmo as outras correspondências deveriam ser escritas em “linguagem clara”. Essa medida visava barrar as diversas informações vindas diretamente de São Paulo, aumentando o controle sobre as informações a que a população teria acesso. Esse medo não era infundado, já que um posto de escuta situado na Bahia interceptou a seguinte comunicação:

Aos Reverendos arcebispo metropolitano monsenhor Quinderé e a imprensa do Estado do Ceará – Fortaleza. Concitem briosos heroicos cearenses confraternizarem tradicional ardor ideaes patrioticos grandioso movimento do glorioso povo paulista, pró-constitucionalização querida patria. São Paulo, 15 Julho. Rodrigues Sette, cearense⁹⁶

Essa comunicação telegráfica conclamava parte do clero cearense e os jornais locais a aderirem à causa paulista. Vindas diretamente de São Paulo, essas transmissões permitiam que os apoiadores dos constitucionalistas no Ceará tivessem um canal direto de comunicação com os inimigos do Governo Provisório, ao mesmo tempo em que davam maior repercussão aos discursos

⁹⁵ Jornal *O Nordeste*, 19 de julho de 1932.

⁹⁶ Arquivo Juraci Magalhães, Código JM, Pasta 1 nº 32.07.11. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Doravante, CPDOC – FGV.

destes por todo o país. Por esses meios, os aliados paulistas teriam como obter informações do lado rebelde, tendo assim subsídios para suas informações. Daí a postura da Interventoria e do Governo Provisório em tentar barrar essas comunicações. Apesar disso, parece que o sucesso foi relativo, pois até mesmo a imprensa aliada, meses depois, ainda falava de falsas notícias que circulavam vindas de São Paulo:

A Radio Educadora Paulista, a mesma que anunciou aos quatro ventos ter sido deposto Major Barata, exerceu ante hontem grande atividade irradiando para toda parte que haviam sido depostos os interventores Serôa da Mota, do Maranhão, e Carneiro de Mendonça, do Ceará, estando em luta o Rio Grande do Norte contra o interventor Bertino. Todos os aparelhos que, nesta capital, ouviram o radio paulista receberam a noticia da deposição do interventor do Ceará, não obstante s. exc. o sr. cap. Mendonça continua a frente do governo, arregimentando tropas para seguirem rumo ao Sul, afim de combater os inimigos da Revolução de 1930.⁹⁷

Os jornais não tinham como negar que muitas informações originárias de São Paulo tinham ampla propagação, mesmo com a proibição das comunicações diretas entre esses Estados. Essas notícias alimentavam boatos que se espalhavam por todo o Ceará, demandando atenção especial do Governo.

A interventoria preocupou-se com várias dessas ações, que procuraram aproveitar o momento de instabilidade nacional para conseguir abalar o poder e a organização local. No jornal *A Ordem*, da cidade de Sobral, no interior do Estado, foi publicada uma carta assinada por Vilebaldo Aguiar, natural de Massapê, na qual o missivista se mostrava decepcionado com a adulteração de um telegrama seu enviado ao interventor Carneiro de Mendonça e publicado no jornal da capital *Correio do Ceará*. Na publicação, o periódico foi “bordando comentarios ironicos e fazendo ao mesmo tempo pilheria que não se coaduna com a austeridade do decano da imprensa cearense”. O mais grave, porém, para o autor da carta, foi o aumento no número de voluntários de sua cidade destinados ao combate em São Paulo: segundo o jornal foram 12, enquanto ele afirmara nove. Indignado, disparou:

⁹⁷ Jornal *O Povo*, 20 de setembro de 1932.

Apesar de não ter oferecido os dose homens auxiliei neste municipio o nosso esforçado prefeito no alistamento de voluntarios para o primeiro batalhão provisório tendo seguido (9) nove homens, e se mais não foi, é porque reacionarios e derrotistas desta cidade que têm seu quartel general á praça da Matriz, pelos seus agentes, e por meios de boatos alarmantes, incutiam no povo que não devia ir servir de trincheira. Não tendo eu a menor parcela de autoridade no novo regimen nada tenho que ver com os boateiros e intusiastas da rebelião de S. Paulo nesta cidade, que estão com os joelhos calejados de faserem promessas pela vitoria de sua causa. Como cidadão brasileiro tenho os mesmo direitos, e eu simpatiso a causa da nação, representado pelos ideais de Outubro que tem amparado o Ceará.⁹⁸

Os boatos dos inimigos do Governo não se limitaram à capital cearense. Como apresentou o autor da carta, os boateiros estavam também articulados e estabelecidos nos municípios interioranos, conseguindo grande notoriedade para as suas ações, tanto que a culpa do limitado número de voluntários alistados na cidade foi atribuída justamente à ação dos “reacionários e derrotistas”. Também é possível perceber que a propagação desses ideais já era antiga, tanto que a sede do grupo era conhecida na cidade.

O temor da Interventoria com relação a essas manifestações que questionavam o Governo Provisório e pregavam a desmobilização da população diante da guerra foi expresso em um ofício destinado ao Chefe de Polícia do Estado e assinado por Waldemar Monteiro, Coronel Comandante Geral do Corpo de Segurança Pública, datado de 1º de setembro de 1932:

Afim de evitar a eficiencia das noticias alarmantes, espalhadas por boateiros, no interior do Estado, solicito vossas providencias a respeito, visto vir causando algumas dificuldades no alistamento para as forças provisórias, conforme se verifica nos telegramas inclusos.⁹⁹

Mesmo sem os referidos “telegramas inclusos”, é possível imaginar o teor de suas mensagens. A Interventoria foi comunicada oficialmente dessas

⁹⁸ Jornal *A Ordem*, 10 de setembro de 1932.

⁹⁹ Ofício nº 1079, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

práticas e tomou atitudes para reprimi-las. Outras ações no Estado tinham suspeitas de possuírem maior complexidade e articulação do que a propagação de boatos. Em nota oficial datada de 12 de agosto, a Chefatura de Polícia informou que:

No intuito de evitar comentários em torno das prisões ultimamente efetuadas esclarece que, logo após o início do levante em São Paulo, começou a colher informações de se estar concertando nesta capital um movimento sedicioso com o fim de depôr as autoridades estaduais. Em a noite de quarta feira ultima, recebeu denuncia de que o movimento se iniciaria no dia seguinte, em virtude de que foi ordenada a prisão do oficiais reformados do Corpo de Segurança Publica, capitães Peregrino Montenegro e José Galdino de Souza – pessoas denunciadas. Em poder deste foi encontrada uma relação de pessoas que deveriam ocupar varios cargos da alta administração do Estado, o que determinou a prisão dos srs. José de Carvalho Lima, Leiria de Andrade e Adauto de Alencar Fernandes. Tambem se encontra preso o dr. José Duarte Dantas que naquele dia pernoitava na casa do capitão Peregrino. A policia está procedendo a cuidadoso inquerito e, depois das indispensaveis averiguações, fará pôr em liberdade aqueles cuja a inculpabilidade for apurada, podendo a população permanecer tranqüila na certeza de que o Governo está suficientemente aparelhado e inteiramente amparado pelo povo para reprimir qualquer tentativa de sedição e punir com toda severidade os responsaveis.¹⁰⁰

Na comunicação oficial, o suposto movimento tinha um objetivo bem ambicioso: a tomada do poder local durante a guerra. Mesmo não sendo explícito, é forte o indício de que os líderes do movimento aproveitaram-se do conflito bélico para articular seu plano de ação para depor o interventor. A polícia afirmava estar atenta às acusações e pronta para investigá-las e reprimi-las, garantindo a tranqüilidade da população. No dia seguinte, os jornais atestaram a liberdade de José de Carvalho Lima, Leiria de Andrade e Adauto Fernandes,¹⁰¹ mas tal fato mereceu ser notificado ao presidente da República. Em telegrama taxado como “reservado” e datado um dia depois do comunicado da Chefatura de Polícia, Carneiro de Mendonça escreveu a Getúlio Vargas informando-o sobre os fatos ocorridos:

Tendo policia seguras informações oficiais reformados conspiravam visando deposição autoridades estaduais, policia efetuou noite dia 10

¹⁰⁰ Jornal *O Nordeste*, 12 de agosto de 1932.

¹⁰¹ Jornal *O Nordeste*, 13 de agosto de 1932.

prisão dois oficiais reformados e 4 civis. Poder um dos oficiais foi encontrada lista nome pessoas seriam convidadas assumir Governo. É de tal forma ignorante capitão reformado indigitado chefe militar movimento parece incrível qualquer raciocine apoiasse movimento. Não tendo sido apurada culpabilidade civis foram posto liberdade hontem. Inquerito segue marcha normal. Reina absoluta ordem todo Estado sentindo-se Governo forte, capaz reprimir qualquer tentativa perturbação tranquilidade publica.¹⁰²

Mesmo minimizando o ocorrido e demonstrando segurança, as preocupações da Interventoria com movimentos contrários à ordem pública não se limitariam a estes, como veremos. Esta ação, mesmo sem ter obtido êxito, não acabara neste momento, já que as discussões sobre essas suspeitas permaneceram ainda por algum tempo.

Em um processo-crime do ano de 1933 foi investigada uma denúncia feita por Antonio José dos Santos, tenente do quadro excedente do Corpo de Segurança Pública, na qual várias pessoas foram acusadas de estarem arquitetando um plano contra o Governo. Segundo palavras do denunciante, em seu depoimento:

Que o movimento romperia no terceiro dia de carnaval ou antes, si do sul determinasse, contando para isso com todo o Batalhão de Policia do Estado, a Guarda Civica, elementos do 23º B. C., elementos do Colegio Militar, parte da “Legião do Trabalho”, e elementos politicos daqui e do interior (...) e que o movimento consistia na deposição de todas as autoridades e assassinatos destas (...) e que seriam saqueados todos os bancos e o comercio em geral.¹⁰³

Além disso, os executores iriam dinamitar a Praça do Ferreira, soltar todos os presos e assassinar o interventor Carneiro de Mendonça. O principal articulador seria José Gonçalves Bezerra, tenente reformado do Corpo de Segurança Pública, e que fora um dos acusados preso pela conspiração durante a Guerra de 1932, citada anteriormente. Ainda nas palavras do acusador: “terminada a Revolução de São Paulo, o tenente Jose Bezerra continuava fazendo o mesmo serviço de ligação com os elementos que dispunha”.¹⁰⁴

¹⁰² Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional.

¹⁰³ APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Crimes Políticos, caixa 01, processo nº 1933/01. Fls 23.

¹⁰⁴ Idem. Fls 22.

O processo ganha complexidade a partir das várias testemunhas que depõem e da incorporação de oficiais do Exército que passaram a auxiliar nas investigações. Infelizmente, o processo não possui as últimas páginas, ou porque mudou da vara jurídica (com a entrada do Exército nas averiguações, é possível imaginar que ele tenha passado a ser de autoridade militar, tendo saído da justiça comum) ou simplesmente perderam-se com o passar dos anos, mas parece que a insistente atitude de negar o envolvimento nestes movimentos surtiu efeito junto à Justiça, pois treze meses após a última denúncia, José Bezerra estava em liberdade quando matou seu antigo denunciante Antonio José dos Santos, depois de uma discussão.¹⁰⁵ Na defesa do acusado, seu advogado relembra os fatos nos quais seu cliente fora acusado de estar envolvido:

Quando foi da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em Agosto de 1932, o acusado, com enorme surpresa sua, foi preso e recolhido incomunicável no Quartel do 23º B. C. por denunciado, então, de estar à frente de um movimento sedicioso contra o Governo do Estado, sendo que foram igualmente detidos pelo mesmo motivo os drs. Leiria de Andrade, Carvalho Lima, Adauto Fernandes e outros, não tendo, porem, o Tenente Bezerra elemento algum para ajuizar de onde partira a denuncia, da qual só se certificou mais tarde. Pelo carnaval do ano passado, 1933, Bezerra foi de novo levado à prisão no mesmo Quartel, agora acusado da organização de um complot para deposição das autoridades constituídas e na qual figurariam elementos da Polícia, do 23º B. C., alunos do Colégio Militar, membros da Legião Cearense do Trabalho e até presos da Cadeia Pública, complot esse que teria ligações com revolucionários de Pernambuco e Baía.¹⁰⁶

Apesar das acusações não terem sido concretizadas em longas condenações, as suspeitas sobre um possível movimento armado que derrubaria o poder estadual pairava na cidade desde a Guerra de 1932. Mesmo com o fim do conflito, possivelmente algumas articulações continuaram, tanto que em fevereiro de 1933 outras prisões acontecem pelo mesmo motivo. Ainda no campo das suspeitas, essas ações revelam uma oposição articulada contra

¹⁰⁵ APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Homicídios, caixa 11, processo nº 1934/01. Uma análise histórica desse crime e suas relações com a cidade de Fortaleza está em BARBOSA, Carlos Henrique Moura. "Não é nada, senhores, já está tudo acabado" Fortaleza, 4 de março de 1934. In. SEGRETO, Verônica e outros (Orgs.). **A História em processo: Ações criminais em Fortaleza (1910 – 1950)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

¹⁰⁶ Idem. Fls 36.

o Governo e que cogitava a possibilidade de derrubá-lo através da luta armada. Para tanto, surgem nas acusações possíveis apoiadores dentro do Estado, como alunos do Colégio Militar, presos da Cadeia Pública e membros da Legião Cearense do Trabalho (L.C.T.). Pelo fato dos processos-crime não tratarem diretamente do movimento ocorrido durante a Guerra de 1932, é difícil aprofundar a análise e investigação sobre os sujeitos envolvidos e as motivações que explicam suas ligações com tão ardilosa empreitada. No entanto, alguns interessantes acontecimentos relacionam a L.C.T. com a guerra que agitava o país.

Fundada em 1931, a Legião Cearense do Trabalho foi uma organização de natureza corporativista, integralista e católica de aparelhamento e mobilização de trabalhadores que conseguiu grande notoriedade no campo político e operário do Ceará. Surgida antes da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado, manteve-se em atuação até 1937, quando Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, dissolvendo as entidades de representação de classe.¹⁰⁷ Seu fundador, o cearense Severino Sombra de Albuquerque teve uma atuação singular durante a Guerra de 1932: ele aderiu à causa de São Paulo e atuou no Ceará tentando conseguir arregimentar apoiadores para lutarem contra Vargas.

Severino Sombra não foi um entusiasta do Governo Vargas logo de início, sendo preso na cidade de Porto Alegre – onde fazia parte do Regimento de Infantaria –, em outubro de 1930 por não apoiar o movimento que estava se delineando, acusando-o de ser liberal. Depois de solto, retornou ao Ceará e começou a concretizar a Legião Cearense do Trabalho. Com grande repercussão no Estado, rapidamente a L.C.T. se expande e consegue grande número de adeptos. Isso explica sua aproximação com o recém criado Ministério do Trabalho, e segundo Josênio Parente: “Quando Severino Sombra, no Rio de Janeiro, assessorava o Ministro de Trabalho, Lindolpho Collor, havia estourado o movimento armado em São Paulo. Juntamente com o então Ministro do Trabalho, Sombra apóia a rebelião e vem aliciar o Ceará, cômico

¹⁰⁷ CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. A legião Cearense de Trabalho. In: SOUSA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 325.

de sua liderança”.¹⁰⁸ Na verdade, Lindolfo Collor havia pedido demissão do ministério em março de 1932 e, desde sua saída do Governo, vinha articulando no Rio Grande do Sul, seu Estado de origem, frentes de oposição a Getúlio Vargas.¹⁰⁹ Décadas depois, Severino Sombra explica o porquê de sua oposição a Vargas nesse momento:

Foi quando ocorreu, e eu já expliquei isso; a minha indignação contra o que estava acontecendo no Norte em consequência do flagelo das secas que assolava o Nordeste. Aquela exploração do Governo, da ignorância e da miséria dos pobres flagelados contra São Paulo, organizando aqueles batalhões de patriotas, batalhões de voluntários para combater São Paulo, que queria se separar, porque os comunistas estavam querendo tomar conta etc., uma série de mentiras, uma igriomínia de que a ditadura getulista não pode de maneira alguma se limpar.¹¹⁰

Nessa entrevista, Severino Sombra fala pouquíssimo sobre seus atos no Ceará. Por suas palavras, atribui sua ação a um posicionamento contrário à formação dos batalhões de voluntários arregimentados no Ceará que eram alimentados pelos flagelados da seca. Além disso, questionava duramente os discursos que legitimavam a luta, definindo-os como “mentiras”. Apesar de nesta passagem ele afirmar já ter se referido ao assunto, ele pouco nos informa sobre o fato, falando sobre ele rapidamente, sem maiores explicações. No entanto, em outro depoimento, Severino Sombra apresenta mais detalhes sobre sua ação e motivações:

Então eu fiz o seguinte: pedi uma licença do Ministério do Trabalho e fui ao Nordeste procurar esses interventores para lhes fazer um apelo (...) que eles pressionassem, se entendessem com o Getúlio (...) para que o Getúlio promovesse o entendimento com São Paulo para terminar a guerra civil, a mortandade, a carnificina, inclusive esse drama do Nordeste mandar pobres e flagelados para formar batalhões patrióticos. (...) Ai foi um erro psicológico meu,

¹⁰⁸ PARENTE, Josênio Camelo. **Anauê – os camisas verdes no poder**. Fortaleza: EUFC, 1999. p. 137.

¹⁰⁹ Sobre a vida de Lindolfo Collor, ver BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Ed. Forense-Universitária: FGV-CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos, 1984. p. 837.

¹¹⁰ Entrevista do General Severino Sombra. Arquivo do Núcleo de documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará. Doravante, NUDOC - UFC.

evidentemente, mas anos depois amadurecido já, eu não teria tido essa ingenuidade, isso foi um ato de ingenuidade naquele tempo.¹¹¹

Mais adiante conclui: “eu, como nordestino, me revoltei contra aquilo, eu não lutei a favor de São Paulo, eu tentei um movimento pacificador”. Mesmo minimizando sua ação durante a guerra, outras fontes revelam um forte envolvimento seu, que causou grande impacto no Ceará.

Sua postura contrária ao Governo Provisório começou a se manifestar ainda no Rio de Janeiro, quando ele procurou Jeováh Motta, aliado e companheiro na constituição da L.C.T., para cooptá-lo para seu lado no conflito. Jeováh Motta, integrante do 1º Batalhão Provisório do Ceará que estava na capital federal esperando ordens para ir para o *front*, lembra do encontro com Severino Sombra:

Qual não foi minha surpresa ao desembarcar no Rio, sou procurado por Severino Sombra que me surpreende com a seguinte proposta: “você não pode ir para São Paulo, não vá para São Paulo, este batalhão tem que ficar por aqui (...)”. “ – mas como não pode? Nós viemos aqui para combater um movimento que você quer combater também.” Aí ele disse: “Mas Getúlio, o governo de Getúlio está por dias, aqui o que não falta é conspiração e todo mundo está contra ele, ele vai cair qualquer dia. Então é preciso que tenhamos forças nossas aqui para quando Getúlio cair contribuirmos para dar sentido ao novo governo”

Mesmo com o pedido de apoio negado, Sombra ainda tentou mais uma vez conseguir a ajuda de Jeováh Motta e começou a explicar seu plano de ação:

De noite o Sombra me procurou, insistiu, e como eu continuei na minha resistência ele disse: “Pois olha Jeováh, eu vou seguir para o Ceará, vou reunir a Legião, vou falar com o Juraci Magalhães na Bahia e com o Mendonça lá em Fortaleza, vou convencê-los de que é uma loucura e vou organizar um batalhão legionário para procurar dar rumos a esta situação”.¹¹²

Diante desses confrontos de versões e meandros envolvendo a memória desses sujeitos, o que mais interessa é saber como foi o desenrolar

¹¹¹ Entrevista do General Severino Sombra. Arquivo de História Oral - CPDOC – FGV.

¹¹² Entrevista do General Jeováh Motta. Arquivo NUDOC – UFC.

de suas ações no Ceará durante a guerra e como a população do Estado se relacionou com esses ideais e práticas políticas.

Desde o dia 8 de setembro de 1932, a imprensa católica cearense anunciava a chegada do líder máximo da L.C.T. ao Ceará. Devido aos atrasos no Panair, o avião com Severino Sombra só pousou na Barra do Ceará, em Fortaleza, às 16 horas e 25 minutos do dia 15 de setembro. Acompanhado de vários representantes de mais de 50 sindicatos e associações, rumou em direção à Praça do Patrocínio, onde juntamente com outros líderes da L.C.T. proclamaram discursos sobre a Legião, o proletariado cearense e a questão nacional.¹¹³

Logo depois de sua chegada, Severino Sombra parece ter começado suas articulações, que se espalhavam rapidamente pela cidade. A L.C.T., em nota oficial, comunicava que:

Em face dos boatos que circulam na cidade, a Legião Cearense do Trabalho faz publico que nada aconteceu nem poderia acontecer de desagradável ao seu chefe, tenente Severino Sombra que, na sua grandiosa missão de sinceridade e de patriotismo, continua a manter as melhores relações com o Governo do Estado. A Legião e o seu chefe têm o maior interesse em evitar qualquer solução de continuidade na honesta obra administrativa do digno Interventor Federal no Estado, só collocando naturalmente acima dessa sua nobre attitude os interesses superiores da Patria, os quaes, porém, estão certos, sempre nortearão a consciencia dos responsaveis pelo destino da colletividade cearense.¹¹⁴

Com esta nota, a Legião procurou minimizar qualquer atrito entre seu líder e o Interventor, reafirmando seu apoio à Interventoria e seu patriotismo. Apesar disso, essas palavras surtiram pouco efeito junto ao Governo, tanto que, dois dias depois, o outro jornal de grande circulação foi procurado para a publicação de uma longa matéria intitulada “Explicação necessaria”, que vinha, segundo o interventor, “para que o publico tenha conhecimento e melhormente possa me julgar da attitude que venho mantendo em face da atuação do sr. tenente Severino Sombra”.¹¹⁵ Nesse comunicado, a Interventoria publica quatro cartas trocadas entre o líder operário e o chefe do Estado, onde ambos

¹¹³ Jornal *O Nordeste*, 16 de setembro de 1932.

¹¹⁴ Jornal *O Nordeste*, 19 de setembro de 1932.

¹¹⁵ Jornal *O Povo*, 21 de setembro de 1932.

mostram seu posicionamento diante da guerra nacional. Na primeira dessas missivas, Sombra afirmava que:

Causa-me profunda angustia ver tanta gente do Norte a pensar que o movimento paulista é contra o Brasil e que seus chefes insultam o Norte. Prepara-se assim um estado de espírito que não poderá deixar de explodir no futuro, com grave ameaça a nossa unidade já enfraquecida. Nada, absolutamente nada pode justificar tal crime. Os que exploram a ignorância do povo com falsidade tão fria são indignos até de ser chamados de brasileiros. (...) Como eu desejaria, Mendonça, que você pudesse vir comigo ao Rio para sentir a realidade, para ver o caos, a confusão reinante. Para ver o apodrecimento de um governo que se revelou indigno da sinceridade dos elementos do Norte.

Na sua carta, o interventor rebateu todas as críticas ao Governo, utilizando os mesmo elementos da construção da legitimação social da guerra: crítica ao antigo modelo de República e distribuição de riquezas na nação, pouca valorização da região “norte” na política nacional, ganância paulista que prejudicava todo o país, mudanças implementadas pelo recente Governo e nova política de combate à seca. Mesmo refutando a argumentação, Carneiro de Mendonça demonstra apreensão diante das atitudes de Sombra:

Tem sempre presente, Sombra, que o operário que te segue confiante – confiança justamente conquistada pela tua atuação na formidável organização legionaria aqui realizada – é facilmente suggestionável. As impressões trazidas do Sul, que me transmitiste, levadas ao operariado, podem produzir também uma falsa noção da realidade. Não desconheces que teu discurso trouxe, pelo menos duvidas, quanto á veracidade das vitórias militares conquistadas pelas tropas ditatoriais nas diferentes frentes de combate.¹¹⁶

Na carta seguinte, Severino Sombra dizia enviar também um memorial onde melhor expunha suas opiniões. Com este memorial esperava que o interventor mudasse de posição quanto a sua concepção política. Na resposta, Carneiro de Mendonça foi mais agressivo e afirmou que é “definida e definitiva minha atitude (...) em assunto de tão alta relevância. Julgares que eu fosse

¹¹⁶ Jornal O Povo, 21 de setembro de 1932.

capaz de aderir a um movimento pacificador que tem como escopo principal a imposição da renúncia do Ditador, de quem sou delegado de confiança”.¹¹⁷

Em outra resposta a mais uma carta de Severino Sombra, o interventor se recusou a publicar o referido memorial, acusando-o de ser “um documento altamente reacionário, por intermédio do qual, possivelmente para conseguir adeptos, procura destruir reputação de vários chefes”. E mais à frente afirmou ter “conhecimento (...) da maneira pela qual vens aqui agindo, desde tua chegada na conspiração de um Golpe Pacificador, tendo por principal objetivo a deposição do exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório”.¹¹⁸

Assim, como era de se esperar, no dia 26 de setembro de 1932, os leitores viram na capa do jornal *O Povo* a manchete “Foi descoberta a conspiração que visava a deposição do presidente Getúlio Vargas”. Em uma longa entrevista, o próprio interventor explicou detalhes da ação de combate aos conspiradores. Iniciaram-se as operações quando foi distribuída pela cidade uma terceira carta de Severino Sombra, em que, de maneira mais incisiva, criticava o Governo Provisório e demonstrava apoio a São Paulo.¹¹⁹ Como já havia dito, o interventor sabia dos planos de Sombra e, no dia anterior a esta entrevista, apreendeu vasta documentação sua. Vale ressaltar que, dois dias antes, foi noticiado o embarque de Severino Sombra ao Rio de Janeiro¹²⁰, o que mostra que sua prisão não aconteceu no Estado.¹²¹ Em um telegrama detido pela Interventoria, ficam claros alguns detalhes de sua ação:

Encontrei o meio profundamente envenenado. (...). Meu primeiro discurso causou escândalo. Todo o Ceará agitou-se. Foi uma celeuma. Milhões de boatos (...). Falei aos moços e à Legião. Ambos já estão convencidos. (...) Amanhã falarei a associação comercial ao mesmo tempo que envio emissários ao interior e Estados vizinhos (...). O êxito tem sido enorme. Conversões em massa. Ressalvando sempre o esforço honesto do interventor que é querido. Preciso com urgência de dinheiro para enviar impressos para interior e estados vizinhos e custear viagens. (...). Já conquistei as massas. Estou nas

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Jornal *O Povo*, 23 de setembro de 1932.

¹¹⁹ Esta terceira carta não foi publicada na imprensa, mas uma cópia está preservada no Arquivo Severino Sombra, no NUDOC – UFC.

¹²⁰ Jornal *O Nordeste*, 26 de setembro de 1932.

¹²¹ Em um dos seus depoimentos, afirma que foi preso na Bahia e depois transferido para o Rio de Janeiro. Entrevista do General Severino Sombra. Arquivo de História Oral - CPDOC – FGV.

elites. (...). O Ceará esta suspenso para me ouvir. Não se esqueça do meu dinheiro. (...) Escrevam artigos jornais.¹²²

O jornal da diocese de Sobral apresentou alguns indícios que mostram que realmente a ação de Sombra chegou ao interior do Estado. O periódico comentou a suspeita de que o reverendo de Viçosa estivesse “tramando contra a ordem publica, de acordo com o sr. Sombra”.¹²³

A difusão de sua ação em outros Estados do Nordeste também ganhou repercussão no Ceará. O operário Eusébio Mota de Alencar relembra o fato: “[Severino Sombra] mandou Manoel Nobre de Souza ao Piauí para levantar o povo. O interventor Landri Sales soube da tramóia, tomou providências e Manoel Nobre foi preso, de volta, já em Caucaia”.¹²⁴ Além do líder do Piauí, o interventor baiano Juraci Magalhães também recebeu o memorial escrito por Sombra. Ambos respondem e deixaram claro seu posicionamento favorável ao Governo Provisório.¹²⁵

Mais do que ressaltar o fracasso da empreitada, é importante mostrar a relevância que esse movimento teve para os opositores paulistas. Tendo ao seu lado um líder operário de renome, articulou-se sua ida ao Ceará para conseguir aliados a sua causa, a partir do prestígio que já possuía, e buscar organizar os inimigos do Governo Provisório, dentro e fora do Estado. Para tanto, procurou propagar suas idéias de várias formas: palestras, discursos e materiais impressos, visando alcançar desde operários até mesmo alguns interventores da região. Segundo Stanley Hilton, “fora do Estado havia um trabalho subterrâneo de resistência e combate ao regime Vargas, um trabalho que, embora concentrado no Distrito Federal com tênues ligações em Minas e no Rio Grande, agia através do país inteiro”.¹²⁶ E foi dentro desse programa, que buscava correligionários fora de São Paulo, que atuou Severino Sombra.

Terminada a guerra, ele foi exilado em Portugal, partindo no navio Pedro I, juntamente com vários líderes paulista, como Francisco Morato,

¹²² Jornal *O Povo*, 26 de Setembro de 1932.

¹²³ Jornal *Correio da Semana*, 15 de outubro de 1932.

¹²⁴ ALENCAR, Eusébio Mota de. **Dona Lima, a Curandeira**. A Fortaleza: Fortaleza, 1965. p. 42.

¹²⁵ Jornal *O Povo*, 03 de outubro de 1932.

¹²⁶ HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 293.

Bertold Klinger e Julio de Mesquita Filho.¹²⁷ Mesmo com grande prestígio dentro do Estado, sua ação não teve êxito no Ceará. Em uma carta enviada à imprensa, o cidadão Antonio Avelino Barroso, que se definiu como “legionário, se bem que não viva em grande atividade por não dispor de tempo para tanto”, criticava a postura do líder a partir das cartas trocadas com o interventor, afirmando que:

Acredite, sr. Tte. Sombra, que foi a maior decepção que tive nestes ultimos tempos. (...) Desde que os paulistas começaram com aquela exigencia, de não quererem militar governando o seu Estado, já tinham em mente a revolta atual, e sonhavam com a separação de São Paulo e tanto isso é verdadeiro que, logo conseguido um civil para governar o grande Estado, romperam as hostilidades. (...) E porque tanto odio a um governo que, mesmo governando sem o amparo da Constituição, tem-se mantido a altura do necessário?! (...) O Brasil todo reconhece a grandeza dalma deste gaúcho e de seu grande ministro para com o norte sofredor. Ora, sr. Tenente Sombra, não posso compreender a atitude do destemido revolucionario, e, como eu, muitos outros legionarios. Os cearenses, especialmente os que vivem do trabalho no campo, sofreram, como eu, que vivo do comercio, um susto tremendo calculando o que podia haver de desastrosos para o nosso Ceará, devido à atitude assumida pelo ilustre militar, se divorciando do governo do país em um momento mais preciso, do seu concurso ao lado do seu Interventor Carneiro de Mendonça. O motivo desse rompimento pode ser justo, justissimo mesmo, mas o momento cearense, digno tenente, não comporta nenhum prelúdio de desinteligencia com os dirigentes do Estado sob pena de vermos sucumbir de fome milhares de patricios nossos, que se vêm mantendo com o auxilio da União e do Estado.¹²⁸

Mesmo sendo membro da L.C.T., o que poderia sugerir uma maior afinidade com as idéias de seu líder político, este legionário baseou seu discurso nos argumentos da Interventoria e aliados do Governo Provisório no Ceará.

Muito difundida no Estado, a busca pela legitimação não aconteceu da forma como os articuladores queriam. Não foi tão harmônica, visto as várias disputas em torno dos ideais favoráveis, ou não, ao Governo, e nem todas as pessoas receberam esses discursos como queriam seus idealizadores. A população, durante a guerra, viveu esta experiência política no seu cotidiano, apropriando-se, reagindo e até mesmo resistindo a ela.

¹²⁷ SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 261.

¹²⁸ Jornal *O Povo*, 23 de setembro de 1932.

Esse processo de construção da legitimação social da guerra no Estado foi uma estratégia utilizada, fora do campo bélico, para conseguir vencer o conflito. Ele não pode ser pensado como algo menor diante da formação dos batalhões provisórios, ao contrário, ele representa um campo de luta onde os ideais foram reafirmados e defendidos pelas partes em combate.

Ambos os lados sabiam que, para vencer a guerra, era primordial a adesão de várias pessoas a suas tropas e, não menos importante, o apoio da população. A guerra não era ganha apenas na luta armada.

Capítulo 02

Mobilização

2.1 Separatismo, bairrismo e xenofobia no processo de mobilização cearense: “Cada brasileiro receba a parcela do insulto que lhe cabe”

Em São Paulo, a campanha de mobilização para a guerra foi sem precedentes: vários comícios, passeatas, discursos, manifestos, proclamações, campanhas populares e jornalísticas marcaram o cenário político e social daquele Estado desde o final de 1930 até o início da Guerra de 1932. Nesses anos, foram fortes as disputas internas dentro do Estado, ressaltando ainda mais a complexidade do processo que explica a luta armada. Procurava-se com essa mobilização mostrar ao Governo Provisório a força de São Paulo, sabidamente a unidade mais rica da federação, contra os rumos da política nacional. A importância desse processo, assim como o grande número de voluntários e tropas do Estado, já foi intensamente debatida na historiografia. Contudo, no restante do país, a mobilização pró-Vargas também possuiu grande impacto, estando intimamente ligada com as discussões produzidas no Estado bandeirante.

Vavy Pacheco Borges, analisando profundamente os anos antecedentes da guerra em São Paulo, ressalta que os elementos que a esclarecem são a insegurança e o medo que as classes conservadoras paulistas tinham em relação à atuação política dos militares, o temor da ação das “massas” urbanas nesse momento de instabilidade que poderia caminhar para uma vertente mais radical, as incertezas e receios que as alterações do modelo político-social feitas pelas novas propostas do Governo imprimiam na realidade política do país, além da contrariedade aos interesses da elite paulista desde os primeiros meses após a vitória da Aliança Liberal criando um clima de “revolução contra São Paulo”, que foi alimentado por um sentimento regionalista paulista já atuante no Estado há alguns anos.¹²⁹ Esses elementos

¹²⁹ “Esses elementos se encontram imbricados e não separados; seu conjunto comanda as avaliações e as tomadas de posições dos representantes das ‘classes conservadoras’. Percebe-se nas falas que existem fatos e/ou possibilidades que os políticos não querem aceitar ou dos quais não podem abrir mão, sendo que alguns aparecem por vezes como vitais; a tênue linha dessa diferenciação é muito difícil de se traçar.” BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

estiveram presentes nas discussões cearenses – e nordestinas – durante a guerra, alguns com mais destaque e intensidade do que outros.

Tanto para os contemporâneos do movimento em São Paulo quanto para a vasta produção memorialística construída pelos participantes, a grande causa que levou à guerra foi a perda da autonomia imposta pelo Governo Vargas logo após a vitória em outubro de 1930. Para os articuladores paulistas da guerra a perda da autonomia de São Paulo refletia-se em dois aspectos: a imposição de um interventor militar e não paulista ao Estado bandeirante e as incertezas acerca da constitucionalização do país que tanto demorava. Esses dois elementos desagradavam ao povo paulista, personificado e homogeneizado nesse contexto bélico¹³⁰, que pegou em armas para lutar pelo Brasil. Não cabe aqui aprofundar os debates sobre a discussão desse tema, mas destacar como no Ceará a autonomia paulista e a reconstitucionalização nacional estiveram em pauta na campanha de mobilização local para a formação de tropas fiéis ao Governo Provisório.

No jornal *O Povo*, no editorial de 24 de agosto de 1932, foi publicado um texto sobre a Guerra de 1932 em que se afirmava:

Reconhecemos que a Revolução faltou em grande parte o sentido político, e que São Paulo deveria ter sido entregue ao Partido Democrático, fortalecido pela ação do governo provisório. Mas a rebelião deflagrou quando já o grande Estado se encontrava entregue a si mesmo, servido por um secretariado escolhido pelo povo nos comícios da rua.¹³¹

Essa afirmação foi baseada na medida adotada pelo presidente Vargas de nomear Pedro de Toledo¹³², político civil e paulista, interventor de São Paulo, cedendo a uma antiga reivindicação das lideranças políticas do Estado que o apoiaram, em especial o Partido Democrático. O PD foi fundado em 1926, oriundo das disputas em torno do Instituto do Café e do descontetamento

pp. 184-185.

¹³⁰ CERRI, Luis Fernando. 1932 e as histórias oficiais. In: **Tempos Históricos/ Universidade Federal do Oeste do Paraná**, V.2 N.1, 2000.

¹³¹ Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 1932, p. 1.

¹³² Pedro de Toledo assume o governo paulista em março de 1932, nomeado por Vargas, mas acaba sendo um dos líderes do movimento armado paulista.

com a política do Partido Republicano Paulista – PRP –, formado pela oligarquia dominante do Estado.¹³³

Nos jornais, a imprensa cearense era taxativa ao afirmar que:

Pelo o que se depreheende das proclamações em torno do movimento armado, que ora devasta o sul do país, não ha razão para esta luta de consequencias as mais desoladoras para a familia brasileira. A autonomia de S. Paulo fôra assegurada desde que os seus destinos se achavam entregues a um presidente civil, filho do grande Estado, que confiara as pastas do seu secretariado a elementos de confiança do povo bandeirante. Havia passado da hora da reacção contra uma política que ferira os brios civicos daquellas unidade federativa. Os erros commettidos, neste particular, pelo governo provisorio estavam reparados. (...) A reconstitucionalização do país não justifica, tão pouco, a deflagração da guerra fatricida, desde que todas as providencias estavam já sendo tomadas para a elaboração do novo pacto politico.¹³⁴

Além de referir-se à questão do interventor civil e paulista, o editorial desqualifica a luta que tem como base a reconstitucionalização, pois afirma que as medidas para o seu desenrolar já tinham se iniciado. Certamente, o texto faz referência aos decretos que organizavam o processo de elaboração da legislação eleitoral, que culminaram com a sanção do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932 e a fixação da data das eleições para a Assembléia Constituinte em 3 de maio do ano seguinte.¹³⁵

Em outra proclamação referente à guerra, afirmava-se que “o povo paulista ha de estar sentindo a dura realidade dos factos e conhecendo que fôra tragicamente illudido pela filaucia demagogica de uns tantos indivíduos estragados pela politicagem, no vezo de um poder eterno”. Mais à frente, em um tom melancólico profetizava:

¹³³ A criação desse partido pode ser tomada como um marco que cristaliza as discordâncias no interior da classe dominante paulista, em relação à forma de governo oligárquica e coronelística dos grupos que controlavam a economia e política paulista. Tentando vencer o PRP nas urnas, o PD se une à Aliança Liberal, que apoiava Getúlio Vargas. Depois que Vargas chegou ao poder essa aliança foi quebrada pelo fato de o novo presidente não ter repassado o governo do Estado ao PD, dando início a uma séria de medidas contra o governo que desembocaram na guerra.

¹³⁴ Jornal *O Nordeste*, 25 de julho de 1932, p.1.

¹³⁵ GOMES, Ângela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. p. 38 nota 02.

As viúvas e os orphãos hão de lhe trombetear aos ouvidos: “Onde estão meu esposo e meu pae?” “Onde estão os nosso filhos?” Dir-lhes ão as mães angustiadas. Onde as promessas garantidoras da victoria? E os politicos e militares que forjaram a intentona darão de hombros porque já não podem occultar a dura realidade dos factos.¹³⁶

Nesse texto, os articuladores do movimento começam a aparecer: os políticos e militares que criaram a guerra. Em uma entrevista, o interventor Carneiro de Mendonça deixava mais claro quem realmente a fez: “não podemos confundir São Paulo com os politiqueiros, que aproveitando-se da tolerancia da revolução, impatrioticamente, sob o falso pretexto da constitucionalização, não tiveram escrupulos de atirar o país aos horrores de uma guerra civil”.¹³⁷

Percebe-se claramente que a argumentação oficial que legitimava a guerra em São Paulo – a reconstitucionalização, um interventor civil e paulista para o Estado, e um caráter unívoco de envolvimento da população – era questionada nos discursos sobre a Guerra de 1932 produzidos no Ceará. Houve até mesmo uma ligeira crítica às primeiras posturas do Governo Provisório em relação a São Paulo, mas a tentativa de atender às reivindicações, com a nomeação de Pedro de Toledo e a instituição da legislação eleitoral, tornava a luta ainda mais injustificada, abrindo espaço para outro aspecto de grande força que motivara os paulistas à luta.

Esse outro aspecto presente na mobilização em São Paulo, como já foi anunciado um pouco mais acima, era o regionalismo paulista. Sem dúvidas, esse elemento esteve vivo nos discursos paulistas, que constantemente ressaltavam as glórias do Estado bandeirante e de seu povo, através de vários símbolos e discursos.¹³⁸ Assim como os debates acerca da autonomia e da constituição, este regionalismo não se limitou a São Paulo, ganhando uma força considerável no processo de mobilização no Ceará.

No jornal *O Povo*, foi publicada uma longa matéria intitulada *Como um dos chefes paulistas julga o Homem e a terra do Nordeste*. Segundo o relato,

¹³⁶ Jornal *O Nordeste*, 29 de julho de 1932, p. 5.

¹³⁷ Jornal *O Povo*, 01 de setembro de 1932, p. 1.

¹³⁸ Sobre isso ver BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

durante o Governo do presidente Epitácio Pessoa, foi constituída uma comissão para percorrer o Nordeste e trazer suas impressões sobre a região e obras contra a seca. Esta comissão era formada por Simões Lopes, Candido Rondon e Moraes Barros, este, segundo o jornal, “político bandeirante e também chefe civil da atual rebelião de S. Paulo”. A partir desta expedição, foram produzidos alguns textos que circularam na imprensa do Rio de Janeiro e que trataram como “derrotistas” o homem e a terra do Nordeste. Esses textos foram justamente atribuídos a Paulo de Moraes Barros.

Ainda segundo a matéria, o Sr. Charkes Comstock, engenheiro norte-americano superintendente da Dwight P. Robison Co., em 16 de agosto de 1923, enviou ao Sr. Miguel Arrojado Lisboa (Inspetor Geral das Obras contra as Secas) uma carta de protesto sobre tamanhos insultos. Segundo ele:

Li atentamente e com cuidado a série de artigos do ‘Jornal do Brasil’ de 27 de julho a 8 de agosto, relativos as obras no nordeste do Brasil. (...) De um modo geral, o Dr. Moraes e Barros discute o programa do Governo a respeito da obras contra a seca sob o ponto de vista de que o povo do Nordeste não vale trabalho e dinheiro que hão de custar estas obras. Ele diz, com efeito, que os habitantes da região assolada pelas secas SÃO PIGMEUS DE MÁ COMPLEIÇÃO SEM INTELIGENCIA E FALHOS DE ENERGIA E INICIATIVA.¹³⁹

O autor da carta continuou desqualificando o texto de Moraes Barros e elogiando os nordestinos por mais tempo, ressaltando que a baixa estatura e a pouca educação são frutos da falta de alimentos e da pobreza da região. É bastante interessante como essa matéria surge na imprensa cearense: explicou-se, logo no início da matéria jornalística, que esta missiva “foi gentilmente confiado por nosso ilustre patricio Sr. Antônio Fiúza Pequeno, figura de projeção no comercio de Fortaleza”.

Outro texto muito peculiar também circulou nesse período, com o título *Como os paulistas rebelados tratam o norte*. Segundo o redator, esse material chegou à redação por uma carta assinada por A. Santos Cunha, ao diretor do jornal *Diário da Manhã* de Recife, em 19 de julho de 1932. Ainda segundo a descrição, a notícia enviada fora publicada primeiramente no jornal francês *Le*

¹³⁹ Jornal *O Povo*, 30 de Agosto de 1932. Grifos no original.

petit Parisien e depois teve tradução no jornal *O Seculo* de Lisboa, em 19 de agosto de 1931. O missivista advertia que:

Pelo seu conteúdo, infere-se a injusta animosidade de certos paulistas pelas coisas do Norte, bem como a audacia e o embuste dos politicos reaccionarios que arrastaram aquelle grande Estado ao actual movimento sedicioso, disfarçado com pretenças reivindicações constitucionaes. O manifesto a que me refiro teve repercussão no estrangeiro, tendo chegado ás minhas mãos o anno passado, por intermedio de um amigo que se encontrava em Lisboa, e julgou conveniente mandar-m'ó para transcrever aqui.¹⁴⁰

Assim, nesse manifesto lia-se que:

- Paulista: Devemos lutar ate nos libertarmos, duma vez para sempre, do peso morto que arrastamos: - o norte do Brasil, o Norte que não nos estorva, mas que nos detesta. Este Norte que até agora, só tem produzido poetrastos, profissionais da politiquice, bandidos, caçadores de dotes e pessoas que se vêm obrigados a ser soldados, para ganhar o pão quotidiano.

Não temos armas? Temos a mais poderosa deste mundo, o alvião. Como combater essa arma?

1º - Não pagando nenhum imposto. É com o nosso próprio dinheiro, de que se apoderam os nossos inimigos, que elles nos combatem.

2º - Não cooperando de forma nenhuma com os actuais usurpadores do poder e não tendo nenhuma relações com quem se dá com elles.

3º - Não adquirindo produtos que não sejam nitidamente paulistas. Comecemos pelos cigarros, pelos medicamentos, pelas matérias-primas, etc..., até... o médico da Bahia.

4º - Nada comprado nos estabelecimentos de estrangeiros ou que tenham empregados estrangeiros.

5º - Não nos deixando guiar pelos jornais dirigidos por gente do Norte ou pelos seus partidários ('Diários associados', 'Folha da Manhã', 'Folha do Norte')

6º - Lembrando-nos, sempre, de que o peor inimigo do paulista é o brasileiro do Norte.

"Assim venceremos a batalha a que nos levou o governo actual e da qual as nossas tradições nos obrigam a ser vencedores.

"Paulistas! Convidemos o povo do Paraná, de Santa Catharina e de Matto Grosso, para, unidos, formar uma NOVA REPÚBLICA. Viva o Partido Separatista!"¹⁴¹

Nesse mesmo dia também foi publicado *Mais um lemma aviltante dos rebeldes paulistas*.¹⁴² Essa proclamação foi conseguida, segundo o periódico,

¹⁴⁰ Jornal *O Nordeste*, 03 de agosto de 1932.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

juntamente com um sargento da Força Pública de São Paulo que foi preso pelas tropas legais e levava com ele diversos papéis com os dizeres “Paulistas! Por São Paulo com o Brasil se for possível, contra o Brasil porque é preciso”. No final da notícia aparecia a seguinte afirmativa: “Isto é demais expressivo para comentários. Cada brasileiro receba a parcella do insulto que lhe cabe”.

Em *O Povo* de 22 de agosto, mais uma vez textos nesse tom surgem. Agora com o título de *S. Paulo e os nordestinos – Agora não é só desprezo: é ódio aos Estados do Norte*, e tendo chegado ao Ceará por “via aérea de um correspondente especial” do Rio de Janeiro, afirmava-se que:

Os nordestinos aqui residentes e que têm conseguido receber correspondencia de S. Paulo sabem que é terrivel o odio dos paulistas contra o norte. O estado de ânimo dos bandeirantes deixa entender que se o nordeste foi sempre desprezado pelo sul, hoje se houvesse a hipotese de, na Constituinte, S. Paulo reconquistar sua hegemonia politica, não haveria aumento do desprezo, mas guerra de exterminio ao nordeste, que passaria a ser novamente uma região abandonada e exposta a combate impiedoso contra suas aspirações economicas. Os nortistas que se acham dentro de S. Paulo estão clamorosa e injustamente boicotados pelo exaltado bairrismo daquela gente. Sofrem as mais duras humilhações e bem dizem a reação o oposta pela ditadura ao rancor dos nossos desencaminhados patricios, para os quais o resto do Brasil nada representa e nada merece.¹⁴³

Nesses vários textos alguns elementos ganham destaque. É interessante notar que todos eles são precedidos por notas explicativas acerca de sua elaboração e origem, construindo um caráter de verdade para esses discursos. Ao se ressaltar os autores, onde foram inicialmente propagados e como chegaram à redação dos jornais, as pessoas que liam tais matérias articulavam vários elementos que estavam ligados a elas: políticos influentes, diversos jornais do Brasil e do exterior e até mesmo um comerciante afamado da cidade, ressaltando a força e difusão desses discursos. Outro ponto pertinente é perceber que alguns desses são classificados como anteriores à guerra, destacando que essa possível postura é bem mais ampla do que a própria luta, apesar do conflito aparecer como ponto máximo dessa

¹⁴³ Jornal *O Povo*, 22 de agosto de 1932.

divergência. Não à toa, alguns reaparecem na imprensa cearense: os apoiadores de Getúlio sabiam que essa discussão ganharia peso no jogo político, por isso colocaram-na novamente em pauta nesse momento. Mesmo assim, não cabe aqui discutir a veracidade destes discursos, mas entender o peso que eles tiveram no processo de mobilização no Ceará.

Estes textos tratam de um elemento pouco explorado quando se estuda a Guerra de 1932: como a idéia que exacerba e valoriza São Paulo foi vista e ressignificada nos outros Estados da federação durante o conflito. Nessa produção, a região nordeste (“o norte”) aparecia como um estorvo que é carregado e sustentado pela riqueza paulista, e sua população é descrita de um modo preconceituoso e humilhante. Nesse contexto, esses discursos são atribuídos a articuladores e participantes diretos na guerra, o que torna mais grave as acusações, já que a vitória de São Paulo poderia representar a execução política dessa discriminação, cogitada até mesmo como “guerra de extermínio”. Além disso, a idéia de separatismo paulista apareceu com freqüência nesses textos.

A existência de uma corrente separatista e discriminatória em São Paulo não era novidade. Emília Viotti da Costa já fala da existência desse grupo nos anos finais do Império, mas ressalta que os adeptos eram bem menores do que em 1932.¹⁴⁴ Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr., na década de 1920 são recorrentes na imprensa paulista textos que constroem uma idéia de Nordeste a partir do exótico, pitoresco e de uma inferioridade em relação a São Paulo, contribuindo para consolidar a imagem de regionalismos entre essas regiões: “o regionalismo paulista se configura, pois, como um ‘regionalismo de superioridade’, que se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca”.¹⁴⁵

Durante a guerra, o caráter bairrista e separatista foi ressaltado em São Paulo: “Percebe-se uma exacerbada ênfase em um ‘inimigo externo’ e o xenofobismo é fortíssimo. Nesse período (assim como logo após a derrota do

¹⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 312.

¹⁴⁵ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001. p. 45. Um dos textos utilizados por Durval Muniz é de Paulo de Moraes Barros, publicados em *O Estado de São Paulo* a partir de 16 de agosto de 1923. Acreditando na data atribuída pela fonte acima mencionada e pelas semelhanças nas descrições acerca do Nordeste, é possível que seja o mesmo texto a que faz referência a imprensa cearense, publicado em jornais diferentes.

movimento de julho de 32) existem notícias de boletins e volantes separatistas e de músicas com letras de conotação separatista. Um jornal clandestino, *O Separatista* circula em três números”.¹⁴⁶ Segundo Jeziel de Paula, durante a Guerra de 1932 houve em São Paulo grupos regionalistas, bairristas e separatistas, mas não se pode exagerar na força dessa corrente nem menosprezar os seus ideais nacionalistas em relação ao movimento: eles defendiam um projeto de nação distinto do que propalava o Governo Provisório. A partir de uma análise sobre as fotografias do conflito, o autor constata em várias manifestações paulistas a bandeira do Brasil, o que mostra a existência de ideais nacionais por parte dos revoltosos. Ainda segundo de Paula, os discursos varguistas propagavam um regionalismo excessivo de São Paulo, identificando como “paulista” todos os inimigos do Governo, contribuindo para a criação de mito separatista: “tal corrente secessionista representava uma gota de separatismo diluída em um oceano de brasilidade”.¹⁴⁷

De uma forma ou de outra, esses discursos estavam presentes nos debates cearenses sobre a guerra, ganhando especial destaque pela recorrência e forte apelo junto à população. Em mais um desses textos, outros elementos aparecem. Foi enviado ao Interventor, pela Legião 5 de Julho¹⁴⁸, pedindo “maior publicidade jornaes Estados”, um suposto discurso do governador paulista aos “cônsules estrangeiros”, no qual almejava reconhecimento da beligerância de seu Estado. Nesse discurso, Pedro de Toledo teria dito que:

Não é possível que seja esmagado um povo o mais empreendedor e progressivo desse belo país, e os chefes que o conduziram ao elevado grau de civilização atual precisamente por uma casta radical que através de todos os Estados está recrutando para a luta inglória os elementos que ainda mantem o espirito aventureiro de passadas eras ou que ainda não foram atingidos pelos beneficios da civilização e assim se prestam hoje como ainda se prestarão durante muitos anos a servir á causa da violencia tangidos agora pelos delegados desta casta como foram hontem no Contestado, no interior de Minas ou no Nordeste brasileiro pelos Silvinos e Lampeões.¹⁴⁹

¹⁴⁶ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. p. 47

¹⁴⁷ De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998. p. 219.

¹⁴⁸ Essa legião aparece diversas vezes na imprensa local como um órgão de auxílio às forças federais. Há mais sobre ela no próximo tópico.

¹⁴⁹ Jornal *O Povo* e Jornal *O Nordeste*, 10 de setembro de 1932.

Desta vez, os jornais que publicaram a matéria se propuseram a respondê-la. Classificando como lamentável a argumentação, *O Povo* afirmou que:

Ao mesmo tempo em que se roja aos pés dos consules, rogando amparo alienigena cobre de apôdos os Estados do norte brasileiro, onde é mais forte, por menos caldeado, o sentimento de brasilidade. Não nos atingem os conceitos depreciativos ora redigidos (...). Se não somos civilizados bemdito obscurantismo que não nos fez abjurar o culto de nossa grande Patria. E regenerada seja a cultura civica que de armas nas mãos forceja por fragmentar a maior nação da America do Sul e uma das maiores de todo o globo. (...) Aqui a natureza é contra nós e a União até ha um ano atraz nos foi madrastra. (...) Devemos a nós mesmos tudo quanto sabemos e que jamais nos quizeram ensinar. O nosso papel historico ha de ter cabal desempenho.¹⁵⁰

Hugo Vitor, redator d' *O Nordeste*, respondeu em tom mais ácido:

O norte está bem longe de ser attingido pela insania derrotista dos rebeldes kinglerianos. Não somos o povo bárbaro que elle, na ignorancia "diplomática" das coisas do Brasil, pintou aos representantes estrangeiros. Si não attingimos o gráo adeantamento dos paulistas é que a nossa vida toda temo-la vivido por nós proprios, com o encargo, ainda, de fazer S. Paulo, na persuasão de que certos paulistas fossem dignos dos ingentes sacrificios em prol do filho privilegiado na nação. No terreno pratico, material. Porque nos embates civicos nunca será para nós demasiado o orgulho das lutas reivindicadoras da nacionalidade, desde a aurora do Equador ao radioso Sol da Emancipação servil, que os paulistas procuraram ofuscar com a nuvem do escravagismo.

O articulista continua sua argumentação levantando o nome de alguns "bárbaros" da região: Rio Branco, Araujo Lima, Castro Alves, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Gonçalves Dias, Clovis Bevilhaqua, dentre outros. Por último, lembra o "mais que todos" Rui Barbosa, "que em Haia firmou com caracteres indeleveis, no conceito dos povos mais cultos do

¹⁵⁰ Jornal *O Povo*, 10 de setembro de 1932.

universo, o nome nacional, como delegado da Republica dos Estados UNIDOS do Brasil".¹⁵¹

Nesse debate, a imprensa cearense refutou a idéia de incivilizados, afirmando que a região foi vítima de dois cruéis algozes: a natureza hostil e a falta de ajuda republicana, esta beneficiando São Paulo e enriquecendo-o. No entanto, toda essa riqueza e civismo voltavam-se agora contra a pátria, em uma luta que, segundo os jornais, procurava fragmentá-la. Mesmo com tamanha adversidade, a região Nordeste conseguiu frutos louváveis, como ser pioneira no fim da escravidão (associada aos paulistas) e terra-mãe de ilustres filhos que contribuíram para a grandeza do Brasil. Nesse contexto de luta interna, elementos que ressaltavam a unidade nacional eram exaltados, associando o lado inimigo a uma guerra injusta e separatista, o que só causaria ônus a todos. Assim, a defesa da nação passava pela valorização de aspectos regionais em benefício da reafirmação da nacionalidade, principalmente nesse momento de guerra contra um inimigo que historicamente se constituía como um filho ingrato e rebelde, que ameaçava separar-se.

A valorização do norte nesse momento se materializava nos batalhões enviados aos campos de batalha. Em um texto assinado por Affonso de Carvalho, diretor do jornal *O Radical* do Rio de Janeiro, a população da região era convocada para luta:

Soldados do Norte! A capital da Republica teve hontem ocasião de applaudir mais dois batalhões das vossas gloriosas plagas: um, do Rio Grande do Norte e outro de Alagôas, a terra dos marechaes. Soldados do Norte! Symbolos heróicos da raça brasileira, cujas energias se caldearam no soffrimento e no sacrificio; soldados, émulos das bravuras dos guerrilheiros de lutas hollandesas e dos caboclos destorcidos, que fiseram de Vidal Negreiros, Camarão e Henrique Dias, a gloriosa trindade da formação brasileira; patricios dos jangadeiros nordestinos, cuja bravura indomita só é comparavel á das ondas encapelladas dos verdes mares bravios. O Brasil precisa de vós. E aqui estaes para, juntamente com os vossos irmãos do Centro e do Sul, defender o Brasil e São Paulo dos que, com explosões de um regionalismo tacanho e cócegas de um separatismo absurdo, tentam contra a tranquillidade da familia brasileira e do fortalecimento da unidade nacional.¹⁵²

¹⁵¹ Jornal *O Nordeste*, 12 de setembro de 1932. Grifos no original.

¹⁵² Jornal *O Nordeste*, 12 de agosto de 1932.

Nesse discurso, fica clara a importância da região para a formação da nação, já que era no Nordeste onde as três raças se cruzaram para formar o povo brasileiro. Tendo sua história sido marcada por heróis, o país precisava de seu povo. Com inspiração nessa tradição heróica, buscava-se fortalecer a construção, nesse momento conturbado, de uma coesão regional em benefício da força nacional que era ameaçada pela guerra. Continuando com sua argumentação, o autor tentou deixar claro quem eram os inimigos:

Sabeis quaes são os vossos, os nossos inimigos? Os politicos profissionaes, os regionalistas, os separatistas, que conseguiram illudir parte do grande povo paulista. Á garridice da rhetorica e ás flammas dos hymnos á vossa bravura e tenacidade, eu prefiro contar-vos, apenas dois episodios. Num banquete ha pouco realizado na Paulicéa, em homenagem ao autor do livro O Caso de São Paulo, sabeis vós qual foi o homenageado no brinde de honra? – Lampeão! Sim, Lampeão, porque, segundo o orador, o bandido dos bandidos prestava aos separatistas de São Paulo o favôr de dizimar alguns nortistas por dia. Estaes pasmados? Não é tudo. O mellifluo poeta Guilherme de Almeida, de subito arvorado em Thyrtu das phalanges de Sylvio de Campos e Frankenstein Morato, reclamou um dia contra o facto de São Paulo gastar cem mil contos para ser patricio de Lampeão. E esqueceu-se o mavioso bardo de agua de flor e mel de abelha que até agora elle nada pagou ao Brasil para ser patricio de Ruy Barbosa, Castro Alves, Gonçalves Dias, etc... Norte glorioso, Avante! Eu vos saúdo! Contemplando-vos como Tobias Barreto viu Pernambuco, num symbolo de glorias do mais puro valor nacional: Tu tens nas unhas de Pedra Cabello e sangue hollandês.¹⁵³

Nessa última parte, a valorização retoma alguns pontos já explorados nos textos locais, como uma memória histórica da região exaltando heróis e a crítica a uma atitude xenófoba de alguns paulistas. Partindo para o ataque mais direto, o jornalista descrevia histórias de líderes paulistas que ameaçavam o povo nordestino, já que exaltavam a morte da população local, além de reforçarem as atitudes separatistas e discriminatórias. Nesse contexto bélico, os nordestinos eram valorizados pelos apoiadores do Governo Provisório, e no campo de luta não poderia ser diferente. Mais uma vez a matéria publicada veio do jornal carioca *O Radical*:

¹⁵³ Idem.

O “Radical” está publicando o “Jornal de Campanha”, de official que assigna capitão Z, com impressões da frente Léste. Hoje diz o “Jornal”: “Uma das revelações mais surpreendentes que esta campanha me deu foi o soldado do Norte. Nascido e educado no Sul, eu não conhecia o soldado do Norte. Foi para mim um espanto, uma surpresa. É um optimo soldado. Valente como um leão, calmo como um frade de pedra e resistente como o aço. Dêem-lhe um pedaço de carne e um punhado de farinha e ele brigará o um dia inteiro sem cansaço, sem temor. É, pela resistencia e pela coragem, um dos melhores soldados que tenho visto. Seu impeto, no avanço, é terrível. Seu destemor pela morte é impressionante; sua resistencia é espantosa. Na trincheira é um modelo de valentia e disciplina. Mas tem um defeito: só pode estar na frente das operações, lutando. Toda vez que vae para a rectaguarda descansar, discute, se exalta, se espalha, faz barulho e dá trabalho. Entretanto, na hora da luta, é empolgante pela valentia, pela agilidade, pela resistencia.¹⁵⁴

Nesses últimos textos, dois pontos se destacam. Primeiramente, é importante ressaltar que eles não foram produzidos no Ceará, mas no Rio de Janeiro, circulando na imprensa carioca e depois chegando às páginas locais. Tal medida ratifica a análise de Jeziel de Paula descrita acima, que vê como uma medida do Governo Provisório a produção e difusão de textos que definiam a luta paulista como separatista. O segundo ponto a ser enfatizado é que tanto os que denegriam quanto os que glorificavam a região Nordeste e seu povo baseavam-se em estereótipos, reconfigurados nesse momento de luta para tornarem-se elementos políticos valiosos no processo de mobilização.

Em um poema de Napoleão Menezes, publicado no jornal *O Povo*, a figura do soldado cearense é construída a partir desses elementos. Com o título de “Ergue-te caboclo cearense!!!” e dedicado “Á memoria de Joaquim Tavora”, o poeta assim representou o cearense que partia para os campos de batalhas:

Cabôco da minha terra,
Escuta os gritos de guerra
Qui vem dos lado de lá!
Cabôco, infrenta o cansaço,
Queima o sangue no mormaço

¹⁵⁴ Jornal *O Nordeste*, 08 de setembro de 1932.

Do sol do teu Ceará!
 Segue adiante! Toma a frente,
 Mostra a toda áquela gente
 Qui és maió qui a propria fome!
 Pega a tua lazarina,
 Atravessa estas campina,
 Traça cum chumbo o teu nome!

Cabôco! Tu qui é o rebento
 Deste torrão de trumento,
 Onde o sol te queima tanto,
 Tú, qui sofre, tú, qui luta
 Acorda, Cabôco, iscuta,
 Disperta do teu recanto!
 Disperta, Cabôco forte
 Chegô a hora im qui o Norte
 Ou luta ou se despedaça!
 Vai mostrá qui a nossa gente
 É mais maió quando sente
 Qui é grande a sua desgraça!

Si o inimigo pequinino,
 Zomba e ri do teu destino
 Nesta hora de amargura,
 Vai, qui a fome te alimenta,
 Na hora rubra e sangrenta
 Da tua grande bravura!
 Mostra a bandeira encarnada,
 Por Joaquim Távora ensopada
 Com o seu sangue. E diz, então,
 Qui esse heroi nunca esquecido,
 É um filho extremecido
 Das brenhas do teu sertão!...¹⁵⁵

Inicialmente, vale notar que este poema foi dedicado a Joaquim Távora, líder tenentista morto em 1924, durante um dos momentos de luta deste movimento, aliando, dessa forma, os soldados que partiam para a guerra com a figura deste importante líder. Para o poeta, o soldado cearense é filho do sertão e das intempéries climáticas, o que ressaltava ainda mais seu espírito guerreiro e bravo. A postura destes soldados ganhava relevo já que “Vai mostrá qui a nossa gente É mais maió quando sente Qui é grande a sua desgraça”. Outro texto, também publicado no jornal *O Radical* do Rio de Janeiro, falava dos soldados cearenses, especificamente nas linhas de frente:

¹⁵⁵ Jornal *O Povo*, 17 de agosto de 1932.

Ninguém ignora a valiosa contribuição do norte a causa unionista. Diariamente chegam ao Rio, vindos dos Estados do Norte, centenas de soldados, possuídos do mais sã patriotismo, dispostos a sacrificarem a própria vida em defesa da integridade da Pátria. Numa das minhas viagens à frente de Silveiras, quando o sol desaparecia na serra da Bocaina, em uma curva da estrada Areias-Queluz, o meu automóvel parou para dar passagem a vários caminhões que conduziam tropas, com destino ao “front”. Era o 23º B. C. do Ceará, que seguia para as linhas de fogo, a combater os separatistas. Tive oportunidade de manter rápida palestra com alguns desses bravos. Um cabo, tipo legítimo do nordestino, que estava ao lado do “chauffeur”, sabendo que eu era jornalista, gritou: – Diga lá no “seu” jornal, que “aqui” vai gente do Crato. Um outro acrescentou logo: – “Gente que morre brigando, mas não recua”.¹⁵⁶

A presença de nordestinos na guerra era evidente, inclusive para os jornais da capital federal, que sempre se referiam a eles com elementos de bravura e patriotismo. Nesse momento, exaltar os aliados, “Gente que morre brigando, mas não recua”, e denegrir os inimigos fortalecia o campo de luta. A mobilização, assim, possuía elementos que procuravam sensibilizar para a guerra a partir de identidades regionais e nacionais, às vezes colocando-as em confronto em várias perspectivas. Esses textos objetivavam sensibilizar a população para a guerra, ressaltando que a batalha era de todos os brasileiros. Mais do que lutar contra São Paulo, a guerra era a favor do Brasil.

Todavia, no Ceará o processo de mobilização foi mais complexo, alterando substancialmente o cotidiano da população com várias manifestações realizadas por diferentes apoiadores do Governo Provisório. A luta contra os inimigos estava mais próxima do que se imaginava.

¹⁵⁶ Jornal O Povo, 19 de setembro de 1932.

2.2 A campanha de mobilização e o cotidiano no Ceará durante a Guerra de 1932: “A cidade apresentava movimento incommum, vibrando de entusiasmo”

Desde o início da Guerra de 1932, ficou claro para o Governo Provisório que a forma de apoio mais efetiva dos Estados do Norte seria o envio de batalhões provisórios. Para tanto, a busca por uma legitimação do combate contra os inimigos foi intensa, articulada por diversas pessoas e setores políticos que apoiavam Getúlio Vargas e sua nova e, de certo modo, ainda pouco definida proposta de Governo. Contudo, o envolvimento com a guerra não poderia ser restrito apenas aos aliados e ao Exército. A situação era de guerra e toda a população deveria se envolver na causa revolucionária, até mesmo os que não partiriam para o *front* de batalhas:

Encorporados ao 2 Batalhão Provisorio do Ceará para combater aos sediciosos paulistas, temos a satisfação de apresentar ao Povo Cearense, principalmente aos nossos amigos, as nossas despedidas, no momento em que encetamos a marcha contra os inimigos do Brasil. Resolvidos a oferecer à Patria, por sua integridade, o maximo de nossas energias, senão a propria vida, lamentamos que não estejam ao nosso lado todos os camaradas moços que ficam, embora estejamos certos de que nenhum cearense deixará de contribuir para que esta terra pague em parte os benefícios recebidos daqueles que dirigem a nação no momento atual.¹⁵⁷

A proclamação acima foi assinada por 3^{os} sargentos ligados ao 2^o Batalhão Provisório do Ceará e tinha como título o mesmo público ao qual era destinada: “Aos que ficam”. É notório que para os construtores da defesa do Governo Vargas, além do embarque de tropas para a luta armada, era necessário o apoio da população à causa governista. Dessa forma, concomitantemente ao processo fervoroso de legitimação da Guerra de 1932, tema do capítulo anterior, várias manifestações que buscavam mobilizar a população para a guerra foram produzidas pelo Governo e seus apoiadores. Esta mobilização visava construir um ambiente de beligerância no Estado, em que todos deveriam estar a postos para defender o Governo Provisório, mesmo

¹⁵⁷ Jornal *O Povo*, 09 de setembro de 1932.

que sem partir para o combate.¹⁵⁸ Buscava-se assim consolidar o apoio e conquistar aliados que, sem dúvidas, deveriam ser mais numerosos que os alistados nas tropas. Ao mesmo tempo em que a campanha de mobilização ganhava força, alimentavam-se cada vez mais as fileiras de alistamento.

As múltiplas ações de mobilização estiveram presentes em todo o Estado e não só na capital Fortaleza, apesar dessa ter sido o centro de toda a articulação e organização governamental. Os prefeitos das cidades interioranas logo nos primeiros dias do conflito enviaram telegramas à Interventoria reafirmando seu posicionamento ao lado do Governo central e declarando combate aos inimigos. Chegaram diversas correspondências destinadas ao Interventor: “Maranguape, 12 – Ciente acontecimentos Sul pais chefiados elementos politicos decaídos nesse momento venho hipotecar solidariedade vossencia vosso governo dedicado apoio inteira solidariedade não medindo sacrificio meu e municipio Maranguape (...) Dr. João Bezerra, prefeito”¹⁵⁹, “Senador Pompeu, 19 – Meu nome e municipio hipoteco vossencia inteira solidariedade contra impatriotica sublevação sul pais. Saudações. Dr, Alcides Barreira, prefeito”¹⁶⁰, “Limoeiro, 16 – Coligado ideal outubro 930 lamento movimento subversivo sul pais elementos irresponsaveis situação patria. Permaneço coheso acompanhando elementos sadios este município proposito inabalavel auxiliar conquista paz e soerguimento querido Brasil. Saudações. José Julio de Castro, prefeito”.¹⁶¹ Nesse mesmo tom, chegaram mais telegramas assinados pelos prefeitos de Icó, Sobral, Santana, Iguatu, Cedro, Senador Pompeu, Jaguaribe, Milagres, Santana do Cariri, Morada Nova, Quixadá, Tauá, Jardim, Missão Velha e Camocim. No entanto, as articulações foram bem maiores do que o envio de cartas, apesar da importância que essa

¹⁵⁸ Analisando a mobilização e o cotidiano da cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, Roney Cytrynowicz defende a idéia de *front* interno: “Não se trata apenas de oferecer toda a retaguarda e a infra-estrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar militarmente para bombardeios contra alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidas a uma lógica e a um controle que escapavam inteiramente à compreensão do indivíduo.” CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 15. Nesse estudo, o autor argumenta sobre a importância da participação da população no momento de guerra, e como o Estado atua para conseguir esse objetivo. Durante períodos de guerra, o cotidiano das cidades envolvidas no conflito alterava-se, a partir da atuação de diversos setores sociais que dialogavam com essas ações.

¹⁵⁹ Jornal *O Povo*, 14 de julho de 1932.

¹⁶⁰ Jornal *O Povo*, 20 de julho de 1932.

¹⁶¹ Jornal *O Nordeste*, 19 de julho de 1932.

prática teve na mobilização no Ceará, como veremos mais adiante. Várias movimentações agitaram muitas dessas cidades.

Em Campos Sales e Crato, boletins conclamando o povo à luta foram distribuídos.¹⁶² Já em Tauá, no Salão Nobre da Prefeitura, organizou-se uma reunião que teve a participação de “todas as classes representantes deste município bem como todas as autoridades federais e estaduais”, em que o prefeito local expôs “a razão do apelo feito por v. excia. aos cearenses”.¹⁶³ O prefeito de Arraiá, em uma proclamação junto ao povo, convocava-o para a luta¹⁶⁴ e, dois dias depois, após um “formidável meeting”, saíram em direção a Fortaleza os primeiros voluntários da cidade.¹⁶⁵ Semelhante manifestação aconteceu em Brejo dos Santos, onde um comício na Praça João Pessoa, lembrou o “2 aniversario morte mártir revolucionario” que dá nome ao logradouro, em meio a “hinos musicas fez recordar feitos valorosos pregador obra revolucionaria que debalde masorqueiros paulistas tentam derrubar”.¹⁶⁶

Em Barbalha, telegramas informavam:

Apraz-me comunicar vossencia percorremos todo o municipio lado prefeito Duarte Junior outras autoridades pessoas gradas concitando população defender elevados ideais revolucionarios Outubro. Podemos atestar povo barbalhense firme lado vossencia indignado criminoso atitude reacionarios paulistas que impatrioticamente procuram destruir paz economia Nação tão bem governada honrado ditador dr. Getulio Vargas. Conduzida atual prefeito se acha pronta atender patrioticos apelos vossencia.¹⁶⁷

Tal manifestação foi articulada por membros do Governo juntamente com o Clube 3 de Outubro e trabalhadores locais, que caminharam pela cidade divulgando as causas e os culpados pela guerra, lembrando que ela era de interesse de todos. Em Juazeiro, importante cidade do Cariri cearense, ocorreram muitas ações com esse objetivo. Alfeu Aboim, destacado ativista político do Estado, escreveu uma carta endereçada ao mais influente líder religioso da região: Padre Cícero. Na missiva, ele afirmava que:

¹⁶² Jornal *O Nordeste* e Jornal *O Povo* de 20 de Julho e 29 de julho de 1932, respectivamente.

¹⁶³ Jornal *O Povo*, 21 de julho de 1932.

¹⁶⁴ Jornal *O Povo*, 23 de julho de 1932.

¹⁶⁵ Jornal *O Povo*, 26 de julho e Jornal *O Nordeste*, 26 de julho de 1932.

¹⁶⁶ Jornal *O Povo*, 29 julho de 1932.

¹⁶⁷ Jornal *O Povo* e Jornal *O Nordeste*, 28 de julho de 1932.

O momento recomenda uma ação decisiva contra os insurrectos de S. Paulo, tornando se portanto necessario v. revdma. positivar sua solidariedade ao governo da Republica, expondo, nas suas costumadas falas ao povo a necessidade deste cumprir o dever decisivo de alistar-se nas fileiras das forças legaes. Convem não esquecer que está ameaçada a unidade nacional, o desmembramento portanto do nosso caro Brasil não sendo talvez a isto estranho o comunismo dissolvente e anarquico que v. revdma., como sacerdote catolico, é o primeiro a reconhecer.¹⁶⁸

Na argumentação, o autor cobrava do ilustre padre um posicionamento claro diante do conflito nas suas freqüentes falas à população local, assumindo uma postura que influenciasse seus fiéis a se alistarem nas tropas que estavam sendo formadas. Além do dever cívico, o missivista tentava relacionar a guerra ao comunismo, tema de constantes ataques por parte da Igreja Católica. Com o posicionamento claro de Padre Cícero sobre a guerra e um pedido seu convidando ao alistamento, as força da mobilização naquela região e o envolvimento com os batalhões seriam bem maiores.

Ainda em Juazeiro, circulou um convite chamando o povo para um comício na Praça Alexandrino de Alencar, que “tem por objecto combinar-se o meio de concretizarmos o nosso concurso ao governo da nação”. O boletim era assinado por trabalhadores e comerciantes locais, além de membros do Clube 3 de Outubro da cidade. Ao final, lia-se “Viva a Dictadura! Viva o seu ministerio! Viva o Dr. José Americo! Viva o nosso interventor, o capitão Carneiro de Mendonça! Viva o Exército Nacional! Viva a Marinha! Viva a Republica!”.¹⁶⁹ Segundo os telegramas enviados à Interventoria noticiando o “meeting”, vários oradores exaltaram o Governo e conclamaram o povo ao alistamento, além de ter sido lida a “patriotica proclamação vossencia dirigiu povo cearense”.¹⁷⁰ Nos mesmos moldes deste, em Russas aconteceu outro agitado comício:

Realizou-se hontem, perante grande multidão, um comicio de apoio ao Governo Provisorio e ao Interventor do Ceará e de concitamento ao voluntariado para a defesa da Revolução e aos interesses do Nordeste ameaçados pela rebelião perrepista. Foi lido na praça publica, sob estrondosas ovações, o artigo do O POVO intitulado “O Ceará e a rebelião paulista” que provocou enorme entusiasmo. Discursou em seguida o sr. Humberto Cruz sendo vivamente aplaudido. Por fim, a massa popular, precedida pela banda de

¹⁶⁸ Jornal *O Povo*, 24 de setembro de 1932.

¹⁶⁹ Jornal *O Nordeste*, 21 de julho de 1932.

¹⁷⁰ Jornal *O Povo*, 23 de julho de 1932.

musica, percorreu as ruas vivendo a Revolução, os srs. Getulio Vargas, Carneiro de Mendonça, José Americo, Juarez Tavora e outros proceres revolucionarios.¹⁷¹

Tendo como principais agentes os prefeitos, lideranças políticas e grupos intimamente ligados ao Governo, como o Clube 3 de Outubro, essas manifestações revelam as articulações que existiram no interior do Estado visando congregar os habitantes à causa bélica. As fontes que as noticiavam, mesmo marcadas por certo exagero e ufanismo, são claras quando mostram que esses grupos não pretendiam ficar isolados na defesa, mas procuravam estimular a participação da população na guerra. Distribuição de panfletos, *meetings*, passeatas e comícios foram as estratégias adotadas para informar o povo dos acontecimentos nacionais e atrair adeptos. Nessas manifestações, os discursos produzidos pelos líderes políticos e setores da imprensa favoráveis ao Governo Provisório eram lidos em públicos, ressaltando que essas idéias não ficavam restritas a limitados círculos, mas eram amplamente divulgadas, tornando-se uma arma de grande importância. Por mais que essas mensagens não tenham sido “assimiladas” de uma maneira integral e pura pela população, não se pode negar a importância que tiveram nesse processo. Vale já anunciar que o número de alistados oriundos do interior do Estado foi majoritário e a seca que se anunciava desde janeiro foi fundamental para isso, contudo, essas tropas não eram compostas exclusivamente de retirantes.

Em Fortaleza, o impacto da guerra e as manifestações também foram de grandes proporções. Durante três dias, a Praça do Ferreira, uma das mais importantes áreas públicas do centro da cidade, foi palco de comícios a favor do Governo Provisório. O primeiro deles teve início às 22 horas do dia 19 de julho e teve como principal articulador o professor do Colégio Militar Tenente-Coronel Humberto Pimentel, que discursou para os presentes. No dia seguinte, os jornais já estampavam o convite para o novo evento.¹⁷² Assim, a partir da sete da noite, já era visível a aglomeração das pessoas no local marcado, tendo a atividade se iniciado com o mesmo articulador do dia anterior:

O orador terminou convidando o povo para ir ao palacio do governo manifestar a sua integral solidariedade ao exmo. sr. Interventor

¹⁷¹ Jornal *O Povo*, 07 de setembro de 1932.

¹⁷² Jornal *O Nordeste*, 20 de julho de 1932.

Federal nesse momento de grande provações para a patria brasileira. A massa popular dirigiu se, em seguida, para a Praça General Tiburcio, aparecendo nesse momento, em uma das janelas do palacio, o exmo. sr. Carneiro de Mendonça, que foi muito aclamado, ouvindo-se também, vivas unisomos aos nomes dos drs. Getulio Vargas e José Americo. Ali falou novamente o sr. tenente-coronel Humberto Pimentel, que após uma rapida digressão sobre o movimento rebelionario de S. Paulo explicou ao chefe do governo cearense o que significava aquela manifestação. Entre calorosas salvas de palmas o exmo. sr. capitão Carneiro de Mendonça, agradeceu aquela prova de solidariedade do povo cearense, pronunciando incisiva oração sobre os acontecimentos verificados ultimamente no sul do pais.¹⁷³

No dia 22 de julho, outro comício foi anunciado à população, que era convidada a participar “com o máximo respeito durante esta manifestação”. Neste discursaram, além do militar-professor articulador dos eventos, jovens e representantes de Iguatu e Quixeramobim.¹⁷⁴ Esses eventos públicos marcaram a paisagem urbana fortalezense (assim como de muitas cidades do interior do Estado) durante a Guerra de 1932, construindo um clima de guerra que se propagava, levando o conflito, os inimigos, os medos e as esperanças relacionados à luta armada para perto da população cearense.

Essas não foram as únicas ações e agentes envolvidos na mobilização. A Igreja Católica atuou nesse processo, reforçado o envolvimento dos fiéis com a guerra. Em uma proclamação assinada pelo Arcebispo de Fortaleza, D. Manoel da Silva Gomes, além de deixar clara sua crítica ao mundo cada vez menos cristão, determinou, “a exemplo do que fez o Exmo. Snr. Cardeal para a sua Archidiocese”¹⁷⁵, um tríduo pela paz, que em Fortaleza realizou-se entre os dias 12, 13 e 14 de agosto. Além das orações nas matrizes, igrejas, capelas e colégios cristãos, nesses três dias de grande fervor religioso, o respeitado clérigo determinou algumas medidas ligadas à luta em que o Ceará estava envolvido.

A primeira delas foi uma procissão, em que ele próprio convocou “todas as associações operarias, Ordem Terceira, Congregações Marianas masculinas, União de Moços Catholicos, Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cathedral, Conferencias Vicentinas e mais associações religiosas masculinas”

¹⁷³ Jornal *O Povo*, 21 de julho de 1932.

¹⁷⁴ Jornal *O Nordeste*, 22 de julho de 1932.

¹⁷⁵ Jornal *O Nordeste*, 06 de agosto de 1932.

para participarem da procissão de penitência, composta só de homens, encarada como uma “tocante manifestação piedosa”.¹⁷⁶ Apesar da exigência da participação exclusiva de homens nessa grande manifestação contra a guerra, a força do pedido do Arcebispo não pode ser minimizada, sendo plausível imaginarmos que a grande maioria dos católicos ficou sabendo claramente de suas medidas oficiais sobre o conflito e do seu posicionamento diante do momento político. Pela amplitude do catolicismo no Estado, e no Brasil, é possível perceber o peso e a importância desse aliado.¹⁷⁷ Nesse sentido, a Associação das Senhoras de Caridade convocava para a sua reunião ordinária, mas não deixava de alertar que, além da pauta normal, também discutiriam para “tomarem parte no Triduo pela paz no nosso Brasil (...) em seguida á reunião”.¹⁷⁸ Assim, voltando à procissão:

Constituiu cerimonia innegavelmente majestosa a grande procissão de penitencia pelo Brasil (...). Não só a enorme e compacta multidão de homens que nella tomou parte, mas, sobretudo, os sentimentos do mais alto respeito e convicção religiosa que todos demonstraram deixou Fortaleza sob a impressão de que, realmente, Nosso Senhor terá piedade do Brasil, sob o penhor da crença penitente dos nossos homens, em favor da Nação. (...) Extendia-se o cortejo da porta da Cathedral pela rua Castro e Silva a fóra, numa reunião de milhares de homens de todas as classes sociaes, de cujos peitos una voce, irrompeu a intonação grave e commovente do “Senhor Deus, misericórdia!” Fechando o prestito, vinha o exmo. e revdmo. sr. Arcebispo Metropolitano, dom Manuel da Silva Gomes, acompanhado por membros do clero e autoridades, entre as quaes, conseguimos anotar o major Francisco Ribeiro Montenegro, representando o sr. Interventor Federal; dr. Francisco Matos, procurador geral da Republica; desembargadores Pedro Paulo da Silva Moura, presidente do Superior Tribunal de Justiça, e Abner de Vasconcellos, procurador geral do Estado; dr. Ubirajara Coelho de Negreiros, e sr. Franklin Gondim, delegados da capital; dr. Bernardo Café Filho, director regional dos Correios e Telegraphos e outros. O prestito movimentou-se pela rua Castro e Silva, tomando pela Senador Pompeu e encaminhando-se para a Praça José de Alencar, onde, em frente á matriz do Patrocinio, assistiram os penitentes á benção do S. S. Sacramento. A seguir contornou a procissão a referida praça adeantando-se pela rua 24 de Maio até encontrar o boul. [boulevard] Duque de Caxias e surgir na Praça Gonçalves Ledo, em frente á matriz do Carmo. (...) Dispersou-se, ahi o grandioso prestito, podendo-se, então, mais bem avaliar o

¹⁷⁶ Jornal *O Nordeste*, 12 de agosto de 1932.

¹⁷⁷ As ligações entre a Igreja Católica e o Governo Vargas foram discutidas no capítulo 01.

¹⁷⁸ Jornal *O Nordeste*, 10 de agosto de 1932.

incomputavel numero dos homens de Fortaleza que nella tomaram parte, pedindo a Nosso Senhor pela paz do Brasil.¹⁷⁹

Nessa longa citação, há muitos elementos interessantes sobre a mobilização em Fortaleza. A manifestação articulada no seio católico congregou intimamente aspectos religiosos e cívicos, tendo na oração e na penitência armas para combater o mal, ou seja, a guerra. Juntamente com várias organizações religiosas e de trabalhadores, estavam presentes importantes autoridades civis, militares, jurídicas e políticas, ao lado do maior líder católico do Estado, o Arcebispo. Esta significativa imagem simbolizava a íntima ligação desses poderes, que estavam unidos em prol da luta contra o inimigo político e pela paz. Além disso, como já foi visto, o clero cearense entendia que esse momento conturbado era favorável para reafirmar seus valores junto à sociedade e consolidar seu prestígio junto ao novo Governo. Vale notar também que a manifestação deveria ser exclusiva de homens, possivelmente futuros soldados da defesa política e da fé católica. Além disso, esse movimento político-religioso tomou a cidade caminhando nas principais ruas, praças e igrejas, convidando a população a participar do momento que tanto atormentava o país, alastrando pelas vias públicas a força cearense na defesa do Governo Provisório.

Outra medida do Arcebispo, ligada ao tríduo e declarada juntamente com a procissão, passou a agitar a cidade todas as noites, mais uma vez tendo a guerra como mote, construindo uma atmosfera favorável à defesa e ao combate. A partir do dia 17 de agosto, a imprensa católica publicou, diariamente, a seguinte nota:

Emquanto perdurar a luta armada no Sul, os sinos da capital, todos os dias, ás 19 horas, tocarão nove badaladas, em grupos de três, para lembrar aos fieis, a S. S. Trindade e convidá-los a orar a Deus Trino e Uno, pedindo misericórdia para o Brasil. Todos, mesmo os que não praticam a religião, mas são brasileiros e crêem em Deus devem guardar silencio profundo durante esse toque, si não de

¹⁷⁹ Jornal *O Nordeste*, 16 de agosto de 1932.

alarma, pelo menos de sentido e atenção ao que se está passando em nossa pátria.¹⁸⁰

Com essa medida, todos os dias, a população de Fortaleza era convidada a pensar sobre a guerra a partir das badaladas dos sinos que ecoavam pela cidade. Nessa proclamação, os ideais políticos e patrióticos superavam a doutrinação religiosa, já que a Igreja pedia a atenção de todos e não apenas a seus fiéis. A estes clamavam orações pela paz, enquanto dos não católicos esperava-se que, mesmo sem rezar, refletissem sobre a luta. A Igreja Católica e a Interventoria estavam unidas e envolvidas na defesa da nação, promovendo em toda a cidade manifestações que estimulavam a participação da população no conflito. A determinação do tríduo mostra uma ação planejada e executada fora da liturgia comum da Igreja para envolver-se com as questões políticas nacionais que estavam presentes no Estado, pois a outorga desse tríduo, sem dúvidas, estava mais relacionada ao contexto político do que ao calendário religioso. Tanta para o Clero cearense como para a Interventoria, a guerra era assunto de todos e sem o envolvimento da população a vitória não seria alcançada.

Concomitante a essas manifestações, os batalhões provisórios também motivaram outras pessoas a organizarem ações de apoio, já que o seu embarque consolidava a forma mais direta e concreta de envolvimento cearense na defesa do Governo Provisório. Um comerciante da cidade, José Julio Barbosa, com o objetivo de ajudar as forças cearenses, doou “ao Batalhão Provisorio que hontem partiu para o sul, varios pacotes do pó limpa metaes ‘Itá-Irá’, com o emprego do qual, os nossos soldados farão reluzir as suas armas”.¹⁸¹ Tal atitude revela o envolvimento do comerciante com as forças locais, fazendo ele próprio uma doação que visava auxiliar as tropas em luta. Mesmo assim, pode-se pensar que tal ato pode ter sido também motivado por interesses financeiros, já que o seu nome e do seu produto ligavam-se à

¹⁸⁰ Jornal *O Nordeste*, 17 de agosto de 1932. No dia 26 de julho, o jornal *O Povo* publicou uma nota, datada de 19 de julho, com “Novas instruções do Cardeal D. Sebastião Leme aos fieis” em que “Além das costumadas AVES MARIAS, os sinos das igrejas, ás 21 horas, darão, todas as noites, nove badaladas compassadas, como um convite a todos os homens de fé onde quer que se achem, para que durante alguns instantes se recolham em oração pelos que, longe da familia, estão sofrendo os horrores e perigos da guerra”. A partir de 15 de Setembro, o Governo Arquidiocesano informava que as badaladas foram transferidas para as 21 horas “para acompanhar a hora da paz estabelecida em outras dioceses”.

¹⁸¹ Jornal *O Nordeste*, 17 de agosto de 1932.

defesa que estava sendo construída, podendo ser mais aceito pelo comércio local. A própria chamada da matéria sugere isso: “O ‘Itá-Irá’ foi para as linhas de frentes”. Destacam-se mais o produto e a guerra do que o ato voluntário de doação motivado por envolvimento político.

Ainda nesse entusiasmo de participação política, a intensa campanha jornalística ligada à guerra parece ter motivado alunas e professoras da cidade:

Attendendo ao apello da “Legião 5 de Julho”, do Rio, á mulher nordestina, afim de prestar conforto aos soldados legalistas, a “Liga Bondade”, formada das alumnas do 3.º anno A e 3.º anno B, do Grupo Norte da Cidade, angariou donativos nesse sentido, sobresaindo-se as inteligentes pequenas Simone Fontenelle, Nair Gomes, Aila Nogueira e Eunice Britto. A importancia angariada, 180\$000, foi entregue a esta redacção por distincta commissão de professoras daquelle Grupo, e será enviada ao sr. commandante das forças provisórias, que seguirão nestes poucos dias para o sul.¹⁸²

A conquista desses recursos para os soldados foi iniciativa de um pequeno grupo colegial, que sensibilizou-se diante dos constantes apelos envolvendo a participação e mobilização na guerra, oriundos dos diversos grupos políticos, locais ou não, que estavam ligados à defesa do Governo Provisório. Como veremos, a imprensa cearense tornou-se um espaço no qual diversas manifestações de outros Estados foram publicadas, fazendo com que a guerra cada vez mais se aproximasse do contexto cearense. É o caso da Legião Cívica 5 Julho, que aparece diversas vezes na imprensa local como sendo uma organização ligada às forças federais que auxiliavam às tropas.¹⁸³ Outro aspecto interessante é que o dinheiro conseguido foi entregue à redação do periódico e não diretamente ao Exército, mostrando que diversas pessoas na cidade entendiam que havia uma íntima ligação entre a imprensa cearense e a formação dos batalhões.

Também com o intuito de ajudar os batalhões financeiramente, outras manifestações aconteceram:

¹⁸² Jornal *O Nordeste*, 19 de setembro de 1932.

¹⁸³ Vale registrar que era a essa Legião que deveriam ser enviadas as correspondências aos soldados em combate, destinando-as a Rua Rodrigo Silva, 8 – Rio de Janeiro.

Amanhã, às 8 horas, um grupo de senhorinhas da nossa sociedade percorrerá o commercio desta capital, num bando precatorio de auxilio ao Soldado Cearense, que segue para o *front*. Essa iniciativa partiu da comissão promotora do ultimo festival que, com mesma finalidade, foi levado a effeito ha pouco no 'José de Alencar'.¹⁸⁴

Esse grupo de senhoras percorreu as ruas centrais da cidade buscando angariar fundos, em uma tentativa de atrair os comerciantes e cidadãos para participarem da luta, contribuindo de diversas formas. Além disso, essa não era a primeira iniciativa deste movimentado grupo. Na casa de espetáculos mais tradicional do Estado, realizaram-se festivais para aproximar cada vez mais a cidade das tropas, já que era no referido teatro que a maioria das tropas voluntárias estava aquartelada, como veremos. “A noitada de hontem no Teatro oficial”, que aconteceu cerca de quinze dias antes da comitiva no comércio local, foi assim noticiada:

Como estava anunciado, efetuou se hontem, no “Teatro José de Alencar”, com seleta assistencia, da qual se destacavam o exmo. sr. capitão Carneiro de Mendonça, interventor federal, e altas autoridades, o festival promovido por um grupo de gentis senhorinhas, em pról dos bravos soldados cearenses que se encontram no 'front', e dedicado ao chefe do estado. O programa organizado foi fielmente interpretado, tendo agradado geralmente.¹⁸⁵

O jornal noticiou o agrado geral dos espectadores e a presença de autoridades estaduais, tendo o Interventor como a figura a quem foi dedicada o evento, o que sugere a ligação com à Inteventoria. No segundo festival, que aconteceu no mesmo local e foi promovido pelo mesmo grupo, houve uma cobertura maior. Na prestação de contas publicada, é possível perceber com mais detalhes como eles aconteciam, a partir dos custos envolvidos:

Avulsos de propaganda, entradas e programmas.....	50\$000
Afinação e transporte de piano.....	55\$000

¹⁸⁴ Jornal *O Nordeste*, 15 de setembro de 1932.

¹⁸⁵ Jornal *O Povo*, 25 de agosto de 1932.

Automoveis que fizeram o transporte da comissão.....	170\$000
Orquestra Silva Novo.....	24\$000
Serviço prestado pelo carro 44, para o transporte das irmãs Gasparinas.....	5\$000
Despesas com o Dr. Leonardo Mota.....	14\$000
Transporte de caminhão com palmeiras para o teatro....	15\$000
Carretos diversos e gratificações aos empregados do teatro.....	25\$000
Impressão do himno patriotico.....	10\$000 ¹⁸⁶

É possível imaginar que o Teatro José de Alencar estava significativamente ornamentado para a festa, com ativa participação de funcionários da própria casa, tendo uma ampla divulgação da propaganda do evento pela cidade, convidando a população a participar desse ato. Aliados com a beleza do local, outros equipamentos eram necessários para atrair o público, como sugere o aluguel do piano e da orquestra. Além das músicas, o espetáculo era composto com a participação de Leonardo Mota, conhecido poeta, escritor, artista e folclorista de grande influência nos meios jornalísticos e políticos locais e também com a presença das irmãs Gasparinas, possivelmente outra atração artística, já que foi a própria organização que pagou o transporte de ambas, algo que dificilmente aconteceria com um espectador comum. Entretanto, não se poderia esquecer que a festa era um ato político em prol dos batalhões cearenses, o que justificava a impressão do Hino Patriótico, que sem dúvidas remetia à defesa da nação diante a guerra, e que provavelmente foi proclamado pelo público presente no evento.

Esse espetáculo rendeu 625\$000 e, tirando os custos citados, lucrou 257\$000, sendo toda renda entregue aos batalhões. Maria Amélia Caminha, no dia seguinte, escreve ao jornal comentando o espetáculo. Assinando como “humilde e insignificante presidente da Comissão Angariadora de Donativos em prol dos bravos e valorosos soldados cearenses”, ela relatou que:

Venho por intermedio dessas desvaliosas linhas pedir vos dar publicidade no vosso vibrante e conceituado jornal o resultado dos festival por mim organizado (...) e bem assim inserir á medida que for podendo os nomes constantes das inclusas listas das pessoas generosas que se dignaram de concorrer com obulos para aquelles valentes e ousados irmãos combatentes. Aproveito a oportunidade para agradecer do intimo d’almas as queridas e dedicadas auxiliares

¹⁸⁶ Jornal *O Nordeste*, 27 de setembro de 1932.

senhorinhas – Icléa de Sá Roriz, Maria Kilda Cavalcante, Thais Malmann e bem assim as distintas comissões dos collegios – Militar, Cearense e S. Luis – á sua coadjuvação esforçada auxiliando me na ardua incumbencia que tomei a hombros. Dando hoje por terminada nossa nobre e patriótica missão por ter de seguir brevemente, em companhia do extremoso irmãozinho Levy, para o campo da luta em defesa da causa nacional, sirvo me ainda do ensejo para apresentar a todos os filhos desta heroica e gloriosa terra, que tanto amo, as minhas saudosas despedidas.¹⁸⁷

Na sua missiva, Maria Amélia pediu que o jornal destacasse o festival por ela organizado e, da mesma forma, as várias pessoas que contribuíram na campanha com donativos para os soldados. É possível perceber detalhes da organização, como o auxílio de amigas e pessoas ligadas a três colégios da cidade, revelando que a coordenação não era isolada, fazendo crer que as notícias envolvendo as organizações locais referentes à guerra espalhavam-se pelo Ceará. Por último, informa que não é possível mais trabalhar nessas atividades, pois partirá em breve para o campo de batalhas, juntamente com seu irmão Levy. As várias ações mobilizantes que ocorreram em Fortaleza não foram exclusivamente atos da Interventoria. Diversos apoiadores do Governo Provisório no Ceará entenderam a importância do momento político e partiram para a luta, mesmo ficando na cidade, como é o caso de Maria Amélia. Logo nos primeiros dias, ela enviou um telegrama à Interventoria afirmando que:

Idealista ardorosa e sincera, acostumada a render homenagens aos grandes e incansáveis batalhadores da nossa liberdade política, queira v. excia. aceitar em meu nome e no do meu irmão Leví (soldado da revolução de 24 e 30), os nossos desvaliosos serviços qualquer hora do dia ou da noite neste Estado, ou mesmo em S. Paulo, o que faremos com maximo ardor e verdadeiro entusiasmo em defesa querida e estremecida Patria. Aguardo vossas honrosas ordens apresento a v. excia. as minhas respeitosas saudações. (...) Maria Amélia Caminha, estudante¹⁸⁸

A estudante era irmã de um tenentista que participou de movimentos políticos significativos na trajetória política dessa corrente, o que deve ter

¹⁸⁷ Jornal *O Nordeste*, 28 de setembro de 1932.

¹⁸⁸ Jornal *O Povo*, 25 de julho de 1932.

influenciado-a, pois desde o início da Guerra de 1932 ela parece estar interessada na luta e, mais do que isso, cogita a possibilidade de participar das batalhas no *front*, algo que parece ter se concretizado, como foi visto em sua carta noticiando o último festival. Antes da possível partida, a militante organizou várias ações na cidade que visavam ajudar os batalhões provisórios, e para isso era fundamental mobilizar a população em torno da guerra. Essas iniciativas, por mais que fossem particulares, não aconteciam descoladas do interesse governamental, estando elas também em diálogo com as ações da Interventoria, tendo inclusive a participação do Interventor em muitos desses momentos. Assim, a mobilização que envolveu a cidade durante a guerra não pode ser entendida sem a participação de diversos agentes e setores sociais que estavam diretamente envolvidos no conflito, mesmo sem partir para o campo bélico.

Entretanto, não só comícios políticos que aglomeravam a população na via pública e em locais importantes da cidade modificavam a paisagem urbana e o cotidiano do Estado. O comércio local também sofreu alterações durante a guerra. Um leitor, pouco mais de dez dias depois do início da guerra, já percebia mudanças:

A situação em que nos achamos é deveras horripilante. Quando houve a greve do pessoal da "Light" o primeiro que se verificou foi o aumento nos preços dos cereaes. Agora, com esse movimento subversivo de S. Paulo, estão se passando as mesmas scenas. Enquanto os paulistas estão em revolução nos é que estamos sendo os prejudicados (...). Os donos de armazens da nossa praça que se acham com seus "stocks" cheios, agora, já vão se aproveitando da ocasião. Estão subindo os preços dos generos de primeira necessidade, como sejam: o feijão, a farinha, o arroz, a carne do sul, etc. Como se fosse mercadoria chegada agora. Pode se dizer que a "fuzarca" legalista no sul começou hontem. Mas, em tão pouco tempo, já está nos attingindo de perto. De perto porque de effeito da rebelião sulista, foi que elevaram o preço da mercadoria aqui. (...) A mercadoria que até sabbado se comprava por um preço, hoje, já se compra com accrescismo de \$200 ou \$300 por kilo.¹⁸⁹

O leitor que escreveu a carta, endereçada ao redator do jornal, percebeu com sensibilidade o estratagema adotado pelos donos de armazéns

¹⁸⁹ Jornal O Nordeste, 20 de julho de 1932.

para aumentar o preço de seus produtos. Assim como ocorreu na greve dos lighteanos que agitou a cidade poucos meses antes¹⁹⁰, os preços dos gêneros básicos de alimentação vinham aumentando, mesmo os estoques formados antes do início do conflito. Certamente influenciados pelos constantes e enfáticos discursos sobre a guerra que tomavam conta do Estado, os comerciantes acharam uma justificativa facilmente compreendida por parcela significativa da população para aumentar seus lucros: a luta armada prejudicava o comércio e, sendo assim, os produtos se encareciam. A guerra estava presente, mas a rapidez com que os preços aumentaram levantou a suspeita do leitor, que no final de sua missiva adverte que “é bom que as autoridades verifiquem taes ocorrências”. De fato, o conflito aumentou o custo de vida do Estado, com o passar dos dias e a continuidade da guerra: “Segundo nos consta, os stocks da praça estão bastante reduzidos, sem que o mercado possa ser abastecido efficientemente, em face das circumstancias anormaes das praças exportadoras do sul do pais”. Essa impossibilidade de repor as mercadorias assustava, pois “nessas condições, a situação se tornará insustentavel, não apenas para a pobreza, que de ha muito vem soffrendo privações innenarraveis, mas para a collectividade em geral”.¹⁹¹

Outros comerciantes da cidade também entenderam que a guerra poderia ser uma forte aliada para favorecer seus negócios. As Lojas Brasileiras veicularam, um mês depois do início do conflito, uma propaganda na imprensa local que dizia: “Revolução... no comercio de louças: - pratos, chicaras, tijelas, boiões, leiteiras, saleiros, canecas, mantegueiras, etc”.¹⁹² Muito semelhante a essa, outra propagando anunciava “Revolução na Casa Maranhense – Assucar Branco Quilo \$800”.¹⁹³ Vale notar que a primeira palavra dos anúncios

¹⁹⁰ Durante essa greve, “a subsistência da população da capital e, principalmente, dos sertanejos retirantes assolados por uma nova crise climática estavam ameaçadas frente à paralisação das atividades do porto. Argumentava-se, por exemplo, que os estoques ‘de gêneros na praça são pequenos, sendo o mercado freqüentemente reabastecido’ pelos navios ‘de fora do Estado por via marítima’, sendo, inclusive, pelo porto de Fortaleza que se abastece ‘todo o interior do Estado, servindo pela Estrada de Ferro de Baturité, não havendo recursos no sertão em vista da secca’. Assim, ‘o fechamento do porto’ causaria prejuízos ‘que não são fáceis de avaliar’ e o comercio varejista da capital já teria começado a ‘elevar os preços da farinha e de outros gêneros alimentícios’”. PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light. (Fortaleza, 1917 – 1932)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008. p. 183.

¹⁹¹ Jornal *O Nordeste*, 09 de agosto de 1932.

¹⁹² Jornal *O Povo*, 10 de agosto de 1932.

¹⁹³ Jornal *O Povo*, 11 de agosto de 1932.

(“Revolução”) vinha em forte negrito e com letras maiúsculas. Sem dúvidas, leitores interessados nas agitações políticas e bélicas do país atentariam para tais chamadas. A mesma idéia tiveram os anunciantes do Café Brasil: “Alto!... Café? Só Brasil”.¹⁹⁴ Ao invés de uma palavra clara sobre o momento político, utilizaram agora um jargão referente a cessar marchas e artilharias de tropas militares, revelando o forte ambiente bélico e de preparação militar presente na cidade. Mais enfático e direto do que todos esses foi o Café Brasileira:

Contra São Paulo

Para combater S. Paulo temos o delicioso “Café Baturité”, que é o melhor do mundo. Muido a vista do freguez, na “Brasileira” – é o café de confiança, purissimo. Acabemos com o bairrismo paulista. O “Café Baturité” garante a supremacia do norte. Se não, dirija-se a “A Brasileira”¹⁹⁵

O título da propaganda já é taxativo: lutar contra São Paulo e seu bairrismo é também comprar os produtos locais, favorecendo a supremacia da região, diante do conturbado momento político o qual a nação atravessava. O estabelecimento chamava-se “A Brasileira”, talvez uma feliz coincidência com os constantes discursos patrióticos presentes na cidade, e o nome do café remetia à cidade cearense onde esse produto teve uma significativa produção a partir do final do século XIX. Era o momento de se opor a São Paulo e sua guerra, inclusive através da compra de produtos que eram contra o Estado beligerante, em especial o principal promotor de sua riqueza conquistada na Primeira República: o café. Como se percebe, os comerciantes locais procuram dialogar com a situação política do momento para conquistar mais consumidores e lucros, adotando medidas que relacionavam sua atividade com a luta a favor do Governo Provisório e pela paz da nação.

A mobilização, todavia, na cidade atingia seu ponto mais alto nos embarques das tropas para o *front* de batalhas, pois nesses momentos, mais do que nunca, a Interventoria e os diversos apoiadores do Governo Provisório construía um clima favorável à causa governista, fortalecendo mais ainda a relação entre os cidadãos e a guerra. Saíram do Ceará seis tropas, sendo duas

¹⁹⁴ Jornal *O Povo*, 23 de setembro de 1932.

¹⁹⁵ Jornal *O Povo*, 05 de agosto de 1932.

delas escalões oficiais do 23º Batalhões de Caçadores (23º B.C.) e quatro compostas por alistamentos voluntários. O primeiro a partir foi o 1º escalão dessa unidade militar, momento emblemático para perceber toda a força de mobilização envolvendo os embarques.

Dois dias antes, os jornais já noticiavam a partida do escalão, publicando a data e a hora do evento, além dos nomes dos oficiais. No dia 1º de agosto, a Interventoria enviou aos jornais da cidade um convite oficial:

O sr. Interventor Federal convida as autoridade federaes, estaduaes e municipaes e ao povo, em geral, para assistirem, hoje, ás 11 horas, ao embarque do valoroso 23.º B.C., que, a bordo do “Paconé”, segue para a capital da Republica, onde se apresentará para cooperar na defesa do Governo Provisorio contra o impatriotico levante paulista, chefiado por mãos brasileiros, cujo passado bem define a ambição de que estão possuidos. O sr. Interventor está certo de que as exmas. familias cearenses não faltarão com sua brilhante presença, cobrindo de flores os bravos que, no campo de luta, certamente saberão bater-se com denodo, mais elevando o glorioso nome do Estado do Ceará.¹⁹⁶

Além de ter publicado a nota, um dos jornais foi além: “O POVO fez distribuir pelas ruas e bairros da cidade milhares de boletins transmitidos ao publico o entusiastico apêlo do sr. capitão Carneiro de Mendonça”.¹⁹⁷ No convite, reafirmava-se a luta contra o inimigo impatriótico que promovia a guerra em busca de um retorno a um passado em que dominava o cenário político nacional, prejudicando o restante do país. Apesar disso, as forças cearenses iriam lutar a favor do novo Governo em nome do Estado, merecendo assim todo o apoio. Não à toa, o convite foi geral, buscando congrega a população e as entidades políticas locais. Entendendo a importância da participação da população no evento, um dos mais fortes aliados do Governo Provisório no Ceará, o jornal *O Povo* e seu fundador Demócrito Rocha distribuíram várias cópias do comunicado oficial pela cidade, buscando assegurar a maciça participação popular. Assim:

¹⁹⁶ Jornal *O Nordeste*, 01 de agosto de 1932 e jornal *O Povo*, 01 de agosto de 1932.

¹⁹⁷ Jornal *O Povo*, 01 de agosto de 1932.

Desde cedinho o movimento na frente do quartel era intenso, avolumando-se de 9 horas em diante, quando o commercio cerrou as portas. Pela Avenida Alberto Nepomuceno, rua Pessoa Anta e Avenida Epitacio Pessoa, a multidão se estendia até a ponte metallica, onde estavam postados um pelotão do Collegio Cearense, o Tiro de Guerra da “Phenix Caixerai” e a banda de musica do Regimento Militar. Bondes, autos e “auto-omnibus” trafegavam repletos. Desde a partida do quartel, cerca de 11 horas, o batalhão, que marchava garbosamente, puxado pelas suas bandas de musica e de corneta, foi acompanhado de compacta massa popular, calculando-se, sem exagero, em 10.000 pessoas a assistirem ao desfile e embarque. No trajecto, agitavam-se lenços em adeuses e erguiam-se vivas entusiasticos, simultaneamente. Ao defrontar a estação telegraphica do porto, um grupo de senhorinhas atirou flores e pétalas sobre a tropa. E os soldados, animo forte e alevantado moral, seguiam, altivos para a defesa da ordem e da legalidade.¹⁹⁸

Ainda descrevendo o ambiente durante o desfile e o embarque:

Ao envez de rumar logo destino á ponte de embarque, o 23 B.C. (...) subiu pela rua Sena Madureira, passando em frente ao Palacio da Interventoria, onde se achava o cap. Carneiro de Mendonça, dobrou junto ao Parque da Independencia e, pela ruas S. Bernardo, Major Facundo e Praça do Ferreira desceu novamente para a Praia de Iracema, acompanhado de incomputavel multidão e sob aclamações das famílias que atiravam flores nos soldados. (...) Quando a tropa chegou ao Pavilhão Atlantico era quasi meio dia e seria impossivel ao menos calcular a extraordinaria concentração do povo que ali espera os nossos soldados, aclamando os com vivo entusiasmo.¹⁹⁹

No dia do embarque, sem dúvidas, a cidade era outra. Mais uma vez as atividades da Interventoria em relação à mobilização durante a guerra tomam a área central da urbe e alteram o cotidiano de seus cidadãos. Saindo do Quartel, ao som do Hino Nacional²⁰⁰, optou-se em não ir direto ao local de embarque, passando as tropas por importantes ruas, desfilando juntamente com bandas de músicas e representantes estudantis, políticos e de trabalhadores. A paralisação da atividade comercial era um sinal de importância que a manifestação tinha: “um grupo de revolucionarios civis, tendo a frente o coronel Francisco Pires de Holanda, percorreu o comercio

¹⁹⁸ Jornal *O Nordeste*, 01 de agosto de 1932.

¹⁹⁹ Jornal *O Povo*, 01 de agosto de 1932.

²⁰⁰ Idem.

concitando os estabelecimentos a fecharem o mais cedo possível a fim de prestar o maior brilhantismo às homenagens do povo aos nossos denodados soldados”.²⁰¹ Pela ação desse grupo, claramente se percebe o interesse dos apoiadores na participação da população, sendo assim fundamental que nenhuma outra atividade concorresse com o embarque, nem mesmo o comércio.

A estratégia de investir no convite à população parece ter surtido efeito, pois o trânsito de pessoas foi intenso: “Os bonde e automnibus despejavam, continuamente, á praça da Sé inumeras familias e os automoveis cruzavam se levando passageiros ansiosos de saudar a tropa”.²⁰² Dessa forma, destacou-se a quantidade de pessoas que estavam presentes no embarque, mesmo com os exageros da imprensa aliada. Esse expressivo número, sendo “10.000” ou uma “incomputavel multidão”, mostra a força que a mobilização ligada à luta e defesa do Governo Provisório teve na cidade. É importante perceber que, mais uma vez tendo em mente os “excessos jornalísticos” presentes nessas fontes, os participantes não estavam apenas assistindo ao espetáculo, mas manifestando-se intensamente durante todo o percurso, sugerindo que para muitos a luta contra o inimigo começava ainda no Ceará, exaltando os soldados.

Os outros embarques ocorreram com a mesma festa política e envolvimento. Na partida dos três primeiros batalhões provisórios, a cidade também foi tomada por convites oficiais, homenagens e distribuição de boletins por apoiadores. A Legião Cearense do Trabalho promoveu uma manifestação pública para saudar os líderes militares do 1º Batalhão Provisório e alistados que faziam parte dos seus quadros. Assim, “cerca de 60 legionarios, todos uniformizados, em dois auto-omnibus”²⁰³, visitaram Olímpio Falconière, Jeová Mota, Porfirio Lima Filho e Simphronio Ferreira Lima em suas casas, prestando-lhes homenagem pela brava atitude e importante ato patriótico. Na partida do 2º Batalhão Provisório, realizaram o mesmo ato com o tenente João Lima²⁰⁴, também ligado à L.C.T.. Com isso, a prestigiosa organização de

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

²⁰³ Jornal *O Nordeste*, 08 de agosto de 1932.

²⁰⁴ Jornal *O Nordeste*, 10 de setembro de 1932.

trabalhadores aliava-se aos batalhões e ao Governo Provisório, declarando publicamente seu envolvimento com a causa.

O clero cearense continuou ativo na mobilização durante as festividades do embarque, promovendo missas de comunhão coletiva das tropas. Em uma delas:

Monsenhor Tabosa celebrou missa em acção de graças na matriz do Patrocinio, pelos soldados que seguiram para o *front*, no 1º batalhão provisório que o Ceará para ali envia. (...) Ao evangelho monsenhor Tabosa dirigiu a sua palavra aos soldados, ressaltando a grandeza daquelle acto de fé e patriotismo. Estiveram presentes á solennidade o major Ribeiro Montenegro, representante do snr. interventor federal, e demais autoridades. (...) Ajudaram o santo officio dois soldados gesto esse que demonstrou o espirito de fé do militar cearense.²⁰⁵

No dia dos embarques, como já era de se esperar, as ruas centrais da cidade foram tomadas pelo desfile das tropas. No dia 15 de agosto, o 1º Batalhão Provisório desfilou, e “em varios pontos da cidade, a massa esperava a passagem do Batalhão. Quando fez alto na praia, ficaram inteiramente congestionadas toda a avenida Atlantica desde o edificio da Alfandega até a ponte e as imediações”.²⁰⁶ Pouco menos de um mês, outros dois batalhões provisórios embarcaram, no dia 13 de setembro. A chegada do navio que transportaria as tropas, O “Paconé”, foi anunciada pela sirene do Majestic, importante cinema da cidade. Mesmo partindo juntas, as unidades realizaram desfiles distintos, ressaltando a importância que essa manifestação tinha para os aliados:

O 2º Batalhão Provisorio (...) foi o primeiro a se dirigir ao ponto de embarque, (...) puxado pela harmoniosa banda de musica do Colegio Militar do Ceará. (...) Sendo, durante todo o percurso, muito aclamado pela multidão que enchia as ruas. Cerca de uma hora depois, desfilava pelas ruas da cidade o 3º Batalhão Provisorio que, como a outra unidade, foi entusiasticamente ovacionado por milhares de pessoas.²⁰⁷

²⁰⁵ Jornal *O Nordeste*, 16 de agosto de 1932.

²⁰⁶ Jornal *O Povo*, 16 de agosto de 1932.

²⁰⁷ Jornal *O Povo*, 14 de setembro de 1932.

Com as duas últimas tropas que partiram o ânimo não foi diferente. Quando do embarque do 2º escalão do 23º B.C., três dias depois dos dois batalhões, “o escalão percorreu diversas ruas, marchando garbosamente, sob applausos do povo”.²⁰⁸ Além disso, no dia da partida dessa força, “um grupo de senhoras e senhorinhas filiadas á Igreja Evangelica de Fortaleza” distribuiu para os soldados uma oração que pedia proteção aos oficiais e praças.²⁰⁹ A última força provisória, composta por 300 voluntários, partiu no dia 29 do mesmo mês, e também desfilou pela cidade, tendo o embarque sido prestigiado pelas autoridades políticas e população, sendo também marcado pela banda de música do Corpo de Segurança e por discurso de um dos voluntários.²¹⁰

A partir das diversas ações que aconteciam ligadas ao embarque das tropas para a guerra, é possível perceber o claro interesse dos articuladores da causa governista em unir a cidade com a força militar local para a defesa do Governo. Mesmo sem partir para o campo de batalhas, a população deveria estar em constante estado de mobilização para a defesa do Governo Provisório, pois o inimigo poderia estar mais próximo do que se imaginava. Durante a partida das tropas, as várias manifestações deixavam clara aos inimigos a força que eles enfrentariam, solidificando todo o apoio que o Governo de Getúlio Vargas tinha no Ceará.

Mesmo tendo nesses dias fortes agitações na cidade, a mobilização estava sendo construída cotidianamente, e a imprensa foi um dos principais agentes nesse processo. Em praticamente todos os dias, desde 10 de julho, a Guerra de 1932 foi o assunto de capa dos jornais locais. Manchetes como “A rebelião no Sul do país”, “A rebeldia paulista”, “As armas que se levantam contra a legalidade”, “Mais uma vitória das forças do General Valdomiro Lima”, “O General Gois Monteiro confirma a tomada do Tunel”, “A aviação e artilharia das tropas federais bombardeiam Cruzeiro”, “O maior combate da America do Sul”, “Continua a ofensiva na frente mineira”, “Novas conquistas das armas federais”, “De vitoria em vitoria, as colunas do General Rabelo ocupam sete

²⁰⁸ Jornal *O Nordeste*, 17 de setembro de 1932.

²⁰⁹ Jornal *O Povo*, 19 de setembro de 1932.

²¹⁰ Jornal *O Nordeste*, 29 de setembro de 1932 e jornal *O Povo*, 29 de setembro de 1932.

idades ao Norte de S. Paulo”, “A marcha vitoriosa das tropas da ditadura em território paulista” e muitas outras, sempre destacavam positivamente os efeitos das tropas do Governo Provisório sem fazer referência a qualquer derrota séria. Essas chamadas construíam um quadro em que o moral das tropas era elevado, mostrando à população a força do Governo e de suas tropas nos campos de batalha, sempre deixando evidente qual seria o lado vencedor.²¹¹

É possível perceber, portanto, uma nova reconfiguração na imprensa cearense durante a guerra. A grande atenção dada ao conflito fez com que temas recorrentes na imprensa local, como a seca da região, perdessem espaço. Durante os 85 dias de guerra, ela praticamente não apareceu na imprensa e quando surgia, na maioria das vezes, era associada ao conflito. Nos jornais, além da cobertura em relação aos batalhões e à política estatal, eram freqüentes diversas notícias que mostravam as formações militares de outros Estados, as agitações políticas em todo o Brasil, a viagem das forças em direção ao *front*, a correspondência das tropas do campo de luta em São Paulo, o cotidiano bélico das batalhas, as prisões e mortes dos soldados, as rendições dos inimigos e o avanço das forças federais, além da publicação dos boletins oficiais vindos diretamente do Palácio do Catete.

Muitas dessas informações que estavam na imprensa local eram produzidas em outros Estados – principalmente Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – e oriundas de jornais como a *Folha do Norte*, *O Jornal*, *Diário da Manhã*, *Estrella do Sul*, *Correio do Povo*, *Jornal do Brasil*, *Estado do Pará*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *O Radical*, *Jornal da Manhã*, *A Noite* e *O Globo*. Em uma dessas matérias, intitulada “Como luta o soldado mineiro na zona do túnel” e estampada no jornal *Minas Geraes*, foi publicada uma carta que dizia:

É uma verdadeira epopéia o que estão fazendo. As trincheiras situadas a 1.800 metros de altura, sob uma temperatura siberiana, envoltas sempre num espesso nevoeiro, que impede a visão a cinco metros, pela manhã e pela tarde e que só se deixam aquecer um pouco do meio dia às 3, repousam num terreno encharcado e

²¹¹ “Quanto à apresentação do jornal, cabe dizer ainda que a técnica e o conteúdo do título são muito importantes. Na feitura da manchete, os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito. Ela é uma arma de persuasão muito eficaz”. CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 17.

humido. De qualquer dellas avistam-se com clareza as trincheiras inimigas e, com auxilio de binoculo, vêem-se perfeitamente os paulistas a conversar lá dentro. (...) O abastecimento é feito de uma maneira difficilima, as costas dos pobres soldados, que sobem por verdadeiras paredes. Em muitos lugares foi necessario fazer escadinhas para que se pudesse galgar as rampas. O transporte dos feridos, mais difficil ainda, é feito nos braços dos companheiros, porque nem padiola trafêga nos ingremes e tortuosos trilhos, varados através de espessos tabocal, cheio de cipó. E, si os paulistas, inclementes como sempre, percebem rajadas sobre rajadas de metralhadoras, ainda mais dificultam o transporte.²¹²

O texto descrevia o cotidiano da luta e as dificuldades da região da batalha, o relevo acidentado e o frio, além da proximidade do inimigo e os constantes confrontos na linha de frente, aproximando cada vez mais a guerra da população cearense. Vale registrar que a carta era assinada pelo capitão-médico da Força Pública Mineira Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Na produção jornalística durante a Guerra de 1932, a publicação de telegramas enviados à Interventoria constituía um elemento importante na estratégia de mobilização. Presentes nos principais jornais da cidade em uma sessão de mesmo nome, “Secretaria da Interventoria Federal”, esses telegramas não eram apenas de líderes políticos e prefeitos de cidades interioranas, sendo a maioria deles assinada por diferentes pessoas que demonstravam interesse na defesa do Governo Provisório:

Fortaleza, 15 – Solidario meus companheiros comité Sobral ofereço meus serviços simples soldado Revolução de Outubro. Respeitosas saudações – Advogado José Plutarcho.²¹³

Fortaleza, 22 – Pelo Brasil, pelo Ceará querido inda integrados sentimentos patrioticos paz ordem que vossencia é emulo hipotecamos incondicional solidariedade quais forem consequencias momento atual. Joaquim Guedes Martins, engenheiro civil; Benedito Saldanha, fazendeiro; Manoel Guedes Martins, fazendeiro.²¹⁴

Itaúna, 18 – Solidario ao vosso lado qualquer hora meus serviços defesa Patria. Firmino Jeronimo Correia, sub-delegado policia.²¹⁵

Cascavel, 17 – Oferecemos vossencia nossos serviços defesa revolução. Raimundo Fraga, Zacheu Vale.²¹⁶

²¹² Jornal *O Nordeste*, 13 de setembro de 1932.

²¹³ Jornal *O Nordeste*, 16 de julho de 1932.

²¹⁴ Jornal *O Povo*, 23 de julho de 1932.

²¹⁵ Jornal *O Nordeste*, 19 de julho de 1932.

²¹⁶ Jornal *O Nordeste*, 19 de julho de 1932.

Cedro, 23 – Conscio dever que me assiste momento traição finalidade patriótica pelos reacionarios S. Paulo, Mato Grosso, venho depositar vossencia meus desvaliosos serviços. Saudações, Cicero Leite, coletor.²¹⁷

Pacoti, 23 – Como revolucionario intransigente e cearense reconhecido protesto contra rebelião S. Paulo. Aristides Braga.²¹⁸

Como mostram esses poucos casos, foram a indignação diante da luta e o apoio ao Governo que motivaram essa escrita combativa. Analisando os jornais nos meses anteriores à guerra, essa sessão praticamente não existia e as poucas correspondências publicadas da Interventoria não eram tão heterogêneas no que diz respeito aos remetentes. Diante disso, é possível inferir que a publicização dessas cartas significava uma materialização do apoio que o Governo Provisório tinha no Ceará, fazendo com que esses telegramas concretizassem para o povo o movimento que estava sendo constituído em relação à defesa e à mobilização no Estado, extrapolando os círculos políticos restritos ao Governo. Em outras palavras, a partir da publicação de telegramas de diferentes pessoas de várias regiões do Estado, o Governo declarava que seus ideais, projetos e ações tinham amplo apoio e legitimidade junto à população, tornando a luta contra os inimigos desse novo movimento nacional necessária e urgente.

Essa estratégia de mobilização perdurou durante toda a guerra, reelaborando-se diante das circunstâncias, como mostram as diversas correspondências felicitando o Governo pelas vitórias das tropas federais nos campos de batalhas²¹⁹, que indicam a circularidade dessas notícias. Sendo assim, a intensa campanha jornalística dos aliados do Governo não pode ser vista como inocente e de pouca valia, pois, ao mesmo tempo em que a imprensa estampava em suas páginas o clima de guerra, ajudava a construí-lo no Ceará. A informação sobre a guerra e a ampla divulgação dos acontecimentos, quase sempre vitoriosos na imprensa aliada, tinham uma importante força política para mobilizar a população nesse momento de

²¹⁷ Jornal *O Povo*, 26 de julho de 1932.

²¹⁸ Jornal *O Povo*, 26 de julho de 1932.

²¹⁹ Esses telegramas começam a aparecer com mais freqüência a partir de 23 de setembro de 1932.

instabilidade. A relevância dessa união entre imprensa e Governo durante a Guerra de 1932 é percebida a partir de uma imprecisão jornalística:

A “Gazeta de Noticias” de hontem estampou a narrativa de uma suposta formatura ocorrida no 23 B.C. á qual teriam sido presentes o exmo. sr. Interventor Federal e outras autoridades do Estado. Referida local, que descia a varios pormenores, não exprimia a verdade, pois a formatura noticiada não se verificou e nada houve do que os nossos colegas matutinos veicularam, acreditando ser verdade. (...) Pelo o que conseguimos apurar, o assunto da local foi comunicado a um dos rapazes da “Gazeta” por pessoa que lhes merece fé e, sem menor exame, os confrades veicularam a narrativa, que não passava de requintada invencionice.²²⁰

Diante do erro, “foi detido (...) no quartel do 23º B. C., o dr. Kerginaldo Cavalcanti, director do ‘Gazeta de Noticias’”.²²¹ Mais do que um equívoco jornalístico, a publicação desta falsa notícia foi encarada com seriedade, quase um crime político, sendo detido para dar explicações o diretor desse jornal. A Interventoria deixou clara a importância da imprensa no processo, não admitindo erros que prejudicassem a mobilização e organização estatal no que se refere à guerra, seja por má fé ou não.

Esses periódicos parecem ter conseguido dialogar bem com o ambiente de mobilização no Estado. O jornal *O Nordeste*, no dia 22 de agosto, publicou um mapa de São Paulo em que aparecem os “limites, localidades, estradas de ferro, de rodagem, rios, zonas bloqueadas, etc, tudo circunscrito além das legendas discriminativas das distancias, populações, posições, etc”. Dois dias depois, o mesmo jornal avisa aos seus leitores que “tendo-se esgotado nossa edição de 22 deste, e chegando-nos varios pedidos de exemplares da mesma, daqui e do interior, reproduziremos, amanhã, o cliché de S. Paulo, publicado naquela edição”.²²² Pelo que parece, o número de leitores interessados em informações mais precisas em relação à geografia da guerra superou as expectativas dos editores do jornal, sendo necessária uma nova publicação do mapa para atender à demanda. Uma semana depois, o jornal *O Povo* fez o mesmo tipo de publicação, sendo este

²²⁰ Jornal *O Povo*, 30 de julho de 1932.

²²¹ Jornal *O Nordeste*, 30 de julho de 1932.

²²² Jornal *O Nordeste*, 24 de agosto de 1932.

“uma copia aproximada do que foi publicado recentemente pelo ‘O Cruzeiro’ e foi gravado em madeira pelo competente artista conterraneo Raimundo Paula Moreira”.²²³ O interesse na geografia do Estado beligerante abriu espaço também para o envolvimento comercial de alguns habitantes da cidade:

Tivemos hoje a visita do sr. Americo Laszlo identificado como jornalista e de nacionalidade hungara, o qual nos veio oferecer um exemplar do folheto e mapa de sua criação destinado a vulgarizar a situação geografica das localidades do Estado de S. Paulo. Trata se de uma engenhosa e util curiosidade cartografica que está sendo vendida ao preço de R\$ 3\$000 na Livraria Comercial.²²⁴

Ainda no caso do *O Povo*, durante todo o conflito ocorreram quatro segundas edições, com uma quantidade menor de folhas, de seus números diários relacionados à guerra: a primeira, no dia 19 de julho, quando foi noticiada com pormenores uma batalha que envolveu grande número de tropas nas linhas de frente; a segunda, em 21 de setembro, sobre a prisão de Severino Sombra e a respeito de seu movimento contra o Governo Provisório; a terceira, no último dia deste mesmo mês, noticiando que o fim da guerra era eminente; e a última, no dia primeiro de outubro, comentando as condições para o armistício. Anos depois, estes meses foram assim lembrados por uma publicação oficial do mesmo jornal: “Claro que as tiragens de O POVO já eram grandes, as maiores da imprensa cearense. Mas os acontecimentos de São Paulo vieram dobrá-las”.²²⁵

Todo esse papel cotidiano da imprensa em torno da mobilização para a guerra parece ter sido eficiente, fazendo com que os ideais de defesa do Governo Provisório circulassem em todo o Estado. É plausível pensar que, a partir de suas páginas, a guerra era discutida na cidade tanto no que se refere ao Ceará como ao restante do país, pois seu envolvimento com a luta não se limitava às fronteiras locais. Em momentos de grande importância, era necessário aumentar a tiragem ou repetir alguma publicação especial, ficando

²²³ Jornal *O Povo*, 29 de agosto de 1932.

²²⁴ Jornal *O Povo*, 29 de setembro de 1932.

²²⁵ COSTA, José Raimundo. **Memória de um Jornal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988. p. 35.

claro que grande parte da população dialogava com as informações nela veiculadas, constituindo e consolidando o clima de guerra. Além do interesse político claro dos jornais, não se pode esquecer que ambos eram concorrentes e, paralelo ao conflito armado no sul do país, acontecia uma guerra local em busca de mais compradores e leitores de suas páginas. A Interventoria esteve colada nesse processo, conseguindo espaço para suas publicações e estratégias de mobilização, ratificando ainda mais o poder político dos periódicos nesse momento.

Estas ações estavam presentes no cotidiano da cidade devido à árdua atuação de vários grupos envolvidos no processo de mobilização, como a Interventoria, a Igreja Católica, a imprensa, o Exército e os cidadãos diversos que apoiavam o Governo Provisório. Neste processo, várias ações foram promovidas para conseguir mobilizar o maior número possível de pessoas em torno da causa governista, sendo possível acreditar que a maioria dos habitantes teve alguma ligação, mesmo que mínima, com a mobilização para o movimento e com as discussões políticas em torno dele.

Na partida de uma das tropas, um jornalista escreveu que “a cidade apresentava movimento incommum, vibrando de entusiasmo”²²⁶, percebendo as transformações por que a urbe passava durante a despedidas dos soldados. Sem dúvidas, o “entusiasmo” não era exclusividade da capital nem dos dias de embarque. Todo o Estado esteve envolvido com a formação dos batalhões provisórios cearenses, e a mobilização foi construída no decorrer da guerra, atraindo e seduzindo a população a participar do conflito de diversas formas. Não menos importantes do que de armas em punho.

²²⁶ Jornal *O Nordeste*, 14 de setembro de 1932.

2.3 Organização, formação e estrutura dos batalhões provisórios: “Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo”

Quando a guerra foi deflagrada, o presidente Getúlio Vargas mostrou grande apreensão com relação aos rumos que a luta teria. Um ataque fulminante à Capital Federal seria um golpe dificilmente rechaçado. Além disso, havia as incertezas quanto ao apoio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul ao Governo Federal. Nesse clima, o presidente registrou em seu diário pessoal o temor da derrota e chegou até a escrever uma carta comentando uma possível queda de seu Governo.²²⁷

O ataque ao Rio de Janeiro não veio, mas isso não garantiu a tranqüilidade do Governo Provisório. Era necessária uma estrutura forte e coesa para ganhar a luta que despontava. Góes Monteiro, militar atuante que ingressara no Exército nos primeiros anos do século XX e tornara-se forte aliado de Getúlio desde a década de 1920, foi escolhido como comandante das tropas federais, um dos grandes líderes militares que conduziriam o combate aos rebeldes. Dez dias depois que o movimento foi iniciado, Góes escrevia um relatório sobre as atividades bélicas e, em sua análise, a situação não era muito favorável:

A posição de São Paulo é forte, comparado a seu estado de preparação para sustentar a guerra civil com o restante do país empobrecido, sem recursos acumulados e na maioria dispersos. (...) O movimento foi preparado moral e materialmente com grande antecedência, e deflagrou de surpresa sob pretexto político que poderá ser transformado e caracterizado mais tarde na idéia de secessão. (...) A potencia militar de São Paulo resultou de uma preparação cuidadosa, parte ostensiva, parte secreta, até é escolha do momento julgado oportuno para empenhar a luta armada. O terreno, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista topográfico e quer se considere do ponto de vista de recursos econômicos, industriais e das vias e comunicação, oferece toda espécie de vantagens aos paulistas. Os interesses nacionais sofreram pesadamente, a Nação convalescente ficou praticamente

²²⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunho do poder. In. GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 297.

desarmada, ao rêves que São Paulo se armava consideravelmente, aumentando sua Força Pública, criando unidades irregulares, captando todos os recursos militares em pessoal e material, inclusive os disponíveis na 2ª Região Militar, que ficou contaminada pela efervescência reinante, após os actos impolíticos, incompreensíveis e ineptos do último comandante da Região e dos elementos que com a sua ação se prestavam a irritar mais os ânimos. São Paulo poderá armar efetivos muito mais numerosos do que o governo, imediatamente, fabricar munições e engenhos de guerra e tudo mais quanto lhe falte, para jogar onde forem precisos. Se bem dirigidos e coordenados os esforços, aproveitando as comunicações fáceis e o terreno, os paulistas poderão pôr o governo em xeque, por largo tempo, recebendo até recursos de fora (via Mato Grosso, sobretudo aviação e armamento) para alimentar as perdas. Há pois necessidade de se fazer o máximo de sacrifício para dotar as forças unionistas de meios suficientes com que possam abordar São Paulo por todos os pontos possíveis.²²⁸

Nas palavras do general, São Paulo possuía vantagens evidentes: além de ser o Estado mais rico da federação, o processo de mobilização e envolvimento da população com os ideais de luta foi intenso e vinha se desenvolvendo desde o ano anterior; tinha uma vantagem geográfica no campo bélico que dificultaria a ação governista; detinha uma estrutura industrial inegável que auxiliaria na produção de armamentos; uma Força Pública bem preparada, já que fora treinada pelo Exército Francês na década de 1910, antes do próprio Exército Nacional; e um importante contingente das Forças Armadas estava ao lado, ou ao menos em seu território. Em 1926, o Exército possuía 39 mil pessoas em seu efetivo, e Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, juntos, respondiam por mais de 26 mil. Só o Estado bandeirante representava 14 mil desse total.²²⁹

O Governo Provisório precisaria tomar sérias medidas para combater o inimigo, e o comandante apresentou ao presidente sugestões para o combate:

As previsões nesse sentido não devem ser limitadas por consideração de espécie alguma e devem encarar:

- a) a estabilidade política geral;
- b) a campanha ante-derrotista;

²²⁸ Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas. Doravante, Cpdoc-FGV.

²²⁹ Essas informações estão em McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 294.

- c) a aquisição de material no estrangeiro (aviação, armamento, munição e outros recursos);
- d) bloqueio marítimo e investimentos de fronteiras terrestres;
- e) intervenção diplomática para evitar o contrabando bélico;
- f) aumento do Exército, segundo um plano definitivo;
- g) medidas de toda natureza para facilitar a execução do plano de operação estabelecido nas Diretivas gerais nº 1, de 18 do corrente.

Um ataque geral apressado, malpreparado, poderá resultar em fracasso. O estado da tropa em geral ressentir-se de tudo quanto é próprio para uma campanha e somente ações locais, em regra, dificultadas pelo terreno, pelo mau enquadramento da tropa e outras causas psicológicas poderão, no princípio, fornecer o quadro das operações.²³⁰

Nas palavras de Góes Monteiro, Vargas necessitaria investir consideravelmente em dois pontos para que a luta fosse vencida: no equilíbrio político, amenizando as tensões que levaram à deflagração da guerra, e nas forças militares, através de um plano que deveria isolar São Paulo e fortalecer o Exército. Realmente, muitas dessas medidas foram tomadas pelo Governo Provisório, seguindo as orientações do general e de outros setores militares.²³¹ Mas, de todas estas, o ato que mais teve alcance no Nordeste foi o referente ao aumento das tropas federais no campo de operações.

As tropas voluntárias consistiam no grande esforço do Governo Provisório para aumentar suas forças diante do imponente inimigo e sua estrutura de guerra. Além da chegada para a luta das unidades oficiais do Exército, como foi o caso do 23º Batalhão de Caçadores (23º B.C.) do Ceará, vários interventores – os de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – ofereceram batalhões provisórios para o combate.²³² Todavia, pelo que se pôde perceber na documentação, a maioria partiu do Norte. O presidente comunicava, em um telegrama de 23 de julho, a Juarez Távora sobre as tropas nordestinas:

²³⁰ Arquivo Getúlio Vargas, Código GV nº 1932.07.21/1. Cpdoc-FGV.

²³¹ O trabalho que melhor estuda a organização militar federal para a Guerra de 1932 é o de HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

²³² HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 170-184.

Recebi seu telegrama. Bem conheço a sua nobre dedicação de revolucionário, refletida em suas destemerosas atitudes, e sou o primeiro a exaltar colaboração militar no momento, prestada maior eficiência á nossa causa. Quanto organização forças Norte, formando Divisão sob seu comando, opina Estado Maior Exército, não permitir desenvolvimento tomaram operações semelhante enquadramento, porquanto essas forças precisam ser incorporadas, de acordo necessidades, aos diversos sectores militares em ação, como esta acontecendo tropas vindas do Sul.²³³

Pelo o que se lê, Juarez Távora ofereceu ao Governo Provisório sua ajuda para organizar e liderar as tropas nordestinas, utilizando para isso seu enorme prestígio na região. Influenciado pelo Estado Maior do Exército, Vargas não apóia a idéia, pois os contingentes que estavam chegando incorporar-se-iam às tropas militares mediante a necessidade de cada uma delas. Em resposta no dia seguinte, Juarez Távora afirmava estar ciente da determinação do Governo e haver telegrafado para interventores do Norte informando de sua ação. Para “evitar susceptibilidade poderiam prejudicar nossa atual harmonia, vistas unidos esforços, e também para permitir melhor distribuição tropas Norte varias frentes”, o ilustre tenente continuaria seu trabalho no setor mineiro, sem maior envolvimento com as tropas vindas de sua região de origem.²³⁴

A opção pelas forças provisórias tinha o apoio do Ministro do Exército, o General Espírito Santo Cardoso, mas nem todos da alta cúpula militar que estavam envolvidos na defesa do Governo Provisório concordavam com a medida. Góes Monteiro, diretamente das frentes de combate, telegrafou ao presidente comentando o assunto:

Apelo eminente Chefe e amigo para que não consinta organização tropas irregulares em Estados que não estão preparados para essa mobilização como o Rio Grande. Lembro crear unidades Exército em todos os Estados ás quais ficarão disposição interventores lançando mão oficiais efetivos, reformados e reservistas. Os comandantes do Exército poderão ser escolhidos pelos interventores, mas, de qualquer forma, serão tropas nacionalistas constituídas ás vossas ordens e dependentes do Governo Federal. Peço eminente patriota refletir consecuencia preparação membros forças regionalistas em meio desorientação idéas e perturbação espíritos. Estou certo que sabeis conter tendencias irrefletidas que de bôa fé poderão transformar-se em instrumentos inconscientes do secessionismo. Em

²³³ Arquivo Luís Vergara, Código LV nº 1932.07.12. Cpdoc-FGV.

²³⁴ Idem.

meio minhas responsabilidades, quero ter certeza que mais uma vês avisei presado amigo e Chefe, impedindo se prepare uma situação que não corresponda ás intenções do vosso patriotismo nem as grandes esperanças que nos entregamos com o proposito bem demonstrado de conserva-las intactas apesar de quais quer sacrifícios.²³⁵

Segundo Góes Monteiro, as forças irregulares poderiam se tornar um problema para o país nesse momento conturbado que a nação atravessava. Destacando o caso gaúcho, o general era a favor de tropas compostas por oficiais, da ativa ou não, com vínculo militar e que fossem diretamente subordinadas ao Exército e não às Interventorias, o que revela uma suspeita de Góes em relação a esses aliados e as forças locais. Caso o Governo estimulasse a organização militar da população, treinando-a e armando-a, alguns elementos mais interessados nos poderes regionais poderiam voltar suas armas contra o próprio poder que as constituiu. Em resposta, o presidente deixava clara sua opinião sobre o caso:

Ciente vosso ultimo telegrama, que me sugere seguintes observações. No momento, combatemos um movimento rebelde com feição local e com exacerbado espirito regionalista, ameaçando a propria unidade da Patria. Ao Exercito e á Marinha, como instituições genuinamente nacionais cabe defender essa unidade, legado do esforço nossos antepassados. Por isso, encaro a contribuição que nesta hora dificil, oferecem os outros Estados, enviando as suas policias regulares, obedecendo ao comando geral de oficiais do Exercito, como uma demonstração eloqüente de reação nacionalista, com firme propósito de manter, a qualquer preço, a integridade do Brasil. Quanto ás tropas irregulares poucas se formaram ou se estão formando, mas não têm caráter regionalista, ao contrario, anima-as um alto espirito de brasilidade e congrega-as o sentimento do perigo comum que ameaça a Patria e quase todas tem a assistência de oficiais do Exercito, se não no comando, pelo menos na instrução da tropa. Todas as forças do Exercito, das milicias regulares ou das organizações provisórias, que combatem esta explosão de orgulho regionalista, estão impregnadas e dominadas de um forte sentimento de amor ao Brasil, isentas do espirito de qualquer preponderancia regional.²³⁶

²³⁵ Idem. Telegrama datado de 24 de Julho de 1932.

²³⁶ Idem. Telegrama datado de 25 de julho de 1932.

Para Vargas, as tropas voluntárias não tinham o caráter regionalista como os revoltosos, mas eram motivadas pelo nacionalismo na defesa do Governo. Mesmo sendo compostas por elementos não militares, as Forças Armadas estariam presentes na organização e no treinamento dessas tropas. Demonstrando confiança no corpo militar e nos seus apoiadores, o presidente estava certo da importância e do valor dessas forças na guerra. Mais do que a ratificação da organização dos batalhões voluntários junto às divergências internas do Exército, o Governo Provisório contribuiu de diversas formas para a sua efetivação.

Em circulares dirigidas aos interventores do Norte e do Nordeste, nos dias 14 e 15 de julho, o presidente informava da necessidade das forças voluntárias e da importância da incorporação de reservistas, vista a experiência prévia com o Exército. Além disso, anunciava a liberação de verbas para os batalhões através das delegacias fiscais dos Estados e do Ministério da Fazenda.²³⁷

O interventor cearense respondeu ao presidente, em 14 de julho, informando que:

Acabo ser informado Ministro Aranha ordenou, delegacias Fiscais, intermedio Banco do Brasil, atender a requisição interventores. Vou providenciar urgente preparação primeiro contingente quinhentos homens qual aguardará somente ordem V. Exa. seguir defesa Revolução. Apélo V. Exa. sentido passar interventoria secretario interior cearense combater lado que, estou certo, saberão dignamente defender integridade Brasil.²³⁸

Nesses termos, Carneiro de Mendonça avisava sobre a autorização da verba e a vontade de seguir junto com as tropas para o *front* de batalhas. Em resposta, Getúlio Vargas afirmou que a permanência dele no Ceará era imprescindível, trabalhando junto ao Governo Provisório.²³⁹ Em outro telegrama, de mesma data, o interventor descrevia a situação militar no Ceará e os preparativos para o embarque dos primeiros combatentes:

²³⁷ HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 172.

²³⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional.

²³⁹ Idem.

Resposta telegrama Vossencia tenho informar nenhuma tropa deste Estado embarcou até presente data. (...) 23º B.C. pronto embarcar, dispõe apenas efetivo 342 homens armados, equipados, pois somente hoje recebeu ordem abrir voluntariado preferencia reservistas. Seria grande vantagem Vossencia providenciasse autorizar comandante completar efetivo previsto regulamento nr. 5 infantaria, ficando, assim, efetivo 800 homens. Caso Vossencia determine embarque efetivo atual necessario ser ficar aqui nucleo trinta homens com dois oficiais para receber e preparar novos contingentes. Resolvendo, porem, aumentar efetivo indispensavel, desde já remessa fardamento ficando equipamento recebimento ocasião chegada Rio. Para pagamento contingentes federais faz-se mistér ordem Delegacia Fiscal aqui. Policia estadual reduzida metade efetivo após vitoria revolucionaria dispõe homens espalhados interior, indispensavel policiamento. Podemos, porém, organizar prontamente contingente 500 homens desde que haja remessa numerario para fardamentos e vencimento. Vossencia enviando 250 contos disporá facilmente auxilio povo cearense.²⁴⁰

Na explanação do interventor cearense, fica patente o reduzido número de oficiais do Exército no Ceará. Sugeriu o interventor que este contingente fosse aumentado, dentro das normas militares, para 800 pessoas. Caso não alterasse esse quadro, a própria organização dos voluntários ficaria comprometida, pois não haveria oficiais suficientes para a tarefa. A polícia local também sofria com a pouca quantidade de servidores em seu efetivo, fruto da reorganização iniciada após 1930.²⁴¹ Além disso, revelou também a necessidade de fardamento e dinheiro para a materialização do apoio, pois sem a verba ficaria irrealizável a organização militar. Dos 250 contos pedidos, chegaram à Interventoria, no dia 25 de julho, apenas 50²⁴², sendo assim iniciada a preparação dos batalhões provisórios no Ceará. Caso tenha chegado mais verba esta não foi notificada por ofícios da Interventoria. O volume de dinheiro gasto pelo Governo Provisório impressiona: 25% de todo o orçamento federal em 1932 foi destinado ao Exército, sem contar a Marinha, que ficou com pouco mais de 6%. Nos anos anteriores à guerra, o Exército não dispunha

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Segundo McCann, a força estadual do Ceará contava com 1000 homens no seu efetivo. McCANN, Frank D. Op. Cit. p. 294.

²⁴² Ofício nº 914, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

mais do que 13%. Nem mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, a verba específica do orçamento foi mais que um quarto para o Exército, mas o total despendido com as Forças Armadas foi superior a 35% no ano em que o Brasil entrou no conflito mundial.²⁴³

Assim, mesmo recebendo voluntários desde o início da guerra, o 1º Batalhão Provisório foi criado oficialmente pelo decreto nº 711, de 5 de agosto e deveria ser composto por 25 oficiais e 547 praças.²⁴⁴ O quartel ficou situado no Teatro José de Alencar, no centro da cidade, local de grande movimentação. Além dos praças, as tropas possuíam uma companhia de metralhadoras, que teve como encarregado da organização Gregório Bezerra, importante líder comunista brasileiro que, durante o ano de 1932, era Instrutor de Educação Física no Colégio Militar de Fortaleza, incorporando-se por esse meio às forças voluntárias. Lembra o ilustre comunista que não existiam metralhadoras no Ceará, tendo ele ministrado apenas aulas teóricas, ficando os treinos práticos e de técnicas de tiro apenas para a base militar no Rio de Janeiro.²⁴⁵ Comandado por Olímpio Falconière da Cunha, Capitão do Exército e Coronel do Corpo de Segurança Pública (C.S.P.), este batalhão partiu no dia 15 de agosto.

Os 2º e 3º batalhões provisórios foram criados pelo decreto nº 736 de 29 de agosto de 1932. Eles tinham composição semelhante ao primeiro que embarcou: batalhões com 500 praças e 25 oficiais cada.²⁴⁶ Partiram no mesmo dia, 13 de setembro, sob o comando dos Capitães do Exército e Tenentes-Coronéis do C.S.P. Heitor Cabral Ulissea e Djalma Baima, respectivamente.

As forças ficaram aquarteladas, uma no Teatro José de Alencar e a outra no “antigo edifício da Escola de Aprendizes Artífices”, ambos na Praça José de Alencar. Os soldados tiveram treinamento com uma metralhadora “Horticks” e foram acompanhados de cem cavalos e muares, enviados para

²⁴³ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930 – 1945. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 89.

²⁴⁴ ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933. p. 67.

²⁴⁵ BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 220. Em suas memórias, Gregório afirma que fazia parte do 2º Escalão do 23º B.C., mas pela descrição de sua tropa, de seus comandantes e das batalhas em que esteve presente durante a guerra é possível afirmar que, na verdade, ele integrou-se ao 1º batalhão provisório do Ceará.

²⁴⁶ ESTADO DO CEARÁ. Op. Cit. p. 102.

auxiliar na luta. Recebiam três refeições e treinamentos diários, mas essa tropa só pegaria o armamento quando chegasse ao quartel na capital federal.²⁴⁷ Três dias depois do embarque do primeiro batalhão, o interventor avisa ao presidente que:

Preparar e exercitar pessoal quasi impossivel por terem seguido batalhão provisorio oficiais, sargentos disponiveis. 23º B/C teve ordem organizar segundo escalão efetivo determinado Estado Maior. (...) Permita V. Exa. lembre conveniencia embarque imediato referido batalhão, fim ser instruído no Rio, mais rapidez, eficiencia.²⁴⁸

Dessa forma, sobre o embarque do 2º e 3º batalhões provisórios, Carneiro de Mendonça reafirmava a antiga advertência:

Tenho prazer informar organização 2º e 3º provisorios regularidade e possivel rapidez. Acordo instruções Ministerio Guerra, ambos terão efetivo de 500 homens. Como disponho redusido numero oficiais e sargento, conforme instruções anteriores V. Ex., logo estejam organizados seguirão Rio fim completarem instrução campos Vila Militar para isso aparelhados. (...) Infelizmente, dado falta de instrutores, não poderão seguir condições primeiro, qual ahi chegou, quase pronto marchar front. Esteja certo V. Ex., Ceará não poupará esforços corresponder confiança honrado governo V. Ex.. Tenho prazer comunicar que voluntarios interior Estado chegam diariamente Capital desejosos marchar defesa Ditadura. Logo complete efetivo 3º batalhão, darei inicio organização 4º.²⁴⁹

Para o interventor, a organização desse batalhão teve problemas ligados à rapidez com que foi formado e à falta de pessoas especializadas para prepará-los, devido a partida de muitos destes nas primeiras forças cearenses. O treinamento parece ter sido escasso, já que cinco dias depois desse telegrama foram embarcados juntos o 2º e 3º batalhões, algo que ainda não era vislumbrado na correspondência oficial entre os dois líderes, pois o efetivo

²⁴⁷ Jornal *O Povo*, 08 de setembro de 1932.

²⁴⁸ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de agosto de 1932.

²⁴⁹ Idem. Telegrama de 08 de setembro de 1932.

deste último ainda não estava completo. Diferentemente do primeiro²⁵⁰, esses batalhões ainda necessitavam de preparação antes de encararem os inimigos, o que preocupava Carneiro de Mendonça, pois adverte repetidas vezes Getúlio Vargas do pouco, ou nenhum, treinamento. Esse problema foi recorrente, e talvez não tenha sido exclusividade das forças cearenses, segundo as informações dos líderes militares que estavam nos campos de luta reclamando do constante despreparo de muitos soldados.²⁵¹ No treinamento no Ceará trabalharam 17 alunos do Colégio Militar de Fortaleza, que logo após a guerra receberam agradecimentos oficiais do interventor, que destacou dois deles que “trabalharam em horas fóra da instrução, sendo que, passaram noites inteiras trabalhando na preparação material das praças”.²⁵²

Pelo que parece, o número de alistados era superior à capacidade estatal de organizá-los para a luta. Certamente houve uma forte ligação entre a seca e o grande número de voluntários, como mostrarei no próximo capítulo.

A última força provisória que partiu do Ceará, em 29 de setembro, esteve sob o comando do 1º Tenente do Exército e Capitão do C.S.P. Almério de Castro Neves e foi composta por 302 praças. Essa força não foi chamada de batalhão provisório, mas de contingente, talvez porque não tivesse completado os 500 soldados previstos pelas determinações do Governo Provisório.²⁵³ Além disso, seu treinamento pouco repercutiu na imprensa, o que sugere uma baixa preparação militar.

Logo que a arregimentação de voluntários foi iniciada, uma longa reportagem foi publicada na imprensa local revelando um pouco da movimentação e preparação das tropas. Ao lado de Dracon Barreto, militar responsável pela liderança do 1º escalão do 23º B.C. que seguiria em pouco mais de uma semana depois da publicação da matéria, dizia o jornalista que:

²⁵⁰ Segundo o interventor, 15 oficiais e sargentos ficaram encarregados do treinamento do 1º batalhão provisório. Idem. Telegrama datado de 15 de agosto de 1932.

²⁵¹ HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 137 e p. 143.

²⁵² Ofício nº 1276, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Subgrupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93. Para a utilização de funcionários do Colégio Militar de Fortaleza, o primeiro pedido de autorização por parte do interventor ao Exército Nacional, tendo como mediador a Presidência da República, ocorreu em 18 de agosto de 1932.

²⁵³ A determinação por tropas compostas por 500 soldados vinha do próprio Governo Provisório. HILTON, Stanley. Op. Cit. p. 173.

Por sua ordem, dentro de uma semana, a carpintaria do próprio batalhão, reconstruira as suas viaturas, recebendo ao sol, para secar as últimas pinturas de verniz escuro. Três pipas enormes, destinadas a levar água, sobre carretas; quatro carretas, para transporte de cunhetes de munição; safenas de lona, amontoadas, para substituir as da ambulância da saúde, no centro das quais, fulgiam cruces vermelhas. Amplas caixas de pinho passavam, destinadas, talvez, aos cereais, ou as roupas, ou a conter peças de equipamentos. Imensas painéis negros de ferro, contornavam o fogão de campanha – uma cozinha ambulante – tendo as suas tampas ligadas ao recipiente por novas rêsças e parafusos reluzentes. Mais adiante, uma montanha de sabres, de barracas de lona, de cintos de campanha, rodeados de bolsas, para o cartuchame, de manufatura cearense e, entre tal disparidade e inconexão de coisas esparsas, o nobre Comandante dava ordens.²⁵⁴

Certamente esta organização de voluntários referia-se ao 1º batalhão provisório, o melhor preparado e equipado, nas palavras do próprio interventor. Além da alimentação, outros preparativos aparecem, como os materiais de guerra e o fardamento. Este era composto por “um uniforme de pano kaki, um capacete do mesmo pano, uma camisa, uma cueca de algodão, um par de meias e um par de borzequins de couro preto”.²⁵⁵ Sobre as botas, vale ressaltar que foi pedido ao Chefe de Polícia do Estado que autorizasse os detentos sapateiros da Cadeia Pública a trabalharem no Quartel da Segurança Pública, extraordinariamente das 17 às 21 horas, confeccionando os borzequins para o contingente provisório²⁵⁶, uma medida adotada, provavelmente, para conter os gastos e diminuir a precariedade da organização.

Sobre os armamentos, foi visto até aqui que a maior parte deles era entregue apenas no Rio de Janeiro, mas certa quantidade foi distribuída ainda no Ceará, como revela um ofício escrito após o término da guerra destinado ao interventor, no qual o comandante do C.S.P. pedia a devolução de vários “materiais bélicos e acessórios” emprestados à Interventoria:

²⁵⁴ Jornal *O Povo*, 23 de julho de 1932

²⁵⁵ Ofício nº 1127, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará -APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Essas informações aparecem nos diversos termos de deserção de vários soldados voluntários, que serão analisados no capítulo seguinte.

²⁵⁶ Ofício nº 1017, Idem.

336 – Fuzis Mauser modelo 1908
 106 – Fuzis Mauser modelo 1895
 13 – F. M. Hotchkiss, com os respectivos acessórios e 4 canos sobressalentes
 02 – Mtr. Leves Hotchkiss, com os respectivos acessórios e canos sobressalentes
 22 – Cofres de munição
 220 – Carregadores para metralhadora
 06 – Sabres-punhais modelo 1908
 2000 – Cartuchos de guerra tipo P para fuzil
 600 – Cartuchos de guerra ogivais para arma automática
 1550 – Tiros de festim
 01 – Máquina de carregar
 01 – Caixa de acessórios
 Além desse material, mais 50.000 tiros de guerra tipo P para fuzil, que lhe foi entregue pelo 23º B.C., porém já indenizado pelo C.S.P., cuja cautela já se acha em nosso poder.²⁵⁷

Por esse ofício é possível concluir que armas e materiais de combate foram cedidos à Interventoria com o intuito de ajudar na preparação dos batalhões e combater os rebeldes. O Exército e o Corpo de Segurança Pública procurariam garantir o apoio humano e militar para a Interventoria cearense.

Sobre o C.S.P. é importante dizer que muitos dos seus membros, apesar de não ter existido um batalhão específico desse corpo, incorporaram-se às tropas que seguiram para o Sul do país, em momentos diversos.²⁵⁸ Como é possível imaginar, a diminuição da força responsável pela segurança pública no Estado causava apreensão na Interventoria, que já havia comunicado oficialmente a precariedade desse contingente, que fora reduzido à metade por reformulações iniciadas a partir de outubro de 1930. Essa preocupação fez com que o interventor escrevesse ao Governo Federal, informando que “estando ausente 23º BC, embarcando dia 15 batalhão provisório e sendo reduzidíssimo efetivo companhia polícia sede capital, consulto V. Ex. se me é

²⁵⁷ Ofício nº 1487, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Subgrupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93.

²⁵⁸ Em 06 de agosto, o interventor era informado que “praças do Batalhão de Infantaria, Guarda Cívica, e Pelotão de Cavalaria” do C.S.P. foram incorporados nas forças provisórias. Ofício nº 946. Idem. Fato semelhante aconteceu em 01 de setembro, quando sete oficiais da Chefatura de Polícia ingressaram nas tropas provisórias. *Jornal O Povo*, 03 de setembro de 1932.

facultado organizar contingente maximo cem praças”²⁵⁹ para auxiliar na segurança do Estado. Diante do clima de instabilidade, boatos contra o Governo Provisório e ameaça de aliados paulistas, como foi visto no capítulo anterior, Carneiro de Mendonça achava necessário reforçar a defesa interna. É fácil concluir que ele foi prontamente autorizado a tomar tais medidas. Além destas, houve o pedido, por parte do comandante do C.S.P., para que alguns policiais que trabalhavam internamente fossem mudados de função durante a guerra, “sendo pouca carencia a atuação das mesmas nessa repartição, solicito-vos a fineza de declarar a este Comando, afim de que possa incluir um deles na escala de serviço de policiamento da cidade”.²⁶⁰

Juntamente com os batalhões, seguiram para a luta dois escalões oficiais do 23º B.C. em primeiro de agosto e 16 de setembro, respectivamente. O primeiro deles, sob o comando do Tenente-Coronel Alcebiades Dracon Barreto, partiu com 26 oficiais, 700 praças, 18 viaturas e 70 animais.²⁶¹ O 2º escalão comandado pelo 2º Tenente Luis Marques de Sousa embarcou com 350 homens.²⁶²

Em comunicado oficial a 7ª Região Militar de Recife, datado de 19 de outubro, a Interventoria informava com precisão os números dos batalhões provisórios:

1º Batalhão Provisório

OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 4 Capitães; 10 1ºs Tenentes; 5 2ºs Tenentes, faltando 4 para o completo do efetivo.

PRAÇAS: 3 companhias a 141 praças

1 Cia. M. de Metr. 62 praças

1 Pel. Extranumerário 62 praças

2º Batalhão Provisório

OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 3 Capitães; 3 1ºs Tenentes; 5 2ºs Tenentes, faltando 12 para o completo do efetivo.

PRAÇAS: 2 companhias a 141 praças

²⁵⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 13 de setembro de 1932.

²⁶⁰ Ofício nº 1206, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

²⁶¹ Jornal *O Povo*, 01 de Agosto de 1932.

²⁶² Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 18 de setembro de 1932.

1 Cia. 100 praças
 1 Cia. Metr. Pesadas 64 praças
 1 Pel. Extranumerário 54 praças
 3º Batalhão Provisório
 OFICIAIS: 25, tendo seguido: 1 Ten. Cel.; 1 Major; 3 1ºs
 Tenentes; 6 2ºs Tenentes, faltando 14 para o completo do efetivo.
 PRAÇAS: 2 companhias a 141 praças
 1 Cia. 100 praças
 1 Cia. Metr. Pesadas 64 praças
 1 Pel. Extranumerário 54 praças
 Contingente Provisório
 OFICIAL: 1 Capitão
 Praças: 302²⁶³

Sobre esses número é importante destacar alguns pontos. Nenhum deles completou o número exato de oficiais a que se propunha, no caso 25. Quem mais se aproximou foi o 1º batalhão, sabidamente o melhor preparado. Esta tropa foi a que possuiu também o maior número de praças, passando dos 500 propostos pelos decretos que os criaram. Os outros dois tinham o número de oficiais bem aquém do desejado e o quantidade exata de 500 praças. Sobre o último, como já foi dito, parece ter tido um treinamento muito escasso, nem mesmo sendo definido como batalhão, mas como contingente, e não apresentava subdivisões com companhias específicas, como a de metralhadoras. Também vale destacar que apenas um oficial o liderou, sugerindo ter sido escalado mais como um responsável pelo transporte do que como o comandante das forças. Os números de praças dessas tropas somados, sem contar os oficiais, computam 1.849 soldados, mas o total de incorporados, segundo documentação oficial, foi de 2.174.²⁶⁴

Todas essas tropas desembarcaram no Rio de Janeiro e foram para a Vila Militar da Praia Vermelha, com exceção do último contingente, pois a guerra chegou ao fim durante a sua viagem. Da Vila Militar as tropas eram encaminhadas para os campos de batalha, o que aconteceu somente com o escalão oficial do 23º B.C. e o 1º batalhão provisório, pois os dois últimos não chegaram a lutar, possivelmente fruto do despreparo anunciado pela

²⁶³ Ofício nº 1334, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93.

²⁶⁴ Ofício nº 1296. Idem. Ofício datado de 13 de outubro de 1932.

Interventoria. Segundo informações, do dia 18 de setembro, do Q.G. de Resende as composições de alguns destacamentos do Governo Provisório eram assim distribuídas.²⁶⁵

Dest. Dalto Filho	Dest. Newton	Dest. Colatino	Dest. Fontoura
1º R.I.	19º B.C.	9º R.I.	2º R.I.
3º R.I.	23º B.C.	1º B.C.	3º B.C.
22º B.C.	Btl. Pol. Baía (6ª C)	4º Btl Gaúcho	20º B.C.
25º B.C.	Btl. Pol. Piauí	Btl. Pol. Sergipe	2º Btl. Gaúcho
Btl. Pol. R. G. do Norte	III / 9º R.I. (Btl. Buys)	5ª / 1ª G.A.P.	4º Btl. Pol. Baía
R.E.	Cia. M.P. do Dest.		1. Bia. I / 1ª R.A.M.
1. Bia I / 1º R.A.M.	Cia. Extra-numerária		6ª. Bia. II / 2ª R.A.M.
II / 1º R.A.M.	Dest. Cunha (a incorporar)		4ª / 1º G.A.P.
1 Sec. S. Chamond	3ª / 1ª G.A.P.		1º / 1º G.A. Mtl.
I / 2º R.A.M.			
1. Bia I / 1º R.A.M.			
1ª e 2ª / 1ª G.A.P.			
2ª / 1ª G.A. Mtl.			

Inicialmente, deve ficar claro que esse quadro representa somente uma parte da divisão do Leste, importante flanco de combate federal, em um determinado momento da luta. Além desta, outras fundamentais ações dos exércitos varguistas aconteceram na Frente Sul, sob o comando do general Valdomiro Castilho de Lima. A frente Leste, liderada por Góes Monteiro, tinha outros relevantes militares que estavam à frente das operações e não somente os que aparecem como líderes destes destacamentos. Essas tropas possuíam grande mobilidade e recomposição, já que a guerra, muitas vezes, assumia

²⁶⁵ Arquivo Histórico do Exército. Fundo Revolução Constitucionalista de 1932. Caixa 4.983.

rumos inesperados. O Destacamento do Tenente-Coronel Newton Cavalcanti foi criado para vencer a última grande resistência paulista no Vale do Paraíba, a cidade de Cachoeira, e unificar o poder federal nessa área do combate.²⁶⁶ Além dessa missão, o 23º B.C. cearense esteve em combate nas cidades de Lorena, Areias, Cruzeiro, Guaratinguetá e Queluz.²⁶⁷

Sobre a participação do batalhão provisório cearense nas lutas, as informações apareceram nos jornais quando estes regressaram ao Ceará. Longas entrevistas, nas quais descreviam suas atuações e impressões sobre a guerra, foram feitas com alguns participantes. Nestes depoimentos, não aparecem relatos sobre as dificuldades materiais enfrentadas no que se refere à falta de alimentação, transporte, falta de equipamento ou até mesmo o frio. Como se sabe, estes foram problemas constantes nos dois lados da luta.²⁶⁸ Também não são descritas derrotas substantivas ou falhas estratégicas. Mesmo assim, a partir dessas fontes, e de parte da bibliografia, é possível traçar o caminho de luta das forças cearenses.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o batalhão cearense recebeu equipamentos e armamentos novos, sendo incorporado ao 3º Regimento de Infantaria (R.I.), sob o comando do Coronel Daltro Filho. Quatro dias depois, partiu pela Estrada de Ferro Central do Brasil em direção ao *front* de batalhas. Passando por Barra Mansa, Mogiana e Sapucaí, as tropas desembarcaram na estação de Ataliba Nogueira, onde aconteceram os primeiros combates. Nas primeiras horas, dois aviões paulistas iniciaram um bombardeio, atirando entre 15 e 20 bombas, mas foram rechaçados por artilharias de metralhadoras. Depois desse primeiro combate, com saldo de dois feridos, continuaram a viagem para Itapira.

Esta cidade já era campo de batalhas há alguns dias, estando os rebeldes em seus arredores. As forças federais marcharam para o combate, que teve no comando a presença do Coronel Eurico Dutra e do Tenente-Coronel Benjamim Vargas, irmão do presidente. Por mais de um dia, com intensas batalhas de metralhadoras e fuzis, as tropas guerrearam ferrenhamente, saindo vitoriosas as forças federais. Depois desse “batismo de

²⁶⁶ HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 143-144.

²⁶⁷ Jornal *O Povo*, 19 de setembro de 1932.

²⁶⁸ Ver HILTON, Stanley. Op. Cit., principalmente capítulos 5, 6, 7, 8 e 9.

fogo”, no dia seguinte, as forças rumaram em direção ao Morro do Gravi, onde, novamente, aconteceram intensos combates, com cavalaria, infantaria, artilharia e aviação. Uma longa batalha, que durou das nove da manhã até o final da tarde do dia 4 de setembro, as forças varguistas venceram. Neste combate, além da prisão de mais de 400 soldados constitucionalistas e da apreensão de 25 caminhões inimigos, Jeová Mota saiu ferido, não participando mais das operações. A batalha seguinte foi em Mogi-Mirim, sendo vencida sem maiores resistências. Depois de um dia de folga, as forças cearenses foram em direção à zona da cidade de Serra Negra, visando Brumado. Antes de chegar a seu objetivo, outro combate sangrento aconteceu nas proximidades da Fazenda Santa Maria, ocorrendo durante horas de uma longa guerra de trincheiras. Mais uma vez vitoriosos, os cearenses sofreram suas primeiras perdas: um soldado ferido e dois mortos, sendo estes sepultados em terras paulistas.

Depois de alguns dias, foi a vez do combate em Amparo, marcado pelo avanço das tropas enquanto aviões bombardeavam a cidade. Logo depois desta, em Pedreiras, a luta durou cinco dias, falecendo mais um combatente cearense, também enterrado nos campos de luta. Depois de dias resistindo aos ataques dos rebeldes para reconquistarem as suas posições, as tropas foram tomar as cidades de Coqueiro, Campinas e Itu, regressando, no dia 10 de outubro ao Rio de Janeiro, de onde retornaram para a terra natal.²⁶⁹

Como saldo final destes dias de luta, houve seis feridos e três mortos: José Bezerra de Araújo, Joaquim Gonçalves da Silva e Vicente Bezerra da Silva. Este trabalhava como “chauffeur” de praça quando alistou-se no batalhão para guerrear em São Paulo. Sua mulher recebeu da Associação dos Chauffeurs a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis). Estiveram presente na entrega do pecúlio representantes da Interventoria.²⁷⁰

Por mais que os dados oficiais sobre guerras mensurem sua importância, suas batalhas, suas vitórias e derrotas por números, não se pode esquecer que eram pessoas que formavam as diversas fileiras de combates, onde a esperança do retorno para a casa e o medo da sepultura identificada no

²⁶⁹ Para essa descrição, utilizo entrevistas publicadas em *Jornal O Povo*, 25 de outubro de 1932 e *Jornal O Nordeste*, 29 de Outubro de 1932, além de HILTON, Stanley. Op. Cit. pp. 101-150 e BEZERRA, Gregório. Op. Cit. pp. 220-223.

²⁷⁰ *Jornal O Povo*, 09 de dezembro de 1932.

front estavam irmanadas no seu dia-a-dia. Na maioria das vezes, seus nomes nunca serão lembrados pelos compêndios oficiais que registrarão as glórias das guerras de que participaram. Esses combatentes eram indivíduos que tinham família, trabalho, sociabilidades que, *a priori*, não possuíam ligação alguma com o alistamento em um combate bélico de grandes proporções. Possivelmente, a maioria deles nunca foi capaz de imaginar que isso poderia acontecer. Contudo, esse momento tornou-se mais um elemento na experiência destes diversos sujeitos. Para compreender a ligação destes homens com a guerra, é imprescindível analisar os diversos caminhos que levaram a este encontro.

Capítulo 03

Alistamento

3.1 Seca, alistamento e retirantes: “Em regra, em sua totalidade, assoberbava-se o numero de ‘pés de poeira”

Os leitores do jornal *O Nordeste*, vinte dias depois do início da Guerra de 1932, deparam-se com uma jocosa nota sobre o alistamento provisório para as frentes de batalha:

O 1073

Bonito milhar! Mas não é caso de palpite. O 1073 é voluntario do 23º B/C que vae defender a legalidade contra a sedição paulista. O numero estava gravado na *casquette* de campanha. Emparelhamonos:

- Então! Você é o 1073 do batalhão? E elle, com um arsinho de riso:
- Faz bem dez dias. De lá pr’a cá tem se alistado gente chega tá tinindo.
- De forma que...
- Este numero já é nenen...²⁷¹

Essa era a forma habitual que a adesão às tropas militares era noticiada nos jornais cearenses: um tom positivo, tranqüilo, confiante, sem conturbações ou problemas. Os jornalistas comumente descreviam com ânimo o envolvimento nas forças em formação, sem transparecer inquietações ou medos diante da iminente luta armada: “não podemos sopitar o entusiasmo com que verificamos dia a dia engrossarem-se as colunas que o Ceará envia para os campos de batalhas no sul do país, onde a nossa heroica gente, no seu impeto patriotico, vai mostrar o denodo dessa raça forte”.²⁷² Em outra rápida nota comentava-se o significativo aumento no número de oferecimentos para os batalhões:

Cearense é assim. Quando se decide, haja o que houver, nada o detem. Bastou o Governo appellar para os seus sentimentos patrioticos, já é preciso criar novos batalhões. Foi o primeiro, e quando se esperava para formar o segundo, chegou gente que se tornou mistér crear o terceiro, com effectivo de 500 homens cada. E, ao que se diz, talvez se torne necessario crear o quarto. Da forma que se vae o crescendo do voluntariado, a nossa numeração estará de parelha com o Rio Grande do Sul! Sempre foi assim. Tudo está em a gente se decidir. Já podemos dizer que com mais de dois mil o

²⁷¹ Jornal *O Nordeste*, 29 de julho de 1932.

²⁷² Jornal *O Povo*, 14 de setembro de 1932.

Ceará se assignala na defesa do Governo constituído. Por enquanto.²⁷³

Pela imprensa aliada ao Governo Provisório no Ceará, o alistamento era facilmente explicado: motivados pelo patriotismo, milhares de cearenses declaravam-se voluntários na defesa do Brasil nesse momento em que forças rebeldes lutavam contra o benemérito Governo e a unidade nacional. Nesses periódicos, a formação dos batalhões patrióticos era resultado de uma coesão social inequívoca, fruto de um consenso construído a partir dos rumos que o novo Governo imprimia no destino político do país, em contraponto aos quarenta anos iniciais da República. Dessa forma, nada mais lógico que a massiva adesão, em um clima de otimismo e confiança.

Não só a guerra, no entanto, estava presente naquele momento requerendo atenção do Governo e da população. Todo o Ceará estava convivendo com um problema antigo que tanto assustava as elites locais: a seca. A estiagem e o momento político se fundem na organização das tropas voluntárias do Estado. Duas crises que se imbricaram na vida de vários alistados, mesmo que com pesos diferentes.

Ainda que esquecida pelos jornais durante os meses de conflito, a seca mostrava-se aos cearenses desde janeiro. Inúmeras matérias, nos meses que precederam a guerra, relatavam a chegada de centenas de flagelados à capital, quase que diariamente. Muitas famílias vinham em longas caminhadas, mas a maioria chegava pelos trens da Rede de Viação Cearense (R.V.C.), que já possuía dois importantes ramais no Estado: um ligando o sul e o sertão central a Fortaleza e outro vindo de Sobral, importante centro da região Norte. Os jornalistas descreviam com espanto os tumultos nas estações das cidades interioranas, nas quais, muitas vezes, por meio de ações coletivas ou iniciativas dos políticos locais, centenas de retirantes se amontoavam nos vagões em direção à capital. Nos meses seguintes, a situação se agravava, e a chegada de flagelados era cada vez mais evidente e assustadora. Centenas de famílias

²⁷³ Jornal *O Nordeste*, 01 de setembro de 1932.

perambulavam pela cidade pedindo esmolas, remédios e alimentos, exibindo o seu lado mais cruel e aterrorizante para as elites locais.²⁷⁴

Como falamos anteriormente²⁷⁵, a seca de 1932 foi encarada de uma maneira diferente este ano: nela o Estado interveio diretamente, por diversas formas, de uma maneira coordenada, no seu combate. Uma das mais importantes ações estatais foram os Campos de Concentração: locais destinados ao agrupamento de milhares de flagelados, onde recebiam assistência pública, impedindo a chegada à capital. Segundo Kênia Sousa Rios:

No momento em que a seca de 1932 é declarada, a capital começa a tecer uma rede de relações com as quais se cria um cenário de terror. A imagem da preocupação com a seca e mais ainda com o flagelo dava respaldo e legitimidade aos projetos das elites para o controle da situação. Os poderes públicos bem como a burguesia de Fortaleza entendiam que era urgente conter a força demolidora da multidão que chegava de todas as partes do Estado. Os retirantes vinham de muitos municípios do Ceará e até de Estados vizinhos. Ocupavam os municípios do interior e Fortaleza. Vale destacar que a periferia da cidade ficou muito maior durante esta seca. O risco de ter o espaço urbano invadido pela “sombra sinistra da miséria” parece seguido da compreensão de que a situação é trágica, portanto merece a atenção da burguesia caridosa e civilizada. No meio de várias polêmicas, a construção de “Campos de Concentração” foi uma das idéias colocadas em prática pelos poderes públicos, para tentar salvar a cidade e os flagelados. Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica.²⁷⁶

É importante lembramo-nos deles para entendermos a ligação entre os retirantes e o alistamento, como veremos mais à frente.

Os jornais não relacionavam a seca aos voluntários. Apenas em uma única matéria foi possível encontrar essa aproximação. Um jornalista, em visita ao quartel de treinamento, descrevia o ambiente com que se deparara:

²⁷⁴ Mais sobre isso em RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza, Museu do Ceará/ SECULT, 2004 e NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretária de Cultura e Desporto, 2000. pp. 63-133.

²⁷⁵ Ver tópico 02 do capítulo 01.

²⁷⁶ RIOS, Kênia Sousa. Op. Cit. p. 40 e 41

A pretexto de alistar-me nas fileiras do nosso 23 B.C., pude abranger o inedito e edificante espetáculo da instrução aos voluntários, que se destinam ao front brasileiro, ora nas linhas que contornam o Estado de S. Paulo. (...) Tal qual esta concebido no Regulamento do Serviço Militar, a democracia se mostrava em todos os tipos do crusamento brasileiro e na condição de cada um. Em regra, em sua totalidade, assoberbava-se o número de “pés de poeira”, o matuto que se despenhou da Serra Grande, que varou os vergéis do Crato, ou que venceu os taboleiros de areia para “assentar praça”.²⁷⁷

Nas palavras da imprensa, os alistados representavam a diversidade de tipos e etnias que compõe o Brasil. Essa variedade atendia aos requisitos militares de um Exército que se propunha nacional, representante de uma população diversa e miscigenada. A democracia, nessa passagem, não se refere apenas às diferenças biológicas e culturais, mas também às de ordem econômica, “na condição de cada um”. Assim, admitiu-se que os retirantes compunham a maioria dos voluntários no quartel, mas foram representados pelo eufemismo “pés de poeira”. Vale repetir que esta foi a única referência encontra na imprensa cearense sobre retirantes nas frentes de alistamento, marcada pela discricção, superficialidade e rapidez na análise. Não é de se estranhar, já que miséria, precariedade, conflitos e tensões sociais presentes no Nordeste nesses meses contrastavam com o ambiente de legitimação, mobilização e confiança construído a favor do Governo Provisório e contra os rebeldes paulistas.

Outras fontes, todavia, revelam que a presença dos flagelados, por mais que escondida nos discursos favoráveis ao Governo, não pode ser menosprezada. Segundo Gregório Bezerra, quando estava no treinamento, ainda em Fortaleza, constatou que seu escalão era “composto de mais de novecentos homens, dos quais mais de oitocentos eram jovens saídos dos campos de concentração de flagelados do Ceará”. Já no *front*, relembra que “oitenta por cento dos efetivos eram de flagelados”.²⁷⁸

A entrada dessas pessoas na luta era uma opção muito clara para a Interventoria cearense, mesmo que não divulgada publicamente. Já nos primeiros dias de guerra, o Interventor escreveu ao presidente informando que “de todo interior Estado, venho recebendo robustas provas solidariedade e

²⁷⁷ Jornal *O Povo*, 25 de Julho de 1932.

²⁷⁸ BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 220 e 222.

afirmativa povo pronto marchar defesa Ditadura. Somente um campo concentração oferece patrioticamente 5000 homens.”²⁷⁹ Apesar de não declarar isso em seus comunicados oficiais nem nas páginas dos jornais aliados, quando falava reservadamente com seus líderes, Carneiro de Mendonça não tinha receio nenhum em destacar a presença dos flagelados. Mas ressalta que a oferta que veio do Campo de Concentração era “patriótica”. O interventor vislumbrava a possibilidade de incorporar os retirantes aos batalhões provisórios. E efetivamente o fez.

Em outra comunicação oficial ao Palácio do Catete, referente à formação dos 2º e 3º batalhões provisórios, Carneiro de Mendonça fez uma advertência às autoridades federais: “Seria conveniente evitar embarque batalhão traje civil devido desagradavel impressão chegada aí com roupas vivem sertão, aspecto flagelados”.²⁸⁰ A Interventoria admitia que a aparência das tropas não era apropriada, visto a miséria de muitos voluntários e a precariedade da situação. O interventor não tinha dúvidas sobre a surpresa que teriam muitas pessoas ao ver a composição e as indumentárias dos soldados cearenses destinados à defesa do Governo, sendo assim necessário mudar logo no embarque. Um Exército formado por pessoas carentes e famintas não era bem o almejado pelos apoiadores de Getúlio Vargas, nem mesmo por setores das Forças Armadas.

Por essas fontes, fica claro que a Interventoria não relutou em alimentar as frentes de alistamento com retirantes, muitos deles vindo dos Campos de Concentração. Para entender melhor esse processo, é preciso averiguar como se construíram historicamente as relações entre a seca e a população urbana. Segundo Frederico de Castro Neves, entre 1877 e 1919, anos de grandes secas, houve importantes modificações “nas estruturas de sentimento que delimitam a percepção dos fenômenos das secas e das migrações, assim como da presença corrente dos retirantes nas cidades.”

Deste modo, seis importantes “novas sensibilidades” em relação à percepção das multidões podem ser constatadas: primeiramente, a miséria, a fome e as mazelas trazidas pela migração eram percebidas como uma

²⁷⁹ Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 14 de julho de 1932.

²⁸⁰ Idem. Telegrama de 18 de agosto de 1932.

decadência física e moral que se propagava na sociedade; com a invasão dos retirantes, aumentavam doenças, criminalidade, prostituições e outros problemas sempre associados aos retirantes; a caridade e a assistência aos flagelados tornaram-se fundamentais nesse período, com fortes ligações com a moral religiosa e o paternalismo, mas era crescente a reivindicação para que o Estado assumisse mais efetivamente esse papel; houve uma valorização do trabalho em oposição ao vertiginoso aumento de mendigos e desempregados; crescia o receio de uma grande revolta da população pobre, gerada pelos constantes conflitos entre os flagelados e as diversas autoridades; e, por último, havia uma forte desconfiança em relação às multidões de retirantes e aos pobres em geral, estimulando uma certa política de segregação em relação a estes indesejados.²⁸¹

Com essa análise, Frederico de Castro Neves explicita, portanto, que era a partir destes elementos que a pobreza era percebida nos momentos de seca, pois com o constante êxodo de grandes quantidades de sertanejos em direção às cidades, as sensibilidades do Estado e da população urbana com relação a essas multidões alteraram-se, pautando a forma de pensar e agir diante desse problema. Em suas palavras:

As estruturas de sentimentos aqui delineadas, portanto, conformam o ambiente social e político onde se instituirão daí por diante as relações entre os retirantes e o universo da vida urbana. A permanência de elementos característicos do modelo paternalista se combina e se funde com novas noções e outros conceitos sobre a vida social e comunitária e, especialmente, sobre a divisão da riqueza social em momentos de escassez. (...) Os movimentos da multidão, portanto, que irão se intensificar nos anos seguintes, vão encontrar estas estruturas de sentimentos já razoavelmente estabelecidas e daí por diante deverão, dentro dos termos ditados por elas, negociar com as autoridades.²⁸²

Em 1932, esse contexto estava posto e é a partir dele que muitas ações vão ser estabelecidas. Havia, assim, um ambiente propício para a ação efetiva de combate à multidão e a chegada dos retirantes em importantes centros urbanos. O investimento na construção dos Campos de Concentração é apenas um elemento desse complexo processo. No entanto, não bastava

²⁸¹ NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit. p. 92-99.

²⁸² Idem. p. 98-99

apenas conter essas massas, era necessário também criar estratégias para evitar movimentos reivindicatórios que perturbassem as elites locais. A incorporação de flagelados nos batalhões provisórios surgia como um eficiente mecanismo para isso.

Essa incorporação, de certo modo compulsória, por mais que não aparecesse na imprensa, certamente era de conhecimento da população, que acompanhava todo o processo cotidianamente, a partir dos jornais, dos comícios, dos desfiles, dos panfletos presentes no Ceará durante a guerra. Não houve a divulgação de nenhuma manifestação formal contra a medida, já que os aliados de Getúlio Vargas não mostravam constrangimento com ela. Ao contrário, ela atendia a duas necessidades: afastar os indesejados e mostrar ao Governo Provisório apoio nesse momento em que ele era contestado. Percebe-se, assim, que o seu interesse em alistar retirantes nos batalhões está mais ligado à necessidade de aliviar a tensão social e diminuir o temor das massas que acompanhavam à seca, recolhendo-as em locais onde eram aglomeradas, do que ao patriotismo que tanto era defendido e propagado por seus discursos oficiais e de seus apoiadores. O alistamento dessas pessoas pouco tinha de voluntário e de nacionalista.

Além da já comum estratégia de estimular a saída dos flagelados para outros Estados²⁸³, a incorporação também possuía outro lado importante: alistar-se nas tropas significava a certeza de uma remuneração, uma espécie de “trabalho”, mesmo que temporária. Após a guerra, ofícios requeriam aos engenheiros residentes de Iguatu e Orós, cidades do interior do Estado, que reconstrassem 35 voluntários das antigas tropas que trabalhavam nas obras que coordenavam nos respectivos municípios, provavelmente, frentes de serviço do interior, construídas justamente para gerar emprego aos sertanejos pobres e impedir sua migração para as cidades. Para os envolvidos no alistamento, a retirada destas pessoas para as tropas abria a possibilidade de empregar mais retirantes nas obras, sem deixar de oferecer uma remuneração aos deslocados.²⁸⁴ Além disso, as Forças Armadas eram uma instituição na

²⁸³ Sobre isso, ver SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. In: **Trajetos – Revista de História da Universidade Federal do Ceará**. V. 2, N. 4, 2003. pp. 47-65 e NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit.

²⁸⁴ Ofício nº 1316, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-

qual, ao longo de sua história, inúmeras pessoas procuraram se incorporar para fugir da pobreza, buscando ascensão social.²⁸⁵ Analisando com mais vagar a trajetória individual de alguns alistados é possível perceber estes, e outros, elementos.

José Cassiano da Silva, ou simplesmente seu Muriçoca, por muitos anos porteiro do Teatro José de Alencar, foi um dos alistados nos batalhões provisórios cearenses durante a Guerra de 1932. Residente na cidade do Crato, vivia a calamidade da seca quando a guerra foi declarada. Diante daquele momento difícil, buscava conseguir alguma forma de sobrevivência:

Quando veio o alistamento, um rapaz, chamava-se Miúdo, um cabo do Exército, recebeu uma autorização pra ir alistando o pessoal em Crato pra ir pra guerra. Ah, agora eu vou. Ai foram aqueles conhecidos. Ai fumo, pra onde o cabo Miúdo ia aquele horror de gente atrás.

Kênia Rios: E o senhor queria ir pra guerra?

Eu queria ir como eu vim.

Kênia Rios: Mas por quê?

Porque tava todo mundo vindo, a gente não tinha emprego de nada. E vamos ser sordado. (...) Então foram marcar o dia, o alistamento era lá na cadeia, então era todo mundo.²⁸⁶

Nessa passagem, seu Muriçoca apresenta alguns pontos interessantes sobre o alistamento no interior do Estado. Inicialmente, é importante ressaltar que ele próprio teve a iniciativa de se apresentar nas frentes provisórias. A busca de flagelados nos Campos de Concentração sugere uma cooptação compulsória por parte da Interventoria, como mostram as lembranças de Gregório Bezerra acima apresentadas e o telegrama de Carneiro de Mendonça, cinco dias depois de iniciada a guerra, oferecendo “patrioticamente” 5000 homens acomodados nestes locais. Contudo, é difícil imaginar que estes sujeitos tenham ficados passivos diante desta situação: muitas pessoas buscaram espontaneamente as forças voluntárias, como uma tática para fugir

grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93 e Ofício nº 1317. Idem.

²⁸⁵ Mais sobre isso em CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. pp. 13-61 e McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁸⁶ Depoimento concedido a Kênia Sousa Rios. Esse material foi gentilmente cedido a mim pela professora Kênia, a quem agradeço por este e por outros importantes auxílios.

da adversa situação provocada pela seca. Seu Muriçoca lembra que muitas pessoas procuraram as forças provisórias no seu município, construindo uma imagem marcada por “aquele horror de gente” que, assim como ele, incorporou-se nas tropas.

Na já apresentada matéria jornalística que registrava a presença de retirantes nos batalhões provisórios, um relato sobre um dos alistamentos é pertinente:

O comandante recusa o oferecimento de um garoto do Crato. – Quer “assentar praça”. Não tem pai e não tem mãe. Não pode ser. Tens quando muito dezesseis anos e esse defeito de tua vista esquerda, vasada, incompatibiliza-te para o Exército. – Não faz mal, comandante, objeta o capitão doutor Paulo de Aguiar... o pequeno serve... Já está dormindo na pontaria!...²⁸⁷

Nessa passagem, um garoto de 16 anos, sem familiares próximos e oriundo de uma região historicamente atingida pelas mazelas sociais trazidas pela estiagem, o mesmo município do Seu Muriçoca, também procurou se alistar. Apesar de não possuir a idade mínima necessária e ter um problema físico aparente, a ida para as tropas voluntárias, que parecia ser improvável, mesmo assim, era almejada. É possível supor que o ingresso nas forças era entendido por ele como uma possível oportunidade de melhoria de vida. Seu Muriçoca também teve problemas em relação à idade para se incorporar as forças:

Foi chegando o dia. Fulano de tal se alistou-se. Todo mundo me conhecia. Ai diziam: como é teu nome José Cassiano? José Cassiano da Silva. Nome do pai? Nome da mãe? Em que ano tu nasceu? 03 de setembro de 1914. Ah, você não vai não, você só tem 17 anos. Num pode. Dá não. Eu disse, num faça isso comigo, eu quero tanto ir. É contra a lei. Ai, ele disse, eu sei que você tá com muita vontade de ir, você tem tamanho, é magro mas tem tamanho. Você sai por aqui, vem amanhã e não diga que veio aqui hoje. (...) Chegou no outro dia, fui o terceiro da fila. E ai Cassiano ta mesmo com vontade de ir pra guerra? Vou. Ai pa pa pa, em que ano tu nasceu? 1913.²⁸⁸

²⁸⁷ Jornal *O Povo*, 25 de julho de 1932.

²⁸⁸ Depoimento concedido a Kênia Sousa Rios.

Mesmo com impedimentos legais para o alistamento, alguns voluntários tentavam burlar as normas para conseguir ingressar nas tropas, como no caso da idade mínima necessária e dos problemas de saúde. A possível incorporação no Exército surgia como uma alternativa no “campo de possibilidades” estabelecido nesse momento de escassez.²⁸⁹

Dessa forma, dentro da estratégia de alistamentos construída pelo Estado em um contexto que necessitava mostrar seu apoio ao novo Governo para pleitear mais destaque no cenário político nacional, ao mesmo tempo em que já sofria com as pressões de retirantes que chegavam a Fortaleza durante a seca e aterrorizavam os cidadãos, a integração dos pobres aos batalhões não deve ser pensada simplesmente como forçada ou imposta, vinda “de cima”. O alistamento nessas frentes de batalhas surgiu como uma tática utilizada por muitas pessoas para sobreviver neste momento difícil. Seu Muriçoca, quando retorna do quartel de Fortaleza – não chegou a ir para São Paulo, pois a guerra acabara antes de seu embarque – relata como foi o encontro com a família: “Porque eu tinha chegado e chorado mais porque não tinha nada pra comer. Aí ficaram olhando. Meu pai sentado no bando a moda Jeca Tatu: - meu filho num tem nada pra comer. Tava só a panela de barro emborcada em riba do girau.”²⁹⁰

Como também relatou Seu Muriçoca, um pouco mais acima, houve a montagem de uma estrutura para o alistamento nas cidades do interior do Estado. Além de vários funcionários da Interventoria e oficiais do Exército trabalhando no alistamento²⁹¹, as prefeituras eram os locais que centralizavam a organização, por reconhecimento de sua importância política. Não à toa, suas sedes eram locais que sofriam grandes pressões dos retirantes durante a seca. Além de declarar solidariedade ao Governo, através de comunicações oficiais com a Interventoria e de manifestações públicas em suas cidades, vários

²⁸⁹ VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 31-48.

²⁹⁰ Depoimento concedido a Kênia Sousa Rios.

²⁹¹ Isso pode ser visto pelo seguinte pedido de pagamento: “Solicito a V. Excia. providencias no sentido de ser fornecida, por conta da verba das forças provisórias, aos oficiais e praças, deste Corpo, que trabalham extraordinariamente no serviço de recrutamento de prefaladas forças (...) uma diaria de cinco mil réis (5\$000) para aqueles e de dois mil réis (2\$000) para essas, a titulo de melhoria de rancho.” Ofício nº 1073, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 15 de setembro de 1932.

prefeitos organizaram voluntários e os enviaram a Fortaleza, como mostravam os vários telegramas publicados quase que diariamente nos jornais da capital. De Aracati chegaram 26 voluntários, mas foi ressaltado que esta era “a primeira remessa daquelle municipio”²⁹², já do Cariri e “estações intermediarias” chegava um contingente de 146 soldados.²⁹³ As cidades de menor porte pediam ajuda as maiores, por intermédio da Interventoria, como foi o caso do prefeito de Jardim: “Peço autorizar prefeito Crato aceitar e remeter quartel 23 Fortaleza qualquer numero pessoas eu obter sentar praça”.²⁹⁴ Mas não só os prefeitos ficaram encarregados da organização dessas pessoas:

Remeto-vos cinco blocos de talões c/ 500 folhas, para serem distribuídas entre os Prefeitos Municipaes, afim de serem utilizadas, devidamente, nas anotações de despezas feitas com pessoal que se destina a incorporação nas forças militares em defesa da ordem nacional, tudo de acordo com as instruções já existentes a respeito.²⁹⁵

Esse ofício apresenta algumas ligações importantes sobre a arregimentação de voluntários no interior. Ele foi enviado por Waldemar Monteiro, Comandante Geral do Corpo de Segurança Pública, órgão de grande importância no Ceará durante a guerra, como vimos, e comunicava o envio de material necessário para o registro de custos nas prefeituras que estavam organizando forças para a luta, já que todas as despesas eram pagas pelo Governo Provisório. Para tanto, este ofício foi destinado ao Tenente José Barreira, Chefe do Departamento de Secas. A escolha deste funcionário está mais ligada à função administrativa que ocupava do que ao seu cargo militar: desde quando a seca fora declarada, a Interventoria local trabalhava em vários municípios para minorar os efeitos da estiagem, tendo assim este departamento significativa influência nas prefeituras. Além disso, os retirantes compunham a maioria das tropas, e tinham um peso decisivo no envio de voluntários, como afirmou o interventor ao presidente.

²⁹² Jornal *O Nordeste*, 18 de agosto de 1932.

²⁹³ Jornal *O Nordeste*, 29 de agosto de 1932.

²⁹⁴ Jornal *O Povo*, 06 de Agosto de 1932.

²⁹⁵ Ofício nº 1165, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 15 de setembro de 1932.

Pelo que se percebe na documentação, os maiores custos foram com o pagamento dos voluntários e com o transporte para Fortaleza. Quando alistados em suas cidades, Seu Muriçoca lembra que eles recebiam diariamente três mil réis, o que foi fundamental para sobrevivência dele e da família: “Pronto mãe, me alistei e ta aqui o dinheiro. Eu num vou morrer não. Ela pegou o dinheirinho e foi logo na bodega. Trouxe umas tripas, arroz, feijão. Não tinha nada”.²⁹⁶ A partir de vários pedidos de pagamentos, requeridos após o fim da guerra, é possível constatar que os alistados recebiam mensalmente “117\$000, sendo: etapa 96\$000, soldo 14\$000 e gratificação 7\$000”. Esse é o valor que mais aparece nesses pedidos, mas houve algumas variações em alguns casos.²⁹⁷

A principal forma de viagem dos voluntários à capital foi através dos trens da R.V.C.. Houve todo um esforço da Interventoria para conseguir junto à empresa férrea um aparato que facilitasse o envio dos voluntários: solicitou-se ao Diretor Geral da rede “urgentes providencias no sentido de ser autorizado ao Sr. Agente da Estação de Catuana, dessa ferrovia, fornecer (...) passagens aos voluntários que lhe forem apresentados”.²⁹⁸ Em outro ofício, foi apresentada uma queixa de Ancilon Ayres, do Club 3 de Outubro de Missão Velha, na qual o agente da estação de sua cidade informava ser “impossível” atender a demanda da prefeitura. O Comandante Geral do Corpo de Segurança Pública, mais uma vez escrevendo ao Diretor Geral da R.V.C., solicitava “as necessarias providencias, mesmo porque casos identicos têm se verificado em outras estações dessa Ferrovia”.²⁹⁹ Desta forma, os jornais propalavam: “Do interior do Estado têm chegado diversos contingentes e pelos trens de hoje e amanhã estão sendo esperados muitos outros”.³⁰⁰

No retorno às suas cidades, mais uma vez utilizando os trens da R.V.C., é possível mapear, em parte, a procedência de muitos dos alistados.

²⁹⁶ Depoimento concedido a Kênia Sousa Rios.

²⁹⁷ Esses pedidos estão em vários ofícios no Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Quando surgiram diferenças no valor a ser pago aos voluntários a documentação não especifica o motivo, mas acredito que seja referente à diferença entre o dia oficial no qual foi alistado e a data de pagamento.

²⁹⁸ Ofício nº 1099. Idem.

²⁹⁹ Ofício nº 1140. Idem.

³⁰⁰ Jornal *O Povo*, 27 de agosto de 1932.

Digo em parte, porque não necessariamente as cidades que possuíam a estação de trem eram as de origem dos voluntários, já que municípios que eram cruzados pelas estradas de ferro sempre atraíam muitas pessoas nos períodos de estiagem. Além disso, nem todos retornaram às suas cidades, como veremos, e outras formas de transporte foram utilizadas. Mesmo assim, os números que aparecem são interessantes. Dezenas de pedidos foram enviados à Rede de Viação Cearense requerendo passagens, sempre ressaltando que eram por conta do Ministério da Guerra e para serem usadas por voluntários. O ritmo de solicitação era tão intenso, que a Interventoria chegou a pedir “que fique a disposição do C.S.P. (...) um carro de 2ª Classe, nos trens do interior, para que se possa realizar a desencorporação de voluntarios, com maior rapidez e economia para a Nação”.³⁰¹

A partir desses pedidos, mensuram-se 176 passagens para o Crato, 55 para Juazeiro e o mesmo número para Cariús. As autorizações de bilhetes para outros municípios chegaram, no máximo, a 17 pedidos cada. Ao todo, foram solicitadas 355 passagens.³⁰² Mesmo sabendo que esses números representam uma amostra da origem dos alistados dos batalhões provisórios, percebe-se que, com forte evidência, eles partiram de regiões que, historicamente, se configuravam como áreas nas quais aglomeravam-se uma grande quantidade de retirantes nos períodos de seca, reforçando a relação entre o voluntariado e os retirantes. Além disso, é inegável que houve toda uma estrutura montada pela Interventoria e seus apoiadores para que esse volume, intenso e massivo, de voluntários chegasse a Fortaleza. Mesmo sabendo que muitos deles eram flagelados, quando vinham para combater os revoltosos, eles passavam da condição de miseráveis e indesejados para voluntários da Pátria. Pelos menos, aos olhos de quem defendia o Governo Provisório no Ceará.

Mais uma vez Gregório Bezerra ligava os batalhões aos Campos de Concentração. Relata que, quanto terminou o combate em São Paulo, após

³⁰¹ Ofício nº 1310, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

³⁰² Foram encontrados 49 ofícios sobre essas passagens em Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

uma rápida passagem por Recife, desembarcou em Fortaleza dias depois de sua tropa. No porto, ficou surpreso ao ver mais de uma dezena de soldados que lutou com ele pedindo esmolas para matar a fome. Estes explicaram que quando chegaram não foram pagos e nem tiveram alguma assistência por parte da Interventoria. Procurou buscar mais informações sobre isso, e encontrou mais desses na mesma situação – segundo ele, cerca de sessenta.³⁰³ O jornal católico mostrou-se mais sensível a presença dos antigos alistados que estavam sem ajuda na cidade:

Varias pessoas têm vindo a esta redacção para narra nos scenas desagradaveis promovidas constantemente por alguns soldados dos Batalhões Provisórios. Pelos arrabaldes e até mesmo no centro da cidade vêm se registrando, infelizmente, descomedimentos que precisam ter solução. Mesmo ataques á mão armada já se registraram e isto, com franqueza, é mais do que lamentavel. Sem entrarmos em minucias, que seriam longas, estamos em que o governo como é de esperar, promova quanto antes o regresso, dos desencorporados dos batalhões, a seus lares e seus trabalhos, afim de que se evitem consequencias talvez de maior vulto, no estado em que se acham esses homens que souberam cumprir o seu dever militar e precisam continuar a merecer as simpathias da população que os recebeu debaixo de flores.³⁰⁴

Esse apelo, contudo, parece não ter surtido tanto efeito. Poucos dias depois, o mesmo periódico publicava, em tom bem mais rígido:

Cidadão respeitavel veio a nossa redacção pedindo clamassemos contra o facto absurdo e merecer de energicas providencias, de fazerem os ex-soldados dos Provisorios, que estavam aquartelados no antigo predio da “Phenix”, dormitorio das calçadas da matriz do Patrocinio e alojarem-se no pequeno vão adjacente, onde muitos passam a noite ao relento. E, peor ainda: não contentes desses “dormitorios”, servem-se do local para pratica de actos moralmente reprovaveis, transformando aquillo em verdadeira indecencia, com o que soffrem as distinctas familias residentes nas circumvizinhanças. É justo, portanto, que as autoridades tomem, quanto antes, energicas e decisivas providencias, contra esse abuso inominavel.³⁰⁵

Pelas palavras do jornalista, muitos voluntários que desembarcaram não foram assistidos pelo Governo Provisório, ficando assim abandonados “pelos arrabaldes e até mesmo no centro da cidade pela cidade”, como foi

³⁰³ BEZERRA, Gregório. Op. Cit. p. 224-5.

³⁰⁴ Jornal *O Nordeste*, 08 de novembro de 1932.

³⁰⁵ Jornal *O Nordeste*, 17 de novembro de 1932.

ressaltado. Essas “scenas desagradáveis” e “actos moralmente reprováveis” não condiziam com as tropas tão valorizadas de outrora, que após a guerra pareciam revelar “as distintas famílias” um lado das tropas de voluntários colocado de lado pela Interventoria e seus apoiadores: muitos eram flagelados que fugiam da seca.

Voltando as memórias de Gregório Bezerra, ele tentou agir “contra esse abuso inominável”: procurou o interventor para apresentar o problema, já que era dele que se cobrava a solução. Nesse encontro, não titubeou ao afirmar:

Quando Vossa Excelência me pediu para ir aos campos de concentração de flagelados e escolher os melhores rapazes para servir ao Exército e manter a ordem interna da Nação, perturbada pela Revolução Paulista, não me mandou medir sacrifícios nem poupar esforços e levá-los ao campo de luta fatricida.³⁰⁶

Carneiro de Mendonça, ainda segundo seu relato, abrigou os antigos voluntários e ordenou providências para o retorno deles às suas cidades de origem. Em relação a Gregório Bezerra, foi detido por insubordinação.

Além dos trens, muitos voluntários chegavam em carros particulares, como caminhões, os “paus-de-arara”, como eram popularmente conhecidos nos sertões nordestinos. Uma dessas viagens foi comunicada ao Comandante das forças provisórias:

Remeto-vos (...) o ofício da Prefeitura Municipal de S. Benedito (...) pelo qual se verifica terem sido os 21 civis no mesmo relacionados conduzidos daquela localidade a esta Capital no caminhão de propriedade do Senr. Domingos Paiva Filho que ora vos apresento, solicito-vos as providencias que se fizerem precisas no sentido de ser o mesmo Senr. Indenizado na quantia de quatrocentos mil réis (400\$000), por quanto justou o transporte em assunto. Revela adiantar-vos que dos 21 civis acima aludidos, 17 foram mandados apresentar a essa Guarnição (...), deixando de ter sido feita apresentação dos 4 restantes que foram julgados incapazes: dois, por terem se verificado ser de menor idade e dois, em inspeção de saúde porque passaram nessa Unidade.³⁰⁷

³⁰⁶ BEZERRA, Gregório. Op. Cit. p. 224-5.

³⁰⁷ Ofício nº 965, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

Por essa comunicação, percebe-se que, assim como o transporte ferroviário, os custos das viagens de caminhão também eram de responsabilidade da verba para as tropas provisórias. Os voluntários que vinham do interior, sob a responsabilidade da prefeitura, eram incorporados às forças, logo que passassem por um exame médico. Como foi mostrado, nem todos eram aprovados, seja pelo já apresentado problema da idade mínima necessária, seja por problemas de saúde.

Analisando a documentação do Hospital Central do Exército, referente aos dias de combate, constata-se que, pelo menos, 63 pessoas ligadas às tropas cearenses foram atendidas nesse hospital, entre soldados, cabos, sargentos e tenentes. Desses, 38 eram soldados, os mais prováveis de serem voluntários, já que ao ingressarem nas tropas não recebiam graduações maiores na hierarquia militar. Desses soldados, 30 foram tratados como doentes no hospital militar, e não como acidentados de trabalho ou feridos de guerra.³⁰⁸ É possível que muitos desses tenham contraído alguma doença após o alistamento. São comuns os relatos de frio nos campos de batalha, o que pode ter favorecido a fácil proliferação de algumas delas. Apesar disso, pelo menos dois desses soldados foram diagnosticados com doenças venéreas. Também foi noticiado que dois membros do 2º batalhão provisório ficaram na cidade de Natal, poucos dias depois do embarque, acometidos de sarampo.³⁰⁹ Do 3º batalhão, um ficou na mesma cidade também com sarampo e outro em Recife, com oftalmia purulenta³¹⁰, uma infecção nos olhos mais conhecida como tracoma. Em 8 de dezembro de 1932, meses depois do término do conflito, um ofício informava ao interventor que nove praças do 1º batalhão provisório ainda estavam adidos ao Corpo de Segurança Pública por permanecerem com o estado de saúde debilitado. Desses, um tinha acabado de receber alta, três sofreram acidentes de trabalho, outro teve um ferimento a

³⁰⁸ Arquivo Histórico do Exército. Fundo Revolução Constitucionalista de 1932. Caixas 5.160-5.167. Essas informações aparecem nas várias folhas dos Movimentos de evacuados do Hospital Central do Exército, juntamente com diversos outros documentos. Consegui analisar dezenas dessas folhas que, ao que parece, eram editadas diariamente. Não consegui encontrar todas, mas a maioria ainda permanece preservada nesse arquivo. Sobre os boletins do Hospital Central do Exército, há informações para todos que foram atendidos e que pertenciam às tropas getulistas, apesar de raramente serem apresentadas como forças voluntárias. A definição mais comum é a partir da Unidade Militar que estavam ligadas na organização nos estados de origem. No caso do Ceará, o 23º B.C..

³⁰⁹ Jornal *O Povo*, 17 de setembro de 1932.

³¹⁰ Jornal *O Povo*, 22 de setembro de 1932.

bala durante o conflito e quatro estavam doentes: dois com sífilis, um operado de hérnia e um estava no Asilo de Alienados, “por apresentar sintomas de loucura”.³¹¹

Pelo visto, as prefeituras e a Interventoria não eram muito rigorosas com a escolha dos voluntários para as tropas, pois enviaram inaptos para a função. Alguns foram barrados pela inspeção de saúde, mas muitos outros não. É plausível imaginar que a pressão nesses municípios superasse a rigidez na escolha dos soldados, aumentando cada vez mais o número de praças apresentados à Interventoria. Esse volume de pessoas que eram apresentadas aos batalhões fez o interventor escrever ao presidente, nos primeiros dias de agosto:

São em tão grande numero os espontaneos oferecimentos de homens validos para defeza governo revolucionario que não tenho como atende-los pt Nessas condições tendo Vossencia inicialmente recomendado incentivar organização tropa, consulto se posso embarcar todos os navios contingentes para serem instruidos essa Capital.³¹²

Carneiro de Mendonça afirmava a impossibilidade de organização e treinamento das tropas, diante do excessivo número de voluntários “validos” que chegavam às tropas. Como vimos, a preparação dos batalhões provisórios no Ceará foi marcada por sérias dificuldades pela precariedade das Forças Militares presentes no Estado para essa tarefa, tanto em relação ao número de pessoas aptas para o treinamento, como pela ausência de material necessário. Mesmo sem estrutura, o número de voluntários era crescente.

Findada a guerra, surge outra oportunidade para os inúmeros retirantes alistados nas forças provisórias: a incorporação efetiva no Exército. Isso não seria nenhuma novidade para as forças militares, pois em 1913, o futuro marechal Leitão Carvalho escrevia, na importante revista militar *A Defesa Nacional*, que uma das principais fontes de recrutamento do Exército eram os nordestinos afugentados pelas secas.³¹³ Dessa forma, dez dias após o término

³¹¹ Ofício nº 1606, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

³¹² Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional. Telegrama de 05 de agosto de 1932.

³¹³ Apud CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 20.

da guerra, 12 de outubro, a Interventoria buscara informações junto ao Exército sobre a possibilidade do 23º B.C. “receber voluntários dos incorporados nos Contingentes Provisórios que se destinavam ao Sul do país”.³¹⁴ Como a resposta fora positiva, foi aberta a oportunidade para 250 voluntários interessados em seguir a carreira militar, agora não mais de uma forma provisória. Desses, cem já tinham sido apresentados.³¹⁵ Contudo, dois dias depois, o número possível de alistados caiu para 169, sem maiores explicações. Também informava que dos cem primeiros apresentados, nem todos foram efetivados na carreira, visto não terem preenchido as exigências mínimas que o Exército cobrava.³¹⁶

É difícil imaginar que sem a estiagem a Interventoria cearense tivesse conseguido tantos braços destinados à defesa do Governo Provisório. A seca, como calamidade, assustava há vários anos, alterando significativamente a vida no Estado: para os camponeses pobres, a falta de chuva precedia a miséria e a fome, meses nos quais se perdia tudo, às vezes, até mesmo a vida. Para os habitantes dos centros urbanos, quanto mais demorava o início do período chuvoso, mais certa era a chegada de milhares de famintos a esmolar pelo seu sustento. A seca assustava a todos, mesmo que os medos fossem distintos.

Contudo, de julho a outubro de 1932, em um novo contexto de combate aos efeitos da seca, um elemento novo apareceu: o alistamento voluntário nas tropas, percebido tanto pelas autoridades como pelos retirantes como uma possível solução, mesmo que momentânea, para a miséria que inundava o Estado. Se a Interventoria acreditava que a incorporação desses homens nas forças provisórias ratificava o apoio ao Governo Provisório nessa guerra que cada dia mostrava-se mais sangrenta, muitos retirantes entenderam que pegar em armas, por ideais que possivelmente não entendiam muito bem, era uma maneira de minorar as precariedades que estavam vivendo naquele momento de calamidade.

³¹⁴ Ofício nº 1291, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92.

³¹⁵ Ofício nº 1314. Idem. Ofício de 15 de outubro de 1932.

³¹⁶ Ofício nº 1324. Idem.

O medo da fome e da miséria era maior que o temor dos tiros e canhões que escrevem as histórias das guerras.

3.2 Voluntários, reservistas e trabalhadores: “O governo aceita cidadãos capazes que espontaneamente queiram alistar-se”

Com o decorrer da luta armada, a população cada vez mais era convocada para aderir às tropas em formação. Uma semana após o embarque do 1º batalhão provisório, foi publicado nos jornais o seguinte apelo:

Tendo o sr. Interventor Federal resolvido organizar o 2º Batalhão Provisório para que com mais eficiencia o Estado do Ceará colabore na repressão ao impatriotico movimento sedicioso paulista, convida a todos os que, pessoalmente, por carta, cartões ou telegrama, patrioticamente ofereceram serviços para a defesa dos ideais implantados pela Revolução vitoriosa em outubro de 1930, a se apresentarem no Quartel do Corpo de Segurança Publica para o necessário alistamento.³¹⁷

Para a Interventoria, chegava a hora das várias pessoas que escreveram demonstrando apoio materializarem a solidariedade. Apenas uma tropa voluntária não era suficiente diante das circunstâncias da guerra impatriótica: estimulava-se cada vez mais o aumento do voluntariado. Mesmo com a presença maciça dos retirantes, eles não compunham a totalidade das tropas. Em menor número, diversos sujeitos se alistaram nos batalhões provisórios do Ceará sem serem motivados por uma situação limite diante da fome e da miséria, fossem causadas pela seca ou não.

³¹⁷ Jornal *O Povo*, 23 de agosto de 1932 e Jornal *O Nordeste*, 23 de agosto de 1932.

As correspondências enviadas à Interventoria, citadas na nota oficial acima, revelam o envolvimento de alguns cearenses com a guerra:

Fortaleza, 25 – Revoltada com revolução S. Paulo ofereço meus pequenos préstimos em favor sr. Getulio Vargas. Leopoldina Gurgel.³¹⁸

Fortaleza, 3 – Minha idade não permitindo mais ser soldado como cearense patriótico levei meu filho Raimundo Passos Rocha, aluno Liceu Ceara, Quartel Força Publica para meu sangue defender regime sadio governo v. excia. que é dos brasileiros honestos. Saudações. Evaristo Rocha.³¹⁹

Arraial, 25 – Exmo. sr. Interventor Federal – Fortaleza – Hipoteco a v. excia. inteira solidariedade contra movimento sedicioso surgido em S. Paulo por elementos decaídos. Por intermedio do presente [ofício], dou pleno consentimento ao meu filho, menor Aurelino Bitencourt de Oliveira, com 17 anos de idade, para verificar praça, fim atender causa nossa Patria. Respeitosas saudações, Francisco José de Oliveira, guarda fio Telegrafo Nacional.³²⁰

É difícil acreditar que todas as pessoas que escreveram ao interventor tenham realmente ingressado nas forças provisórias. A partir dessas três missivas, no entanto, é possível inferir que lutar na defesa da pátria era de suma importância para muitos cearenses. Como se delineava desde os primeiros dias de guerra, vários cidadãos oriundos de diversas classes sociais e com trajetórias distintas, reuniram-se nos batalhões provisórios dispostos a pegar em armas contra o forte inimigo rebelde, além de participarem das outras formas de envolvimento com a luta – como a construção da legitimação e a campanha de mobilização. Essas pessoas que, espontaneamente, ofereceram-se para aderir às tropas federais que estavam sendo organizadas no Ceará mostravam a força que Getúlio Vargas e seus apoiadores tinham na região Nordeste.

Voltando aos telegramas há pouco apresentados, Leopoldina Gurgel mostrava que os aliados do Governo Provisório iam além dos possíveis soldados aptos para as frentes voluntárias, já que não era previsto o ingresso de mulheres nas forças que partiriam para o *front*. Até mesmo pessoas que não

³¹⁸ Jornal *O Povo*, 26 de julho de 1932.

³¹⁹ Jornal *O Povo*, 06 de setembro de 1932.

³²⁰ Jornal *O Povo*, 27 de julho de 1932.

podiam realizar o alistamento procuraram participar da guerra através da incorporação de seus filhos, alguns deles menores. Percebe-se claramente como essas correspondências, além de demonstrarem solidariedade, eram repletas de exageros e retórica, ingredientes típicos de muitos discursos políticos, ainda mais em um momento de conflito armado. O maciço envio e publicação desses curtos textos, por si só, já tinham um relevante peso no cenário político cearense durante a guerra. Mas é interessante constatar que o nome de Raimundo Passos Rocha aparece na lista de oficiais do 3º batalhão provisório, como 3º sargento³²¹, e Aurelino Bitencourt de Oliveira, soldado número 1628, reclamava junto à Interventoria uma parte do pagamento como praça do 2º batalhão provisório, meses depois de terminada a guerra.³²² A incorporação desses filhos de “cearenses patrióticos” revela que a formação dos batalhões provisórios cearenses foi marcada por uma série de nuances que estão para além da seca que castigava a região e do nacionalismo propalado pelas instâncias oficiais.

Na imprensa aliada, ao contrário do que acontecia com os retirantes, era freqüente a divulgação de voluntários que possuíam algum emprego:

Esteve, hontem, no Palacio da Interventoria, o engenheiro agronomo Acilino de Pontes que, num gesto de patriotismo, apresentou-se ao exmo. sr. Interventor Federal, oferecendo os seus serviços para combater em prol da Revolução. Gesto identico tiveram os srs. Henrique Carlos Enrich, Mauricio Chevalier, mecanicos, Sinfronio Ferreira Lima, chauffeur, e Paulo Ferreira Cavalcanti, ajudante de mecanico, operários da Diretoria de Viação e Obras Publicas do Estado.³²³

Em outro dia, um jornalista transcrevia um diálogo que teve com alguns voluntários:

³²¹ Jornal *O Povo*, 08 de setembro de 1932.

³²² Cópia do ofício nº 244 do 2º batalhão provisório. Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93. Ofício de 26 de dezembro de 1932.

³²³ Jornal *O Povo*, 19 de julho de 1932.

- É reservista?
- Voluntario, para cumprir meu dever.
- Chama-se?
- B. de Oliveira, funcionario da Fazenda Estadual.
- E o senhor? Indagamos de um homem robusto, uniformizado de Kaki.
- Sou funcionario da Rêde de Viação Cearense...³²⁴

Por essas passagens, conclui-se que houve a presença de voluntários trabalhadores, que dificilmente estariam em uma situação tão complicada como a dos retirantes, colegas nos batalhões. Inicialmente, um ponto a ser destacado é a presença de reservistas do Exército Brasileiro. O Governo Provisório e seus apoiadores sabiam da importância dos ideais políticos e da trajetória militar desses voluntários, e a preferência pela participação de reservistas era estimulada desde o início da guerra pela Interventoria, em consonância com as ordens federais.³²⁵

O início da formação de reservistas remonta a 1908, quando foi aprovada a lei do sorteio militar, que objetivava tornar universal e obrigatório o alistamento no Exército. Entretanto, ela ficou sem efeito até o ano de 1916 quando, finalmente, aconteceu o primeiro desses sorteios, sob a responsabilidade não apenas do Exército, mas também de juntas locais dirigidas por representantes das câmaras municipais. Entre muitos militares do alto escalão ficavam patentes os diversos problemas envolvendo a universalização do serviço militar no Brasil, principalmente no que diz respeito à precária comunicação com os sorteados, já que muitos deles nem sequer sabiam que tinham sido convocados, e à resistência de muitas pessoas em ingressarem depois de escolhidas. Assim:

A loteria destinava-se sobretudo à criação de uma reserva e, independentemente da propaganda sobre conquista da coesão

³²⁴ Jornal *O Povo*, 25 de julho de 1932.

³²⁵ Em circular as interventores do Norte e Nordeste, em 14 de julho de 1932, Vargas escrevia que “convém sem desfalecimento continuar a inscrição de voluntários, quando possível, preferindo os reservistas, e preparando-os para a ação no menor prazo possível.” Apud: HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 172. Como resposta, no mesmo dia, Carneiro de Mendonça informou que iria “abrir voluntariado preferencia reservistas”. Gabinete Civil da Presidência da República. Série 14.5. Arquivo Nacional.

nacional e contribuição para a maior igualdade social, os 'brasileiros de consciência e valor' que o Exército incorporou foram, em geral, pobres e analfabetos, e não filhos da classe média e alta. A loteria, embora tivesse importantes efeitos institucionais e políticos, antes da Segunda Guerra Mundial não alterou radicalmente a composição socioeconômica dos praças, que continuou a guardar notável semelhança com a de 1905. Duas décadas depois, os brasileiros continuavam a mostrar, segundo o general Eurico Dutra, uma rebeldia visceral contra a carreira das armas.³²⁶

Depois de todos esses percalços, os alistados que ingressassem ficavam por um ano nas Forças Armadas, de onde saíam com o certificado de serviço militar, que posteriormente seria obrigatório para o exercício de cargo público, exigência esta incorporada à Constituição de 1934.

Alguns destes reservistas aparecem entre as dezenas de voluntários possuidores de algum emprego que ingressaram nas tropas provisórias, como noticiavam diversos ofícios da Interventoria. Estes trabalhadores eram funcionários dos Correios e Telégrafos (auxiliares, mensageiros, manipulantes), da R.V.C. (maquinista, telegrafista, agentes de estação, guardas-freio, porteiros), da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, da Secretária de Agricultura, da Auditoria de Guerra, do Colégio Militar, da prefeitura de Fortaleza e de instituições do interior, tabeliães públicos, serventes da Delegacia Fiscal, promotores, além de empregados de casas comerciais particulares.

É importante deixar claro que estes não foram os únicos trabalhadores que ofereceram seus préstimos à defesa do Governo Vargas, mas apenas aqueles que tiveram sua incorporação noticiada pela Interventoria, seja comunicando aos respectivos superiores nos locais de trabalho seja requerendo o antigo emprego depois de cessada a luta.³²⁷ Outro aspecto relevante é que a grande maioria destes eram funcionários públicos. Além de imaginar que as notícias sobre a incorporação dos empregados de órgãos

³²⁶ McCANN, Frank D.. Op. Cit. p. 234. Além das considerações nesta obra sobre o serviço militar, ver o capítulo "O serviço militar obrigatório" em McCANN, Frank D.. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Editora Guararapes, 1982. pp. 15-53.

³²⁷ Essas informações foram tiradas de dezenas de ofícios presentes nos Livros de Minutas de Ofícios do 3º e 4º trimestres, Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios.

estatais passassem por uma burocracia interna dentro da Interventoria, deve-se salientar que, desde outubro de 1930, o Estado brasileiro vinha atravessando uma reordenação estrutural: com a mudança das lideranças políticas, gradualmente foram sendo criados novos aparelhos administrativos, e os antigos sofreram profundas transformações, desde a função que desempenhavam até o quadro de pessoas que os compunham. Muitos desses novos funcionários ingressaram no serviço público certamente por terem atuado na efetivação e consolidação do novo Governo, mesmo antes de outubro de 1930, sentindo-se, assim, necessários nesse momento em que ele era questionado.

Além disso, a Interventoria adotou medidas que favoreceram a incorporação desses voluntários. No dia 30 de julho, “considerando que ha no quadro de funcionarios publicos estaduais varios reservistas do exercito nacional” dispostos a “prestar serviços militares no momento atual em que um surto de rebelião contra os poderes do pais, levanta-se no sul com intuios não inspirados no amôr ás instituições publicas”, o interventor decretou que todos os funcionários voluntários, reservistas ou não, enquanto estivessem incorporados, estariam comissionados e com o cargo à disposição no retorno da guerra, bastando apenas informar sua apresentação nos quartéis.³²⁸ Outro decreto estimulava o ingresso nas tropas ao facilitar o recebimento, por parte das famílias dos praças, do “beneficio da etapa concedida pela legislação militar”, pois o Governo providenciava a legitimação das uniões não oficiais dos voluntários, casando-os legalmente no cartório de registro civis de Fortaleza. Todos os custos ficavam por conta do Estado.³²⁹ Houve, claramente, uma postura da Interventoria no sentido de estimular a incorporação de voluntários, funcionários de seus quadros, minimizando algumas questões burocráticas. Outros trabalhadores ligados ao Estado, que atuavam no interior, fizeram seus oferecimentos às tropas através de telegramas:

³²⁸ ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933. p. 54. Decreto de 30 de julho de 1932.

³²⁹ Idem. p. 64. Decreto de 04 de agosto de 1932.

Massapê, 7 – Promotor justiça reservista soldado revolução de 30 apresento meus serviços defesa ditadura. Desejando partir primeira oportunidade espero vossa ordem meu governo. José Sobreira.³³⁰
 Jaguaribe, 4 – Peço licença v. s. ir essa capital para alistar-me batalhão provisórios afim combater revolucionários paulistas. Saudações. Moacir Sobreira, Promotor Justiça.³³¹
 Campos Sales, 11 – Desejoso cooperar lado bons brasileiros defendem integridade patria peço permissão para incorporar-me guarnição federal acantonada essa capital fim seguir teatro luta primeiro contingente. Alfredo Ribeiro Sacramento, Juiz Municipal.³³²

Apesar do aparato que visava facilitar a incorporação de funcionários públicos, alguns desses tiveram a efetiva incorporação ligada a outros fatores. Mais um decreto da Interventoria determinava que “a apresentação dos funcionarios publicos do Estado, nos quartéis do exercito ou do C.S.P. (...) procederá autorização da Interventoria Federal, após julgar da conveniencia da medida”. Ressaltou-se, também, que “a infringencia ao preceito desse artigo torna-se sem efeito as vantagens concedidas”, visto que ele foi pensado para não “perturbar a bôa marcha do serviço publico”.³³³

Constata-se que, em certos casos, a Interventoria julgava se o alistamento poderia realmente realizar-se. No caso dos exemplos acima, os pedidos de incorporação dos dois promotores e do juiz municipal, provavelmente, não foram aceitos, visto que os seus nomes não figuravam entre os oficiais que compunham os batalhões, nem na lista de reservistas que ingressaram nas forças provisórias ou nos ofícios da Interventoria. Além disso, os jornais não comentaram a participação dessas pessoas.

Outro funcionário público, Esmerino G. Parente, da Diretoria Geral de Agricultura, reservista, em carta ao interventor, pediu autorização para alistamento, tendo em vista o decreto 276, o mesmo acima apresentado. Como resposta, foi informado que “não sendo conveniente o afastamento, com o qual resultaria perturbação nos serviços a seu cargo, deve permanecer á testa da repartição. Contudo o Governo agradece os serviços e louva-o pelo digno gesto”.³³⁴ Por este episódio, é possível concluir que a Interventoria estava

³³⁰ Jornal *O Povo*, 09 de agosto de 1932.

³³¹ Jornal *O Nordeste*, 08 de agosto de 1932.

³³² Jornal *O Povo*, 16 de agosto de 1932.

³³³ ESTADO DO CEARÁ. Op. Cit. p. 86. Decreto de 18 de agosto de 1932.

³³⁴ Jornal *O Nordeste*, 29 de agosto de 1932 e Jornal *O Povo*, 27 de agosto de 1932.

atenta à incorporação de alguns de seus funcionários, não ficando alheia ao desenrolar da formação dos batalhões e a quem neles ingressava. Alguns funcionários de cargos de grande importância para o Estado não tiveram autorizada a incorporação: entre o ingresso de altos funcionários do Estado nas forças provisórias, o que daria um respaldo maior às tropas locais, e o bom funcionamento da máquina pública cearense, o interventor escolhia a segunda opção. Nem mesmo o fato de alguns funcionários estatais serem reservistas alterava a inclinação do interventor sobre esses casos.

Alguns funcionários como estes, todavia, tiveram a incorporação efetivada. A saída de um grupo de voluntários da cidade de Camocim foi fortemente divulgada e, em carta ao interventor, o prefeito da cidade assim definia essa tropa:

São jovens dignos dos batalhões de v. excia. como deve ser todo cearense protegido pela ação bemfazeja de seu benemerito governo. (...) Estou convencido de que todos os meus voluntarios serão dignos de seu governo, honrarão a farda que vestirem, o sabre que manejam, o fusil que empunharem.³³⁵

O jornal *O Povo* foi mais específico sobre esses voluntários:

Acabaram de partir, sob o comando do dr. Renato Silva, promotor de justiça, 44 voluntarios que se destinam ao sul do país para cooperarem junto às forças legais empenhadas na vitoria da causa nacional. Grande parte desse contingente é composto de jovens das melhores familias camocinenses.³³⁶

Nesta tropa havia um promotor de justiça, certamente, figura de relevância no cenário local. Diferentemente de alguns colegas que tiveram o ingresso nos batalhões provisórios preterido, Renato Silva foi incorporado às forças. E ele não foi o único:

³³⁵ Jornal *O Povo*, 06 de setembro de 1932.

³³⁶ Jornal *O Povo*, 03 de setembro de 1932.

Comunico a V. Excia. que, foram incorporados (...) às forças provisórias do Estado, com destino ao Sul do paiz, os srs. Nagib de Melo Jorge e Renato Silva, respectivamente, promotores de Quixadá e Camocim, os quaes foram incluídos no 3º Batalhão Provisorio, por onde têm vencimentos.³³⁷

No dia do embarque, os jornais noticiavam que Renato Silva havia ingressado como sargento e Nagib Melo como simples praça.³³⁸ Além deles, os jornais comentaram a participação, na luta, de Hermogenes Tomaz de Aquino, prefeito do município de Crateús,³³⁹ e de Luis Barroso, juiz municipal de São Francisco.³⁴⁰ É certo que a Interventoria não achou problemática a incorporação destes altos funcionários nas forças cearenses. Analisando a trajetória dos dois promotores, é possível perceber um ponto comum entre eles: eram reservistas de instâncias militares cearenses, um do Tiro de Guerra nº 38 e outro do Estabelecimento de Instrução Militar, situado no Colégio Cearense.³⁴¹ Por possuírem cargos de influência na esfera política local e terem as suas trajetórias militares desenroladas no Ceará, é provável que seus nomes tenham sido vistos como relevantes para as tropas cearenses. Certamente conheciam a situação política e militar local e seus alistamentos influenciariam outras pessoas a seguirem o mesmo ato. Não à toa os jornais propalaram que Renato Silva, quando partiu de Camocim, veio acompanhado por mais de quarenta voluntários, muitos destes “jovens das melhores famílias camocinenses”. Mesmo preterindo-se alguns subordinados das altas esferas, alguns destes funcionários seriam de grande valia para a constante força da formação dos batalhões cearenses, seja por sua experiência militar seja pelo exemplo a ser seguido.

³³⁷ Ofício nº 1124, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 08 de setembro de 1932.

³³⁸ Jornal *O Povo*, 14 de setembro de 1932. No ano do cinquentenário da guerra, o mesmo jornal ainda lembrava do ingresso desses soldados: “Da turma de bacharéis de 1930 da Faculdade de Direito do Ceará, Nagibe de Melo Jorge, atual subprocurador Geral da Justiça do Estado do Ceará, e Renato Silva, integraram como voluntários, as tropas legalistas que enfrentaram os revoltosos paulistas.” Jornal *O Povo*, 26 de julho de 1982.

³³⁹ Jornal *O Povo*, 25 de outubro de 1932.

³⁴⁰ Jornal *O Nordeste*, 24 de outubro de 1932.

³⁴¹ Ofício nº 1120, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 08 de setembro de 1932.

Ainda sobre os reservistas nas forças provisórias, o ingresso de alguns funcionários de uma loja comercial de Fortaleza apresentava mais elementos da importância da participação desses sujeitos. A comunicação de suas incorporações informava:

Comunico-vos que se apresentaram, nesta data, a fim de serem incorporados às forças em operações militares em defesa do Governo Provisorio, os civis Otacilio Carvalho, Lepoldino Dié Romão, João Vitorino e José Moreira Landim, todos empregados desse grande estabelecimento comercial. Em face do exposto solicito-vos dignéis informar, por escrito, a este comando, se os mesmos, jovens patriotas, uma vez cessada a campanha serão aproveitados nos mesmo empregos, ou em cargos equivalentes em uma das filiaes da poderosa empresa dessa digna gerencia.³⁴²

Este ofício foi enviado aos “srs. Co-gerentes da Casa A Pernambucana”. O efetivo alistamento destes voluntários dependia da confirmação da empresa sobre a recontração deles quando a luta fosse terminada. Pelo visto, a resposta fora positiva, já que, no dia seguinte, a Interventoria respondia aos “srs. Ludgren e Cia. Limitada” que “este comando felicita essa Co-gerencia por ter como membro auxiliares, nesse grande centro comercial, tão decididos jovens patriotas, como tambem pela vossa atitude, resalvando os direitos dos mesmo”.³⁴³

Não somente o patriotismo afirmado pela Interventoria explicava o alistamento, já que Otacilio Carvalho era reservista do Exército. Sobre o alistamento obrigatório e a sua relação com sociedade, José Murilo de Carvalho afirma:

Temos, assim, dois modelos de organização militar. No primeiro, vigente até 1915, o Exército era todo profissionalizado, com precários canais de entrada e nenhum de saída. Era um exército que apenas recebia da sociedade, sem devolvê-los, soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficiais e de graduados. Era uma organização fechada em si mesma, isolada da sociedade, sobretudo das classes dominantes. Conseqüentemente, era incapaz

³⁴² Ofício nº 1112. Idem. Ofício de 05 de setembro de 1932.

³⁴³ Ofício nº 1117. Idem.

de influenciar a sociedade pelos mecanismos de treinamento e socialização de reservistas. No outro modelo, criado a partir de 1918, havia muitos canais de entrada e de saída. O serviço militar atingia todas as classes, inclusive as dominantes, via CPOR [Centros de Preparação de Oficiais da Reserva]. As saídas também abrangiam todos os níveis hierárquicos. Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar, pelos Tiros de Guerra, pelas Escolas de Instrução Militar e pelas Escolas de Instrução Militar Preparatória; os graduados pelas Escolas Preparatórias; os oficiais pelos CPOR. O Exército penetrava amplamente na sociedade e tornava-se capaz de a influenciar.³⁴⁴

A presença desses reservistas não pode ser minimizada, como atestam os vários voluntários em torno do promotor de Camocim e os colegas de trabalho de Otacilio Carvalho. Dos trabalhadores da “Casa Pernambucana”, somente este era reservista, e sua opção pelo alistamento teve algum peso na igual decisão de alguns companheiros, alistados no mesmo dia. Através desses voluntários, durante a Guerra de 1932, é possível perceber a influência do Exército na sociedade civil de que fala José Murilo de Carvalho.

Os reservistas que ingressaram nas forças provisórias, 42 ao todo, tiveram sua incorporação noticiada ao Tenente-Coronel Chefe da 17ª Circunscrição de Recrutamento Militar.³⁴⁵ Alguns outros, porém, mesmo sem ter o nome nesses ofícios, eram incorporados também como reservistas, entre os oficiais que lideravam as tropas, como tenentes ou sargentos. Provavelmente fossem ex-oficiais do Corpo de Segurança Pública, onde conseguiram a patente, e não nas Forças Armadas. A maioria dos reservistas apresentados não fazia parte dos corpos de líderes dos batalhões, supondo, então, que tenham sido incorporados como praças. Além disso, nem todos eles possuíam registro de algum trabalho noticiado pela Interventoria.

Sobre a trajetória militar, a documentação revela que eles tiveram treinamento nos 1º e 2º Grupos de Artilharia Montada, 3º e 11º Regimentos de Infantaria, 1º e 4º Batalhões de Engenharia, 2º Batalhão de Infantaria, 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, Escola de Instrução Militar, 1ª Bateria

³⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930 – 1945. In: CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 77.

³⁴⁵ Ofícios nº 999, 1066, 1104, 1105, 1120, 1154, 1196, 1223, 1228. Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 08 de setembro de 1932.

Independente de Artilharia de Costa, 1º Grupo de Artilharia Pesada, os 21º, 22º, 29º e 23º Batalhões de Caçadores, além de um deles ser reservista do Regimento de Fuzileiros Navais, dois do 46º Batalhão de Caçadores (antiga unidade militar no Ceará³⁴⁶) e seis dos Tiros de Guerra³⁴⁷ números 38, 118 e 213. Estas pessoas, assim, estiveram em várias unidades do Exército brasileiro, convivendo com outros militares e diversos oficiais.

Dois desses reservistas manifestaram-se antes de se alistarem, sendo possível perceber um pouco da trajetória desses sujeitos. Raimundo Ferreira Lima, incorporado no 2º Regimento de Infantaria, escreveu à Interventoria:

Santana do Cariri, 19 – Sabedor impatriotico movimento sedicioso irrompeu sul país venho hipotecar ao governo vossencia franco e decidido apoio quaisquer medidas repressão amotinados se preciso abandonarei mesmo negocios comerciais fim prestar meus serviços qualidade sargento reservista exercito oficial força publica privado então posto manejo politicagem regime passado ou como simples soldado linha frente organizando ou instruindo pessoal manejo armas defesa regime ora ameaçado ambiciosos comprometedores nossa grande Patria.³⁴⁸

Leví Caminha de Almeida, reservista da Escola de Instrução Militar nº 280, foi citado por sua irmã, figura de destaque no processo de mobilização no Ceará, em correspondência ao interventor:

³⁴⁶ “No ano de 1909, pelo decreto nº 3.916, foram introduzidas novas modificação no Exército, destacando-se entre estas a distribuição da tropa por todo o território da Nação. Restabeleceu-se (...) uma das mais arraigadas tradições da vida militar brasileira – Batalhões de Caçadores com numeração independente. O batalhão que tinha então a sua parada em Fortaleza, o 46º, passou a constituir o 23º Batalhão de Caçadores.” SOUZA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950. p. 78.

³⁴⁷ Os Tiros de Guerra eram locais onde civis realizavam treinamentos de tiro, influenciados pelo entusiasmo nacionalista dos primeiros anos do século XX e pela campanha na Guerra de Canudos. Tinham a aprovação do Congresso Nacional e das Forças Armadas e seus membros eram considerados da reserva do Exército. Os participantes atuaram na campanha de aprovação da lei do serviço militar obrigatório, ganhando destaque na imprensa da capital federal com seus desfiles e exibições. Em 1906, criaram a Confederação do Tiro Brasileiro, mas só em 1909 foi fundado o primeiro Tiro de Guerra no Ceará. Ainda hoje existem 13 destas unidades, nas cidades de Camocim, Crato, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas, Sobral, Iguatu, Aracati, Itapipoca, Quixadá, Acaraú, Quixeramobim e Tamboril. McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 140-142. Sobre as atuais unidades do Tiro de Guerra cearense ver <http://www.exercito.gov.br/06OMs/indiceom/ce.htm>. Acessado em 24 de março de 2009.

³⁴⁸ Jornal O Povo, 21 de julho de 1932.

Idealista ardorosa e sincera, acostumada a render homenagens aos grandes e incansáveis batalhadores da nossa liberdade política, queira v. excia. aceitar em meu nome e no do meu irmão Leví (soldado da revolução de 24 e 30), os nossos desvaliosos serviços qualquer hora do dia ou da noite neste Estado, ou mesmo em S. Paulo, o que faremos com maximo ardor e verdadeiro entusiasmo em defesa querida e estremecida Patria. Aguardo vossas honrosas ordens apresento a v. excia. as minhas respeitadas saudações. – Fortaleza, 15-7-32 – Maria Amélia Caminha, estudante³⁴⁹

A experiência destas pessoas na vida militar influenciou a opção pela incorporação voluntária nas tropas, já que eles se envolveram com a estrutura militar, suas normas e doutrinas. Raimundo Ferreira Lima deixou isto claro ao colocar-se à disposição para a luta, mesmo se fosse preciso abandonar seus “negócios comerciais”, destacando suas habilidades com as técnicas militares, “instruindo pessoal manejo armas”, aprendidas durante seu treinamento nas Forças Armadas. Além disso, afirmou ter perdido seu posto militar por “manejo politicagem regime passado”. A Primeira República e o modelo político que a sustentava tornaram-se os mais importantes elementos de legitimação da guerra contra os exércitos paulistas, definindo seus líderes como os que queriam o retorno daquelas práticas. O combate a esse regime era um dos pilares da plataforma do tenentismo, e de outros setores sociais, desde os anos de 1920.³⁵⁰

Leví Caminha teve sua ligação com essa corrente mais diretamente apresentada, já que fora atuante em dois grandes momentos de luta deste movimento político, nos anos de 1924 e 1930. É importante lembrar que o

³⁴⁹ Jornal *O Povo*, 25 de julho de 1932.

³⁵⁰ “Nessa fase heróica, de 1922 a 1927, o tenentismo, como movimento de conspiração, pegou em armas para lutar contra as oligarquias dominantes. Nesse período, surgiu como única alternativa aos anseios das classes médias populares. As mudanças tinham de ser feitas pelas armas, o que teria transformado os militares rebeldes em vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Entretanto, esse foi um liberalismo de fachada. Fundamentalmente, o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições. Não tinha uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista; propunha a moralização política contra as oligarquias cafeeiras. Os jovens oficiais seriam os responsáveis por essa moralização, através da Revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como ‘honestos’. Nesse sentido, destaca-se seu caráter elitista, que pregava a mudança a partir de cima, sem a participação das classes populares”. LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 316.

Exército, nos anos de 1920, era um reduto tenentista, principalmente entre os oficiais de baixa patente, como o próprio nome “tenentismo” ressalta, o que leva a crer que muitos dos reservistas aqui apresentados tenham entrado em contato com essas idéias e, no contexto da Guerra de 1932, sentiram-se sensibilizados pelos discursos que definia os revoltosos como os seus antigos inimigos.

As ações para o alistamento no interior do Estado também englobavam muito destes elementos. A prefeitura de Sobral, importante cidade da região norte do Estado, publicou em um jornal local uma nota oficial que convocava ao alistamento: “Na Prefeitura está se recebendo desde já voluntarios de preferencia reservistas para o 23 B.C., Corpos Provisorios. Não ha convocação para reservista; aceita se somente quem se apresentar voluntariamente”.³⁵¹ Em algumas cidades interioranas, contudo, parece ter ocorrido certa confusão com o alistamento de reservistas:

Escrevem-nos de Limoeiro que o cidadão José Julio de Castro, prefeito daquela localidade, após ter recebido um telegramma do tte. Waldemar Monteiro, convocou, por edital, “a se apresentarem na Prefeitura, no prazo de 6 dias, todos os reservistas do Exercicio que prestaram o serviço activo”. Para que seria isto? Que tivesse apellado para os patriotas que desejassem seguir para o *front*, nada teriamos a dizer. É o que o governo está fazendo. Mas o prefeito de Limoeiro convidar os reservistas a se apresentarem é o que achamos um pouco fóra de mão, quando o Governo Federal não o faz... Não acham, tambem? Apostamos em que o telegramma do secretario da Interventoria não foi bem entendido...³⁵²

Não seria estranho imaginar que esta atitude do prefeito buscava aumentar o número de voluntários de seu município, mostrando a seus superiores mais competência e ação neste momento complicado. O articulista do jornal, entretanto, acreditou que tal confusão se deu por uma má interpretação da missiva do Comandante Geral do Corpo de Segurança Pública. Esta aposta do jornalista não foi à toa, pois parece realmente que todo o clima bélico, alimentado pelas tropas provisórias, alistamento, reservistas e convocação, confundia muito a população. Procurando evitar mais embaraços

³⁵¹ Jornal *A Ordem*, 20 de julho de 1932.

³⁵² Jornal *O Nordeste*, 08 de setembro de 1932.

nesse assunto, a imprensa aliada publicou um comunicado que buscava esclarecer a todos:

O Sorteio Militar e o Voluntariado

Julgamos oportuno esclarecer o publico a respeito do sorteio militar, ora em execução neste e nos demais Estado da Republica. Algumas pessoas nos têm vindo consultar sobre os fins do mesmo sorteio, porque ha quem espalhe tratar-se de uma convocação extraordinaria de reservistas ou classes alistadas – o que absolutamente não é verdadeiro. Trata-se do sorteio militar comum e que se verifica todos os anos, desde que está em vigor a lei que o instituiu. Por um mal entendido que é preciso desaparecer, varios cidadãos estão a confundir o sorteio militar comum, com a convocação de recrutas, de que o governo não cogita e nem precisa fazer. Para reprimir a insurreição paulista, está apenas aberto o voluntariado. Isto é, para organizar o efetivo dos Batalhões provisórios, o governo aceita cidadãos capazes que espontaneamente queiram alistar-se. Mas – como está expresso – vai quem quer. Ninguem é obrigado. Isso, porém, nada tem a ver com o sorteio militar a que se procede anualmente para a renovação do efetivo do Exercito, e que, de qualquer fórmula, teria de ser realizado no tempo marcado na lei, quer houvesse quer não houvesse desordem no país.³⁵³

O Governo Provisório e a Interventoria davam preferência à incorporação dos reservistas, mas não a tornava obrigatória. Com o sorteio militar que se iniciara, a confusão entre a população parece ter aumentado, e a suspeita de obrigatoriedade parece ter assustado muita gente, já que todo o Estado estava envolvido na guerra.

Sobre os voluntários que vinham de cidades interioranas, é possível pensar que a maioria deles tenha alguma ligação com a seca. Mas seria simplista afirmar que todos os sertanejos incorporados nas tropas voluntárias fossem retirantes. Francisco de Castro, agente de 4ª classe da estação da R.V.C. da cidade de Capistrano de Abreu, incorporou-se, juntamente com outros conterrâneos, no segundo batalhão provisório. Em uma longa carta publicada na imprensa local, intitulada “Minhas Despedidas”, explicava seu alistamento:

³⁵³ Jornal *O Povo*, 09 de setembro de 1932.

À frente de 10 destemerosos companheiros, rebentos viris da prospera povoação de Capistrano de Abreu, o conhecido fóco revolucionario do municipio de Baturite, sigo destino ao “front” onde, incorporado ás forças federais, cooperaremos no estabelecimento da ordem, perturbada pelo perrepismo insaciavel e sem entranhas, e que escolheu para o teatro de suas explorações criminosas, o grande e valoroso Estado de S. Paulo. A luta fratricida que ora ensanguenta o solo patrio, é uma questão nacional, interessa a toda Nação, quiça ao Norte, visado de preferencia pelos que procuram fracionar a União Brasileira. Por isso, animado pelos meus sentimentos patrioticos, levado pelas razões que arrastaram a Nação a esta luta ingloria, entre irmãos – achei do meu dever prestar ao governo patriotico do digno Interventor Federal, capitão Carneiro de Mendonça, a expressão de minha solidariedade, o coeficiente de meus serviços. Parto com a consciencia tranquila, deixando provisoriamente as funções de meu cargo federal, como agente da Rêde de Viação Cearense o socego de meu lar, esposa e filhos, na certeza de que, colocando acima de meus interesses pessoais as necessidades da patria, terei cumprido meu dever de brasileiro e de patriota. Adeus colegas que ficam! Adeus povo do Ceará!³⁵⁴

Nesta carta, ficam evidentes os elementos de legitimação e mobilização construídos no Ceará durante a guerra. Para Francisco de Castro, a luta era “fratricida” e “ingloria”, articulada pelo “perrepismo insaciavel e sem entranhas” que “procuram fracionar a União Brasileira”. Diante desse tenebroso quadro, ele, “animado pelos meus sentimentos patrióticos”, ofereceu seus préstimos para o “estabelecimento da ordem”, deixando seu emprego e “o socego de meu lar, esposa e filhos, na certeza de que, colocando acima de meus interesses pessoais as necessidades da patria, terei cumprido meu dever de brasileiro e de patriota”. Suas palavras são marcadas pelos elementos dos discursos oficiais e de apoiadores do Governo Provisório, mostrando a circularidade dessas idéias junto à população. O mesmo pode ser percebido no discurso do soldado José de Paula Costa Filho, durante o embarque do contingente especial de 300 voluntários:

O novo Brasil que nos legou a Revolução outubrana de 1930 está a exigir de seus filhos que a vêm dignificar tantas vezes, o sacrificio justo e devido, em defesa de seus ideais manchados pela covardia miseranda dos máus brasileiros que não temeram nem trepidaram lançá-lo nesta luta cruenta e encarniçada. (...) Ao lado do patriotismo

³⁵⁴ Jornal O Povo, 09 de setembro de 1932.

que nos estúa no peito, somos impelidos também pela gratidão imorredoura que devemos aos atuais dirigentes da nação, que nos têm cumulado de benefícios na hora dolorosa que atravessamos e ao digníssimo capitão Interventor federal, neste Estado, que bem merece o nome de pai dos famintos cearenses.³⁵⁵

Sem dúvidas, as idéias centrais que construíam a legitimação e embasavam a mobilização da tropa cearense foram bastante difundidas no Estado, influenciando muitos voluntários. Contudo, essas idéias não foram recebidas impunemente por esses sujeitos. Luis Felix da Silva, natural da cidade de Macapá no interior do Estado, e com 35 anos, concedeu uma entrevista para um periódico local, comentando a preparação dos 2º e 3º batalhões provisórios. Segundo o jornalista responsável pela matéria, esse “sertanejo cheio de vivacidade” estava com raiva por causa de uma brincadeira feita com ele: esconderam o seu quepe. Na sua indignação dispara: “Isso é lá brincadeira que se faça com um patriota como eu?”. Mais adiante, perguntado sobre o porquê de ter se alistado, respondeu:

– Para combater os revoltosos. Eu gosto muito deste governo do Ceará porque foi ele que tirou a pobreza da miséria. Quando soube que o governo estava precisando de gente para brigar corri pra me alistar.

– E você sabe atirar?

– É só o que sei fazer direito. Nas armas de agulha eu sou é danado. Quer saber com certeza pergunte aos tenentes Barroso e José Antonio, da policia que já me viram lutar contra Lampeão e os Marcelinos. Não foi brincadeira não. Eu mandei tanta “pitomba” naqueles cangaceiros que quase enjoava. Em Pernambuco (...) briguei como gente grande contra o grupo de Lampeão. Nessa luta quase pego o Lua Branca a mão.³⁵⁶

Para este sertanejo, a crise climática pode até ter influenciado seu alistamento, mas ela não foi a única motivação, pois outros aspectos se mesclam para entender a sua inclusão nos batalhões. Luis Felix deixou claro que já possuía um conhecimento prévio em relação ao manejo de armas, fruto do envolvimento com o cangaço, movimento que marcou a região Nordeste no

³⁵⁵ Jornal *O Povo*, 30 de setembro de 1932.

³⁵⁶ Jornal *O Povo*, 08 de setembro de 1932.

início do século XX. No seu caso, a luta fora contra os cangaceiros, o que explicava sua ligação com alguns militares e policiais, utilizados em seu discurso para atestarem sua experiência com armas de fogo. É muito revelador como ele se definiu diante da brincadeira de alguns colegas e como esclareceu o motivo imediato de seu alistamento: um “patriota” que pegava em armas para defender o novo Governo que “gosta muito”, já que foi ele quem tirou “a pobreza da miséria”.

Jorge Ferreira analisa com propriedade o diálogo entre os trabalhadores e os discursos varguistas a partir das correspondências enviadas ao presidente entre os anos de 1930 e 1945. Nesse trabalho, o autor oferece importantes considerações sobre a apropriação dos discursos oficiais pelos trabalhadores, e como eles os receberam, apropriaram-se, reagiram ou resistiram a eles.³⁵⁷ Mesmo tendo concentrado grande parte de sua análise nos trabalhadores urbanos, os grandes “beneficiados” das novas diretrizes em relação ao trabalho, os trabalhadores rurais não podem ser esquecidos. Verónica Secreto afirma que “os trabalhadores rurais não foram os grandes ausentes [do Estado varguista]. Estiveram presentes em moldes diferenciados daqueles dos trabalhadores urbanos”.³⁵⁸

Assim, durante a Guerra de 1932, as intensas e fortes campanhas varguistas que legitimavam a luta contra o inimigo rebelde e procuravam consolidar o novo Governo chegaram aos sertões cearenses através das diversas formas de mobilização para a guerra, com forte ação da Interventoria, das prefeituras locais e dos aliados. Mas essas campanhas não podem ser encaradas com uma eficiência inequívoca ou persuasão absoluta diante dos sertanejos cearenses, como revelou Luis Felix. Quando relatou seu patriotismo e sua admiração em relação ao Governo Provisório, ressaltou que essa empatia é fruto das ações públicas que estavam acontecendo, já que foi ele, nas suas palavras, que tirou “a pobreza da miséria”. Jorge Ferreira é taxativo ao afirmar que “não há propaganda que transforma um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e

³⁵⁷ FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 16

³⁵⁸ SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 32

simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam”.³⁵⁹ Para os trabalhadores rurais cearenses é possível imaginar que os ganhos materiais pudessem ser vistos na nova forma como os efeitos da seca estavam sendo combatidos neste ano, ligados à crescente verba destinada a este fim.³⁶⁰ Estes eram apenas alguns aspectos do contexto de mudança que estava se delineando no âmbito social.³⁶¹

As campanhas articuladas para angariar voluntários para as tropas provisórias, assim, estavam ligadas a um contexto de mudanças, algumas mais concretas que outras, que se delineavam no Ceará e no Brasil. A construção e difusão desses discursos partiram de vários lados, alcançando diversos sujeitos com trajetórias sociais distintas, como trabalhadores, reservistas e sertanejos. Infelizmente, a documentação pouco apresenta a fala dos alistados, já que, na maioria das vezes, eles aparecem como números ligados à organização militar ou às estatísticas de voluntários. Mesmo assim, não se pode acreditar em extremos opostos para entender o alistamento desses soldados: ou que eles foram manipulados pelas propagandas oficiais difundidas ou que eram completamente aguerridos e envolvidos com o contexto político que se constituía. Vários fatores alinharam-se até a entrada dessas pessoas nas tropas cearenses.

Em um livro de memórias sobre um grupo de boêmios cearenses, há um registro referente a um voluntário da Guerra de 1932. Escreve o autor, que “esta história, segundo Stênio Azevedo, era contada pelo coronel Euclides Wicar Pessoa”. No seu relato, Francisco Furtado, serventuário da Justiça do

³⁵⁹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 16.

³⁶⁰ Em abril de 1932, as verbas de combate a seca foram computadas em 260:000, em maio 600:000, junho e julho somaram 200:000, mas a partir de agosto subiram para 650:000, setembro 700:000 e novembro 800:000. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34.** Imprensa Oficial, 1936. Mais sobre isso no tópico 02 do primeiro capítulo desse trabalho.

³⁶¹ “A Partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, e até 1943, com a CLT, o país andou rápido na confecção de leis sociais e na vigilância para que fossem cumpridas. E, além da Justiça do Trabalho, podemos mencionar outras iniciativas que deram maior eficácia à política trabalhista de Vargas. Em 1932, quando foi criada a carteira de trabalho, foi também proibido o trabalho para menores de 14 anos, estabelecida uma carga horária de 8 horas para os trabalhadores da indústria e do comércio, e proibido o trabalho noturno. Foi ainda regulado o trabalho feminino, garantida a igualdade salarial e alguma proteção à gestante. Nesse mesmo ano houve ainda o reconhecimento das profissões, isto é, o governo passava a reconhecer quais profissões podiam existir.” D’ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 234.

Ceará, entusiasmou-se com os chamados oficiais da Interventoria para guerrear contra os paulistas. Assim, Furtado escreveu uma carta às instâncias federais, que fora publicada na imprensa local, na qual defendia o Governo contra os rebeldes e colocava-se à disposição para a luta. Seus colegas engendraram um burlesco plano para avaliar o envolvimento do voluntário: entregaram-lhe um falso telegrama que o convocava imediatamente para se apresentar nas fileiras provisórias. Diante da chamada, o “voluntário” esbravejou:

– Meu amigo – retorquia o convocado – como é que eu vou comunicar à minha mulher, que me ama tanto, que vou largar a família para ir para a guerra? Abandonar meu lar, minha terra, meus parentes? E tudo por uma exibição besta, que eu pensei que não desse em nada?!

Depois de tamanha apreensão, foram para sua residência comunicar sua esposa do ato. Ao saber, ela esbravejou com o marido, reclamando que ele poderia morrer e deixá-la, juntamente com os filhos, desamparada por causa de uma “guerra são-sei-de-que”. Um colega retorquiou, falando da pensão que o Governo garantia às possíveis viúvas. Ela reagiu:

– Uma pensão? Quer dizer, se este doido do Furtado for morto, eu e meus filhos vamos ter uma pensão do governo?
 Todos acenaram a cabeça em um sinal afirmativo. E ela, agora extremamente pragmática:
 – De quanto???³⁶²

O tom alegre e divertido da história não esconde os muitos elementos presentes no Ceará durante a guerra, como as intensas campanhas favoráveis ao Governo Provisório, o clima bélico, os telegramas, o papel da imprensa, as medidas favoráveis aos voluntários adotadas pela Interventoria, dentre outros. No divertido desfecho, além da posição da esposa mais interessada no

³⁶² LEITÃO, Juarez. **Sábado, Estação de Viver – História da Boemia Cearense**. Fortaleza: Editora Premium, 2000. pp. 87-89.

dinheiro que receberia do que na vida do marido, chama a atenção o modo como Francisco Furtado definiu sua motivação para o envolvimento: “exibição besta” que ele pensava que “não desse em nada”.

Por essa curta cena, é possível imaginar que a guerra não interessava muito a algumas pessoas, e havia uma grande diferença entre demonstrar apoio e efetivamente pegar em armas, em terras distantes, pela defesa do Governo Provisório. O conflito, para alguns, era realmente uma guerra “são-sei-de-que”.

Mas, mesmo com o pouco envolvimento de algumas pessoas e com o ingresso de retirantes que não eram motivados pelos valores de defesa nacional propagados pelas instâncias oficiais, para diversas pessoas no Ceará, a Guerra de 1932 foi um momento de forte envolvimento político na defesa de um Governo que eles acreditavam mais justo, e que traria melhores dias no futuro, mesmo que perdessem a vida lutando por isso. Ou como escreveu um grupo de voluntários que ingressara nos batalhões provisórios:

Aquele que morre lutando na defesa de ideais sadios, procurando assegurar a autoridade de seu chefe reconhecido, e garantir o futuro de um povo, perpetua-se nos corações dos que lhe sobrevivem! Imortaliza-se! Glorifica-se!³⁶³

³⁶³ Jornal O Povo, 04 de agosto de 1932.

3.3 Desertores, conflitos e deficiências envolvendo os batalhões provisórios: “Não mais se oferecer ao Governo em outras oportunidades que houvesse este de precisar”

Seguindo o tom comum da escrita sobre os batalhões provisórios, o jornal *O Povo* publicava mais uma breve nota sobre as tropas:

O Ceará e o combate aos rebeldes
 Novos contingentes seguirão para o Sul
 O Ceará, que já contribuiu com mais de mil e duzentos homens para o combate aos insurrectos em São Paulo, como os demais estados do norte continuará a mandar tropas para o “front”. Assim é que já estão em organização diversos contingentes de voluntarios, os quais viajarão para o Sul á proporção que fôr havendo comodo nos navios que aqui transitarem. Esses contingentes receberão armas no Rio, onde serão convenientemente classificados. Do interior continuam a chegar voluntarios e ainda hontem desembarcaram na Central, noventa e seis homens procedentes dos municipios de Crato, Icó, Missão Velha, sendo esperados hoje cento e tantos.³⁶⁴

Os jornalistas responsáveis por estas redações exaltavam o contínuo alistamento de centenas de cearenses. Mesmo com toda a força despreendida na mobilização e na organização das tropas para o campo de batalhas, que os redatores não cansavam de exaltar, elas não estiveram livres de dificuldades. Entre a iniciativa pela participação voluntária, as ações organizativas da Interventoria e o embarque para o *front*, houve vários conflitos, problemas, disputas, queixas e reclamações envolvendo várias instâncias de Governo atuantes na sua preparação. Estas turbulências ajudaram a tecer a formação dos batalhões provisórios cearenses, marcada por problemas e tensões que envolveram muitos sujeitos que os cercavam.

Inicialmente, vale ressaltar que o modo como esses conflitos surgem nas fontes revela as instâncias envolvidas e encarregadas de dirimi-los, além da amplitude pública que eles tiveram. Eles apareciam, sobretudo, nas comunicações internas da Interventoria, nas quais relatavam os problemas

³⁶⁴ Jornal *O Povo*, 19 de agosto de 1932.

ocorridos e apresentavam as medidas administrativas, algumas vezes punitivas, que foram tomadas. Esses processos praticamente não tiveram amplitude na imprensa aliada, por motivos compreensíveis. Mas, como veremos, as páginas dos periódicos não ficaram livres de algumas reclamações ou denúncias destinadas ao interventor.

Esses problemas assumiram várias formas durante o processo de organização dos batalhões. Alguns nem podem ser assim considerados, como o caso de Jerson Cunha, auxiliar de disciplina do Colégio Militar, que pede aos seus superiores para não ser incorporado, sem maiores justificativas.³⁶⁵ Obviamente muitos fatores levaram-no a essa escolha, mas este caso mostra que até mesmo entre pessoas ligadas ao Exército a opção pelo alistamento não era unânime. Sobre alguns voluntários vindos da cidade de Afonso Pena, o prefeito desta localidade recebeu o seguinte comunicado:

Agradeço-vos a remessa de voluntarios (...) entretanto, comunico-vos que, dos aludidos voluntarios, deixaram de ser incluídos os de nomes Esmeraldo Martins de Souza, Francisco Fernandes dos Reis e Francisco Sebastião da Silva por terem: este, depois da apresentação neste Quartel, manifestado arrependimento e os dois primeiros, não se terem apresentado.³⁶⁶

Certamente, pessoas ligadas a órgãos militares que não desejavam a incorporação nas tropas, a não apresentação de voluntários vindos de cidades interioranas e o arrependimento demonstrado depois da entrada nos quartéis não estavam nos planos dos organizadores dos batalhões, pois revelavam que o envolvimento de alguns soldados com as tropas estava longe do almejado pelos organizadores dos batalhões.

Sobre o envolvimento dos alistados com as tropas, o problema mais freqüente encontrado pelas autoridades foram as deserções. Segundo os processos e menções sobre elas encontrados, únicas fontes que tratam do assunto, 15 soldados voluntários desertaram das forças provisórias. Estas

³⁶⁵ Ofício nº 936, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 01 de agosto de 1932.

³⁶⁶ Ofício nº 1255. Idem. Ofício de 05 de outubro de 1932.

saídas inesperadas aconteceram de uma forma esporádica, distribuídas durante os meses de preparação das forças. Contudo, este número, que pode parecer pequeno, não deve ser menosprezado. Essa atitude revela aspectos maiores escondidos em suas entrelinhas.

Analisando os processos que averiguavam as deserções, percebe-se que, em apenas um único dia, seis voluntários abandonaram a guarnição e não retornaram mais. Estes soldados não levavam armamentos, equipamentos ou munições, apenas dois deles saíram com o próprio fardamento que portavam. Esta data comum, 23 de setembro, apresenta um elemento importante: foi um dia de parada da guarnição.³⁶⁷ Durante essas paradas, é possível supor que havia um trânsito maior de entrada e saída entre os voluntários, sendo assim mais leve a vigilância, tornando-se mais propícia a fuga do quartel. É provável que realmente houvesse uma precaução para que os voluntários não fugissem, já que três, dos 15 desertores documentados, foram encontrados, presos e escoltados novamente para os corpos provisórios. Eles foram localizados no subúrbio do Barro Vermelho e nas cidades de Redenção e Canindé. A maioria dos outros desertores seguiu o mesmo padrão, não levando nada além do fardamento, em poucos casos, e ausentaram-se, quase todos, em dias de parada da guarnição. Sobre estes, não houve registro de captura.

Para entender a ação dos desertores é preciso ter em mente alguns elementos do processo de alistamento para a Guerra de 1932 no Ceará. Primeiramente, muitos eram pobres, retirantes ou não, que viram no ingresso nas forças provisórias uma estratégia para sobreviver diante das difíceis circunstâncias por que passavam. Ao ingressar nas tropas, logo recebiam um pequeno soldo, muitas vezes utilizado para sanar as necessidades básicas de sobrevivência. Assim, para muitos voluntários, havia uma diferença entre ingressar nas tropas e efetivamente ir para a guerra. Desertar, ou fugir, era uma forma de solucionar essa disparidade. Outro elemento que corrobora com a análise é o fato de alguns deles terem fugido no mesmo dia, revelando que deserção foi uma estratégia, de certo modo, de resistência coletiva.

Fugir das fileiras do exército pode constituir-se em uma arma poderosa de muitos camponeses pobres diante das autoridades em momentos de

³⁶⁷ Essas paradas não são explicadas com detalhes pela documentação oficial, podendo ser paradas militares de desfiles pelas ruas ou dia de folga dos soldados.

alistamento. Essa estratégia – assim como incêndios, sabotagem, pequenos furtos de produção, dissimulada submissão, quebra de máquinas, dentre outras – foi chamada por James C. Scott de formas cotidianas de resistência camponesa. Essas lutas de “guerrilha”, que demandavam pouca ou nenhuma coordenação fogem ao padrão “clássico” de luta revolucionária e não são estampadas comumente nos jornais, mas não são menos eficientes ou importantes na trajetória de luta desses sujeitos. Segundo este autor, “quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas no momento em que eles se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, estamos lidando com resistência”. Dessa forma, conclui que:

Em um certo sentido, obviamente, as intenções dos indivíduos estão inscritas nos próprios atos. Um soldado camponês que deserta do exército, está efetivamente dizendo, através desse ato, que o propósito da instituição, bem como seus riscos e o sofrimento que ela impõe, não prevalecem sobre as necessidades pessoais ou familiares. Colocando em outros termos, o estado e seu exército falharam seriamente em controlar este assunto específico na própria instituição, de modo a reter a subordinação do soldado.³⁶⁸

Além disso, não podemos esquecer que não era a primeira vez que camponeses pobres eram arregimentados para tropas militares voluntárias no Ceará. A história desses soldados também é marcada por estratégias, fugas e embates.³⁶⁹ Não seria absurdo pensar que muitos voluntários buscados compulsoriamente nos campos de concentração tivessem parentes que ajudaram a escrever essas histórias de soldados cearenses voluntários no século XIX. Em uma declaração dada depois de terminada a guerra, um voluntário do 1º batalhão provisório fez a aproximação entre estes momentos: “As forças cearenses não fizeram menos do que as que mais combateram. Sempre foi assim, desde os tempos da guerra do Paraguai”.³⁷⁰ Como se vê,

³⁶⁸ SCOTT, James C.. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**. Campina Grande: UFCG, vol.21, nº 01, 2002. p. 29.

³⁶⁹ Sobre isso ver RAMOS, Xislei Araújo. “**Por três de toda fuga, nem sempre há um crime**”: **O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2003 e MORAIS, Fábio André da Silva. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: **Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2007.

³⁷⁰ Jornal *O Nordeste*, 29 de outubro de 1932.

para alguns soldados, mesmo com quase sete décadas separando as tropas, elas possuíam algumas ligações. Mesmo com seu comentário se referindo a aspectos positivos, outras características também entravam nesse bojo. Assim, o clima bélico da Guerra de 1932, ligado ao sorteio militar para o alistamento obrigatório, iniciado em 1916, mais uma vez associava o ingresso nas Forças Armadas com disputas políticas, coerção e sofrimentos para muitas pessoas pobres pelo país. Segundo Frank McCann:

Os civis brasileiros tinham ojeriza ao serviço militar. Talvez a causa fosse a lembrança do recrutamento forçado durante o Império e o início da República, ou a prática mais recente das oligarquias e políticos locais de mandarem alistar seus inimigos, ou ainda, como supunham alguns oficiais, a aversão pela disciplina, mas o fato é que os brasileiros preferiam fugir ou esconder-se a submeter-se ao treinamento militar.³⁷¹

Assim, a presença de desertores não se limitava a esse conflito e os responsáveis pela organização das tropas voluntárias sabiam disso. O decreto da Interventoria número 737, instituído durante a Guerra de 1932, em 30 de agosto, buscava trazê-los para as forças aliadas: “Ficam indultadas as praças do Corpo de Segurança Pública, sentenciadas ou por sentenciar, pelo crime de deserção, desde que se incorporem às forças em operações militares em defesa do Governo Provisorio”.³⁷² Essa medida objetivava livrar os desertores do Corpo de Segurança Pública das penalidades sofridas pelo ato, ao mesmo tempo em que aumentaria o número de alistados nas frentes provisórias. A opção pelo alistamento nesse momento compensaria a insubordinação passada. Se o problema com os desertores não fosse uma constante nas instituições militares, dificilmente esse decreto teria sido pensado. No entanto, seu alcance parece ter sido limitado, já que apenas dois desertores, segundo a documentação oficial, procuraram usufruir dessa atribuição:

³⁷¹ McCANN, Frank D.. Op. Cit. p. 280. Como exemplo vale citar que “de 1917 até 1929 foram sorteados 619.753 nomes, dos quais 75.286 foram dispensados e 409.111 não se apresentaram, restando apenas 135.354 para ingressar nos quartéis”. Idem. p. 295. Este autor analisa com propriedade as arbitrariedades do alistamento obrigatório nas primeiras décadas de implantação. Para isso, ver neste mesmo livro as páginas 229-237, 279-282 e 295-300.

³⁷² ESTADO DO CEARÁ. Op. Cit. p. 103.

Comunico-vos para os devidos fins que, o soldado da 1ª Cia. deste corpo nº 160 Vitor Ferreira Lima, preso á disposição desta Auditoria [Militar do Estado], por crime de deserção, afim de fazer júz ao dispositivo do Decreto Estadual nº 737 (...) foi incorporado, nesta data, ás forças em operações militares em defesa do Governo Provisorio. Em face do artº 1º do Decreto acima aludido é indultado do crime de deserção o soldado em apreço.³⁷³

Comunico-vos para os devidos fins que, o ex-cabo (desertor) do 23º B.C. Ariquerme do Nascimento, afim de fazer júz ao dispositivo do Decreto Estadual nº 737 (...) apresentou-se nesse Corpo, no dia 6 do corrente, data em que foi encorporado ás forças provisórias. Em face do artº 1º do Decreto acima aludido é indultado do crime de deserção o soldado em apreço.³⁷⁴

Apesar de utilizarem o mesmo decreto em seu benefício, há diferenças entre esses dois novos voluntários. O primeiro deles é soldado e está preso pelo crime de deserção, enquanto o segundo é apresentado como ex-cabo, e não há referência que ele esteja sofrendo alguma punição. Dessa forma, Vitor Ferreira Lima estava condenado enquanto Ariquerme do Nascimento ainda não havia sido sentenciado, categorias previstas no decreto estadual. Vitor Ferreira soube da existência do decreto enquanto ainda estava preso, saindo da prisão e sendo diretamente incorporado nas forças, conseguindo a liberdade. Entre o cárcere e a guerra, ficou clara a sua opção. Ariquerme do Nascimento valia-se do decreto para solucionar os seus problemas junto ao Corpo de Segurança Pública. A sua não condenação talvez se devesse ao fato dele não ter sido encontrado pelo aparato militar. De uma forma ou de outra, ambos viram no alistamento voluntário, a partir do decreto da Interventoria, um meio de se livrarem dos problemas que a deserção provocara. Esses dois voluntários pegaram em armas contra São Paulo mais motivados por questões particulares do que por valores patrióticos defendidos pelas instituições a que eram ligados.

Ainda analisando a formação dos batalhões a partir da sua organização interna, alguns outros conflitos ganharam proporções e desdobramentos interessantes. Em uma lista de documentos que discriminava as ações de vários militares durante a guerra, as considerações sobre o 1º Tenente do

³⁷³ Ofício nº 1107, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 3º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 92. Ofício de 05 de setembro de 1932.

³⁷⁴ Ofício nº 1143. Idem. Ofício de 12 de setembro de 1932.

Exército e Capitão da Força Pública Afranio Pacheco de Assis chamam a atenção:

a oito [de setembro] (...) ficou preso por quatro dias, por ter em presença de seu comandante de Batalhão, oficiais e praças, quando lhe eram ministradas algumas materias de administração, declarado de modo claro que “isto aqui é uma bagunça” e advertido pelo mesmo comando que notara seu descaso em suas funções limitou-se os mesmo a asseverar que “não trabalhando a seu gosto em referido Batalhão, não iria matar-se”, sendo na mesma data mandado apresentar-se ao comandante da Guarnição Federal neste Estado; a doze foi posto em liberdade por conclusão de castigo; na mesma data conforme fez publico o boletim numero dez, do comando do segundo Batalhão Provisorio, apresentou-se ao referido corpo (...) onde assumiu o comando da segunda companhia e a quatorze seguiu com o aludido Batalhão para o Sul do paiz, afim de cooperar ao lado das forças do Governo Provisorio da Republica.

O referido tenente, durante o treinamento das forças provisórias, foi preso por quatro dias por ter cometido um ato público de insubordinação, ao afirmar que “isto aqui é uma bagunça” na frente de seu comandante e de alguns oficiais e voluntários. Mesmo advertido, reiterou o ato dizendo que “não iria matar-se” pela forma como estava transcorrendo a organização da tropa. Pelo relato do documento, não é possível analisar quais as desordens presenciadas, mas por ter partido de um membro das Forças Armadas e do Corpo de Segurança Pública, duas instituições fortemente ligadas ao Governo Provisório e intensamente envolvidas com os corpos voluntários, mostra que essas acusações tinham alguma procedência, pois o acusado possuía alguma experiência nesse campo. Talvez por isso, depois de ter cumprido sua curta pena, o militar partiu para o *front* de batalhas juntamente com as tropas que tanto condenara. Essa crítica interna às forças provisórias não foi a única. Vinte dias após o término do conflito, chegava as mãos do interventor a cópia de um inquérito que apurava outras denúncias:

Participo-vos ter chegado ao meu conhecimento que o cidadão Raul Figueirêdo Rocha, um dos Tabeliões Publicos de Missão Velha, dias em que permaneceu como voluntario das Tropas fiéis ao Governo, desenvolveu serios comentarios em presença de voluntarios, dizendo

ora que o Governo não pagava o restante dos seus vencimentos, ora que não fornecia passagens a ninguém e, enfim que todos ficaram abandonados pois o Governo só havia precisado deles se referindo a si e seus colegas, enquanto havia revolução em São Paulo, mas que voltava a M. Velha propósito não mais se oferecer ao Governo em outras oportunidades que houvesse este de precisar este dos seus serviços. Esta campanha indigna motivada por um funcionário do Estado que deveria alimentar o ânimo patriótico dos seus colegas, na maior parte ignorantes, teve como testemunhas o Alfiate e seu ajudante Adauto Nascimento e Garcia Torres e o 1º Sargento Alvaro Milfont, além de outros que não consegui o nome.³⁷⁵

Pelo relato, um funcionário público havia proclamado junto a seus colegas denúncias sobre a precariedade das forças cearenses envolvendo a falta de pagamentos e passagens para o retorno dos alistados às suas cidades de origem, além do abandono que muitos deles estavam sofrendo. Segundo o relator do documento, a postura de Raul Figueirêdo Rocha era mais problemática visto que ele era funcionário público, e teria por isto uma responsabilidade maior junto a seus colegas, “na maior parte ignorantes”. Esta postura de alguns de seus funcionários não era esperada pela Interventoria, já que ela, vale lembrar, construiu um intenso aparato para o ingresso desses trabalhadores nas forças provisórias. Essas denúncias ganharam em gravidade, já que além das testemunhas apresentadas, o tabelião as divulgou no jornal *Diário do Norte*. Infelizmente, esse periódico não está preservado em nossos arquivos para que se averigüe com profundidade essas denúncias, mas o relator foi enfático ao afirmar que ele “foi um dos autores das reclamações levadas ao jornal ‘Diário do Norte’”.

Esta desilusão de Raul Figueirêdo Rocha com o alistamento para a defesa do Governo Provisório parece ter surgido apenas quando ele ingressou nas tropas e pôde estar mais perto de sua organização, isto porque ele assinava, juntamente com outros colegas do Clube 3 de Outubro de Missão Velha, a seguinte carta enviada ao Interventor:

³⁷⁵ Ofício nº 1355, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93. Ofício de 22 de outubro de 1932.

Missão Velha, 13-7-32 – Ante o deflagrar da estúpida masorca chefiada pelos inimigos da Republica e do Brasil, os representantes do directorio do Club 3 de Outubro de Missão Velha, vêm nesse momento difficil da vida brasileira, perante v. excia. hipotecar a mais completa solidariedade á causa patriótica da Ditadura, da qual é v. excia. o seu digno delegado no Ceará. Agindo por principios, não tergiversaremos, um só minuto, em combater, de armas nas mãos, os deleterios elementos que, durante 40 anos de democracia de fachada, conspurcaram o regimen republicano pela fraude, pela compressão e pelo suborno.³⁷⁶

Por esta carta, percebe-se que Raul Figueirêdo Rocha era membro do Clube 3 de Outubro, centro de destacado apoio ao Governo Provisório, o que agravava ainda mais sua posterior denúncia. O ingresso nas forças provisórias abalou seu posicionamento favorável ao Governo, levando este a afirmar “não mais se oferecer ao Governo em outras oportunidades que houvesse este de precisar este dos seus serviços”. A estrutura e organização dos batalhões desanimavam muitos aliados.

A existência destes dois casos não pode ser minimizada. É claro que a organização dos batalhões não era tarefa simples, livre de problemas ou tensões, mas os conflitos analisados aqui possuem alguns aspectos relevantes. Primeiro, envolviam pessoas que, *a priori*, eram as mais interessadas no sucesso da empreitada, vistos seus envolvimento políticos e militares. Segundo, é fácil imaginar que tantos outros conflitos podem ter surgido, mas apenas esses ganharam repercussão, talvez por conta dos envolvidos e da gravidade das denúncias. Estas, aliás, eram pouco explicitadas, deixando margem para supor que o que era definido como “bagunça” e “abandono” era mais complexo e problemático, podendo envolver a miséria de muitos alistados, a falta de recursos, os conflitos internos das instituições, os posicionamentos incompatíveis e os embates entre líderes. Mesmo com todo o esforço do Governo Provisório, suas tropas cearenses, por vários motivos, estavam longe de serem fruto de uma harmonia e de um envolvimento tantas vezes descritos pelos discursos oficiais.

Voltando à carta do Clube 3 de Outubro de Missão Velha, em sua continuação, afirmou-se que:

³⁷⁶ Jornal O Povo, 18 de julho de 1932.

Sem exageros, podemos garantir 500 homens para a defesa da causa nacional, se assim v. excia. autorizar. Infelizmente, porém, não temos armas nem munições, e, por isso, só podemos prestar os nossos serviços com a aquisição desses elementos.³⁷⁷

O número de voluntários que a organização política afirmava conseguir impressiona. Somente com essas pessoas seria possível, caso o Governo providenciasse armamentos, formar um batalhão completo para ser enviado à base no Rio de Janeiro. Contudo, Ancilon Aires, outro membro desse mesmo Clube 3 de Outubro e que também assinava esta missiva, quando fora ingressar nas forças provisórias, quase dois meses depois, escreveu ao interventor:

Missão Velha, 2 – Comunico vossencia seguirei 16 setembro fim incorporar-me batalhões S. Paulo patrióticos. Demora motivada estado saúde minha senhora que, após grave enfermidade não entrou ainda franca convalescença. Apesar deserção vergonhosa de muitos acompanhar-me-ão alguns amigos. Saudações. Ancilon Aires.³⁷⁸

Por seu curto telegrama, percebe-se que a oferta de 500 homens não aconteceu. As primeiras estimativas de apoiadores dispostos a lutar foram diminuindo com o desenrolar da luta, graças à, em suas palavras, “deserção vergonhosa”. Essa deserção a que se refere aconteceu antes do ingresso nas forças, impedindo a efetivação das centenas inicialmente oferecidas. Não apenas em Missão Velha problemas desse tipo aconteceram. Da cidade de Milagres, um telegrama informava da preparação dos voluntários:

Milagres, 14 – Depois ouvir opinião maioria povo componente collectividade este municipio cumpro grato dever em nome todos hipotecar integral solidariedade a v. excia momento em que politiqueros decahidos procuram reapoderar-se do poder para sugar ultimas energias do pais. Pode vossencia contar decididamente

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Jornal O Povo, 06 de setembro de 1932.

qualquer emergencia 600 homens coesos para mobilizar defesa nossa causa parte filiados Club “3 Outubro” outra parte verdadeiros adeptos magnanimo programma revolucionário. Respeitosas saudações. – João Monteiro, presidente Club 3 Outubro.³⁷⁹

Neste telegrama, há algumas semelhanças com o de Missão Velha, como o oferecimento para a luta na guerra, a participação do Clube 3 de Outubro local, o envolvimento da população e um elevado número de “homens coesos para mobilizar defesa nossa causa”, neste último caso 600 pessoas. Mas não só estas similitudes existiram: com o decorrer dos dias, não foi possível efetivar este oferecimento. Desta vez, quem escrevia para dar explicações ao interventor era o prefeito de Milagres:

Missão Velha, 9 – Comunico Vossencia que signatarios telegramas e officios oferecimentos dirigidos daqui Governo, não se apresentaram apesar chamados. A atitude covarde signatarios telegramas inclusive Presidente Club 3 Outubro Mauriti autores celebre oferecimento seiscentos homens, veio produzir panico seio povo dificultando alistamento. Qualidade Prefeito municipio venho lavrar vehemente protesto tamanha covardia politiqueiros incorrigiveis. Continuo enviando patriotas que vão se alistando defesa Governo Provisorio. Saudações – João Fachine, Prefeito municipal de Milagres.³⁸⁰

Escrevendo de uma cidade próxima à sua, o prefeito de Milagres demonstrava o desapontamento de “covarde signatarios telegramas”, que apesar de chamados para comporem as tropas, não se apresentaram. Sua inicial atitude de envolvimento acabou prejudicando as forças mais que as ajudando: além de não confirmarem o ingresso, o “celebre oferecimento seiscentos homens” causou pânico na população, prejudicando o alistamento. É fácil imaginar o peso que a saída de 600 pessoas causaria em uma cidade do interior do Ceará nos primeiros anos da década de 1930. Diversos cidadãos podem ter imaginado que, mais uma vez, a convocação para uma guerra seria feita a laço nos sertões cearenses. O prefeito condena ainda mais a atitude ao relacionar o presidente de um Clube 3 de Outubro da região como um dos que

³⁷⁹ Jornal *O Nordeste*, 15 de julho de 1932.

³⁸⁰ Jornal *O Nordeste*, 12 de setembro de 1932.

recusaram ingressar. Para o líder local, “tamanha covardia” os ligava aos “politiqueiros incorrigíveis”.

Mais uma série de denúncias envolvendo os alistamentos chegava à Interventoria de uma única vez. Feita pelo capitão Antonio Rodrigues Pereira, do Quartel de Fortaleza, em 10 de outubro, a comunicação informava que:

Participo-vos que após a vitoria contra os insurretos em S. Paulo, têm chegado de Crato e Juazeiro, voluntarios enviados respectivamente, pelo Delgado e Prefeito daquelas localidades, revelando acrescentar que procedente desta ultima foram enviados já no dia 7 deste mês 8 voluntarios dentre os quaes 3 menores reconhecidamente celebres em gatunagem na historia Policial de Juazeiro. Cumpre-me adiantar que interrogando o Sr. Manoel Suliano encarregado dos aludidos 8 homens sobre tão pessima aquisição o mesmo me adiantou que tais menores foram enviados com recomendações do Prefeito de serem incluídos ou ficarem nesta cidade, afim de que fique livre de suas rapinagens o comercio dali.³⁸¹

Como se pode perceber, desta vez o problema não era a ausência de voluntários, mas as suas categorias e atributos. Segundo o relato, terminada a guerra, as duas cidades citadas continuavam a mandar voluntários para as tropas em Fortaleza, o que já era um erro, visto o alistamento ter sido cessado oficialmente três dias antes deste embarque.³⁸² De uma delas, vinham entre estes voluntários três menores, que, a rigor, não poderiam ingressar oficialmente nas tropas por causa da idade. Para o prefeito, que segundo o denunciante teria sido o responsável por tal medida, esses menores formavam uma pequena quadrilha de gatunos que causava problemas para o comércio local, vítima de seus furtos. Por serem considerados “celebres em gatunagem na historia Policial de Juazeiro”, é possível imaginar que sofriam perseguição já há algum tempo, e a incorporações nas forças serviria como um castigo ou punição para os pequenos bandidos, ao mesmo tempo em que o alistamento nas tropas voluntárias os afastaria da cidade. Também destacou que caso não

³⁸¹ Ofício nº 1283, Livro de minutas de ofícios de 1932 – 4º trimestre. APEC, Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de polícia, Sub-grupo: Corpo de Segurança Pública do Estado, Série: Minutas de Ofícios, Livro 93.

³⁸² “Declaro-vos que, conforme ordem do Sr. Ministro da Guerra, foi suspenso o alistamento de voluntarios, até 2ª ordem”. Ofício nº 1248. Idem. Ofício de 4 de outubro de 1932.

fossem admitidos nas forças, permanecessem na capital. Para o prefeito de Juazeiro, o importante era livrar-se deles.

Não foi possível encontrar algum documento que tratasse da atitude da Interventoria em relação a este problema, mas o denunciante voltava a escrever ao interventor, mais de um mês depois, ainda para tratar desse assunto. Advertia que seus atuais comentários baseavam-se em uma declaração prestada pelo prefeito de Juazeiro acerca da primeira denúncia:

Cumpre-me informar que aquele Prefeito, em sua informação, se esqueceu de fazer referencia aos 11 voluntarios que (...) em 9 de Outubro recém-findo, enviados com destino ás Forças Provisorias deste Estado (6 dias após o triunfo do Governo), conforme officio em meu poder (...) firmado pelo seu proprio punho. Não se queira tomar por um fuxico a comunicação que a respeito da vinda tardia de tais voluntarios vos fiz como talvez pense o Prefeito de Juazeiro, haja visto os seus termos de sensura quando se refere aos menores gatunos que procederam daquela cidade como “voluntarios”, visto como se assim procedi foi na intenção exclusiva de não continuarem com os voluntarios sob o meu comando as despezas inocuas com transporte e alimentação, as quais muito oneravam os cofres do Paiz ja muito alcançados por conta de uma rebeldia injustificavel de um punhado de brasileiros ambiciosos e inconcientes, logica que certamente tambem devia fazer o Prefeito de Juazeiro. Quanto a pena que causou ao mesmo Prefeito o fato de não ter eu agido contra os menores gatunos dali vindos “acabando assim a celebridade dos mesmos”, todo aquele que não se ache possuído da maledicencia, naquela cidade, onde ate há pouco exerci o cargo de Delegado Regional, dirá que muito me esforcei por terminar com tão horripilante deliquencia.³⁸³

Pelo que se lê, a denúncia de Antonio Rodrigues Pereira causou certa animosidade entre ele e o Prefeito de Juazeiro, já que quando este escreveu ao Interventor não relatou o envio de menores, mas criticou o capitão, antigo Delegado Regional da cidade, por não ter tomado nenhuma providência para acabar com a “celebridade dos mesmos”. Antonio Rodrigues Pereira se defendeu junto ao Interventor afirmando que comunicou tal fato não como “fuxico”, mas com o objetivo de não ter esses “voluntários” sob seu comando, tendo em vista as despesas que causavam ao erário público, já depois de terminado o conflito. Infelizmente, não é possível aprofundar ainda mais o

³⁸³ Ofício nº 1522. Idem. Ofício de 19 de novembro de 1932.

desenrolar desse problema, pois não aparecem mais informações sobre ele, no que diz respeito aos envolvidos ou sobre a postura da Interventoria. Não obstante, outro problema é apontado pelo capitão: as dívidas e custos envolvendo os voluntários no Ceará. Como algumas denúncias acima apontam, questões ligadas aos pagamentos de alistados tornaram-se motivos de conflitos e embates. Mas estes não foram os únicos a reclamar.

A empresa Leite Barbosa e Cia cobrou da Interventoria a quantia de 1:488\$500 pelo transporte do 2º e 3º Batalhões Provisórios do Rio de Janeiro a Fortaleza³⁸⁴, enquanto a Rede de Viação Cearense, em apenas um ofício, cobrava 1:154\$300 pelo transporte de forças do interior do Estado à capital.³⁸⁵ O alto custo dos valores ressaltam quanto foi cara a guerra para os cofres públicos. Em resposta a uma dessas requisições de pagamentos feita pela R.V.C., a Interventoria deixava claro quem era o responsável por esses pagamentos:

Solicito-vos a gentileza no sentido de ser retirada a conta nº71 (...) visto tratar-se de um transporte referente às Forças Provisórias deste Estado e cuja conta deverá ser sacada, em três vias, em nome do Sr. Major Tesoureiro Almojarife deste C.S.P. (...), que efetuara o indispensável pagamento pela verba destinada às mesmas Forças e não por conta do Estado, como constou na respectiva requisição.³⁸⁶

A Interventoria explicava à instituição que todos os pagamentos referentes às forças provisórias deveriam ser efetuados com verbas federais, e não por seus próprios cofres. Ao Governo local, cabia apenas gerir esses recursos. Não obstante, muitos voluntários não entenderam dessa forma e cobraram à Interventoria o que julgavam como atraso dos pagamentos. É difícil precisar o número exato de pessoas que sentiram-se lesadas pela falta de pagamentos, mas alguns ofícios denunciavam a existência deles. Em 23 de dezembro de 1932, essas reclamações ainda existiam:

³⁸⁴ Ofício nº 1526. Idem. Ofício de 21 de novembro de 1932.

³⁸⁵ Ofício nº 1565. Idem. Ofício de 29 de novembro de 1932.

³⁸⁶ Ofício nº 1556. Idem. Ofício de 26 de novembro de 1932.

Remeto a V. Excia., em proprio original o incluso officio do Snr. Prefeito Municipal de Arraial (...), no qual aquela autoridade transmite a reclamação de alguns voluntarios do extinto 2º B.P., ali residente, a respeito da falta de pagamentos dos vencimentos a que se dizem com direitos.³⁸⁷

Mesmo sem maiores especificações, essa comunicação aponta o papel das prefeituras nos pagamentos, já que eram nelas que os ex-voluntários iam reclamar por terem percebido seu importante papel no alistamento no interior. Assim, a Interventoria enviava a elas as quantias a serem pagas, variando com a quantidade de voluntários de cada cidade: 130\$000 para a prefeitura de Baturité, 240\$000 para Ubajara, 1:016\$000 para São Mateus e 102\$000 para Jardim.³⁸⁸

Esses constantes envios de dinheiro às prefeituras estavam atrelados às referidas verbas federais, sendo os pagamentos completamente dependentes do Governo Provisório. Um dos responsáveis pelos voluntários escreveu ao Diretor do Departamento dos Negócios Municipais para que este alertasse os vários prefeitos do Estado do seguinte fato:

Solicito-vos providencias, para que as Prefeituras, que tiverem contas a receber, relativas ás despesas com voluntarios para as forças provisórias deste Estado, procurarem receber quanto antes, visto já se estar ultimando a prestação de contas e depois ser impossivel efetuar qualquer pagamento dessa natureza.³⁸⁹

Estas medidas parecem não terem sido ouvidas por algumas prefeituras, já que em resposta a uma requisição de pagamento de alguns soldados do 1º batalhão provisório a resposta foi seca e direta: “Parece-me (...) carecer de fundamento o que desejam os peticionarios, visto não terem feito, em tempo oportuno, a declaração de familia, além de não existir mais verba para o pagamento reclamado”.³⁹⁰

³⁸⁷ Ofício nº 1677. Idem. Ofício de 23 de dezembro de 1932.

³⁸⁸ Respectivamente ofícios nºs 1557, 1564, 1593 e 1657. Idem.

³⁸⁹ Ofício nº 1520. Idem. Ofício de 18 de novembro de 1932.

³⁹⁰ Ofício nº 1641. Idem. Ofício de 16 de dezembro de 1932.

A impossibilidade de realizar o pagamento foi atrelada ao fato da data correta para o requerimento não ter sido cumprida e a verba ter se esgotado. É possível imaginar que muitos soldados tenham sofrido com problemas burocráticos como estes que impossibilitaram o recebimento de seus respectivos pagamentos. Mas não apenas essas barreiras parecem ter existido. Uma denúncia enviada ao interventor pelo Corpo de Segurança Pública e classificada como “reservado” levantou outras questões envolvendo as verbas para os alistados:

O ex-soldado do 2º B.P. Vicente Dias da Silva, declara que não recebeu as respectivas etapas de família bem como mais 18 companheiros do município de S. Mateus, porque o coletor Snr. José Leal disse não ter ainda recebido o respectivo numerario. Acresce, que segundo declarou ao mesmo o Snr. Major Montenegro, já foram remetidas para aquela exatoria as etapas correspondentes aos mezes de Setembro e Outubro do corrente ano. Em tudo isso, ha uma declaração singular, que foi a da proposta feita ao declarante, pelo Snr. Mario Leal, para lhe vender as aludidas etapas por 20\$000. Todavia, dada a hipotese de já ter sido remetidas as referidas etapas, ha no minimo da parte do coletor a falta de cumprimento em seus deveres, isto é, ainda não ter pago as mesmas. O referido soldado declara ter saído de S. Mateus no dia 23 de Novembro, tendo nesse dia recebido a mesma resposta do coletor.³⁹¹

Pela denúncia, 19 voluntários ficaram sem receber as etapas de família, uma parte do pagamento pelo ingresso nas forças provisórias, mesmo sem haver motivo aparente, já que elas haviam sido enviadas, segundo o “Snr. Major Montenegro”, e este atraso seria “no minimo da parte do coletor a falta de cumprimento em seus deveres”. Além disso, o denunciante afirmou que Mario Leal havia tentado vender-lhe as etapas pela quantia de 20\$000, uma espécie de suborno.

Essa atitude levanta a possibilidade de muitas das queixas de pagamento de voluntários não serem causadas pela falta de verbas ou pelo não cumprimento de datas burocráticas, mas por atitudes de autoridades locais de reterem em benefício próprio o soldo dos soldados, muitos deles pobres camponeses, mais uma vez vítimas dos desmandos locais. Novamente não

³⁹¹ Ofício nº 1579. Idem. Ofício de 03 de dezembro de 1932.

foram encontrados outros documentos que dariam continuidade a investigação dessas denúncias. O fato destas reclamações figurarem apenas nas documentações oficiais, quase nunca ganharem repercussão pública, sempre intermediadas por funcionários ou militares e raramente aparecerem seus desdobramentos, seja classificando-as como infundadas ou punindo os possíveis culpados, revelam a limitada força que os voluntários tinham nessa luta e o pouco envolvimento das instâncias oficiais em resolver esses conflitos.

Terminada a Guerra de 1932, o Governo Provisório, a Interventoria e os demais articuladores dos batalhões não tiveram tanta atenção com os voluntários. Nesse momento, eles estavam mais ligados às precárias assistências públicas e aos conflitos com instâncias oficiais de poder do que ao nacionalismo e defesa da nação, tão propalados pelas propagandas e discursos que os convocava para a guerra a favor da “causa patriótica da Ditadura.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um belo dia de madrugada, eu só ouvi os fogos. Olha, foi a guerra que terminou. Eu disse, vixe Maria, se a guerra terminou eu não vou pra guerra não. No outro dia (...) correu a notícia que a revolução tinha acabado.³⁹²

São com essas palavras que o Sr. José Cassiano da Silva, seu Muriçoca, lembra do fim da Guerra de 1932. Ele ainda estava integrado nas forças provisórias em preparação no Teatro José de Alencar quando foi acordado pela queima de fogos de artifício que anunciavam o fim das hostilidades armadas. Realmente, o término da guerra reverberou intensamente pelo Ceará. Demócrito Rocha, uma década depois, lembrou deste mesmo dia em nota, assinada por próprio punho, na primeira página de seu jornal:

A primeira vez que falei diante de um microfone da atual [Rádio] PRE-9 foi a 3 de outubro de 1932. Na véspera, alta noite, chegara a Fortaleza a notícia de que cessara a luta civil em São Paulo. O general Klinger telegrafara ao general Góis Monteiro pedindo-lhe destino. O dia 3 amanhecera ruidoso. Fui despertado de madrugada por um grupo de amigos. Houve manifestações populares ao interventor Carneiro de Mendonça (...). O dia fora de alegrias cívicas e eu deveria estar ainda sob a influência dos brindes de um jantar anti-separatista. Improvisei a oração. (...) Quando acabei de falar, o telefone de manivela chamou á parede. João Dummar foi atender. Era o chefe de polícia empolgado com o discurso e com o êxito da emissão. Estava elê em casa e captara a minha oratória. O discurso fôra, pois, escutado no Benfica! Fantástico!³⁹³

Além da capital, várias outras cidades também festejaram: Soure, Crato, Iguatu, Canindé, Uruburetama, Cariri, Russas, Arraial, Icó, Jaguaribe-Mirim, Massapê realizaram manifestações públicas, como passeatas, missas, queima de foguetórios, comícios ... A festa cívica pela vitória foi nas mesmas proporções do envolvimento preparatório das tropas para a luta, já que o sucesso bélico confirmava a força do Governo Provisório, e os vários apoiadores de Vargas no Ceará, com essas comemorações, ratificavam ainda mais as relações entre o novo Governo e a população cearense.

³⁹² Depoimento concedido a Kênia Sousa Rios.

³⁹³ Jornal *O Povo*, 12 de Outubro de 1942.

Terminada a guerra, o prefeito de Quixeramobim escreveu ao interventor informando que daria o nome do Major Cícero Góis Monteiro a uma rua, para homenagear o irmão do ilustre líder militar das forças varguistas morto em combate.³⁹⁴ O sargento Sobreira, que guerreou nas batalhas do Morro do Gravi, Amparo, Santa Helena, Pedreiras e Coqueiro trouxe um capacete e uma granada da luta, como “lembrança”.³⁹⁵ É provável que esses objetos tenham sido integrados ao acervo do Museu do Ceará, assim como outros. Entre os anos de 1932 e 1942 entraram vários artefatos da Guerra de 1932 nessa instituição: dois cantis, quatro capacetes das forças paulistas, duas granadas, uma carteira de cigarros “9 de julho”, um curativo usado pelos revoltoso paulistas, cartuchos de guerra, emblemas e medalhas referentes às batalhas, estilhaços de bombas e um lança-granadas.³⁹⁶ Nem todos esses ainda fazem parte do acervo, mas os cantis, os capacetes e uma bandeira do movimento, na qual a bandeira paulista sobrepõe a do Brasil, são facilmente identificadas em exposições.³⁹⁷ Terminado os combates, a guerra e os seus heróis não poderiam ser esquecidos e esses objetos do grande movimento de defesa do Governo Provisório foram percebidos, rapidamente, como importantes para a memória oficial do Ceará.

Como analisei nesse trabalho, a Guerra de 1932 no Ceará foi bem mais que a determinação oficial da Interventoria de declarar apoio ao Governo Vargas. Não à toa, intensas discussões políticas tomaram conta do cenário local e nacional. Essa complexa teia de apoio foi percebida a partir de diversas pessoas que atuaram na sua construção. Assim, além das instâncias governamentais envolvidas com o conflito, diversos sujeitos e grupos sociais articularam várias ações que procuraram legitimar a guerra, tendo como base o significado da “Revolução de 30” para a nação, em contraposição às primeiras décadas republicanas, justamente entendidas como o período no qual os revoltosos de então controlavam a política nacional. Assim, se a chegada de Vargas propunha uma nova República que beneficiaria o Norte, nada mais

³⁹⁴ Jornal *O Nordeste*, 12 de outubro de 1932.

³⁹⁵ Jornal *O Povo*, 31 de outubro de 1932.

³⁹⁶ Essas informações foram retiradas de HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)**. Dissertação de mestrado. UFC, 2004.

³⁹⁷ Quando esta dissertação foi escrita, os objetos pertencentes ao Museu do Ceará que foram fotografados e apresentados no anexo deste trabalho estavam na reserva técnica desta instituição.

urgente que o posicionamento favorável junto ao lado federal, ainda mais em um momento de grande crise climática – a seca de 32 – na qual já se percebia esses novos rumos, a partir de coordenadas ações de combates aos seus perversos efeitos e o crescente aumento no volume das verbas federais.

O primeiro passo para a vitória foi esse: legitimar a defesa do Governo Provisório e desqualificar o inimigo insurgente.

Ao lado deste intenso debate político, os dias de conflito eram vividos no Ceará não pelas trincheiras ou bombas inimigas, mas por diversas manifestações que buscavam mobilizar a população, aproximando-a da guerra e alertando-a para as ações rivais. Havia um conflito nacional e a população não poderia esquecer que sem a sua participação, mesmo sem partir para o *front*, a vitória seria mais difícil e distante. Como foi visto nas páginas deste trabalho, os ideais defendidos do Governo Provisório foram difundidos no Ceará pelas manifestações públicas ligadas à guerra, buscando sufocar os inimigos e suas idéias nas fronteiras paulista. As estratégias de mobilização da população dialogaram com as propagandas paulistas de exaltação do Estado bandeirante, assim como estiveram presentes também no cotidiano de várias cidades cearenses, a partir de comícios, desfiles públicos, divulgação de panfletos e festivais.

Com esta mobilização, esperava-se o crescimento das fileiras de alistamento, sendo assim necessária a construção de uma estrutura de guerra para receber, treinar e enviar os voluntários para os campos bélicos. Neste momento, como foi visto, três instituições públicas se envolveram fortemente: o Governo Provisório, a Interventoria cearense e o Exército. A formação das tropas voluntárias representou uma interseção dessas três forças em discussões sobre os rumos políticos nacionais, marcada as suas especificidades e objetivos distintos. Esta confluência, em um momento de crise política tão peculiar, não foi livre de tensões e conflitos, e os exércitos federais, em muitos momentos, tiveram esta marca.

Se a legitimação mostrava que a guerra era justa e os ideais inimigos infundados, a mobilização estimulava o envolvimento da população com a guerra.

Estas amplas campanhas de legitimação e mobilização, com enfoques e ações distintas, tinham um objetivo comum: arregimentar pessoas aptas e

dispostas a defender o Governo Provisório. Os batalhões provisórios foram o braço armado do Governo Vargas para vencer os revoltosos que se colocaram, com armas nas mãos, contra a sua liderança. Contudo, eles não estiveram livres de tensões e problemas, tanto de âmbito estadual como federal, assim como o Ceará não esteve imune de opositores do Governo Provisório. Os vários sujeitos históricos que compuseram as fileiras de alistamento tinham origens diversas e foram levados às tropas voluntárias por motivos e circunstâncias diferentes. A situação precária oriunda da seca e a postura de alguns prefeitos em aliviar as tensões que milhares de retirantes traziam às suas cidades construíram o contexto que esclarece a arregimentação de grande parte dos voluntários nas tropas cearenses. Já para outros alistados, a experiência militar como reservistas do Exército, o envolvimento com as idéias tenentistas e os diálogos com os discursos de legitimação e mobilização explicam o interesse pelo ingresso nas forças para participar da guerra. Essa heterogeneidade, como analisei, perpassou toda a formação dos batalhões provisórios, desde a legitimação até o alistamento, tornando-os ainda mais complexos.

A legitimação e a mobilização só estariam completas com o constante aumento das fileiras de alistamento.

Como tentei mostrar, a idéia da Guerra de 1932 como conflito regional se esvai. Sem dúvidas, o desenrolar político que dá início às hostilidades tem como palco principal o Estado de São Paulo, mas quando a guerra foi declarada, em nenhum momento, Getúlio Vargas e seus aliados políticos e militares pensaram em tratá-la como circunscrita àquele estado. Procuraram, desde o início, conclamar todo o país para a defesa do novo Governo, definindo os inimigos e seus intuitos. Os discursos do Governo Provisório e de São Paulo mostravam duas guerras diferentes: para os paulistas, a luta era por uma constitucionalização, por mais participação política e por um poder menos centralizado; já para o lado Varguista, a guerra era uma tentativa arrebatadora dos “decaídos” políticos de retomar o Palácio do Catete, jogando por terra os novos “rumos da política nacional” que tentava efetuar. A questão mais importante nesse quadro político não é determinar quais dessas definições tinham mais sentido sobre a Guerra de 1932, mas explicar como ambas constituíram o conflito, com aproximações, diálogos e divergências. A guerra

que acontecia em São Paulo era a mesma que levou o Governo Provisório a conclamar seus aliados e as Forças Armadas para marcharem rumo ao *front*. Estas duas vertentes não se opõem: elas se completam, jogando luz uma sobre a outra.

Ao analisar o conflito a partir do Ceará, foi possível perceber que as principais questões envolvendo os batalhões provisórios não constituíram um processo à parte do envolvimento federal na luta. Na verdade, a ação do Governo Provisório só pode ser percebida quando vista, de fato, por quem o constituía: seus diversos aliados distribuídos pelo país. Assim, não é que a realidade cearense durante a Guerra de 1932 explique um processo maior que se desenrolava no Rio de Janeiro ou São Paulo, mas a sua complexidade está em, justamente, apontar como o Governo Provisório, as Forças Armadas, as Interventorias estaduais e os diversos setores sociais dialogaram e atuaram nesse conflito, sem nenhuma hierarquia de importância, mas resguardando a abrangência de cada uma destas esferas, assim como suas peculiaridades.

A Guerra de 1932 só pode ser compreendida quando destacada a força e as ações – tanto políticas e sociais, como militares – do Governo Provisório e de São Paulo para confirmarem (ou reafirmarem) seus ideais e consolidarem seus projetos de nação. Mais do que lutar por uma constitucionalização, a Guerra de 1932 expõe um momento de luta nacional em torno de projetos de República para o Brasil, nos quais vários grupos e sujeitos se congregaram em lados opostos. Nenhum dos dois lados envolvidos podem ser vistos como blocos homogêneos nos quais expoentes políticos “falam” por toda uma população. Ambos os grupos tiveram complexas tramas para organizarem-se e enviarem suas tropas: vozes foram silenciadas, os feitos dos inimigos foram suprimidos e alguns aliados, muitas vezes, entraram em choque.

As discussões sobre o futuro político da nação, nos últimos meses de 1932, ganham nova repercussão, mas sem esquecer a guerra recém terminada. Em inúmeras matérias jornalísticas, outra importante disputa começava a se delinear:

Com a vitória militar obtida pelas forças federais sobre a rebelião paulista, desapareceu, completamente, a possibilidade de uma nova

ofensiva, a mão armada, dos políticos reacionários contra o Governo instituído pela Revolução de 30. (...) Batidos pelas armas, na investida que fizeram para retomar o poder, os reacionaristas alimentam a esperança de que, aberta as urnas, os comícios eleitorais lhes restituirão as posições. (...) Longe do que pensam os elementos que anseiam por um regresso ao passado – a rebelião paulista, em vez de fortalecer a oposição à Ditadura, nas futuras eleições, veio contribuir eficazmente para repopularizar a Revolução de 30 e aproxima-la da opinião nacional. (...) A Revolução, triunfante nas armas, ha de triunfar nas urnas, pela vontade soberana do povo.³⁹⁸

Para o jornalista, a Guerra de 1932 tinha representado a tentativa de retorno político dos derrotados pela Aliança Liberal, mas a vitória do Governo Provisório expurgou a hipótese desse retorno, por via armada. Contudo, era necessário que as eleições que despontavam não fossem vencidas por esses inimigos. A confiança era alimentada pela “repopularização” do Governo Vargas que a guerra promovera, ao ser legitimado pela comparação com os anos republicanos anteriores. Para os apoiadores varguistas, o modelo político “triumfante nas armas, ha de triunfar nas urnas”, tudo isso em nome de uma “vontade soberana do povo”.

No caso do Ceará, dois importantes aliados traçaram caminhos distintos neste novo duelo. O grupo mais ligado à Interventoria e aos ideais tenentistas congregou-se sob o Partido Social Democrático (P.S.D.), já a Igreja Católica lançou a Liga Eleitoral Católica (L.E.C.), objetivando orientar o eleitorado católico. Apesar das aproximações durante a guerra, os dois grupos tinham posicionamentos distintos sobre os contornos políticos nacionais. Mesmo assim, havia uma convergência entre ambos: eram contra os líderes e modelos políticos passados, já que se sentiam preteridos em favorcimento a uma restrita elite política e econômica de outros Estados.

O modelo republicano que despontava nas eleições futuras não poderia esquecer as mudanças que já começavam a aparecer, assim como as promessas de uma política mais igualitária em relação às unidades federativas ou, pelos, mais atenta ao restante da nação. Mesmo que os anos que seguiram tenham alterado o tabuleiro político nacional, o apoio conseguido por Vargas na Guerra de 1932 e os diálogos com vários Estados da federação, com as Forças Armadas e com relevantes forças econômicas e sociais, além dos grupos

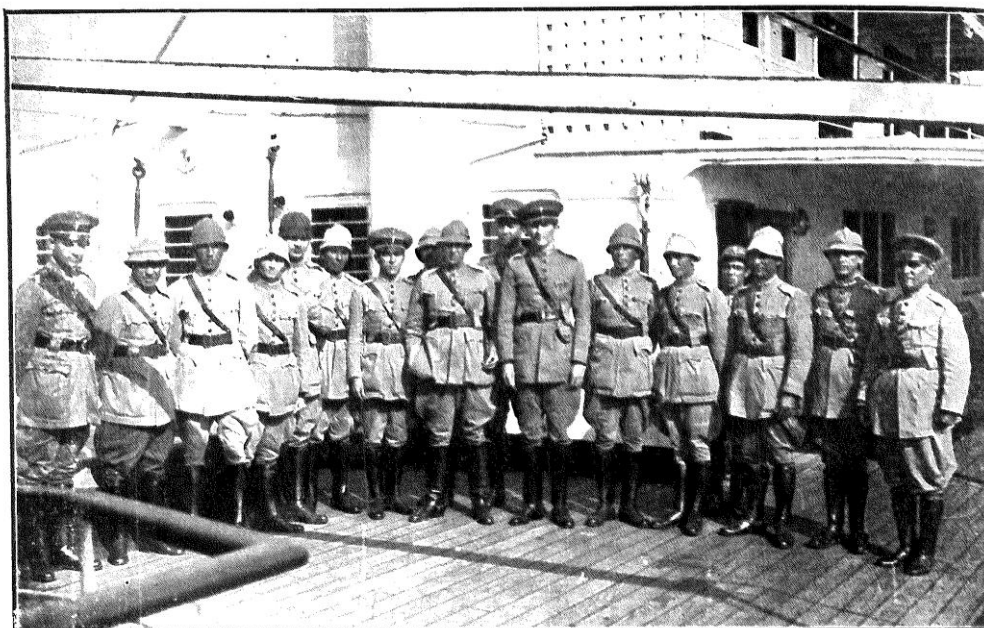
³⁹⁸ Jornal *O Povo*, 07 de outubro de 1932.

paulistas derrotados, foram fundamentais para os rumos políticos que traçaria nos anos vindouros. Novos atores políticos entraram no jogo de disputas ou reconfiguraram sensivelmente suas posições.

A vitória na Guerra de 1932, dessa forma, representou uma expectativa de mudanças para amplos setores sociais, econômicos e políticos do Nordeste, na esperança de melhores dias. A força da região era evidente para o Governo Provisório e seus opositores. Ou como foi escrito, de uma maneira simples e clara, em um telegrama felicitando Carneiro de Mendonça pela vitória: “magnifico empurrão carros vazios acabam dar formosa locomotiva paulista”.³⁹⁹

³⁹⁹ Jornal *O Povo*, 05 de outubro de 1932.

Anexo



Officialidade do 1.º Batalhão Provisorio do Ceará a bordo do «Itanagé».

FONTE: Revista A Careta, 03 de setembro de 1932 (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).



A tropa do 1.º Batalhão Provisorio do Ceará chegado pelo «Itanagé».

FONTE: Revista A Careta, 03 de setembro de 1932 (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).



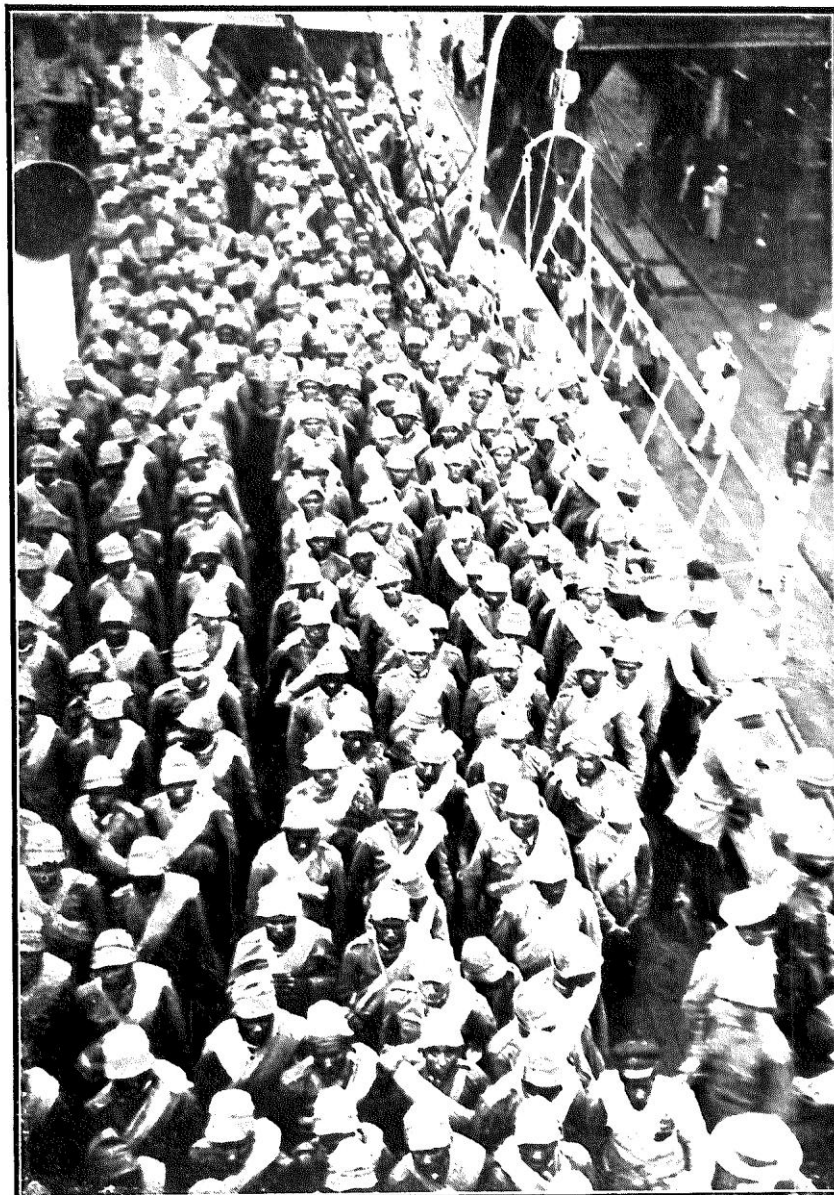
Tropas do Norte chegadas pelo «Poconé». — Um contingente do 23.º B. C. e outro do Piahy.

FONTE: Revista A Careta, 20 de agosto de 1932 (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).



No “front” paulista. — Companhia de Metralhadoras do 23 B. C., do Ceará, nos arredores de Pindamonhangaba, Estado de S. Paulo.

FONTE: Revista A Careta, 29 de outubro de 1932 (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).



Contingente de tropas do Norte, 2.º B. C, do Ceará e 3.º B. Provisorio a bordo do «Poconé».

FONTE: Revista A Careta, 01 de outubro de 1932 (Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).



LEGENDA: Fotografia apanhada hontem na redação do O POVO quando os inferiores do 2º Batalhão Provisorio vieram trazer nos suas despedidas. Vêem-se da esquerda para direita, sentados: Lauro Bezerra de Menezes, Argentino Nascimento Barnabé, Porfirio Ponciano Sobrinho e Antonio Pereira da Silva. De pé na mesma ordem: João Pessôa Aguiar, Francisco Ferreira de Andrade, Antonio Feitosa Mesquita, Manuel Ferreira da Silva, José Alves Meireles, Carlos Lourenço da Cruz e Francisco de Castro.

FONTE: Jornal O Povo, 09 de setembro de 1932 (Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – Fortaleza).



LEGENDA: Hontem publicamos o cliché dos sargentos do 2º Batalhão Provisorio do Estado. Hoje estampamos um grupo dos sargentos do 3 B. Provisorio os quais vieram trazer nos suas despedidas antes de seguirem para o “Front”. São eles, da esquerda para a direita, sentados: Dario Moreira Cesar, Pedro Dantas, Candido Cerqueira Lima, Valter da Rocha Franco e Guarací Cavalcanti; De pé: Edesio Figueiredo, José Nestor Magalhães, Manuel Moreira da Silva e Nestor Jeronimo Rodrigues.

FONTE: Jornal O Povo, 10 de setembro de 1932 (Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – Fortaleza).



LEGENDAS: Capacetes de soldados das forças paulistas.

FONTE: Acervo do Museu do Ceará (Foto do autor).



LEGENDA: Detalhe de capacete com duas perfurações à bala.

FONTE: Acervo do Museu do Ceará (Foto do autor).



LEGENDA: Cartuchos, fabricados pela Fábrica Matarazzo, e cantil utilizados durante a guerra pelas tropas paulistas.

FONTE: Acervo do Museu do Ceará (Foto do autor).



LEGENDA: Bandeira do movimento paulista trazida pelas tropas cearenses da cidade de Queluz.

FONTE: Acervo do Museu do Ceará (Foto do autor).

ARQUIVOS E FONTES

Arquivos pesquisados

Arquivo Histórico do Exército, RJ

Arquivo Público do Estado do Ceará, CE

Arquivo Nacional, RJ

Biblioteca Nacional, RJ

Biblioteca Pública Menezes Pimentel, CE

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -
Fundação Getúlio Vargas, RJ

Instituto Histórico do Ceará, CE

Núcleo de documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará, CE

Jornais

A Ordem, CE

Correio da Semana, CE

O Nordeste, CE

O Povo, CE

Revista

Careta, RJ

Publicações oficiais

ESTADO DO CEARÁ. **Decretos do Governo Provisório (Administração do Exmo. Snr. Capm. Roberto Carneiro de Mendonça)**. Recife: Imprensa Oficial, 1933

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

Depoimentos

General Jeováh Motta. Arquivo do Núcleo de documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará, CE

General Severino Sombra. Arquivo do Núcleo de documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará, CE

General Severino Sombra. Arquivo de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas, RJ

José Cassiano da Silva. Depoimento concedido a Kênia Souza Rios

Livros de memórias

ALENCAR, Eusébio Mota de. **Dona Lima, a Curandeira**. A Fortaleza: Fortaleza, 1965.

BEZERRA, Gregório. **Memórias – primeira parte: 1900 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BIBLIOGRAFIA

Livros, teses e dissertações

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.
- BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.** Ed. Forense-Universitária: FGV-CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos, 1984. 4 Volumes.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32.** São Paulo: Moderna, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista.** Edusp, São Paulo, 1997.
- _____. **Tenentismo e Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- _____. **Os arautos do liberalismo – imprensa paulista 1920-1945.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- _____. **O Movimento de 1932 e a causa paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARONE, Edgar. **O Tenentismo: Acontecimentos – Personagens – Programas.** São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo, Brasiliense, 1987.
- COSTA, José Raimundo. **Memória de um Jornal.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- De DECCA, Edgar. **1930 – O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.
- DONATO, Hernani. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- _____. **História da Revolução de 1932: comemorando os 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30 – Historiografia e História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- _____. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. (org.). **Regionalismo e Centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2004.
- HILTON, Stanley. **A Guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LEITÃO, Juarez. **Sábado, Estação de Viver – História da Boemia Cearense**. Fortaleza: Editora Premium, 2000.
- LEVINE, Robert. **Pai dos pobres? O Brasil na era Vargas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- McCANN, Frank D.. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889 – 1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- _____. **A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro**. Recife: Editora Guararapes, 1982.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Souza e CAMPOS, Moreira. **Demócrito Rocha – O poeta e o jornalista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989.
- MORAIS, Fábio André da Silva. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: **Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2007.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Secretária de Cultura e Desporto, 2000.
- PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light. (Fortaleza, 1917 – 1932)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2008.
- PARENTE, Josênio Camelo. **Anauê – os camisas verdes no poder**. Fortaleza: EUFC, 1999.
- PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das trevas: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 – 1932)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2005.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- RAMOS, Xislei Araújo. “**Por três de toda fuga, nem sempre há um crime**”: **O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2003.
- REGIS, João Rameres. “**Galinhas-Verdes**”: **Memórias e história da Ação Integralista Brasileira – Limoeiro-Ceará (1932-1934)**. Dissertação de Mestrado. UFC, 2002.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza, Museu do Ceará/ SECULT, 2004.
- _____. **Engenhos da Memória: narrativas da seca no Ceará**. Tese de doutorado. PUC – SP, 2003.

- SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUZA, Eusébio de. **História Militar do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1950.
- SOUZA, Simone de. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1982.
- THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Capítulos de livros e Artigos

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995.
- BARBOSA, Carlos Henrique Moura. “Não é nada, senhores, já está tudo acabado” Fortaleza, 4 de março de 1934. In. SECRETO, Verônica e outros (orgs). **A História em processo: Ações criminais em Fortaleza (1910 – 1950)**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.
- CERRI, Luis Fernando. 1932 e as histórias oficiais. In: **Tempos Históricos/ Universidade Federal do Oeste do Paraná**, vol.2, nº1, 2000.
- CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. A legião Cearense de Trabalho. In: SOUSA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Getúlio Vargas, cartas-testamento como testemunho do poder. In. GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- _____. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FARGE, Arlette. Rumoreando con Arlette Farge. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: CEFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.
- LOPES, Raimundo Helio. O Ceará e a Revolução Constitucionalista de 1932: algumas considerações sobre política, mobilização e seca. In: **Moanga. Revista dos alunos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará**. Vol. 01, N. 2, 2007.
- _____. O que faz de uma guerra uma guerra nacional? Algumas considerações sobre a Guerra de 1932 e o Ceará. In: **Ameríndia. Revista dos Alunos do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará**. Vol. 06, N.6, 2009.
- LOVE, Joseph L.. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 40, 2001.
- PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização**

- política: partidos e Constituinte nos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- _____. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo Oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ROMANI, Carlo. 1924: A Revolução dos tenentes. **Revista Histórica.** São Paulo, vol. 13.
- SECRETO, María Verónica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. In: **Trajetos – Revista de História da Universidade Federal do Ceará.** vol. 2, N. 4, 2003.
- SCOTT, James C.. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes.** Campina Grande: UFCG, vol. 21, nº 01, 2002.